

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

Marínea Maria Fediuk

EMPREGADAS DOMÉSTICAS GESTANTES: OS SENTIDOS DA MATERNIDADE

**FLORIANÓPOLIS
2005**

Marínea Maria Fediuk

EMPREGADAS DOMÉSTICAS GESTANTES: OS SENTIDOS DA MATERNIDADE

**Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina.**

**Orientadora: Prof. Dra. Maria Juracy Filgueiras
Toneli.**

**FLORIANÓPOLIS
2005**

Há uma tendência nas análises tradicionais de espelhar o sistema vitoriano de classificação. Dividindo as mulheres em santa ou demônios, pacata donas de casa ou prostitutas, os pesquisadores simplesmente não enxergavam dinâmicas sociais que driblam esses dois pólos.”

Claúdia Fonseca

Dedico ao meu marido Jefferson e às minhas filhas Helena e Estela , pela paciência, compreensão e estímulo das mais variadas formas que foram essenciais na construção deste desafio. Amo a forma como vivemos!

Admiro você Jefferson pela maneira que se faz companheiro em nossa relação.

AGRADECIMENTOS

As pessoas que fazem parte da construção da UNC – Canoinhas – Núcleo Porto União, que perceberam e proporcionaram a minha participação neste programa de Mestrado que contribuiu para além de quaisquer expectativas que houvesse sobre o fazer o Mestrado. Obrigado pela percepção, pela confiança e o auxílio oferecido por meio de bolsa que amenizou as dificuldades financeiras e as conseqüentes tensões.

Aos nossos queridos Professores do Programa do Mestrado, que a cada encontro nos mostravam que a teoria para ser concretizada depende da boa vontade e competência dos professores. Obrigado por reacender a chama da esperança no processo de ensinar e de pesquisar. Ao mesmo tempo em que me devolveram o prazer pela construção do conhecimento e do comprometimento, com a realização de uma sociedade mais justa e saudável. Com carinho aos Professores Doutores Silvio Paulo Botomé, Olga Mitsue Kubo e José Carlos Zanelli.

À minha doce, meiga e firme orientadora Professora Dra. Maria Juracy Filgueiras Tonelli, o agradecimento a você precisa estar em destaque. Além das orientações teóricas me passou com paciência, competência e sabedoria como se trabalha com mestrandos. Nós, muitas vezes confusos, inseguros, desatentos. Tratando de nos trazer com uma habilidade que lhe é própria, que combina autoridade, afetividade e extrema habilidade de tornar as situações mais leves e prazerosas.

Aos colegas do grupo de Mestrado todos de alguma forma são co-reponsáveis pela construção deste trabalho, não posso deixar de destacar as amigas Maris Stella Stelmachuk, Elizabeth Ulrich e Marly Perrelly que juntas viajamos durante dois anos, juntas enfrentamos dificuldades de ordens diversas, encontramos conforto, alegria e acima de tudo aprendemos a respeitar as diferenças e descobrir a possibilidade de se construir uma amizade, mesmo havendo diversidades de idéias, existe sim, a possibilidade de uma relação afetuosa e respeitosa.

As pessoas que num gesto de carinho e amizade leram este trabalho e ofereceram suas contribuições: Ilton, Cristina e minha irmã Marinilda, meu muito obrigado e minha gratidão.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir os sentidos que mulheres empregadas domésticas atribuem à maternidade, durante a vivência do processo gestacional. Cinco empregadas domésticas de um município do estado de Santa Catarina, Brasil, foram entrevistadas a partir de um roteiro semi-estruturado organizado em blocos temáticos que focalizaram a família de origem, a conjugalidade, as condições e regime de trabalho, e o processo de gestação em curso. O material obtido foi trabalhado por meio de análise temática de conteúdo. O que se pôde perceber é que essas mulheres confirmam os dados brasileiros. A presença de reduzido número de contratos formais de trabalho vulnerabiliza o grupo no que diz respeito a direitos como o da Licença Maternidade, que garante 120 dias de ausência ao trabalho, com remuneração garantida pelo Estado. A falta de consciência de seus direitos e, sobretudo, o medo das consequências de sua reivindicação, como a perda do emprego, torna essas mulheres vulneráveis à exploração social. O emprego doméstico ocupa um grande contingente de mulheres oriundas das camadas populares que substituem as das camadas médias na lida diária que ainda não é dividida com os homens. A realidade dessas mulheres do Sul do Brasil demonstra que o sentido da maternidade é construído de forma singular, havendo relações com o contexto sócio-histórico em que estão inseridas. Os fatores de classe sócio-econômica, etnia e gênero perpassam os sentidos que cada uma delas atribui à maternidade. As variações demonstram permanências de um modelo histórico inculcado pelos discursos médicos e religiosos: a mulher mãe que cuida, que se sacrifica, que sofre.

Palavras-chave: empregadas domésticas, maternidade, trabalho doméstico, mulher.

Abstract

This study has as objective to discussion the sense the maids give to maternity during the pregnancy process. Five maids from a city in the state of Santa Catarina, Brazil, were interviewed since a semi-structured schedule organized into theme groups, which focused the family origin, partnership, conditions and regimen of work, and the pregnancy process in course. The obtained material was processed through theme analysis of content. What could be noticed is that these women confirm the Brazilian statistics. The existence of a reduced number of formal labor contracts makes this group vulnerable regarding certain rights, such as maternity license, which guarantees 120 days absence at work with the regular salary paid by the state. The absence of consciousness about their rights and, above all, the fear of the consequences of their plead, like the loss of job, makes these women vulnerable to social exploitation. The job as a maid complies a huge contingent of women from the poorer layers of society who substitute the ones from the middle layer in the daily chores, which are still not shared by men. The reality of these women in southern Brazil shows that the sense of maternity is built in a singular way, having relationships with the social-historical context in which they are inserted. The social-economical class factors, ethny and gender, permeate the senses that each one of them attributes to the maternity. The variations show the permanence of a historical model inserted by the medical and religious speeches: the mother woman who takes care, sacrifices herself and suffers.

Keywords: maids, maternity, house chores, woman.

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

1. Empregadas domésticas Gestantes: os sentidos da maternidade.	1
1.1 O trabalho doméstico e sua historicidade.	11
1.2 As empregadas domésticas e suas relações no trabalho: uma questão de gênero e classe.	14
1.2.1. O espaço doméstico: "cuido, mas não pertença".	16
1.3. Maternidade: uma construção cultural.	18
1.3.1.As empregadas domésticas e a maternidade.	23
1.4. Saúde Pública e os direitos reprodutivos.	26
2. Método	30
2.1. O caminho de identificação de cada uma das mulheres empregadas domésticas gestantes.	33
2.2. Análise das informações.	42
3. Família de Origem.	45
3.1. Informantes.	45
3.2. O trabalho presente desde a infância.	48
3.3. O lazer na família de origem.	54
3.4. A vivência escolar na família de origem.	55
3.5. Adolescência feminina vigiada e trabalhada.	59
4. Maternidade.	65
4.1. Relação com a mãe: disciplinadora, dominadora, batalhadora e... Maravilhosa.....	65
4.2. Relação com o pai: “ele é mais descansado, pode ser terrível, mas pode ser bom”.	72
4.3. Ser mãe é ser conselheira, companheira, é cuidar e... Não abandonar.	77
4.4. Mãe ideal: “ <i>Ai meu Deus, será que existe?</i> ”.....	84

5. Relações de Gênero na relação familiar.....	87
5.1.Distribuição sexual do trabalho vivenciado no espaço doméstico: Alterações e permanências.	87
5.2. A reprodução e a contracepção são responsabilidades das mulheres?.....	95
5.3. De quem é a responsabilidade de cuidar dos filhos?	102
5.4. Trajetórias conjugais: arranjos e desarranjos das circunstâncias vividas.	108
 6. Vivendo essa Gravidez não Planejada.	 115
6.1. Reações ao Confirmar a Gravidez.	115
6.2. Reações do companheiro diante da notícia da gravidez.	125
6.3. Acompanhamento pré-natal.	130
 7. Empregada Doméstica Grávida.	 139
7.1. Relação vínculo empregatício e direito trabalhista.	139
7.2. A Diversidade nas/das relações entre empregadas domésticas gestantes e patroas.	146
7.3. Retorno após o nascimento do bebê: entre o desejo e a realidade.	165
 8. Ser Empregada Doméstica é uma Escolha?.....	 170
8.1. Este não é um trabalho para nossos (as) filhos (as).	177
8.2. Perspectivas para o futuro.	183
 9. Considerações finais.	 187
 10. Referências.	 195
 11. Anexo A.	 202

Empregadas domésticas gestantes e os sentidos da Maternidade

Estar grávida: momento de encantamento e de magia, a espera que a todos envolve. Isto é também verdade em relação às mulheres empregadas domésticas? Podem estas mulheres viver esse encantamento tão mencionado em poesias e mostrado em belas imagens? Foi relevante social e cientificamente, ouvir essas mulheres para poder produzir conhecimentos científicos que permitisse responder a pergunta: *Quais são os sentidos¹ atribuídos à maternidade por empregadas domésticas gestantes?* Estas mulheres são oriundas de camadas sociais desfavorecidas, exercem um trabalho desqualificado e desvalorizado socialmente e pouco são ouvidas, principalmente no que se refere à sua vida privada.

A presente dissertação investigou como as empregadas domésticas vivenciam a gravidez e quais os sentidos por elas atribuídos à sua maternidade, considerando as questões que envolvem ser empregada doméstica. Dentre elas os aspectos relativos às relações de gênero² e à classe social que perpassam a construção da subjetividade destas mulheres que vivem num contexto sócio-cultural e histórico. Essa especificidade demarca singularidades na subjetividade dessas mulheres gestantes, assim como traz elementos diferenciados que, por sua vez, configuraram sentidos particulares quanto à maternidade e às suas relações com as patroas. Investigar qual a intensidade e a amplitude dessas mudanças, ou quais as estagnações presentes nestas relações intragênero e no papel da maternidade na vida das mulheres empregadas domésticas foi a busca desta pesquisa.

¹Sentido: é usado enquanto conceito pertinente à teoria de Vygotsky referente ao processo de constituição do sujeito, compreendendo experiências da subjetividade que são sentidas e vividas como íntimas, pessoais e únicas, embora tendo sua origem no contexto histórico e cultural.

² O termo gênero, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. (...) Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. (Scott, 1990, p.75).

No Brasil, o trabalho doméstico teve avanços entre as ocupações femininas na década de 1990, devido ao declínio de oferta de emprego nas fábricas e comércio. De acordo com dados do IBGE (2002), o serviço doméstico que, em 1992, ocupava o quinto lugar entre as principais ocupações das mulheres, em 2001 tornou-se o segundo tipo de trabalho por elas exercido. Em 1992, havia 3,6 milhões de mulheres empregadas em serviço doméstico. Em 2001, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) identificou 5,3 milhões na mesma situação. Ou seja, houve um aumento de 47%, sendo que, deste contingente de trabalhadoras, somente 25,88% possui contrato formal de trabalho. Neste caso, houve um aumento em relação a 1992, cujo índice era de 18,17%, porém ainda insignificante ao se considerar o total de mulheres nesta ocupação.

Segundo José Carlos Ferreira (2003), diretor-adjunto da OIT (Organização Internacional do Trabalho)³, o maior número de mulheres em serviço doméstico tem dois fatores determinantes: o aumento nas taxas de desemprego e uma tradição escravocrata da sociedade brasileira, que foi o último país a declarar a abolição, refletindo-se hoje em 21% da população economicamente ativa e 80% das mulheres ativas economicamente, taxa superior se comparada com outros países da América Latina. Outro fator que reforça este argumento colocado por Ferreira é que 55,3% das empregadas domésticas no Brasil são negras, sendo que, destas, 76,5% não possui contrato formal de trabalho. A etnia aparece como justificadora das desigualdades até mesmo na formalização de trabalho, direito garantido por lei.

Azeredo (1989), que pesquisou, em 1986, 15 empregadas domésticas que trabalhavam na Zona Sul do Rio de Janeiro, sendo que, destas, 13 eram migrantes de outros estados brasileiros, realidades comuns a uma grande parte destas mulheres. A autora buscou refletir sobre as condições do feminismo a partir de representações das relações estabelecidas entre patroas e domésticas.

Kofes (1994), em seu artigo sobre as relações entre patroas e empregadas, caracteriza a realidade das empregadas domésticas da região sudeste do Brasil. Para promover a possibilidade de discussão deste assunto utilizou-se de informações

³ Dados retirados da Folha On-line em julho de 2003, no site: www.folha.uol.com.br/fofha/dinheiro; e revisados em janeiro de 2005.

transmitidas pelas entrevistas de patroas e empregadas que estavam na faixa etária de 20/40 anos; textos jornalísticos e literários; e a experiência de mulher e patroa da própria autora. Oliveira (1995), em sua dissertação de mestrado (Antropologia e Sociologia), propôs por meio de um estudo de caso, investigar as formas de participação das empregadas domésticas no sindicato dos trabalhadores doméstico do município do Rio de Janeiro, e ressaltar a importância dessa categoria para o mercado de trabalho. Preuss (1997) pesquisou domésticas da Zona Sul do Rio de Janeiro, focando seu trabalho nas relações de proximidade e oposição entre empregadas domésticas e patroas, estudo realizado com 32 empregadas domésticas, através de entrevistas biográficas. Para a autora explicitar esse jogo de poder, de tensões, de desigualdades “é iluminar um ponto da dinâmica do espaço social que está contribuindo para a manutenção de formas conservadoras de se lidar com a crise da esfera doméstica, falar publicamente desse enredamento para poder alterá-lo” (Preuss, 1997, p.64). Barbosa (2000) publicou seu trabalho com o título: "Trabalho e Residência: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes nordestinos", incidindo novamente sobre o trabalho no universo doméstico no estado do Rio de Janeiro/Niterói, por meio de entrevistas com empregadas domésticas e trabalhadores de edifício migrantes do nordeste para caracterizar e discutir a realidade vivenciada por esses homens e mulheres.

A pesquisa realizada por Souza (2001) diferencia-se das mencionadas por ter como foco a visão de mundo das domésticas e não a relação com as patroas. Investigou as práticas e concepções das empregadas domésticas quanto a trabalho, reprodução e cidadania. No entanto, aqui também o grupo pesquisado foi constituído de empregadas domésticas do Rio de Janeiro, participantes da diretoria do sindicato, associadas, bem como um grupo de controle sem nenhum vínculo sindical, denominadas como as da 'base'.

A dissertação de mestrado em Sociologia Política de Tamanini (1997) realizada em Florianópolis (Santa Catarina), tratou da relação entre o emprego doméstico e as representações das empregadas domésticas sobre o processo saúde-doença, a partir de uma perspectiva de gênero, fornecendo elementos para uma compreensão de como os aspectos relativos às condições de trabalho são vinculados à representação cultural dessas mulheres.

Esse trabalho apresentou como informantes empregadas domésticas da Associação Santa Zita, essas na maioria eram empregadas residentes.

Nas pesquisas de (Kofes, 1994; Preuss, 1997; Barbosa, 2000), há predominância de foco na população de domésticas das regiões sudeste e nordeste, sendo as relações empregadas-patroas os aspectos mais discutidos. É necessário salientar, porém, que, no geral, é pequena a produção de trabalho sobre as domésticas, se for considerada a sua expressividade na sociedade e na economia. Foi possível identificar, inicialmente através de consulta ao Banco de Teses da CAPES, ao Scielo e à Biblioteca Virtual de Psicologia (CFP), no período de julho a setembro de 2003, e posteriormente revisto em janeiro de 2005 que, a partir da década de 1980, ocorreu um número maior de trabalhos científicos brasileiros que resgatam essas mulheres do esquecimento.

O fato de o emprego doméstico ser a atividade que engloba o maior número de mulheres de camadas sociais desfavorecidas justifica uma pesquisa que ouça essas mulheres, pois há, nas relações de trabalho, uma grande disparidade entre os direitos legais e os direitos adquiridos na realidade. Relembrando, somente um terço das empregadas domésticas têm contrato formal de trabalho. Considerando que a licença maternidade de 120 dias, é hoje um direito conquistado também pelas empregadas domésticas, como fica a situação das mulheres nesta ocupação quando ficam grávidas? Há espaço para a realização do acompanhamento pré-natal, dos cuidados e preparativos para a chegada do bebê? Há, na relação com a patroa, compreensão e facilitação para viver com qualidade este momento? Como as empregadas domésticas manejam o direito adquirido da licença maternidade por ocasião da gestação, quando são registradas ou não?

A primeira tentativa de criar uma legislação sobre o emprego doméstico no Brasil ocorreu em 1923, através de um decreto que definia a natureza do trabalho doméstico e por meio de outros decretos decorrentes deste. No entanto, essas iniciativas foram insuficientes para garantirem direitos a essas trabalhadoras na legislação trabalhista. As empregadas domésticas, segundo Melo (1993), iniciaram sua organização como classe trabalhadora no Rio de Janeiro, em 1961, criando, com o incentivo da Igreja Católica, a Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro. Somente em 1972, o Parlamento Brasileiro aprovou a Lei 5859/72, que garantiu pequenos avanços como a

remuneração pelos serviços prestados, 20 dias de férias, benefícios e serviços da seguridade social, direitos estes muito inferiores quando comparados com os trabalhadores de outros setores formais e produtivos. Somente em 1989 as associações das empregadas domésticas começaram a se tornar sindicato.

De acordo com Melo (1993), a luta para garantir os direitos das empregadas domésticas é difícil por vários fatores, dentre eles o medo de perder o emprego, caso reclamem seus direitos, e o fato de trabalharem isoladamente no espaço doméstico possibilitar maior influência das patroas e dificultar a participação em movimentos propostos pela categoria. Bruschini (1994) revela um dado importante: as empregadas nomeadas como mensalistas ou diaristas externas, aquelas que não residem no local de trabalho, são as que menos têm contrato formal de trabalho. São exatamente estas as que têm maiores possibilidades de constituir família e/ou engravidar, por terem uma vida privada garantida fora dos domínios da residência dos patrões.

No início do século XXI, os direitos das empregadas domésticas são garantidos por lei, proposta na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). De acordo com a Constituição Federal⁴, e conforme o art. 10 da lei 5.859/72 e art. 30, inciso 1, do decreto 71885/73, “o trabalhador doméstico é aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”. São, portanto, exemplos de empregados domésticos o mordomo, a cozinheira, a faxineira, a babá, o motorista particular. O caseiro do sítio também o é, mas desde que o local seja utilizado apenas para o lazer e não tenha produção a ser comercializada. Neste caso, o trabalhador será regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), devendo ter, obrigatoriamente carteira assinada.

Por lei, portanto, além do salário mensal, nunca inferior ao Mínimo nacional, o trabalhador doméstico tem direito a férias remuneradas de 20 dias úteis, anuais, com adicional de um terço do salário, licença maternidade remunerada de 120 dias, décimo-terceiro salário, sendo a primeira parcela paga até o dia 20 de novembro e a segunda, até 20 de dezembro, e aposentadoria.

⁴ Dados retirados do site: www.prt7.mpt.gov.br em 13 de fevereiro de 2005.

Mas não têm direitos a horas extras, salário família e ao Programa de Integração Social (PIS), nem a adicional noturno, auxílio acidente e seguro-desemprego. A concessão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não é obrigatória ao empregador. Também não tem jornada de trabalho definida em lei, não recebe indenização por tempo de serviço, descanso em dias feriados, nem goza estabilidade no emprego, a exceção do período em que se confirmar à gravidez até o quinto mês após o parto.

Da mesma forma que define direitos, a legislação trabalhista também estipula obrigações e concede ao empregador, a possibilidade de descontos por faltas ao serviço - não justificadas ou não autorizadas - e deduções de 6% sobre o salário-base para o vale-transporte, de até 20%, para cobrir despesas com alimentação e de até 25%, para ressarcir gastos com moradia. E ainda, 7%; para despesas com higiene e 22%, com vestuário, além de adiantamentos em dinheiro (vales) e descontos das faltas ao serviço. O uniforme e outros acessórios concedidos pelo empregador e usados no local de trabalho não podem ser descontados. (CE)

As atividades que fazem parte da ocupação das empregadas domésticas estão descritas na CBO⁵ (Classificação Brasileira de Ocupações) de 2002, sob o código 5121, e possibilitam a compreensão da complexidade e da intensidade das exigências atuais sobre o seu desempenho. Exigem habilidades de administrar as atividades rotineiras de cuidado da casa, da alimentação e vestuário da família, incluindo mais recentemente como atribuições declaradas nesta classificação a administração que envolve todas as pessoas do espaço doméstico: lembrar os compromissos de cada membro da família, controlar datas de pagamentos de contas, realizar pagamentos e fazer levantamento de necessidades de compra. As exigências estão maiores, porém os avanços sociais dessa categoria são lentos, permanecendo ainda como desvalorizada social e economicamente em comparação com outras categorias profissionais.

⁵ Dados obtidos no site do Ministério do Trabalho e Emprego em janeiro de 2005:
www.mtecbo.gov.br/busca.asp

É importante demarcar que o serviço doméstico caracteriza-se por três regimes de trabalho: mensalistas residentes, mensalistas não residentes e diaristas e, de acordo com Souza (2002), este serviço não é um meio de ascensão social. É antes uma estratégia de sobrevivência para as camadas mais desprivilegiadas. Os salários são baixos, sendo que 70% recebem até um salário mínimo e 74% não têm contrato formal de trabalho.

Em entrevista para a Revista Maria Maria/UNIFEM, Melo (2002) identifica o trabalho das empregadas doméstica como o pior posto de trabalho, e o é por ser tido como lugar de mulher, como extensão de tarefas femininas e ainda compreendido como um "fazer por amor". Isto acontece como decorrência de um processo histórico que estabeleceu, ao longo dos últimos 200 anos, a separação da produção de bens do âmbito familiar. Esta posição acrescenta um argumento diverso ao apresentado por Ferreira (2003) que colocava a herança escravocrata como responsável pela desvalorização do trabalho doméstico. Melo (2002) traz para a análise a construção histórica destas relações baseada nas mudanças da economia, por meio do capitalismo que, por sua vez, fortaleceu as desigualdades entre os gêneros e a divisão sexual do trabalho.

A desvalorização do fazer doméstico, um trabalho reprodutivo que não gera um produto final a ser comercializado, atinge nesse início do século XXI, as empregadas domésticas que buscam, desde a década de 1970 no Brasil, a valorização do seu trabalho. Melo (2002) lembra que, nessa época, ao entrar em contato com as empregadas domésticas na Associação da Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, teve uma surpresa ao ouvir que a necessidade maior era a de diminuir o que denominava de ranço da senzala, que vinculava a doméstica à mucama, a escrava que serve. Não se desconsidera o fato histórico que indica, que na época da escravidão brasileira, os escravos homens realizavam tarefas domésticas. No entanto, esse ranço se faz mais presente na contemporaneidade para as mulheres.

As necessidades sentidas pelas empregadas domésticas referidas por Melo (2002) podem remeter à percepção do escravo no período aristotélico. Nesse período havia trabalhadores livres e escravos, cabendo aos últimos a lida doméstica. A lógica aristotélica colocava os servos (escravos) como instrumentos para o senhor. Eram os escravos tão inferiores que sua força física era considerada os seus melhores atributos e só isso poderia

ser aproveitado deles. É importante frisar que, naquele momento havia uma desvalorização do trabalho, mas ainda não havia uma relação direta entre a mulher e o fazer doméstico. As mulheres também não eram valorizadas, mas o trabalho doméstico era realizado por escravos homens e mulheres. É por ocasião da Revolução Industrial, que os ditames sociais passaram a destinar, com maior intensidade, a mulher aos espaços privados.

Biagolini (1999), em sua dissertação de mestrado, pesquisou junto a famílias residentes na área de abrangência do Hospital Universitário da USP, a vivência pré-natal para as mães de crianças menores de sete anos e identificou que aquelas envolvidas nos serviços domésticos (32,6% das inseridas) apresentaram a pior inserção no mercado de trabalho. A renda familiar per capita, as condições de trabalho e a escolaridade do chefe das famílias reforçaram esses resultados. Verificou que, entre as empregadas domésticas, há uma porcentagem significativamente maior (42,9%) de famílias chefiadas por mulheres e as condições mais precárias de inserção na produção. No momento da gestação, 9,9% do total das mães pesquisadas pela autora não tiveram acesso à assistência pré-natal, sendo que a maior parcela delas estava concentrada (90%) no grupo mais precariamente inserido na produção e no consumo, o das empregadas domésticas. Essas mães mais marginalizadas da produção social, quando excluídas também do atendimento pré-natal, apresentaram na gestação ganho de peso significativamente menor do que as que usufruíram dessa atenção. Esse trabalho contribui para reforçar a necessidade de estar atento às condições concretas de vida dessas mulheres. Sua expressividade no mercado de trabalho ressalta a urgência de estudos que possibilitem avanço no conhecimento científico sobre essa parcela da população desfavorecida econômica e socialmente, criando possibilidades de melhor compreensão e possíveis ações sociais que visem melhorar a qualidade de vida.

Para melhor delinear o quadro de pesquisas realizadas sobre as empregadas domésticas, foi realizada busca no Scielo (www.scielo.org.br), no mês de agosto de 2003, sendo refeita esta busca no mês de janeiro de 2005. Utilizando-se dos descritores: mulher-trabalho doméstico / trabalho doméstico / emprego doméstico / empregada doméstica, não foi encontrado qualquer trabalho. Já com o descritor empregadas domésticas, foi encontrado o artigo de Santana (2003) que pesquisou a incidência anual de acidentes não fatais de acordo com variáveis sócio-demográficas e ocupacionais entre empregadas em serviços

domésticos. Estas, segundo a autora, representam um contingente expressivo da força de trabalho e a alta incidência de acidentes ocupacionais não fatais entre elas, revela a importância de ações apropriadas de prevenção por parte inclusive do sistema de saúde.

Investigando o Banco de Teses da CAPES (www.capes.gov.br), no mês de janeiro de 2005, com base nos últimos seis anos, encontrou-se, com o descritor empregadas domésticas, quatro dissertações de mestrado, sendo uma em Sociologia Política, uma em Antropologia Social, uma em Enfermagem e uma, em História. Tamanini (1997) realizou sua dissertação a respeito do processo de saúde – doença, vivenciado pelas empregadas domésticas, na capital de Santa Catarina, considerando a interação entre gênero e trabalho. Sanches (1998), efetuou em sua dissertação de mestrado (História), um recorte temporal de 1900-1950, para analisar a experiência de vida de empregadas domésticas e as relações de hierarquia, poder e submissão destas com os seus patrões, em Salvador - Bahia.

Brandt (1998), por sua vez, em sua dissertação de mestrado em Antropologia Social, investigou as empregadas domésticas associadas ao sindicato de São Paulo. A autora propôs analisar como se mediam as negociações jurídicas entre patrões e empregadas e a presença da discriminação na forma de pronunciamento dos juizes, por meio da análise sociolinguística de duas situações de interlocução: o encontro entre as partes, mediadas pela sindicalista, e a audiência trabalhista. Por fim, Biagolini (1999), em sua dissertação (Enfermagem), ao buscar formas de trabalho e o viver a maternidade, descobriu que as empregadas domésticas são as que possuem piores condições sociais para garantir a possibilidade de realização de acompanhamento pré-natal, dados já referenciados anteriormente neste projeto.

As teses de doutorado são ainda em menor número: somente duas nos últimos cinco anos. A primeira é de Brites (2001), defendida em Antropologia Social. Foca as relações de poder entre empregadas domésticas e patroas. Trata-se de um estudo etnográfico sobre as relações de poder travadas entre empregadas domésticas e seus empregadores, baseada em trabalho de campo realizado no estado do Espírito Santo, entre 1996 e 1998. A segunda tese é a de Silva (2001), defendida em Sociologia e Antropologia, na qual a autora discute a problemática da inserção dos negros no mundo do trabalho, procurando responder qual a relação entre cor e trabalho no Brasil.

Continuando com a busca de trabalhos no Banco de Teses da Capes, utilizou-se dos descritores maternidade e empregadas domésticas. Nos últimos cinco anos não foi encontrada nenhuma tese de mestrado e/ou doutorado. Somente em anos anteriores a 1997 foram encontradas duas teses dissertações de mestrado. A primeira, de Heidi Maria Camargo (1992), defendida na PUC de São Paulo, é a única oriunda da área da Psicologia. A autora estudou as dinâmicas presentes nas relações entre mãe/empregada/criança por meio do conceito de estigma e da teoria psicanalítica. A outra tese é de Luiz Gonzaga de Medeiros Bezerra (1995), defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de Ciências Sociais. A tese versa sobre o fenômeno do aborto provocado por mulheres que procuraram a Maternidade Januário CICCIO da UFRN no momento de sua efetivação. O estudo mostra o perfil das mulheres que abortam, predominantemente as que trabalham como empregadas domésticas e comerciárias, e as estudantes.

A busca no Banco de Teses da Capes mostrou que a produção científica sobre as empregadas domésticas é reduzida e os resumos pesquisados apresentam diversos erros de digitação, assim como se percebe que não esclarecem, na sua maioria, a população alvo da pesquisa e o método utilizado. Não há uma uniformidade nos resumos, alguns são muito reduzidos, oferecendo apenas uma idéia vaga do que trata a dissertação/tese, dificultando dessa maneira a análise.

Através de busca na Biblioteca Virtual da Psicologia (www.pol.org.br), no mês de julho de 2003, utilizando o descritor empregadas doméstica, encontrou-se o artigo de Santos-Stubbe (1995) que trata do suicídio como fator de alto risco entre as empregadas domésticas. A autora analisa, em uma amostra de 130 empregadas domésticas afro-brasileiras da cidade do Rio de Janeiro, diversos aspectos psicológicos, psiquiátricos e sociológicos que influenciam os altos índices de suicídio nesse grupo profissional. Conclui que esse apresenta, em correlação com as condições de trabalho, de vida e de saúde do grupo, um alto risco no que diz respeito ao suicídio. No mês de janeiro de 2005 ao retornar a busca na Biblioteca, não foi encontrado nenhum artigo, utilizando-se o mesmo descritor.

Considerando a realidade e a expressividade das mulheres empregadas domésticas na sociedade brasileira, tornou-se importante social e cientificamente a produção de conhecimento sobre a especificidade da maternidade para essas mulheres, de maneira que

possibilitaram um olhar mais atento para as suas situações de vida, suas dificuldades para os sentidos atribuídos à geração de um filho. Como significam esse filho, nesse contexto de desigualdades sociais, de exploração masculina e de tensões nas relações intragênero vividas no espaço privado e no espaço doméstico, carregado de construções históricas que intensificam a impossibilidade de mobilidade social.

1.1. O trabalho doméstico e sua historicidade

A Revolução Francesa, segundo Hunt (1991), invadiu os espaços privados em nome do envolvimento com a causa da Revolução. Houve, nesse período, uma confusão entre a vida pública e a familiar, com ingerência do Estado determinando, no campo religioso e nos casamentos, as normas a serem seguidas. Limitavam o papel das mulheres aos de mãe e irmã, ou, no caso das mulheres cujo papel principal é o de objetos sexuais, de prostitutas. Não havia, para as mulheres, qualquer identidade própria, somente a de "servir" aos homens, pois segundo estes, elas seriam incapazes para os papéis públicos.

O corpo, em especial o útero, definia as mulheres como inferiores aos homens, uma vez que elas eram identificadas por suas sexualidades frágeis, e passivas a eles pelo espírito e energia. Nesse contexto, o discurso político, une-se ao médico que reforça as diferenças biológicas como naturalizadoras da dominação e da exploração dos homens sobre as mulheres. Del Priore (1995) indica que esses discursos ocorreram no Brasil Colônia pelas mesmas fontes, porém, pela característica de colonização, acentuava-se o discurso religioso que cumpria a função de fomentar a colonização da nova terra. O processo de adestramento da mulher foi acionado pela Igreja Católica e pelo discurso normativo médico, ou "físico" sobre o funcionamento do corpo. O segundo dava suporte e argumentos ao discurso religioso, ao afirmar que a função natural da mulher era procriar. Somente a maternidade assegurava aceitação religiosa e as mulheres tiveram que se organizar para contemporizar as normas culturais impostas, que as condenava e as constrangiam.

A Revolução Industrial, no final do século XIX, colocou o trabalho diante de uma nova configuração, na medida em que passou a comportar a divisão sexual do trabalho que delimita o fazer produtivo no âmbito público ao homem e as atividades reprodutivas à

mulher, num âmbito privado. Ideologicamente passou a considerar casa e família como complementares e equivalentes, possibilitando, desta forma, a naturalização do trabalho doméstico como inerente à mulher. O cuidar do outro se mistura com o realizar tarefas de manutenção da unidade doméstica.

Eram os homens, segundo Hunt (1991) naturais e biologicamente dotados de condições de controlar a fragilidade e os defeitos femininos, garantindo que as mulheres realizassem o que lhes é incumbido pela natureza: serem mães e cuidarem dos afazeres domésticos. Assim, elas estariam protegidas dos perigos de inverterem, na ótica masculina, a ordem natural das coisas, o lugar de dominância dos homens na sociedade.

O trabalho feminino no começo da década de 1840, na Grã-bretanha, despertou o receio da burguesia, segundo a qual "uma mulher burguesa que trabalhasse para ganhar dinheiro não era feminina. No caso do trabalho das mulheres pobres, as normas eram um pouco diferentes. As mulheres podiam ter um ofício, desde que fosse um prolongamento de seu papel feminino" (Hall, 1991, p. 81). O trabalho de mulheres em minas de carvão na Inglaterra era uma afronta à moral pública e foi combatido rigorosamente por meio de uma campanha vitoriosa inspirada pelos evangélicos, pois os operários ingleses entendiam que suas esposas deveriam ficar reclusas e protegidas em suas casas e, portanto, reivindicavam melhores salários.

A busca pela privacidade negada no período da Revolução Francesa, mas reificada pela Revolução Industrial, começa a destinar aos empregados domésticos (homens e mulheres) um lugar mais distante dos senhores, para garantir maior privacidade a estes. Deveriam os (as) empregados (as) ficar em um local onde pudessem tornar-se o mais invisível possível aos olhos dos patrões.

No Brasil Colônia, a especificidade da necessidade de colonizar as terras, levava os homens a deixarem os lares sob o comando das mulheres, assim elas chefiavam a família na ausência dos maridos. Já neste momento histórico às mulheres deveriam se delimitar aos espaços domésticos, mesmo tendo maior autonomia quanto à condução do cotidiano familiar.

As camadas pobres da sociedade brasileira no início do século XX, principalmente as mulheres, viviam um conflito: o salário do marido não supria as necessidades da família,

porém escapar da miséria significava arriscar-se a "sofrer o pejo da mulher pública" (Fonseca, 2001, p. 516). A trabalhadora assalariada tinha de defender sua reputação moral, pois estar no espaço público infligia a norma oficial. Restava o aceito e desvalorizado trabalho 'honesto', entenda-se 'serviços domésticos'. Segundo Fonseca, "apesar de ser evidente que em muitos casos a mulher trazia o sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava a ser apresentado pelos advogados e até pelas mulheres como mero suplemento à renda masculina", (2001, p. 517), sendo ocultado e minimizado nas falas dos homens e, quando citado, o era de forma negativa. O trabalho doméstico foi sendo naturalizado em um processo histórico que objetivava confinar as mulheres no espaço privado, segundo Fonseca "em um enclausuramento progressivo, as pessoas se retiraram da rede extensa de parentela para investirem no espaço do 'lar doce lar '" (2001, p.520). Os ditames sociais, no entanto, não garantiam as necessidades concretas de sobrevivência e as mulheres, mesmo correndo risco de recriminações, buscavam encontrar brechas para sobreviver. O trabalho doméstico foi, desde o período colonial no Brasil, uma possibilidade de sobrevivência, principalmente, para as mais miseráveis, incluindo as mulheres negras.

A historicidade do trabalho doméstico, trazida por Tamanini (1997), permite perceber as relações entre ele e o universo feminino alertando que, para se considerar as características próprias deste tipo de trabalho, que é marcado pela descontinuidade e pela intermitência, faz-se necessária a redefinição do conceito trabalho. Trata-se de possibilitar análises que não caracterizem como inativa aquela mulher dona de casa, ou como trabalho informal que, ao se estender às empregadas domésticas, traz toda uma carga de significações pertinentes às relações de dominação de classe e de gênero.

O doméstico é visto como um espaço compatível com a privacidade, lugar onde a família se recolhe. Historicamente, na medida que se define o espaço doméstico, reforça-se a autoridade do marido e do pai, e o serviço doméstico perde a função considerado necessária para aprendizagem, tornando-se paulatinamente atribuição feminina e de menor importância social. A partir deste contexto, Tamanini (id.) afirma que o fazer da empregada doméstica é uma possibilidade de trabalho remunerado, porém desvalorizado por ser uma função determinada socialmente para as mulheres por meio de discursos que se reificam nas relações sociais.

1.2. As empregadas domésticas e suas relações no trabalho: uma questão de gênero e classe.

O local de trabalho das empregadas domésticas coloca-as numa situação singular em relação às demais classes de trabalhadoras, pois, aliada à desvalorização do trabalho doméstico, encontra-se uma mulher (empregada), que trabalha para outra mulher (patroa). Ocorre nesse contexto, de acordo com Preuss (1997), um jogo de conflitos intragênero e de classe, porém não há clareza para os participantes quanto a esse jogo. Os vínculos são intrinsecamente ambivalentes: o trabalho da empregada é necessário, mas não deve ocupar o lugar da patroa.

Para Preuss (id.), são relações assimétricas desde a sua origem, uma vez que ser empregada é visto como ser inferior na pirâmide social e ser patroa é ser superior. Ter empregados domésticos historicamente confere status, revela certa dominância social. Ademais, as patroas, atualmente, cada vez mais trabalham fora, mas ainda não conseguem dividir suas tarefas domésticas com seus companheiros. O fazer doméstico mantém-se como naturalmente uma atribuição feminina e, para diminuir as tensões conjugais, as domésticas entram em cena. Possibilitam a manutenção da ordem de dominação masculina e garantem à mulher patroa a liberdade de trabalhar em espaços públicos e obter remuneração concreta, sendo assim mais valorizada do que se ficasse restrita os cuidados do lar.

Ter uma empregada doméstica, no entanto, e sair de casa para trabalhar ou não, confere à relação dessas mulheres, segundo a autora, constante tensão, pois a competição aparece como uma forma de delimitação de papéis e demonstração simbólica dos sentimentos de imposição e rejeição. As desigualdades sociais fazem-se presentes por meio das relações, do dito e do não dito, do olhar que vigia e duvida, do olhar que julga e absolve. As diferenças não são claras, a exploração não é aberta, até porque, na maioria das vezes, o dominado não possui consciência reflexiva da sua própria condição no contexto social.

Saffioti (1992) julga como equivocado o raciocínio de que a consciência de classe só é possível quando os seus membros tornam-se capazes de defender seus próprios interesses.

Essa tese não considera as posições contraditórias vividas no seio da mesma classe social, principalmente pelas diferenças de gênero. Conclui a autora que somente com a percepção e discussão dessas diferenças será possível elevar o nível da consciência de classe. Sendo essa uma possibilidade de refletir sobre as diferenças que incluem as relações de dominação e exploração entre homens e mulheres, e avançar para outras formas de relação que superem essa construção histórica de gênero.

Utilizando-se deste raciocínio que considera as questões de classe e de gênero indissociáveis foi importante estar atento quando se fala de relações intragênero, como é o caso das relações entre empregadas e patroas. Essas mulheres que são submetidas historicamente a relações de dominação-exploração pelos homens, não se apresentam como isentas dessas mesmas categorias. São perpassadas por relações de classe que acabam por reproduzir, no nível micro-social, relações de poder, dominações, explorações, sendo esta reprodução possibilitada por uma subjetividade construída e reconstruída dialeticamente no contexto cultural e histórico. Essas mulheres, empregadas domésticas e patroas, são a síntese histórica de suas relações sociais que trazem em si relações do passado e do presente, de suas realizações e frustrações, dos seus desejos, dos seus prazeres e das suas dores.

Compreender as significações das empregadas domésticas gestantes sobre a sua maternidade e suas relações de trabalho incluiu não desconsiderar que existe um outro olhar nesta situação, o da patroa. Não o deixar de lado é a possibilidade de realizar um processo de aproximação e compreensão desse contexto, não relegando o fato de que este é relacional. Foi necessário manter, também, o cuidado de não fixar em determinações conceituais de classe e de gênero, destituindo o processo dinâmico pelo qual a empregada doméstica se reconhece e é reconhecida e simbolizada como tal em situações concretas, sendo que essas significações retificam o lugar concreto destas e das patroas.

Parafraseando Beauvior (1980): "não se nasce empregada doméstica, não se nasce patroa; torna-se empregada doméstica, torna-se patroa", em uma construção que constitui dinamicamente a subjetividade destas mulheres. Ainda mulheres ocupantes do mesmo lugar nas relações de dominação-exploração exercida pelos homens, trazem em si internalizadas

essas categorias que não excluem as oposições e antagonismos presentes nas relações de classe social.

1.2.1. O espaço doméstico: "cuido, mas não pertença".

Saffioti (1992) ressalta a importância de se estar atento não apenas às condições de trabalho, mas à disposição interna (subjetiva) da pessoa para a execução das atividades. Partindo disto, foi possível pensar sobre as condições concretas de trabalho das empregadas domésticas, que ainda que não sejam analisadas como insalubres, podem ser configuradas como desgastantes, quando não há disposição, desejo e prazer na realização de suas atividades.

Cuidar de um espaço ao qual não pertence e do qual não se é dono, arrumar, cozinhar e limpar incessantemente para os outros, traz em si relações complexas que permeiam as significações das empregadas domésticas sobre suas relações de e no trabalho. Kofes (1994), afirma que, para se compreender as relações empregadas-patroas, é preciso estar atento à condição social da família empregadora que poderá facilitar ou intensificar a realização das tarefas domésticas. É necessário atentar, ainda, ao ciclo de vida da unidade doméstica que trará, no caso de presença de filhos pequenos, maior dependência em relação às empregadas domésticas no cuidado com estes, e maior volume de tarefas no que diz respeito às necessidades do grupo familiar. A intensidade da presença na casa e no acompanhamento das tarefas também deve ser fonte de análise dessas relações.

A partir de todas essas considerações, percebeu-se que, para compreender as relações das empregadas gestantes-patroas é necessário estar atento também a esses aspectos que diferenciam e/ou singularizam a relação dependendo da classe sócio-econômica das patroas, faixa etária e situação conjugal, interferindo na forma de vínculo com a unidade doméstica (registrada ou não), tempo em que está trabalhando na residência e situação de vida pessoal.

O desgaste no trabalho, tanto produtivo como reprodutivo, o consumo, de acordo com Saffioti (1992), não é só da força de trabalho, mas também da energia vital de quem o realiza. As empregadas domésticas estão oferecendo, no seu fazer diário, sua força de trabalho e sua energia vital. Quanto maiores as tensões e o desprazer, mais intenso será o desgaste, conforme argumenta Tamanini (1997). Esse contexto pode se potencializar quando as empregadas domésticas não possuem carga horária definida para intervalos e folgas, fato que se agrava quando elas residem no local de trabalho, confundindo trabalho e moradia como indicam as pesquisas de Preuss (1997) e Kofes (1994).

Complexificando as articulações analíticas, Tamanini (1997) associa o doméstico com as relações intragênero, esse lugar onde a mulher patroa marca sua feminilidade no cuidar do bem estar da família. Ela deverá, por meio de vigilância e da disciplina, fazer a empregada doméstica ser um prolongamento do seu fazer e, para tanto, utiliza-se de estratégias simbólicas que constituem relações ambíguas de cumplicidade e de distância.

O local de trabalho é tratado como lugar de produção e o sentir-se bem é um elemento fundamental para a possibilidade de maior produtividade. Essa afirmação, no entanto, parece infértil para o universo do trabalho doméstico. As condições sócias - econômicas propiciam que o engajamento da empregada doméstica residente se dê em condição próxima à dependência filial, relação atenuada quando se trata de doméstica externa. Contudo, isto se constitui, na realidade da maioria das domésticas, apenas em um discurso de cunho harmonizador da relação. Preuss indica que "A igualdade com a patroa não faz parte das possibilidades, quando ocorre vem acompanhada de fortes competições, pois ao querer ser como a patroa muitas vezes quer ser a titular das posições".(1997 p. 57).

Outro elemento identificado como tensionador é a sexualidade das empregadas domésticas que de acordo com Preuss "(...) emerge, portanto, como um dos campos do jogo de poder em que especificamente as patroas se empenham em neutralizar a empregada". (1997, p. 62). Por parte das patroas a hostilidade é freqüentemente exercida em relação à condição de mulher, há um medo da sexualidade da empregada em relação aos maridos e filhos.

A presença da empregada no espaço doméstico traz à tona essas relações intragênero que não eliminam as condições concretas e historicamente construídas de desigualdades,

dominação e exploração entre camadas sociais. A delegação das tarefas dita femininas da mulher (patroa) para outra (empregada doméstica) é, para Preuss (1997), uma forma perversa de manter a construção de gênero que atribui um papel definido às mulheres, impossibilitando alterações na divisão sexual do trabalho.

1.3. Maternidade: uma construção cultural.

A maternidade, entendida em seu processo histórico de construção, tem permitido nomear a mulher e mãe de diferentes formas, da inferior à perfeita, de papel secundário na procriação à senhora do seu corpo e do destino de sua prole em gestação. No Brasil Colonial, o discurso imperativo da Igreja Católica e da Medicina não dava opções às mulheres, uma vez que seu reconhecimento social só era possível por meio do cumprimento de seu papel de mãe. Para Del Priore (1995):

A maternidade servia ainda para preservar as diferenças de gênero, mantinha papéis ancilares tradicionalmente exercidos por mulheres (a parteira ou comadre, por exemplo) e, finalmente, era um canal de adaptação às novas condições de vida que chegavam com a Era Moderna e o "novo mundo dos trópicos". (1995, p. 28).

A mulher brasileira, não muito diferente da européia, traz em sua história um longo processo de adestramento, que a coloca no lugar de mãe e daquela que serve dentro dos limites do espaço doméstico. Sofreu a dominação que a colocava entre as necessidades concretas da vida, a sua sobrevivência e a de seus filhos, e as imposições sociais que exigiam que abdicasse de ser sujeito e se assujeitasse diante das injustiças sociais, Del Priore (1995).

Na história da mulher do Brasil, segundo Del Priore (1995) há diferenças de classes marcantes, àquelas mulheres que possuíam maior status social, ao engravidarem solteiras recorriam a Igreja que com seu discurso moralizador, obrigava o homem causador de tal

dano, assumir os gastos do parto, reparar os danos seguidos e sustentar a prole, contudo estes direitos eram garantidos se a relação sexual fosse resultado de estupro, mas caso a mulher tivesse consentido a obrigação dos três primeiros anos de sustento do filho era da mulher, depois o homem assumiria. Esta postura eclesiástica tinha como por objetivo um melhor controle do comportamento da mulher, agora mãe solteira, responsabilizando-a por sua prole, mantendo a partir desse fato uma conduta maternal, longe dos prazeres da carne, mantendo a mesma conduta esperada de mulheres viúvas, dedicação exclusiva aos filhos.

As mulheres das classes subalternas, obtinham na ação de pais violentos, uma forma de forçar o homem causador da desonra casar com sua filha. No entanto, quando a gravidez era resultado de relações sexuais em que a mulher não podia revelar o causador da desonra, o destino dos neonatos podia ser infanticídio, ou quando eram mulheres que por sua condição social não encontravam auxílio da Igreja, elas buscavam outras formas de criarem seus filhos, com auxílio de vizinhas e comadres essas crianças circulavam em diversas residências, ou seja, como indica Áries quando se refere a história da infância, as crianças não tinham um lar fixo, em busca de uma melhor qualidade de vida para a prole, ocorria a circulação dessa em diferentes grupos familiares sem perder necessariamente o laço com a mãe biológica.

O Estado e a Igreja procuravam por meio do matrimônio e da maternidade controlar as mulheres e sua sexualidade, e para tornar mais eficiente a função da maternagem, manuais e regras foram criadas para que fossem seguidos pelas mulheres para educarem seus filhos dentro dos ditames da sociedade colonial. (Del Priore, 1995).

O consenso tradicional sobre os laços que uniam mães e filhos já estava tão estabelecidos que não se podia visualizar a maternidade sem uma dose robusta de dor, sofrimento e altruísmo. Altruísmo que, por vezes, beirava o dramático ou o patético.(...) O sofrimento da mãe diante do sofrimento do filho encontrava na piedade, na devoção e nas romarias de que fala João de Barros uma saída viável. O retrato da mãe em lágrimas pela agonia do filho inundou o texto de pregadores e moralista, (...) a exaltação da maternidade e dos cuidados que se devia ter pela prole. (Del Priore, 1995, p. 318).

Os discursos foram lentamente e insistentemente inculcando na sociedade a função exclusiva da maternidade, no entanto isso não poderia estar desvinculado do matrimônio, os filhos concebidos fora do que era colocado como certo e digno eram considerados imperfeições da cristandade e a “aleijados da natureza”. Del priore demarca que esses filhos eram a corporificação dos pecados paternos, mas a tarefa de educar os filhos era responsabilidade da mãe, “... por se de seu comportamento devotado, regrado e piedoso valorizar a vida familiar através de sua relação com seus filhos que as demais possibilidades de convivência parecessem vazias” (1995 p.320).

Historicamente é possível perceber que o comportamento da mulher em relação a sua prole modificou-se, significativamente em função dos discursos de interesse social, Banditer (1985) coloca que até o fim do século XVIII, as taxas de mortalidade infantis eram muitas elevadas, sendo este um argumento utilizado para explicar o desapego e a indiferença de pais e mães em relação aos filhos gerados, contudo a autora pontua que mesmo em séculos anteriores há relatos de mães camponesas que embalavam seus filhos já falecidos, com isto a autora procura clarear que o amor materno não é uma criação do século XVIII e XIX, não sendo, no entanto uma atitude universal.

O amor materno, ou instinto materno pode ser considerado como um sentimento humano, que está sujeito às relações reais de sobrevivência e regras de uma sociedade; portanto, é um sentimento frágil e imperfeito que de acordo com o contexto sócio-histórico se manifesta ou não.

Neste início de terceiro milênio, a perda de um filho, seja este ao nascer, ou na primeira infância é vivenciada com uma dor intensa, sendo que o nascimento de outro filho não poder reparar, cada gestação é vivenciado pela maioria da sociedade como única e imperdível. Mas convivendo com estes discursos e atitudes ainda ouve-se notícias de crianças abandonadas, em latas de lixo, ou enterradas vivas pelas mães. Muitas vezes jovens solteiras que tem receio de enfrentar sozinhas as dificuldades econômicas e as reações de familiares. No sul do país a educação é rígida, através de discursos violentos os pais tentam impedir que suas filhas engravidem fora de uma relação conjugal estável.

Como exemplo será apresentado o caso clínico atendido no período de 1999 a 2001, pela pesquisadora, de uma jovem de dezesseis anos que namorava há um ano e engravidou,

ao consultar um profissional ginecologista e constatar a gravidez, desesperou. Seu pai lhe dizia que se uma filha aparecesse grávida em casa ele quebraria as duas pernas. Essa era a razão do pânico da jovem. O profissional diante da situação ofereceu-lhe uma medicação para abortar (Citotet)⁶ no momento de desespero a jovem aceitou. O aborto foi inevitável e a culpa decorrente dessa mulher causou-lhe anos de culpa, mesmo após ter tido dois filhos do namorado, agora marido. Somente após um longo processo psicoterapêutico ela conseguiu elaborar essa situação que lhe causou episódios de bulimia por mais 18 anos.

O mesmo pai que ameaçava as filhas não percebia que suas filhas eram assediadas sexualmente por seus filhos mais velhos. A jovem deste caso foi assediada desde os seis anos até aos quatorze, quando teve forças para acabar com a situação. Seu sofrimento era intenso, sua menstruação se manifestou aos nove anos, tendo hemorragias que a faziam ficar hospitalizada, período que ela considerava de paz e seguranças, lá ninguém lhe causava sofrimento.

O relato desse caso demonstra que ocorreram mudanças em relação às atitudes quanto ao casamento, namoro e maternidade, mas estas não são lineares para todas as sociedades, a responsabilização da maternidade ainda é muita atribuída e culpabilizada pela mulher, dependendo do contexto sócio-histórico, da situação de classe social e econômica.

E, ainda permanece em muitas culturas a responsabilidade da mãe como educadores, responsáveis pela manutenção da moral e da religião dos filhos, o futuro da prole é ainda neste novo milênio tido como função da mulher, apesar de já ser possível perceber alterações e inclusões dos homens nas funções de cuidados e responsabilidades dos filhos. Mas como o Brasil é um país de grandes proporções territoriais, bem como rico em diversidades étnicas, o que reflete em diferenças significativas nos costumes e hábitos familiares e de relações sociais. O interior da região sul do país é composto de uma povoação de imigrantes europeus, orientais como: libaneses, japoneses e chineses.

Para refletir sobre a maternidade a partir do movimento feminista, Scavone (2001) traz questionamentos sobre como este conceito foi discutido. Retoma as idéias e debates do

⁶ Esse medicamento é indicado para problemas do aparelho digestivo, principalmente em disfunções do estômago. No entanto, têm uma forte ação abortiva em mulheres grávidas nos primeiros três meses de gestação, sendo usado via oral ou vaginal.

final dos anos 60 aos meados da década de 80 do século passado, paralelos a grandes mudanças como a aceleração da industrialização e da urbanização, crescente participação da mulher no mercado de trabalho, controle da fecundidade e, nos anos mais recentes, as Tecnologias Reprodutivas, que mudaram o perfil da prática social da maternidade.

Para discutir sobre a contribuição do Feminismo a autora cita Simone de Beauvoir (1980) como responsável pelo desencadeamento de lutas feministas que defendiam que “ser é tornar-se”, contrapondo-se ao determinismo biológico. “Não se nasce mulher, mas torna-se”, marca a passagem do feminismo igualitário para o feminismo “centrado na mulher-sujeito”, oferecendo a possibilidade da politização das questões privadas. A experiência da maternidade é a chave para explicar a dominação de um sexo sobre o outro, é reconhecida como um “handicap”, um defeito natural da mulher. A determinação biológica é, desde a Revolução Francesa, utilizada como justificativa para a dominação masculina e negar a maternidade por meio da pílula ou do aborto livre é vista como uma forma de subverter essa dominação.

Em um segundo momento do movimento feminista, segundo Scavone (2001), surge a “negação do handicap”, a maternidade passa a ser vista como um poder insubstituível, tendo um lugar nas Ciências Humanas e Sociais referenciado como fonte de poder. Nesta discussão têm-se as contribuições das proposições de Foucault (1998) sobre as relações de poder, possibilitando uma reflexão sobre o poder exercido pelas mulheres na sociedade. Esta corrente feminista reflete sua luta pela afirmação das diferenças e da identidade feminina.

O terceiro momento é o da “desconstrução do handicap”, ou seja, não é a maternidade que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade. Foi com a introdução do conceito de gênero nas ciências sociais que se tornou possível compreender a maternidade como relacional, trazendo assim a paternidade para as discussões. Esse conceito permitiu abordar a maternidade como símbolo de um ideal de realização feminina, ou como opressão da mulher, ou como poder, uma vez que há inúmeras interpretações de um mesmo símbolo.

A realidade social do século XXI exige a busca constante de novas formas de relações humanas, incluindo-se a maternidade. Este emaranhado de busca de sobrevivência

pelas camadas populares e de qualidade de vida pelas camadas médias e altas, leva ao surgimento de uma variedade crescente de tipos de mães. Scavone (2001) indica que estes diferentes tipos de mães são formas de encontrar soluções para os cuidados das crianças. A maternidade transforma-se rapidamente e se define não mais apenas pelos ditames macrosociais, mas também de acordo com as formas de relacionamentos em que ocorre o nascimento de uma criança.

Não se pode, porém, acreditar que a modernidade e os avanços científicos dos métodos anticonceptivos possibilitaram à grande maioria das mulheres a alternativa de opção, a escolha reflexiva da maternidade que depende, sobremaneira, do acesso às informações, das tradições culturais e religiosas, e do conhecimento especializado. São as diferenças econômicas, culturais e as relações de gênero que estruturam e são estruturadas como relações de dominação e exploração e, nesse contexto, a maternidade ainda compromete as mulheres, separa-as socialmente dos homens e pode legitimar a dominação masculina.

1.3.1. As empregadas domésticas e a maternidade.

Falar da maternidade requer pensar a impossibilidade de se analisar esse conceito sem considerar como foi construído, destruído e reconstruído ao longo da história humana. A determinação biológica foi usada e abusada para justificar as diferenças entre homens e mulheres. No Brasil no início do século XX, as normas sociais “... ditavam que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua”. (Fonseca, 2001, p. 517). No entanto, essa era uma realidade para a elite social, mas não para as classes populares, em que as mulheres tinham necessidade de buscar trabalho, principalmente aquelas que o marido viajavam em busca de novos empregos. Ou daquelas mulheres que precisavam complementar a renda familiar, então as mães pobres trabalharam fora, sendo que de acordo com Fonseca (2001, p. 517) “(...) as estatísticas sobre o Rio Grande do Sul em 1900 mostram que cerca de 42% da população economicamente ativa era feminina: as mulheres trabalhavam principalmente em serviços domésticos (...)”. Embora naquela época trabalhar

fora fosse algo que colocava sob suspeita sua honra, esse risco não era maior do que a necessidade de sobrevivência.

Para ser compreendida a maternidade para as mulheres pobres, de acordo Fonseca (2001), no início do século XX, torna-se necessário que seja pensada para além da família conjugal. A unidade doméstica é perpassada por redes sociais, essas eram em muitas situações formas de criar estratégias coletivas para garantir a sobrevivência das crianças. O cuidado das crianças cabia a uma mulher, mas necessariamente não era a mãe biológica, essa função podia ser realizada por avós, criadeiras, mãe de criação. A concepção de acordo com Fonseca (2001) de amor materno não estava vinculada necessariamente ao acompanhamento pessoal e íntimo dos filhos, mas sim à responsabilidade de zelar pelo bem estar de seus filhos. O que garantia que o vínculo mãe-filho não fosse rompido era os laços de sangue que davam uma identidade familiar muitas vezes extensas.

Para contextualizar a maternidade no caso das empregadas domésticas, Souza (2002) traz uma contribuição importante. Em seu trabalho, utilizou um questionário padrão em 45 domésticas, um grupo focal organizado sob a forma de uma oficina de sexualidade e saúde com 21 domésticas, entrevistas semi-estruturadas para coletar a história do sindicato e o principal, que foram as entrevistas em profundidade para coletar histórias de vida de 14 domésticas.

Metade dessas mulheres tinha entre 21 e 45 anos e, a outra metade, acima de 46 anos, em sua maioria participantes da diretoria do Sindicato. De acordo com a pesquisadora, os serviços de saúde possuem programas que propõem o atendimento integral à mulher. Contudo, os serviços não oferecem as informações e os atendimentos necessários para garantir a possibilidade de escolha às mulheres quanto aos seus direitos reprodutivos e demais cuidados à saúde.

A condição de pobreza impede muitas vezes até a locomoção aos ambulatórios de saúde. No caso das domésticas, as restrições são de ordem econômica, sendo mais imposições do trabalho, ao cuidar “das tarefas de reprodução social de uma outra família, ela dificilmente pode considerar sua própria reprodução”. (Souza, 2002, p. 65). Há uma proibição velada à reprodução biológica, uma vez que estar grávida traz uma série de

dificuldades à família empregadora, pois a dedicação exclusiva da doméstica fica ameaçada pela vida pessoal desta.

O controle da sexualidade da empregada é indicado também em outros trabalhos como os de Preuss (1997), Tamanini (1997) e Kofes (1994). As condições impostas à trabalhadora doméstica dificultam sua possibilidade de vida social, de conhecer potenciais parceiros, casarem e constituírem família. Esses aspectos são limitadores do ser mulher, do ser cidadã. O bom comportamento exigido pelas patroas e patrões e, entendido pelas empregadas, serve de 'cortina' para uma forma de negar seus direitos e, de acordo com Souza (2002):

Apesar de não situar a sexualidade e a reprodução na esfera da cidadania, e de terem apenas vagas noções de direitos reprodutivos (mesmo os vinculados ao trabalho como a licença maternidade), as domésticas reconhecem que tais proibições ferem o respeito à sua pessoa e sua autodeterminação. Souza (2002, p. 66).

A situação mais difícil quanto à sexualidade e à maternidade, segundo Souza (id.), é vivenciada pelas domésticas residentes quando estas têm filhos. A rotina do trabalho dificulta o contato com os mesmos.

Ainda de acordo com a mesma autora, as domésticas não-residentes possuem uma melhor elaboração de seus direitos, um senso de entitlement⁷ mais amplo justamente pela possibilidade maior de trânsito social e independência econômica em relação ao seu companheiro. Quanto aos seus direitos reprodutivos, a concepção limita-se a poder determinar o número de filhos, não atingindo aquelas sobre o domínio do seu corpo, da reprodução e da sexualidade. Pode-se, nesse caso, pensar que “As elaborações culturais a seu respeito se remetem à construção do gênero e mais especificamente aos papéis de esposa e mãe, que são tão básicos para a identidade feminina”.(Souza, 2002, p.69).

⁷ . Não havendo um termo equivalente em português, adota-se o significado atribuído por Souza (2001, p.57): "estar ou sentir-se autorizado a algo independente de legitimação externa".

Ao mesmo tempo, trazem à tona a complexidade de se alcançar mudanças significativas nas relações de gênero. Para essas mulheres, a reprodução (biológica) é inerente à função feminina e só é possível contorná-la com a ajuda de outras mulheres. Planejar e compartilhar essas situações com os parceiros não é percebido ou visto como possível para elas. A maternidade, para as empregadas domésticas, dá visibilidade à sua vida concreta, sua condição social, sua etnia e seu lugar de mulher numa sociedade que se modifica, mas ainda apresenta, principalmente nas camadas mais pobres, a dominação masculina perpassando a vida destas mulheres de forma a aumentar ainda mais a tensão vivida como trabalhadoras e mães.

Tornou-se necessário, portanto, possibilitar um espaço para ouvir as empregadas domésticas não somente para identificar e compreender relações de trabalho, mas para ouvi-las como mulheres e mães. Tentou-se avançar para uma compreensão para além das pesquisas citadas, não desmerecendo o conhecimento construído, mas abrindo a possibilidade de um novo olhar para este universo feminino.

1.4. Saúde pública e os direitos reprodutivos.

A saúde pública e os direitos reprodutivos não eram foco de atenção das políticas públicas no Brasil no do século XIX. O desenvolvimento da ciência era precária neste momento, a ação governamental de saúde se restringia mais a atividades de fiscalização e regulamentação das condições sanitárias.

A saúde da mulher, o processo gestacional, bem como os processos reprodutivos ficavam a mercê das parteiras e curandeiras. Quando ocorriam problemas no parto, ou infecções do aparelho genital (doenças venéreas), os médicos tratavam os pacientes nos domicílios. (Mandú, 2004).

No início do século XX as mudanças do contexto brasileiro, com a reorganização produtiva, política e geográfica foram iniciadas campanhas educativas, policiamento sanitário, saneamento de portos e cidades, imunização de massa e isolamento de doentes.

De acordo com Mandú (2004), no início do século XX a preocupação maior voltava-se para o controle das doenças venéreas. Somente nas décadas de vinte e trinta, do

século XX, é que se iniciam ações dirigidas à infância, maternidade e profilaxia. Ainda pautadas num modelo médico-sanitário, as atividades visam à educação da população com o objetivo de realizar tratamentos precoces. É neste momento que se inicia uma maior preocupação das ações governamentais à reprodução, maternidade e a aspectos da sexualidade, relacionando esses temas com medidas educativas.

A assistência materno-infantil se torna prioritária depois de meados da década de quarenta, incluindo auxílio financeiro e programas alimentares e educativos. Após a segunda Guerra Mundial as tensões causadas pelo desenvolvimento industrial, as ações governamentais procuram garantir as bases sociais e políticas para o desenvolvimento econômico, criando inclusive a assistência à puericultura, incluindo de acordo Mandú (2001) tecnologias de controle da gestação, cuidado materno à criança, controle pré-nupcial da saúde, como medida preventiva das doenças venéreas.

Com o agravamento do quadro econômico no Brasil a partir da década de setenta, período ainda da ditadura, o governo restringe os gastos, incluindo os órgãos responsáveis pela saúde. As novas diretrizes o governo propôs a formalização de assistência à gravidez, parto e puerpério, estímulo a amamentação e medidas de espaçamento entre as gestações, com esta última medida o Brasil começa entrar em consonância com a necessidade de controle do crescimento populacional mundial, que já era tema desde a década de 50. É importante ressaltar que o controle reprodutivo incluía somente as mulheres, negando as especificidades individuais das mulheres em seus processos gestacionais, os conhecimentos e práticas se centralizavam em processos fisiopatológicos, firmando o parto como um processo eminentemente biológico. Os procedimentos hospitalares, que teve um crescimento acentuado na década de 70, centravam-se em tornar prático e seguro os procedimentos médicos, sendo a identidade da mulher secundária neste planejamento.

Os direitos das mulheres por atendimentos humanizados nas unidades hospitalares são temas de menor importância. A assepsia, o controle e a seqüência dos procedimentos eram prioritários, ao entrar na maternidade a mulher perde sua identidade e passa a ser uma paciente que deverá seguir uma série de procedimentos para facilitar a intervenção do médico e garantir a profilaxia.

Giffin (2002) pontua que o processo de controle de fecundidade no Brasil é caracterizado por ela como um caso de “modernidade perversa”, pois se encontra no Brasil uma alta taxa de uso e os métodos usados são modernos, a perversidade esta no fato de que as escolhas reprodutivas são altamente condicionadas a pobreza e falta de cidadania. O governo não garante acesso aos métodos contraceptivos e nem as informações que possibilitem escolhas de planejamento familiar, ou de proteção individual da sexualidade.

As ações de Saúde Pública deveriam incluir a concepção de direitos reprodutivos e direitos sexuais, de acordo com Ávila (2004) os primeiros dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva. No caso dos direitos sexuais é o respeito à igualdade e liberdade no exercício da sexualidade. A luta das mulheres por uma autonomia de decisão na vida reprodutiva, rompendo com uma moralidade conservadora que as submetia a sexualidade para reprodução, são marcos das lutas feministas que buscam ações mais eficazes, que estejam integrados a um movimento mais amplo de construção da democracia.

As mulheres precisam de acordo com Ávila (2004) romper com a heteronomia que foram historicamente submetidas pelos homens, sendo que a mesma autora resgata o que Chauí expõem com clareza sobre a relação da concepção de direito e poder:

(...) na sociedade brasileira, a maioria da população está desprovida de direitos porque está desprovida de poderes. E, que, portanto, o processo político no Brasil, ao ser um processo de criação de direitos, é um processo de constituição de poderes, populares, sociais, culturais – que exprimem como poderes políticos. Nós estamos num processo de constituição dos direitos-poderes, mas nós não os temos ainda. O que temos é aquilo que ainda classicamente se chama à democracia formal. Mas é preciso uma democracia social e cultural. (Chauí, apud Ávila, 2003, p. 467).

Ávila (2004) indica que para que se possam exercer os direitos reprodutivos, serão necessários modificar o princípio da prescrição e controle da medicina e das políticas públicas para voltar-se para o princípio da ética e da liberdade, considerando as desigualdades de gênero, de classe, de raça e de expressão sexual. Ou seja, é à busca da

construção de uma política pública de saúde comprometida com a promoção integral dos direitos reprodutivos e sexuais, que possa representar uma conquista política da democracia.

O que as mulheres gestantes das camadas populares, e não em sua totalidade, tem acesso neste início do segundo milênio é um serviço de pré-natal deficitário que de acordo com Giffin (2002):

As deficiências do pré-natal são refletidas no fato de que, no período entre 1991-1996, 14% das gestantes de nascidos vivos não tiveram nenhuma assistência pré-natal, 36% não fizeram vacinação antitetânica e 72% não tiveram nenhuma consulta pós-parto⁸. No que diz respeito à qualidade da atenção, a relação médico-paciente ainda é alvo de preocupação, e infelizmente, não se tem notícias de uma melhoria com a “feminilização” da profissão médica nas últimas décadas, (Giffin, 2002, p.6).

⁸ Esses dados foram obtidos pela autora Giffin por meio da BEMFAM, 1996.

2

MÉTODO

A pergunta de pesquisa deste trabalho iniciou com a busca de compreender a maternidade ouvindo essas mulheres empregadas domésticas, oriundas de setores de baixa renda⁹. Foram informantes deste trabalho empregadas domésticas gestantes, que estavam vivenciando o final do segundo trimestre de gravidez. Esta delimitação fez-se necessária pelo fato de que, nesse estágio de desenvolvimento da gravidez, a mulher vivencia com mais intensidade a presença do feto, por seu tamanho e pela percepção dos movimentos intra-útero do mesmo. Também é nesse período que a gravidez torna-se mais evidente para os outros (que convivem com as mulheres gestantes, incluindo patroas e patrões) pelo volume do ventre materno.

O corpo da mulher modifica-se, o modo de se vestir, sua postura, enfim a gravidez a partir de então se torna mais visível, contrariando a necessidade da empregada doméstica ser eficiente em sua invisibilidade. O terceiro trimestre de gestação impõe, pelo desenvolvimento do feto, mal estar físico. Estar volumosa dificulta as suas atividades habituais. A lei proíbe que uma mulher grávida seja dispensada, mas não impede que ela seja acumulada de trabalho até o último momento, o que indica a ambivalência da sociedade em relação à maternidade.

As empregadas domésticas entrevistadas eram externas, sendo três mensalistas e duas diaristas. Elas identificaram-se como empregadas domésticas, ainda que nenhuma

⁹ A vivência da pesquisadora num hospital maternidade por quatro anos e meio, período em que a mesma teve suas duas filhas, acrescido da experiência por meio de um trabalho de pesquisa ouvindo mães de recém-nascidos internados em uma UTI- Neonatal (2002).

delas tivesse contrato formal de trabalho, sendo que três foram registradas por ocasião da gravidez. As duas diaristas mantinham dias fixos de trabalho e mais de dois dias em cada residência, o que lhes garante vínculo empregatício.

A população alvo foi diferenciada por não se constituir exclusivamente de empregadas domésticas residentes, uma vez que estas já mereceram pesquisas como as de Azeredo (1989), Kofes (1994), Preuss (1997) e Tamanini (1997). Essas mulheres gestantes que trabalham como empregadas domésticas, retornam para suas casas, para o seu fazer doméstico, seu companheiro e, em alguns casos, seus filhos.

O grupo estudado reside em dois municípios vizinhos, de pequeno porte, da região sul do país. O primeiro possui em média 31 mil habitantes, sendo que em torno de 15 mil mulheres, e, o segundo, tem em média 48 mil habitantes, sendo em torno de 24 mil mulheres¹⁰. A população estudada demarca especificidades históricas, diferenciando-a em relação a outras pesquisas realizadas com empregadas domésticas no contexto nacional.

Com o objetivo de testar o roteiro de entrevistas, preparado com intuito norteador, foi realizado uma entrevista teste. A localização desta empregada doméstica gestante ocorreu na sala dos professores da universidade. Comentando com uma professora de Biologia sobre o mestrado, e sobre o tema da pesquisa, ela prontamente disse que poderia ajudar indicando a empregada doméstica da sua irmã e da sua mãe, que estava grávida de sete meses.

A referida professora comentou que seria favorável uma psicóloga conversar com a empregada doméstica, porque esta não gostava muito de criança, e se encontra grávida do segundo filho. Naquele momento foi demarcado com a colega professora que a finalidade da entrevista era investigativa, e não de intervenção psicoterapêutica. Após, as devidas explicações para a professora, ela disse que assim mesmo achava que seria possível marcar com a referida empregada doméstica. Então forneceu o telefone do trabalho dela para que fosse possível fazer o contato.

Realizar esta entrevista permitiu perceber o que estava faltando no roteiro, bem como perceber a minha angústia inicial. Ouvir a fita foi um exercício produtivo, no sentido

¹⁰ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 - Malha Municipal do Brasil 1997.

de identificar o quanto à forma como o pesquisador conduz a entrevista interfere na qualidade das informações obtidas, bem como perceber os momentos em que foram interrompidas a fala da informante e as perguntas que induziam as suas respostas.

Apesar de ser uma entrevista teste, ela foi extremamente rica em informações e percepções sobre o trabalho doméstico na vida dessa mulher, bem como as significações singulares que cada sujeito imprime a suas vivências.

Após a entrevista teste, para iniciar a pesquisa realizou-se um contato junto às Unidades de Saúde dos municípios, para verificar a possibilidade de identificação das gestantes empregadas domésticas. No município que possui o Programa da Saúde da Família, no mês de agosto de 2003, segundo informações da enfermeira do Sistema Único de Saúde, havia 16 empregadas domésticas realizando o acompanhamento pré-natal em unidades integradas ao SUS, realizei novo contato no início do mês de março de 2004, sendo que através das informações fornecidas por estes profissionais foi possível localizar três empregadas domésticas que atendiam à especificação de estarem no final do segundo trimestre de gravidez. As agentes de saúde forneceram o nome, o endereço e o tempo gestacional das mulheres indicadas, e se colocaram a disposição para conversar com as mulheres, caso elas não aceitassem participar da pesquisa. Isso não foi necessário, pois todas foram muito receptivas após a apresentação.

No outro município não foi possível determinar a quantidade de empregadas domésticas gestantes por ocasião do projeto, pois não há o Programa de Saúde da Família. No entanto, a enfermeira, com quem foi realizado o contato, em agosto de 2003, garantiu que seria possível a identificação através das fichas de registros das gestantes, colocando-se a disposição para auxiliar neste processo. Em fevereiro de 2004, realizou-se novo contato com a referida profissional. Ela se dispôs a auxiliar na identificação, porém segundo a mesma, estava difícil localizar essas mulheres naquela unidade de saúde. Ela realizou, um telefonema para outro posto de saúde do município, em um dos maiores bairros da periferia, e lá foi localizada uma empregada doméstica. Uma auxiliar de enfermagem daquele posto de saúde forneceu o nome e o telefone para realizar o contato. Quando foi telefonado, a pesquisadora se apresentou, explicando o objetivo da pesquisa e realizou o convite para

realizar uma entrevista, a mulher empregada doméstica aceitou prontamente participar da pesquisa.

A localização dos sujeitos não foi obtida somente via informações de profissionais da saúde. Por ocasião de um projeto de extensão universitária, do qual a pesquisadora era orientadora, de uma acadêmica de sétima fase do curso de Psicologia - que tinha como objetivo ser um espaço para um curso de apoio a gestantes do SUS - foi possível o contato com uma empregada doméstica grávida, no final do segundo trimestre. Aproveitando a ocasião, a pesquisadora realizou o convite para participar da pesquisa. A mesma aceitou e deixou o telefone para contato posterior.

A principal fonte de informação foi o discurso das empregadas domésticas gestantes sobre a maternidade, obtido por meio de entrevistas semi-estruturadas. Contudo, as observações decorrentes do processo de identificação dos sujeitos, dos contatos realizados, das situações que envolvem os ambientes em que se encontram as mulheres foram consideradas, também, fontes importantes de informação.

Todas as observações, fatos, percepções foram registradas no caderno de campo, incluindo as informações referentes aos contatos com os sujeitos, ambiente da residência, contatos com familiares, bem como impressões durante as entrevistas. Estas por sua vez, foram dirigidas por roteiro semi-estruturado, constituído de blocos temáticos. Iniciando pelo Bloco de Identificação, sendo que os blocos subseqüentes tinham uma pergunta chave que era dirigida aos sujeitos, e itens norteadores do referido tema que foram auxiliares durante a entrevista na coleta das informações. Após o contato inicial, e a explicação da pesquisa, sendo a resposta positiva ao convite para participar da pesquisa, era lido o Termo de Consentimento Esclarecido. Este termo continha informações que esclareciam os objetivos da pesquisa e a forma delas contatarem com a pesquisadora. Dando-lhe uma cópia para acompanhar, era realizada a leitura do documento. Após as explicações necessárias, era solicitada a carteira de identidade da informante, para preencher o documento, em seguida a pesquisadora assinava, e solicitava que a informante assinasse, em duas vias, ficando uma cópia para a pesquisadora e outra para a informante da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas na íntegra. Solicitou-se permissão para utilização do gravador e este foi colocado em local visível, para possibilitar ao sujeito desligar caso desejasse.

2.1. O caminho de identificação de cada um das mulheres empregadas domésticas gestantes.

Para esta pesquisa foram realizadas seis entrevistas, sendo a primeira considerada como teste, e não utilizada para o processo de análise. Estes encontros tiveram uma duração de aproximadamente duas horas, entre conversa informal e a gravação da entrevista. Posteriormente foi realizada uma entrevista recorrente com todas as mulheres. A seguir será apresentado o percurso de identificação de Joana, Maria, Janete, Marlene e Lúcia.¹¹

A identificação de **Joana** ocorreu através do contato com o Posto de Saúde de um dos bairros da cidade, e, através da auxiliar de enfermagem do referido posto. Obtive o nome e o telefone de Joana.

Realizei o primeiro contato por telefone no dia 14/04/04, por volta das 20:00h. O telefone era da mãe dela, que a chamou. Iniciei a conversa me apresentando. Expliquei quem me forneceu o seu telefone, passando a seguir a explicar sobre a pesquisa e a convidei a participar. Inicialmente Joana pareceu ficar confusa, mas, no decorrer da conversa, demonstrou interesse em participar. Marcamos, então a entrevista para o dia 21/04/04 às 14:00h, este primeiro encontro durou em torno de duas horas, entre conversa informal e a entrevista propriamente dita.

Num segundo contato, no dia 23/07/04, Joana não estava em casa. Fui recebida por suas filhas e seu irmão mais novo. Seu bebê nasceu dia 16/05/04 de parto normal e no dia 23/07/04 ela já retornou ao trabalho na mesma residência em que trabalhava antes, somente no período da tarde. A criança está sendo amamentando pela manhã e a tarde é oferecido mamadeira. Fui convidada para conhecê-la, pelo irmão mais novo da Joana. A criança no

¹¹ Para garantir o sigilo das informantes, os nomes aqui utilizados são fictícios. Essa nomeação tem como objetivo trazer a história de vidas dessas mulheres de forma mais próxima da realidade e da riqueza da singularidade da trajetória de cada uma delas.

segundo andar da casa, onde mora a mãe de Joana e mais dois irmãos casados. Naquele momento tinham cinco mulheres na residência, sendo que a irmã dela também teve bebê recentemente, no dia 10 de maio.

A filha de Joana estava deitada no chão sobre cobertas. Pedi a avó materna se poderia pegá-la no colo, peguei-a. É uma criança saudável que olhava de forma fixa para meu rosto. Estava bem enrolada, sendo que não era possível ela soltar os braços. Enrolar os recém-nascidos, é um costume antigo nesta região, reforçado muito pelas mulheres mais velhas. Acreditavam que assim a criança não se machucaria e desenvolveria as pernas retas. A irmã de Joana que também deu a luz a uma criança comentou que elas estavam bem de saúde, e Joana se sentia tão bem que resolveu voltar a trabalhar.

Avisei que retornaria num outro dia, no período da manhã, para poder falar com Joana. Este retorno ocorreu no dia 18/08/04. Ela estava em casa lavando roupa. Sua filha estava dormindo. Ela recebeu-me com visível satisfação, parecia muito bem. Comentou que retornou ao trabalho porque a patroa veio lhe chamar e que era necessário pela questão financeira. Neste encontro, realizei a entrevista recorrente, revendo informações e acrescentando questões não levantadas anteriormente. Durante este contato, as filhas de Joana permaneceram ao seu lado. Joana abraçava-as, acariciava-as de forma tranqüila e não demonstrou incômodo com a presença das meninas. A criança de três meses estava dormindo e não foi possível vê-lo nesta ocasião.

A identificação de **Maria** deu-se através de contato com a enfermeira responsável pelo Programa de Saúde da Família do bairro que a assiste.

A enfermeira forneceu o endereço e no dia 21/04/04 fui até a residência de Maria. Ela havia se mudado. Então uma vizinha Sra. Luiza explicou que a mesma só viria às 18:00h, pois apesar de ser feriado a mesma estava trabalhando e sua filhinha estava na sua casa, pois neste dia não há creche. Retornei às 17:45h e Maria ainda não havia chegado. A Sra. Luiza ofereceu o número do telefone da sua casa para que eu telefonasse às 18:15h, pois, com certeza Maria estaria em sua casa para pegar a filha. Dona Luiza comentou que Maria trabalha por mês em três residências e se locomove de bicicleta. “Ela nem está muito barriguda... quando fica em casa fica ruim, outro dia pensei: ela não vai agüentar trabalhar hoje, depois liguei para a casa que ela tava e ela tava bem”.

Liguei às 18:15h, apresentei-me e expliquei o que queria. Então ela falou que o bebê é esperado para domingo e perguntei se ela poderia receber-me a no dia seguinte. Ela aceitou e disse que seria depois das 17:30h, pois teria que pegar a filha na creche antes. Foi marcada a entrevista para as 18:30h.

No dia da entrevista, ao chegar em sua casa, ela não estava. Quando eu estava retornando, encontrei-a saindo da casa da vizinha. Ela cumprimentou-me animada, convidei-a para ir de carro até a sua casa. Ela aceitou. Maria deixou a filha na vizinha alegando que ela não deixaria a conversa ocorrer com tranquilidade.

No dia 23/07/04 retornei à residência de Maria para realizar a entrevista recorrente. A mesma não se encontrava em casa. Dirigi-me à casa de Dona Luiza, e ela também não estava, mas suas filhas estavam, sendo que quem estava cuidando do bebê de Maria era a filha de dona Luiza de 14 anos. Fui convidada a entrar e conhecer o bebê. A adolescente comentou que o bebê é muito calmo, que não está sendo amamentado pela mãe, porque ela fica o dia todo fora, sai às 7:30h e retorna após 18:30h.

A entrevista recorrente ocorreu no dia 15 de setembro de 2004. Cheguei a sua casa por volta das 18:00h e fiquei aguardando Maria até 19:39h, quando ela chegou e foi pegar a sua criança na casa de uma vizinha. Este contato durou em torno de uma hora e meia, pois ela estava gripada, chorosa e com fome. Interrompemos a leitura da entrevista, várias vezes para atendê-la, mesmo seu companheiro lhe ajudando o tempo todo: ele inicialmente lavou a louça, que estava sobre a pia, depois limpou o fogão a gás, em seguida começou preparar o jantar, bem como a mamadeira para a criança, e acompanhou a leitura da entrevista, participando com comentários sobre a necessidade de Maria cuidar mais da sua saúde, pois ela trabalha demais e não fez ainda o retorno ao ginecologista, sendo que a menina está com quatro meses. Aproveitei para tirar algumas dúvidas sobre a entrevista, bem como realizei novas questões sobre o que Maria desejava sobre o futuro das suas filhas, bem como se ela recomendaria o seu trabalho para suas filhas.

Maria estava muito alegre e falante, seu companheiro procurou participar mais neste contato. Convidaram para retornar e ele frisou que ela trabalha muitas vezes até no domingo.

A localização de **Janete** foi realizada através do mesmo relatório que permitiu identificar Maria, porém em outro bairro da periferia da cidade. Entrei em contato com a enfermeira responsável pelo posto de Saúde do bairro que assiste Janete. Através do endereço fornecido localizei a casa da mesma. Ela não estava (por volta das 16:00h do dia 05/05/04), pois tinha ido buscar o filho na creche.

Ao localizar a casa, fui atendida por um homem, que depois soube ser irmão de Janete, que passa muitas vezes o dia ali, pois o mesmo não tem um bom relacionamento com o pai. O homem informou que ela já deveria estar voltando. Aguardei no carro e em poucos minutos, duas mulheres se aproximaram. Uma delas era Janete. Ela se identificou, perguntei se poderíamos conversar um pouco, ela consentiu. Expliquei sobre a pesquisa, quem havia indicado seu nome e endereço perguntei se ela aceitava fazer a entrevista. Ela de imediato aceitou e propôs ser naquele mesmo dia, porém não foi possível por limites meus de tempo.

Sugeri a sexta-feira, dia 07/05/05. Ela disse que poderia só após as 13:00h. Marcamos para as 14:00h. Já nesse primeiro encontro, ela comentou que não queria ter engravidado e não saberia fazer depois para não ter mais filhos, “comprimidos não dava certo”, ela comentou.

No dia 07/05/04 – devido a alguns problemas de ordem profissional, atrasei e só cheguei na casa de Janete por volta das 14:35h. Ao chegar lá não a encontrei. Seu irmão avisou que ela esperou até 14:10h e foi na reunião do filho na creche, que fica a duas quadras de sua casa. Indaguei se a reunião demoraria e ele falou que achava que não, sugerindo fosse até lá e falasse com ela. Aceitando a sugestão fui até a creche. Pedi para chamá-la. Ela veio pedindo desculpas por não ter esperado mais. Falei que quem deveria pedir desculpas pelo atraso era eu, expliquei que tive problemas e perguntei se poderia esperá-la, para realizar a entrevista após a reunião. A princípio ela disse que sairia da reunião, porém expliquei que poderia lhe esperar sem problemas.

Aguardei no carro em torno de uma hora, ela saiu sorridente da reunião com seu filho. Disse estar feliz com a homenagem que fizeram para as mães, entrou no carro e nos dirigimos para a sua casa.

Chegando lá, ela apresentou seu irmão e pediu para este cuidar do menino. Janete e eu ficamos sentadas na sala, em cadeiras em volta de uma mesa, Havia também uma estante com aparelho de som pequeno, uma televisão e alguns enfeites. O seu filho ficou circulando entre a sala e a varanda onde estava seu tio que brincou com ele durante a entrevista.

No dia 23/07/04 foi realizado mais um contato com Janete. Ela estava em casa por volta das 16:00h, recebeu-me com visível satisfação, desculpando-se que estava fazendo faxina. Nesta ocasião revimos a entrevista já transcrita, bem como novas questões não levantadas anteriormente. Janete demonstrou estar muito preocupada com seu irmão que, segundo ela está tendo pensamentos alucinatórios. Ela queixou-se de sentir muito cansaço, segundo informações da médica ela está com anemia leve, mas esta não lhe deu suplemento alimentar. Solicitou que eu retornasse mais vezes, principalmente para conversar em algum momento com a sua mãe para lhe orientar “sobre o que se pode fazer em relação ao seu irmão”, e para conhecer a mulher “*maravilhosa*” que é sua mãe.

Marlene foi localizada através do Posto de Saúde do seu bairro, por meio de informações dos agentes comunitários. A primeira vez em que fui na sua casa foi no dia 28 de abril, por volta das 17:00h. Fui recebida por uma senhora que avisou que ela só estaria em casa após as 18:30h, e aos sábados somente após as 14:00h. Indaguei se havia alguma maneira de falar com ela e a senhora forneceu o número de telefone da casa da patroa, assim como me ensinou como chegar até lá. Aproveitei para perguntar em qual mês de gravidez ela estava e a senhora respondeu que o “neném é para julho”.

Telefonei no mesmo dia, mas não foi possível falar com Marlene porque a sua patroa estava abrindo uma loja e o telefone estava ligado só naquele local, não sendo possível chamá-la. No dia seguinte tentei novamente, e a patroa informou que seria melhor ligar ao meio dia, o que fiz várias vezes sem obter sucesso.

Por ocasião do retorno de uma entrevista, com informante no mesmo bairro, no dia 7/05/04 por volta das 17:00h. Sabendo o endereço, fui até o local do seu trabalho. Identifiquei-me para dois rapazes que atendiam na loja e perguntei se poderia falar com Marlene. Um dos rapazes tentou falar com ela por telefone, mas não conseguiu. Orientou-me para que fosse até a residência ficava no sobrado ao lado.

Fui até lá, bati palmas e, apareceu uma mulher jovem, grávida, magra, loira e com uma vassoura na mão. Perguntei se era Marlene e ela confirmou meio desconfiada. Apresentei-me e falei que já havia tentado falar com ela por telefone e não havia conseguido. Ela sorrindo, mais tranqüila disse que a patroa havia falado para ela e explicou as mudanças ocorridas, bem como os problemas com o telefone. Expliquei o motivo de estar lhe procurando, falei da pesquisa e perguntei se ela aceitaria participar. Inicialmente ela pareceu não ter entendido o que eu queria, demonstrou certa apreensão e desconfiança. Expliquei que seriam perguntas simples sobre a sua vida pessoal e profissional, e que levaria mais ou menos uma hora e meia. Ela perguntou quando seria, informei que seria quando ela achasse melhor. Ela disse que teria uma consulta na próxima quinta-feira (13/05) pela manhã, e caso terminasse cedo, ela ligaria. Durante a conversa havia um cachorro por perto que latia muito e ela várias vezes parou de falar para gritar com ele, ameaçando-o para que ficasse quieto.

No dia 13/05 ela não ligou. Tive a iniciativa de ligar na sexta-feira à tarde, perguntando se ela poderia receber-me no sábado. Ela disse que não sabia a que horas sairia do serviço, e ofereci para lhe dar uma carona para casa. Ela recusou dizendo estava com a bicicleta e preferia chegar primeiro em casa para dar uma arrumada. Ficou acertado, então que se fosse possível ela ligaria ainda no sábado dia 15/05. Pedi desculpas por não ter ligado no dia anterior e explicou que a consulta só saiu às 11:00h da manhã.

No dia 15/05, ela ligou por volta das 16:45h, desculpou-se pela demora e disse que eu poderia ir até a sua casa. Porém por questões pessoais, eu expliquei que não poderia ir, e perguntei se seria possível ela receber-me no domingo. Marlene relutou um pouco dizendo que queria sair depois do almoço. Sugeri fazer a entrevista pela manhã, no horário que ela preferisse, e então ela propôs às 10:00h, por que assim ela já teria arrumado a casa e lavado a roupa.

Finalmente, no dia 16/05/04 cheguei na sua casa às 9:55h. Ela já estava esperando e recebeu-me em uma pequena sala que tinha dois sofás de dois lugares e uma estante de madeira. Inicialmente pensei que ela estava sozinha, mas no decorrer da entrevista percebi que sua sogra, um sobrinho criado por ela, e o marido estavam deitados. Este fato pode ter

sido elemento que influenciou algumas respostas de Marlene, principalmente as relacionadas com o seu marido.

Ao responder as perguntas direcionadas a maternidade, demonstrava ficar nervosa (repetia baixinho: “ai meu Deus”, pensava: como se não tivesse como responder aquelas perguntas emocionou-se ao falar da sua infância e da sua mãe, demonstrou com expressões corporais que era difícil pensar e falar sobre estes assuntos).

O segundo contato com Marlene, ocorreu no dia 23 de julho de 2004, quando fui levar a transcrição da entrevista gravada. Recebeu-me com um grande sorriso. Disse que havia pensado em mim no dia anterior: *“Ah, eu tava pensando em você ontem”*. Perguntei como ela estava e ela contou que o bebê já tinha nascido, nasceu prematuro. Marlene convidou-me para entrar. Sua sogra e mais uma cunhada estavam num recinto e, ela me mostrou o bebê que estava sobre a cama, enrolado em vários cobertores. Estava dormindo, um menino pequeno. Ela contou, então tudo que passou no final da sua gravidez. Começou a sentir dores nas costas e não sabia o que era. O companheiro levou-a ao médico no hospital e ao ser examinada, foi constatado que ela já estava em processo de dilatação do colo do útero. Foi medicada com uma injeção e soro, pra evitar o parto prematuro. Ela foi para casa ficou sem trabalhar em atestado médico, já que não podia fazer muitos movimentos. Uma semana depois, voltou a sentir as mesmas dores, retornou ao hospital e, segundo ela, não teve mais como segurar a gravidez e o nenê nasceu. Ela disse que foi bem atendida no hospital, havia pediatra e o médico obstetra na sala de parto. O seu filho permaneceu internado por duas semanas, nasceu com dois quilos, perdeu peso ficando com 1,800kg, e, ao ir para casa atingiu com 1,600kg num prazo de uma semana. O médico do Posto de Saúde do seu bairro internou novamente seu bebê.

Ao sair da casa, Marlene contou o que ela não conseguiu falar por ocasião da entrevista, devido às presenças da sogra e do companheiro. Conversamos na rua, próximas ao carro sobre fatos que lhe causaram sofrimento no início da sua gravidez: a traição do companheiro, a separação, a rejeição inicial da gravidez por parte do companheiro, o arrependimento deste e o retorno da relação. Marlene demonstrava estar mais alegre e solicitou que eu retornasse mais vezes para conversar e ver o bebê.

O contato com **Lúcia** deu-se no espaço da universidade, em um grupo de apoio a gestantes oferecido para as mulheres que fazem o pré-natal pelo Sistema Único da Saúde, na região central da cidade, no dia 05/05/04. No primeiro encontro estavam presentes Lúcia e mais duas jovens gestantes, sendo que se esperava um número inicial de nove mulheres. Independente do número de participantes, o encontro desenvolveu-se em torno de uma conversa tranqüila, sendo que a partir desta conversa é que foi possível identificar Lúcia como empregada doméstica. Após o término do grupo, convidei Lúcia para conversar, expliquei-lhe sobre a pesquisa e convidei-a para participar. Ela aceitou, deu o seu endereço e o telefone da patroa para poder agendar o dia da entrevista.

Após duas semanas, através de contato telefônico, foi agendada a entrevista para o dia 29/05/04 às 14:30h (sábado). Ela recebeu-me com muita tranqüilidade. Estava com o seu filho de três anos, o encontro durou em torno de duas horas. Foi explicado sobre a utilização do gravador e sobre termo de consentimento, preencheu-se o documento e iniciou-se a entrevista. No decorrer da conversa seu filho interferiu solicitando sua atenção. Ela falou com o menino e colocou-o sentado no sofá para assistir televisão. Ele ficou em silêncio e, ao final da entrevista, foi possível perceber que adormeceu no sofá. O esposo de Lúcia trabalha como entregador de gás de cozinha. Não tem um horário definido, trabalhando usualmente até 21:00h, e nos finais de semana inclusive. Portanto, ela fica bastante tempo sozinha com seu filho.

No dia 26 de agosto de 2004, telefonei para a patroa de Lúcia e esta me comunicou que ela não estava mais trabalhando, que agora quem estava trabalhando para ela era a cunhada de Lúcia. Contudo, ela disse que Lúcia estava em casa cotidianamente, pois esta próxima à data do nascimento do bebê. Então solicitei para que ela avisasse a Lúcia que eu a visitaria no dia seguinte, após o meio dia.

No dia seguinte cheguei na casa de Lúcia esta me recebeu carinhosamente, ela estava com o ventre bem mais volumoso desde a última vez que conversamos. Convidou-me para entrar, sentamos em torno da mesa. Perguntei como estava, ela disse estar muito bem, apesar de agora cansar mais para fazer as atividades domésticas, e que parou de estudar – ela estava fazendo supletivo do ensino fundamental - pois andar até a escola se tornou difícil. Ela comentou que sua patroa também estava grávida, e por este motivo irão

se mudar, vender a mercearia. Talvez o patrão do marido de Lúcia compre-o, então ela e o marido irão trabalhar para ele, administrando o local.

Após está conversa inicial apresentei a entrevista transcrita para Lúcia e perguntei-lhe se gostaria que eu lesse para ela, sua resposta foi afirmativa. Iniciei a leitura da entrevista, ocorreram várias interrupções do filho de Lúcia e do filho da patroa dela, que estava presente brincando em sua casa. Mas, mesmo com as interrupções Lúcia fez questão de ouvir toda a leitura. E, quando li sobre sua infância e sua família, ela se emocionou, derramando lágrimas, denotando saudade.

Ao ler sobre a relação dela com o marido, principalmente em relação à reação dele ao saber da atual gravidez, Lúcia contou que ele esta muito feliz, pois por meio do exame de ultra-som foi confirmado que esta grávida de uma menina. Ela então, contou com visível emoção o momento que o marido arrumou o carrinho do bebê, e ao fazer falava como se a menina já estivesse nascido: *“Olha meu amor, aqui está seu carrinho, que o papai está arrumando para você”* [fala do marido dela, repetida por Lúcia]. O envolvimento do marido com a gravidez e com o seu filho deixa Lúcia emocionada e visivelmente feliz.

Neste contato realizei a entrevista recorrente, ao terminarmos a conversa, Lúcia perguntou-me se poderia ficar com a cópia da entrevista para ler com calma, o que lhe foi concedido, mas essa leitura calma pareceu-me uma justificativa para ficar com um material que registra a sua história de vida. Ao encerrar a visita Lúcia convidou-me para vir conhecer a sua menina quando nascer, expliquei que com certeza retornaria, inclusive para lhe apresentar os resultados da pesquisa.

2.2. Análise das informações.

As informações foram trabalhadas mediante a técnica de análise do conteúdo do discurso, com o objetivo de buscar o sentido, ou os sentidos das falas obtidas nas entrevistas. Foi por meio destas falas que se iniciou o processo de análise. Os sentidos nas entrelinhas das mensagens e das falas foram analisados.

No discurso das empregadas domésticas gestantes foram analisados os conteúdos das falas, os encadeamentos das frases, o tempo verbal e a pessoa usada, as recorrências de

termos e as expressões mais utilizadas. Observou-se também o não dito, os silêncios e a expressão corporal. Estes aspectos foram entendidos e considerados como fontes importantes para a compreensão dos sujeitos e suas significações.

A linguagem não é tomada apenas como meio de comunicação transparente, ou neutro, mas como falas de sujeitos históricos. É a fala uma ação situada socialmente, podendo estar associada a diferentes sentidos, e relacionadas a uma complexidade de fatores como o tipo de relação entre os interlocutores, a situação e o contexto social e ideológico. O conteúdo do discurso é constituído/ articulado pela linguagem, pelo social e o psicológico do sujeito que se construiu e se constrói nas relações, portanto possibilitam a investigação da subjetividade humana.

As categorias de análise emergiram das falas das empregadas domésticas gestantes, ou seja, não foram definidas *a priori*. O que havia inicialmente era uma organização temática do roteiro de entrevista, que auxiliou no trabalho de criar categorias. Contudo, isto implicou em um trabalho de análise que permitiu classificar as convergências e as divergências dos discursos, para a partir destas surgirem as interpretações possíveis.

A teoria histórico-cultural de Vygotsky foi a base para as interpretações das categorias analíticas, entendendo que a gênese dos processos humanos está nas relações com o outro e com a cultura. São justamente essas relações que devem ser cuidadosamente investigadas ao se analisar a fala do sujeito de pesquisa. A dimensão histórica inclui examinar o curso de transformações que inclui o presente perpassado pelo passado, e aquilo que há no presente de projeção do futuro.

A preocupação central na análise do conteúdo do discurso é como a experiência é contada, como foram narradas e não apenas as formas lingüísticas. Os discursos são construídos pelos sujeitos e revelou o seu modo de interpretar a realidade, sua forma de significar as suas experiências, suas percepções.

Neste trabalho especificamente realizaram-se os seguintes passos para o tratamento das informações:

Primeiramente ocorreu a transcrição na íntegra das gravações da entrevistas, considerando as informações das observações do caderno de campo. Após, foi reordenado as informações, através de uma leitura exaustiva e minuciosa, separando em grandes temas,

os discursos de cada sujeito, e de todos sujeitos em relação ao tema, para análises longitudinais e transversais das informações. Após estes procedimentos identificou-se a necessidade de realizar entrevistas recorrentes, com todas as empregadas domésticas gestantes.

Ao retornar à residência das mulheres, primeiramente a pesquisador apresentou a transcrição da entrevista e se propôs fazer a leitura. Maria fez questão de ouvir a leitura completa da entrevista, Joana, Janete e Marlene não demonstraram interesse na leitura. Somente Lúcia pediu para ficar com a cópia da transcrição. Ela emocionou-se quando a pesquisadora iniciou a leitura da sua entrevista e disse querer ler com calma. Então foi deixada para ela a cópia da referida entrevista.

Todas as informantes demonstraram interesse em conversarem sobre como estavam suas vidas, as mudanças ocorridas. Diante disto, buscaram-se as informações que tinham sido percebidas como importantes na análise das entrevistas e acrescentar novas questões não levantadas anteriormente, principalmente com relação ao futuro que elas desejam para os seus filhos. Após a entrevista recorrente, foram retomadas todas as categorias, e reorganizadas, incluindo as novas informações. Iniciou-se o trabalho com os grandes temas, que auxiliaram na construção das primeiras grandes categorias, por meio desse processo de recorte de partes das falas das informantes de acordo com cada categoria foi possível interpretar com mais cuidado as informações, criando as categorias de análise, que possibilitaram o diálogo com a literatura, identificando permanências, alterações e singularidades com relação ao conhecimento construído e os resultados encontrados na presente pesquisa.

3

Família de Origem.

Inicialmente serão apresentadas as informantes desta pesquisa, por meio de um breve relato de suas trajetórias de vida, para que se possa compreender o contexto em que essas mulheres, empregadas domésticas, se constituíram e se constituem sujeitos.

3.1. Informantes:

Joana, 26 anos, casada, natural da região sul do país, casada, ensino fundamental incompleto (5ª. Série), religião católica, mãe de duas crianças - uma de cinco anos e outra de sete. Trabalha como empregada doméstica sem registro em carteira de trabalho. Gestante, no final do sexto mês de gravidez, Joana nasceu no interior, trabalhou na “*roça*” com sua mãe e ajudou a cuidar dos irmãos menores. Sua família é composta de sete filhos, sendo que, na ordem dos nascimentos, ela é segunda, porém é a primeira mulher. Realizava as tarefas domésticas desde menina. A saúde frágil da irmã mais nova fez com que a família deixasse a “*roça*” para morar na periferia da cidade. Hoje, Joana mora num bairro central,

numa região denominada Linha Velha (arredores da linha férrea, desativada). Ela gosta de morar neste lugar ali, mas sente falta da vida calma e livre do campo, lugar mais fácil para criarem as suas filhas, longe da influência de outras crianças e da escola. Sua mãe foi “enérgica” na educação, recorria à vara de marmelo para colocar limites nos filhos e na adolescência não permitia que as filhas mulheres saíssem sozinhas. O sonho de Joana é ter sua casa própria, pois mora numa casa grande, dividida entre quatro famílias, sua mãe e 2 irmãos casados, mas também não quer construir num terreno já conseguido que fica muito distante da família e da cidade. Joana trabalha para que, junto com o marido, possa construir a sua casa. Na entrevista ela disse que não retornaria ao trabalho após o nascimento do seu bebê, porém dois meses após o parto já estava trabalhando no período da tarde.

Maria, 22 anos, amasiada, natural do interior da região sul do país, ensino fundamental incompleto (4ª. Série), religião católica, mãe de uma filha de um ano e nove meses e de um menino de quatro anos, da sua primeira união conjugal. Diarista não registrada, gestante no final da gravidez, afirma que esse filho não foi planejado. Engravidou porque parou de tomar o anticoncepcional e voltou a tomar de forma incorreta. Maria é uma jovem mulher, ágil e falante. Nasceu na “roça”, numa família composta por nove filhos, sendo ela a mais nova. Sua mãe não era de “*ficar corujando os filhos*” (sic), mas ensinou-os a trabalhar. O trabalho atravessa sua vida de forma marcante. Na adolescência quando as brincadeiras não eram mais aceitáveis nos finais de semana, como os pais não permitiam que fosse nem ao menos à igreja, ficava fazendo tapetes de tiras de tecidos. Antes dos dezoito anos amigou-se. Desta primeira união teve um menino, que atualmente mora com a sua mãe. Ficou viúva, seu companheiro foi assassinado em uma briga. Após a morte dele, Maria foi para outra cidade ajudar sua irmã, ficando para trabalhar e conheceu seu atual companheiro. Grávida de nove meses, não consegue ficar parada, precisa trabalhar, andar de bicicleta para se sentir bem. Reside num bairro da periferia da cidade, numa casa alugada. Não vai ter licença maternidade, pois segundo ela: “(...) uma semana é suficiente para ela descansar, não pode parar, têm contas a pagar”. Maria gosta de cuidar de casa, era sua brincadeira favorita quando criança e afirma que não se acostuma com outro serviço.

Janete, 29 anos, amasiada, mãe de um filho de dois anos e de uma filha de dez anos que deu para adoção, religião católica, ensino fundamental incompleto (3ª. Série), natural da região sul do país. Empregada doméstica, com contrato registrado na gestação, gestante no sexto mês de gravidez. Não desejava a gravidez nesse momento, mas não estava utilizando nenhum método anticoncepcional. Aparência jovem, fala calmamente, vivendo sua terceira gestação, afirma estar feliz e ter um bom companheiro. Ela é viúva, seu primeiro companheiro morreu de cirrose. Ficou sem nenhum auxílio porque sua união não era oficializada e preferiu não brigar com a família dele. Foi mãe solteira, fato que sua família não aceitou. Ela, então, deu sua filha para adoção¹², para uma família rica e nunca mais teve contato. Tem esperança que um dia a filha a procure. Sua mãe sempre foi empregada doméstica e seu pai era pintor. Ele bebia e fumava, era muito agressivo para a família que sofreu muito com ele e ainda sofre. Sua mãe teve oito filhos, sendo que dois faleceram quando crianças, restando três filhos homens e três filhas mulheres. Todos passaram por muitas dificuldades econômicas. Por ocasião de uma grande enchente (1983) perderam tudo, passaram fome, mas Janete percebe e significa sua mãe como uma pessoa forte, inteligente e muito amorosa que procurava incentivar os filhos a serem pessoas de bem. Atualmente reside numa casa simples num bairro na periferia da cidade, sua casa foi comprada com a venda do automóvel. Seu sonho é poder dar um futuro melhor para seus filhos e poder ter um outro trabalho, “*mas leve, menos sofrido.*”

Marlene, 31 anos, amasiada, está grávida do primeiro filho, religião católica, ensino fundamental completo, natural da região sul do país. Empregada doméstica com contrato formal de trabalho efetivado no sétimo mês de gravidez. Sua história de vida é marcada desde a infância por muitas perdas, sua mãe lhe abandonou, quando tinha menos de cinco anos de idade. Seu pai, por estar sozinho, e não ter como cuidar dela e internou-a num colégio de freiras, onde ficou até os onze anos, época em que pai faleceu. Ele era alcoólatra, teve uma queda, bateu a cabeça e faleceu. A partir da morte dele, Marlene ficou a mercê dos parentes. Estes quando perceberam que poderiam receber uma pensão por ficar com ela, começaram a brigar para obter sua guarda. Já na adolescência sua mãe tentou levá-la para

¹² A informante não deixa clara como foi o processo de adoção da sua filha.

morar com ela, mas como esta mentiu alguns fatos para Marlene, ela preferiu ficar com seus parentes paternos. Com esta situação ela descobriu que tem uma irmã e um irmão por parte de sua mãe. Ficou até a juventude com uma tia paterna, da onde saiu para morar com seu companheiro. Este a traiu com uma colega dele da firma e ela ficou sabendo quando estava com um mês de gestação. Quis se separar e foi para a casa de uma tia. Ele queria que ela abortasse o bebê e ela não aceitou. Depois ele se arrependeu, quis voltar e ela concordou. Seu bebê nasceu prematuro, ficou internado e teve dificuldades de ganhar peso. Atualmente ela está de licença maternidade e sonha em ter sua casa própria para criar seu filho longe da confusão do lugar onde mora (bairro da periferia da cidade), e dos filhos da primeira união do seu companheiro. Na primeira entrevista disse não desejar deixar de ser empregada doméstica. Após o nascimento do seu filho falou que seu sonho é ser secretária.

Lúcia, 23 anos, casada, natural da região sul do país, um filho de três anos, religião evangélica, 6ª. Série do ensino fundamental, cursando supletivo. Empregada doméstica com contrato registrado durante a gestação, se encontrava no sexto mês na ocasião da entrevista. O contato com Lúcia ocorreu num curso de apoio à gestante, no qual ficou evidente seu interesse em ter informações sobre o processo da gestação. Inicialmente não se identificou como empregada doméstica. Sua mãe sempre foi empregada doméstica, seu pai trabalha em empresas madeireiras. Fala com carinho da sua família, que é composta de quatro irmãos, três mulheres e um homem. As mulheres da sua família sempre casaram muito jovens, ela se casou com quatorze anos. Demorou seis anos para engravidar do primeiro filho, ela sonha estudar mais para poder ter um emprego que lide “com computador”. Tem uma relação de amizade com sua patroa e diz que vai sentir falta do trabalho, mas vai parar por um tempo poder cuidar bem dos seus filhos. Ser mãe foi sua maior realização, quer ser uma boa mãe como a sua foi para ela. Filha mais velha sente-se agradecida pela educação que recebeu de seus pais. Mesmo com uma relação boa com os pais, ela e seu marido resolveram fugir para ficarem juntos, porque os pais não deixavam que saíssem sozinhos para namorar. Inicialmente o pai ficou bravo, mas depois tudo se acertou porque o pai e o marido eram amigos. Seu primeiro emprego foi de babá em uma outra cidade, quando tinha 13 anos. Sofreu muito por sentir saudade de casa, voltou e foi trabalhar e empresa beneficiamento de madeira. Depois que fugiu para casar, voltou a trabalhar de doméstica.

3.2. O Trabalho presente desde a infância.

As memórias infantis estão impregnadas pela necessidade e sua inexorável contrapartida, o quinhão de trabalho que cabe a cada um para suprir o alimento cotidiano. As mais antigas lembranças prendem-se ao trabalho. (Mello, 1988, p.158).

A família historicamente foi apresentada no Brasil como a instituição que norteou as normas de conduta e relações sociais, sendo, desde o período colonial, ligada à noção de modelo familiar patriarcal. Pesquisas mais recentes no campo da história, no entanto, demonstram que os grupos familiares eram mais simples e com menor número de integrantes do que preconizava a obra de Freyre (1987).

A historiografia tem demonstrado que a análise dos grupos familiares, a partir de contextos regionais e suas variações advindas da economia do Brasil, como menciona Samara (2002), indicam as diferenças encontradas nos engenhos do Nordeste no início da colonização, no século XVII, com relação a mineração e a economia cafeeira durante o século XIX. O processo de industrialização, por sua vez, aumentou o fluxo migratório e, desta maneira, estes processos sociais foram constituindo diferenças para as possibilidades de estruturas familiares.

Como exemplo tem-se a descoberta de minas de ouro em Minas Gerais, em 1690, que constituiu um novo pólo de colonização, canalizando o tráfico de escravos. Dessa maneira formou-se uma sociedade mesclada de raças e origens diversas, proliferando os concubinatos e a ilegitimidade. As mulheres exerciam atividades econômicas no espaço público e muitas famílias eram chefiadas por mulheres. Na região sul, no século XVII, a migração dos homens e a falta de escravos favoreceram a atuação das mulheres, em espaços para além do espaço doméstico. Com essa realidade, a hierarquia preconizada para o grupo familiar, era algo inatingível para as camadas sociais populares, gerando uma multiplicidade de modelos familiares.

Estes dados historiográficos de Samara (2002), corroboram com as informações oferecidas pelas informantes da presente pesquisa, as quais revelam que os papéis informais, não reconhecidos e pouco valorizados integravam a vida cotidiana. A legislação reforçou o homem como chefe de família, como no velho código Filipino, compilado em Portugal, em 1603. O Código Civil Brasileiro, de 1916, reconheceu e legitimou a supremacia masculina. “As mulheres casadas ainda eram, legalmente, incapacitadas e apenas na ausência do marido podiam assumir a liderança da família” (Samara, 2002, p. 35).

Os sinais de mudança, quanto aos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade, foram percebidos, entre as mulheres da elite e das classes médias urbanas, com a entrada nos cursos superiores, como Medicina, Odontologia e Farmácia. Nas camadas populares não é possível comprovar as alterações por falta de dados censitários sobre o trabalho informal. “O primeiro Censo Geral do Brasil, realizado no Império em 1872, mostra essa setorização de atividades por gênero, predominantemente entre as mulheres, as lavradoras, as costureiras e aquelas nos serviços domésticos” (Samara, 2002, p.37).

O resgate histórico permite acompanhar a construção dos grupos familiares, de forma a analisar o relato das informantes sobre sua infância e família de origem com um olhar que ultrapasse o modelo nuclear preconizado para a sociedade brasileira. De acordo com Vargas (1999) a instância familiar ocupa um lugar de relevância na organização dos grupos sociais, em particular para os das camadas populares que vêem nesta instância a possibilidade de construção de identidades e de possibilidade de socialização, além de agregar valores às diversas posições ocupadas pelo sujeito na estrutura social. De acordo com a autora, essa formulação é consensual entre alguns autores, assim como é discordante para outros que se referem às mudanças e transformações da família, como Durham (1983), Figueira (1986), Velho (1987) e Da Matta (1987).

Fonseca (2002) adota o conceito de alteridade dentro da sociedade e com isto alerta os pesquisadores iniciantes para o cuidado de não generalizar conclusões sobre as camadas populares, a partir de estudos que enfocam problemas, pessoas doentes, pessoas com problemas com a legislação ou vivendo momentos de crise. As informantes dessa pesquisa são pessoas que não se enquadram nestas características. No entanto, não são menos importantes de serem ouvidas. Corroborando com Fonseca (2002), os sujeitos atualizam,

nas suas práticas cotidianas, certas lógicas que não podem ser explicadas em termos das normas dominantes.

As cinco mulheres empregadas domésticas gestantes informantes desta pesquisa são de origem de camadas populares, sendo que duas delas, Joana e Maria, têm suas origens na agricultura. O trabalho na “roça” possui para essas mulheres significações diferentes sobre o viver na “roça”. Para Joana (26 anos, casada, duas filhas), o viver na “roça” representa

¹¹ Para facilitar a identificação das informantes será adotado a identificação que considera a condição da mulher, enquanto mãe, no momento da primeira entrevista, não considerando a criança em gestação na contagem de filhos, com exceção de Marlene que está grávida do primeiro filho.

maior liberdade, uma possibilidade de fugir da violência da cidade e de poder educar os filhos sem tantas interferências dos outros, mencionados por ela como a escola e as amiguinhas da escola. *“Há, eu sei lá, eu acho que era mais fácil, porque você fica mais livre. Você é mais livre, do que, que nem aqui, você não tem liberdade nenhuma, por causa violência e tudo, cada ano é pior”*. A liberdade vivenciada no campo não retira o sentido do trabalho, pois, na infância, Joana ajudava na “roça”, no trabalho com o carvão do seu pai, e nas atividades domésticas.

Para Maria (22 anos, amasiada, dois filhos)¹³, viver sua infância na “roça” teve um sentido de trabalho, de dificuldade, a liberdade referida por Joana não é sentida por Maria. A demora do retorno do trabalho agrícola é sentida como uma dificuldade para a sobrevivência. *“Porque, lá que nem é difícil, o serviço é assim, trabalhar lá, não tem como trabalhar e ganhar... Tem que esperar dá, pra daí colher pra daí...”*.

Para Rizzini (2002), os trabalhadores infantis são vítimas da miséria. O perigo representado por alguns trabalhos e o excesso de responsabilidade faz com que muitos de seus pais percebam como degradante permitir ou obrigar seus filhos a trabalharem desde tão cedo. No entanto, o trabalho infantil torna-se necessário à manutenção do grupo familiar. Esta situação é recente no sul do Brasil, não sem um alto custo social: 5,6% das crianças de dez a quatorze anos do estado Santa Catarina trabalham, quando deveriam por lei, estar estudando.

Das cinco mulheres entrevistadas, somente Lúcia começou sua fala referindo-se de forma positiva à sua família e à sua infância. Ela marca que sua família é unida e usa um adjetivo para definir sua família como estruturada, provavelmente com a conotação de que sua família era “normal”, sem problemas.

As demais mulheres, quando indagadas sobre a sua infância, iniciam a fala marcando que não lembram muito dessa fase e dão seqüência ao discurso referindo-se a lembranças ligadas ao trabalho, dificuldades econômicas e sofrimento vivido neste estágio da vida.

Ah, eu lembro muito pouco, nós trabalhava na "roça", nós era, lidava com, que o patrão do pai ele, lidava com carvão, sabe, queima de carvão, daí nós ajudava, fazia plantação... Nós ajudávamos, às vezes nós fazíamos plantação de "roça" assim, de feijão, milho, essas coisa. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

O trabalho no grupo familiar de Maria é um valor que faz com que as vidas de todos os membros girem em torno do fazer diário. Tratando-se de uma família das camadas populares, o trabalho pode ser visto como valor principal, não se trata apenas de uma escolha, mas de uma necessidade de sobrevivência:

Então eles, assim o meu pai e a minha mãe trabalhavam plantando, pra nós e os dois rapazinhos trabalhavam pra fora, para trazer dinheiro. (...) É, era bem mais difícil do que agora eles estão lá. Agora eles estão bem, eles têm as coisas...Que faltava, é era comida assim, como é que eu digo, o básico nunca faltou nada, porque meu pai, sempre criou porco, galinha, vaca essas coisas. Então, o que nós não via quase essas coisa que a gente tem, que nem agora, a gente cada passo está comprando refrigerante, uma fruta essas coisas, então já era difícil, de comprar.(Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Os trechos das falas dessas informantes trazem algo que, para a região sul do Brasil, é uma tradição mantida há várias gerações, a ajuda dos filhos nas atividades cotidianas é fundamental. Bem como se pode correlacionar com os dados do Brasil Colonial, indicado por

Venâncio (2001) que em seu artigo sobre a “Maternidade Negada”, demonstra que o abandono e o infanticídio eram menor nas áreas rurais. Nestes locais, as crianças eram vistas como trabalhadores em potencial, ajudantes na luta pela sobrevivência. Outras questões apontadas pelo autor são aquelas relacionadas às jornadas de trabalho extensas e pesadas, o que levava e ainda leva a maioria das crianças e adolescentes a desistir de estudar devido ao cansaço e, conseqüentemente, com um rendimento escolar insatisfatório.

As lembranças da história de vida de Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), são marcadas por sofrimentos, que aparecem já na sua primeira fala sobre a família de origem. O trabalho e o comportamento do pai alcoolista e agressivo marcam sua infância. *“Aí nem me... Nem tem muita coisa boa pra lembrar... porque a gente tinha que trabalhar, o pai era muito ruim”*.

As brincadeiras mais comuns na vida dessas mulheres eram relacionadas com o brincar de “casinha”, brincar de aprender a fazer as tarefas domésticas, como diz Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), ao falar sobre suas brincadeiras preferidas da infância: *“Ah, Deus me livre, sou apaixonada por casa, então eu gostava de ”casinha”, fazer” casinha”, brincar de bonecas*. É importante marcar que ela brincou de “casinha”, mas também teve que assumir as atividades domésticas, para colaborar com a sua mãe que precisava ajudar seu pai na “roça”. Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), também se refere ao brincar de “casinha”, mas a coloca como uma forma de fugir da violência do pai, indo para a casa da vizinha. *“Ah, a gente ia pra uma amiga vizinha do lado, brincava. (quando o pai chegava alcoolizado e agressivo)... Ah, mais era de casinha”*.

Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), se refere às brincadeiras mencionando as vivências de final de semana em que o pai a visitava e, às vezes, a levava para passear. Após a morte do pai, a sensação de não ter um lugar, uma família sua, imperou e, diante disto, estar no colégio parecia melhor. Era um lugar que a deixava sentir-se mais segura, mais protegida da convivência conflituosa com os familiares: primos que tinham pai, mãe e irmãos.

Os trabalhos nas camadas populares não dispensam o envolvimento das mulheres para garantir a sobrevivência da família, ainda que seja junto ao homem na “roça” como no caso da família de Maria. Esse trabalho só garantia a obtenção da alimentação básica, aquilo que o grupo familiar conseguia produzir na sua propriedade. Com o crescimento dos filhos, abria-se a

possibilidade destes encontrarem trabalho fora e dessa maneira aumentar a renda familiar, como já foi mencionado anteriormente sobre a família de Maria.

Os arranjos familiares mostram o quanto cada grupo constrói formas de cuidar das crianças. Não era possível às mulheres pararem para cuidá-los, ou parar o trabalho na “roça”, para ir até em casa para amamentar. Então, as filhas meninas, desde crianças, tinham uma função no grupo familiar, que as trazia para a responsabilidade de cuidar do outro, de colaborar, sentir-se parte integrante do grupo familiar.

Encontrar saídas para a sobrevivência de todos é uma preocupação e responsabilidade partilhada por todos do grupo familiar. É perceptível que o crescimento dos filhos é visto como possibilidade de aumentar a força de trabalho do grupo familiar, pois a melhoria da qualidade de vida pode vir através desse trabalho.

As situações em que as famílias de colocam os filhos para trabalhar desde a infância, prevalecendo o trabalho sobre o estudo formal, bem como deixar que meninas de oito anos cuidem de irmãos menores, pode ser analisado por camadas mais favorecidas sócio-economicamente como situações problemáticas, sendo que para as camadas população são formas de encontrar saídas para a sobrevivência do grupo familiar. De acordo com Fonseca (2002, p. 63) é preciso “(...) reforçar a idéia de que tais comportamentos podem ser vividos e vistos como normais – e daí começar a imaginar outras normalidades que não fecham necessariamente com as hegemonicamente aceitas”. Fonseca (2002) utiliza do termo comportamento que reforça uma concepção individualista, quando é importante retificar que trata-se de relações entre os sujeitos num contexto sócio-histórico

A socióloga baiana, Marlene Vaz (2002) analisa que as meninas são colocadas para realizar atividades domésticas na sua maioria por volta dos sete anos, por meio do cuidado com os irmãos e realizando os afazeres domésticos¹⁴.

3.3. O lazer na família de origem.

¹⁴ Essa afirmação foi retirada do artigo de Andréia Peres, na Revista Maria Maria, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. (ano 4, n° 4, 2/2002, p.36).

Na “*roça*” ou na cidade, sozinha ou em bandos, “com os irmãos, os vizinhos, os colegas de escola, ela anda descalça na enxurrada, trepa em árvore, nada nos rios, descobre o mar, faz alçapão, cai do cavalo, pula carnaval, fuma escondido de folha de chuchu. (Altman, 2002, p.254).

Esse relato da autora não corresponde à trajetória de vida relatada pelas informantes, talvez porque não percebiam essas atividades como momentos de lazer ou realmente não havia espaço livre para brincarem, como menciona Altman (2002). É por meio dos jogos que as crianças manifestam emoções, estabelecem relações sociais, exercitam a capacidade de escolher e decidir, ou seja, é no mundo da fantasia que a criança brinca, mesmo que precise criar as formas e os instrumentos para realizar seus desejos.

As mulheres não relataram com entusiasmo e detalhes as situações de lazer em suas famílias de origem. O lazer FOI limitado pelas dificuldades econômicas. Participar de festas da comunidade exigia dinheiro para poderem comprar algo para as crianças, seja comida ou participar de brincadeiras típicas destas festas [pescaria, roleta, acertar latinhas], ou ainda poder ir a eventuais parques e circos que surgiam na cidade, também exigia que as famílias pudessem comprar ingressos, sendo muito numerosas, tornava-se inviável participar de tais eventos, ficando limitados a festas familiares que não oneravam o orçamento. Lúcia lembra, inclusive, que os pais os levavam ao circo, quando surgia um na cidade.

É importante perceber que as informantes significam como lazer mais as atividades de passeios com os pais, ou em casas de parentes, bem como sentem que não tiveram acesso ao lazer pelas dificuldades econômicas, fazendo comparações com o que hoje a sociedade capitalista e consumista preconiza como o acesso a bens de consumo, como uma variedade de brinquedos sofisticados que favorecem a limitação do espaço da criança, em seus quintais e interiores das casas. As ruas e a violência tiram o direito da criança brincar nas ruas, ao contrário do que poderia ter acontecido com essas mulheres oriundas da zona rural ou de pequenas cidades do interior do sul do país. (Altman, 2002).

3.4. A vivência escolar na família de origem.

O lugar do trabalho nos grupos familiares das entrevistadas corrobora com que Rizzini (2002) expõe apontando que o trabalho afasta as crianças, e principalmente os adolescentes, das escolas, pois as longas jornadas de trabalho acabam por impossibilitar o comparecimento e o rendimento escolar. Observando-se dados de pesquisas, há um número menor de meninas do que o de meninos fora das escolas, o que, no entanto, não significa que elas trabalhem menos. As meninas têm uma dedicação exclusiva às atividades domésticas, alcançando um número de dois milhões entre meninas de 10 a 17 anos.

Nas famílias dessas cinco mulheres entrevistadas é possível perceber que para as camadas populares a vida escolar não tinha um espaço significativo. Havia diferenças em cada grupo familiar, contudo pode-se perceber que os pais, quase na sua totalidade, não passaram dos primeiros quatro anos do ensino fundamental. As famílias de Joana, Maria e Lúcia não colocavam o estudo como prioridade, mas sim a colaboração que essas poderiam oferecer no auxílio da sobrevivência do grupo familiar. É necessário considerar que “O trabalho dessas meninas é exaustivo e fundamental para a manutenção das famílias, já que representa a única opção de cuidado para com os filhos pequenos. (...) é um tipo de atividade que exige dedicação integral, o que impede a ida à escola” (Rizzini, 2002, p. 382). É possível perceber, no entanto, que na trajetória de vida da nossa informante ocorrem mudanças em relação ao tema da educação formal.

Joana (26 anos, casada, duas filhas), não completou o ensino fundamental, “*Eu estudei até a 7ª. (...) Terminei*”. O momento da saída da escola coincide com a entrada para o trabalho remunerado, como babá, caminho inicial para se conseguir o trabalho de empregada doméstica. “Entre nós, a atividade principal das meninas trabalhadoras é o emprego doméstico: temos 822 mil trabalhadores domésticos entre dez e 17 anos, a grande maioria do sexo feminino (90%)”. (Rizzini, 2002, p.382). Os pais de Maria não tinham escolaridade. Em suas palavras: “*Meu pai e minha mãe é muito pouco, pelo o que eles falam é muito pouquinho, só sabe ler e escrever o nome e só*”.

A instrução formal não fazia parte das possibilidades das famílias de pequenos agricultores (Joana, Maria), significava perda de tempo no trabalho com a terra, com os animais e no fazer doméstico. Lembrando que para os moralistas setecentistas a boa educação implicava em castigos físicos e nas tradicionais palmadas, só dessa maneira se conseguiria um adulto responsável.

Esta concepção perdurou por muitas gerações, principalmente, nas camadas populares, até esse início do século XXII, significam-se os castigos físicos como forma de educar. (Del Priore, 2002). Como para os pais da informante Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), não poderiam dispor da mão de obra dos filhos, estes acabam por estudar muito pouco, sendo que por ser a filha caçula, conseguiu terminar os quatro primeiros anos do ensino fundamental.

Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), salienta que sua mãe incentivava os filhos a estudar, mas ela estudou até a terceira série do ensino fundamental, parou porque não queria mais estudar. Aos doze anos, foi para uma grande cidade para ser companhia e empregada doméstica da filha de um médico. Ou seja, como Rizzini (2002) comenta que o número de meninas no emprego doméstico pode ser maior, porque são consideradas “crias da casa”, retiradas de instituições ou de famílias muito pobres para trabalharem em troca de abrigo e muitas vezes um pagamento ínfimo, Janete com certeza não apareceria nos dados de meninas no emprego doméstico, uma vez que ela cumpriu ficticiamente o papel de companheira da jovem estudante da camada média alta. Ela salienta que sua mãe tem “*um bom estudo*”.

Em várias regiões do Brasil onde há uma incidência maior de situações de miséria, como nos interiores dos estados do sul do país, o estudo não encontra espaço nos interesses dos pais e dos filhos na medida em que estes crescem, pois não conseguem fazer frente à necessidade de sobrevivência.(Venâncio, 2001). A fome e o rendimento escolar são incompatíveis, de acordo com Maslow (2001), psicólogo humanista que coloca de forma clara que há uma hierarquia de necessidades, estando na base as necessidades fisiológicas do ser humano, sendo que os sujeitos precisam conseguir sanar estas necessidades para poder se envolver em outras atividades, que demandam interesse social e intelectual.

A criança que precisa trabalhar para comer, deixa a escola ou não consegue aprender. No nosso país, 40% das crianças até 14 anos vivem em famílias cuja renda média é de sessenta reais por pessoa. (...) A criança que não estuda não tem alternativa: ela irá perpetuar a sua condição de miséria, tornando-se um adulto mal remunerado por falta de qualificação profissional. (Rizzini, 2002, p. 404).

A trajetória de infância de Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), diferencia-se das mulheres do grupo entrevistado por ter vivido num colégio interno, local em que completou os quatro primeiros anos do ensino fundamental. Os demais quatro anos foram realizados em uma escola pública estadual do bairro em que morava com a tia paterna. Apesar de Marlene ter completado o ensino fundamental, ela comenta que não continuou a estudar porque tinha que comprar livros, o que não era possível, pois a pensão que recebia pelo falecimento do seu pai ficava para a tia. Seu sonho de ser secretária a fez realizar um curso de datilografia, mas isto não foi suficiente para que conseguisse realizar seu sonho.

Marlene exemplifica o que aconteceu e acontece com muitas crianças no Brasil. O Estado coloca-se como responsável pela preservação da ordem social e, a partir da década de 1920, da educação estatal obrigatória e da necessidade de integrar crianças e jovens pobres, passando a zelar pela família monogâmica e estruturada. Quando abandonadas, as crianças de camadas populares eram internadas em instituições filantrópicas ou governamentais (Passeti, 2002). No caso da informante, uma instituição religiosa dirigida por freiras.

A religião católica se fez presente, na vida dessas mulheres. Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), convivia com os preceitos da religião católica – ortodoxa ucraniana - diariamente e isto não pode ser desmerecido na sua construção como mulher e cidadã. A forma de se referir aos fatos de sua vida mostra que ela não ousa reclamar das suas perdas, ela só não quer lembrar. Isto pode estar ligado à doutrina cristã de aceitação do sofrimento, da resignação diante da dor e da perda.

De acordo com Del Priore (2002), as crianças no Brasil, da Colônia ao Império, recebiam cuidados materiais e, não sem menos importância, os cuidados espirituais,

tradição marcante até o início deste novo milênio em muitas comunidades, principalmente nas camadas populares. “O cardápio de práticas religiosas servidas na pequena infância atendia a uma pastoral difundida em larga escala na Europa e na América portuguesa”.(Del Priore, 2002, p. 94).

Vários hábitos eram incentivados, como dar nomes de santos aos recém-nascidos, escolher como padrinhos de batismo Nossa Senhora ou outros Santos de devoção. O batismo na igreja tratava-se de um rito de purificação e de promessa de fidelidade ao credo católico, bem como uma forma solene de dar entrada à criança nas estruturas familiares e sociais. Joana (26 anos, casada, duas filhas), relata que sua mãe sempre fez a família ir a igreja.

Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), fala que sua mãe estava sempre ligada a atividades da igreja, aponta o quanto ela é inteligente, pois exercia atividades de secretária e que sempre buscou, através da religião, passar um bom exemplo aos filhos, do que é certo e do que é errado, fazê-los participar da cerimônia de primeira comunhão, que exige até dois anos de catequese.

É interessante perceber que, no decorrer do processo histórico brasileiro, a religião deixou de ter um espaço tão preponderante na vida da sociedade, mas ainda se faz presente. No entanto, está longe daquela vivência pregada pelo sermão de José de Anchieta, que dizia que: “o amor de pai devia inspirar-se naquele divino no qual Deus ensinava que amar ‘é castigar e dar trabalhos nesta vida’”. (Del Priore, 2001, p. 97). O temor a Deus era um coadjuvante da disciplina doméstica, sendo a criança iniciada com o batismo, seguido dos rituais da primeira comunhão e crisma, que serviam para demarcar também o final da infância e inculcar maior responsabilidade, agregada ao temor a Deus.

3.5. Adolescência feminina vigiada e trabalhada.

Trabalhar desde criança não garantia a essas mulheres maior liberdade na adolescência. Elas eram vigiadas, limitadas em seus passeios, ou até mesmo proibidas de irem à igreja nos finais de semana. Isto é marcante nas falas de Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), quando se refere a essa fase de sua vida, afirmando que a única alternativa para

passar o tempo era estar fazendo um trabalho manual, já que brincar já não era mais do seu interesse e sair só era permitido para os seus irmãos homens, como se percebe no trecho a seguir: *“Não, daí depois que eu já tava mais mocinha não dava de brincar, daí eu ia fazer tapete, de tirinha. É, tapete de tirinha, pra passar o tempo, era assim daí”*.

Joana (26 anos, casada, duas filhas), podia ir a bailes, desde que conseguisse dinheiro para pagar para os pais as entradas. Ela pontua que não é como essas moças de hoje que têm liberdade. Os pais a vigiavam o tempo todo e, quando surgia um namoro, os encontros só podiam ocorrer na sua casa, sob o olhar da família, sendo os irmãos menores auxiliares nessa tarefa de vigiar o desenrolar do namoro, de forma a evitar que pudessem ocorrer relações mais íntimas entre o casal. Observando o trecho da fala de Joana é possível perceber a intensidade do controle familiar as relações dela:

E daí então, quando a gente queria ir ao baile, daí tinha que, arrumar dinheiro pro pai e a mãe ir junto.[Risos] Daí, eles iam junto, então era assim...Até daí, quando a gente arrumou namorado, daí tinha que trazer pra casa, namorar em casa. Sai nem pensar! Que nem a gente vê hoje em dia, essas meninas que saem com os namorado vão passear, vão ao baile sozinhos. Comigo não era assim, tinha que...(Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

A influência da ascensão da classe média, com o final da Segunda Guerra Mundial, trouxe melhores possibilidades de acesso a informações, lazer e consumo. Mas as distinções entre os papéis femininos e masculinos continuaram nítidas, a moral sexual permanecia forte. A família modelo tinha a mulher ideal como aquela que se ocupava das atividades tradicionalmente femininas, o fazer doméstico e os cuidados dos filhos e do marido, sendo consideradas características naturais o instinto materno, a resignação, a doçura e a restrição da sexualidade, enquanto aos homens era estimulada a experiência sexual. Esses parâmetros visavam o casamento convencional que foi aceito pelas camadas populares. Essas famílias procuravam assegurar a vigilância constante das filhas mulheres até que estas se unissem a um homem que assumisse a função de provedor de um novo grupo familiar, não sendo necessário o casamento formalizado, mas a garantia de constituição do grupo familiar.

No grupo entrevistado, Joana (26 anos, casada, duas filhas), viveu a exigência da família em relação a realização do casamento religioso e civil, sendo que a mãe, uma mulher forte e ligada aos preceitos religiosos, constitui uma referência forte.

Del Priore (1995) comenta exaustivamente que a história da mulher brasileira é marcada pelos discursos da igreja desde o início da colonização do Brasil, sendo reforçados pela apropriação do saber sobre o corpo da mulher, pela medicina. Esses discursos reforçavam a determinação biológica da mulher como naturalmente mãe. A sociedade valorizava a jovem adolescente que se mantinha virgem, casando-se cedo e procriando quantos filhos fossem enviados por Deus. Aos homens cabia a organização da sociedade e a disciplinarização da vida familiar, tendo plenos poderes sobre a esposa e filhos.

A busca do bom casamento, não elimina a necessidade dessas adolescentes de camadas populares, trabalharem. “No caso dos adolescentes, a taxa de atividade só reduz significativamente quando a renda mensal familiar é maior que dois salários mínimos por pessoa” (Rizzini, 2002, p. 387). A autora demonstra que há vários fatores que levam esses jovens a ingressarem no mercado de trabalho, não sendo a questão da miséria o único elemento para eles (as) iniciarem atividades de trabalho remunerado. O trabalho pode representar a busca de maior liberdade, de ter uma qualificação e ser visto como disciplinador por grupos familiares das camadas populares, sendo que, dependendo do tipo de atividade, pode tornar-se a principal causa do afastamento da escola. Os estudos sobre adolescentes de camadas populares demonstram a valorização da aprendizagem pelo trabalho e não a aprendizagem escolar.(Rizzini, 2002).

Janete (29 anos, amasiada, dois filho), teve sua adolescência vivida como empregada doméstica. Como ela tinha uma vida familiar marcada pela necessidade econômica e sofrimento emocional causado pelas atitudes do pai, sua saída de casa para uma cidade grande foi uma forma de fugir desse ambiente familiar. Esse tempo é vivido por ela de maneira confusa, ela diz ter ido para lá aos doze anos, ficou três anos e engravidou lá aos 19 anos. Ao retornar para a casa dos seus pais e contar a notícia da gravidez, eles não aceitaram e ficaram com raiva, principalmente seu pai. O nascimento da criança foi prematuro. Não tendo apoio da família, ela chegou a registrar sua filha, mas acabou deixando para adoção. Janete não quis falar do pai desta criança, o que foi respeitado pela

pesquisadora. Sobre este relato observe-se o trecho a seguir: “(...) *E daí, eu engravidei lá. Mais daí eu vim morar com os meus pais, que daí eles não aceitaram, ficaram brabo, daí acabei dando ela*”.

A adolescência de Lúcia foi vivida de forma rápida e repleta de responsabilidades. Aos olhos das camadas mais favorecidas, poderia ser chamada de precoce. Sendo filha mais velha, assumiu na infância as tarefas domésticas e o cuidado dos irmãos menores. Aos doze anos começou a trabalhar numa firma madeireira, por nove meses, mas devido à sua idade foi dispensada. Por já ser considerada apta a trabalhar fora, auxiliando a família financeiramente, ela foi enviada para uma capital, para exercer a função de babá. Ela relata seu sofrimento, sua saudade, o retorno para a casa dos pais e o trabalho em casa de famílias como empregada doméstica. “*Em Curitiba eu fiquei cinco meses, porque eu sentia muita falta dos meus pais, eu não quis mais ficar, daí*”. O período vivido por Lúcia (23 anos, casada, um filho), entre os doze até os quatorze anos, é confuso, o tempo parece-lhe pouco pelas inúmeras situações que passou.

Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), diz não conseguir lembrar da sua adolescência. Ela começou a trabalhar aos 18 anos, como empregada doméstica. E, aos 21 anos, saiu para viver com seu companheiro, mas suas lembranças são marcadas pelas brigas entre os parentes paternos e pela sensação de estar sendo jogada de um lado para o outro.

Ficar com a tia paterna não significou para Marlene, a melhor escolha, mas ela não consegue identificar o que poderia ser melhor para ela, é como se não houvesse algo melhor a desejar, aceitar era a sua única alternativa. Nesta família ela não sofreu violências físicas, mas segundo ela: “*Ah, os dois, aquele jeito, brabão*”. Marlene é de origem ucraniana e as pessoas dessa origem têm como característica uma educação austera em relação aos filhos, o que não seria diferente com uma sobrinha.

Analisar estes trechos de falas de Marlene, bem como das outras informantes requer a noção de que:

(...) seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva,

grupais, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. (Chauí, 1989, p.122).

Portanto, as falas dessas mulheres precisam ser entendidas considerando-se o que essas empregadas domésticas expressam em suas falas, na entonação das suas palavras, em seus gestos. As trajetórias de vida, da infância até o momento da realização da entrevista, ou seja, não se trata de separar elementos, ou dados. Mas considerar essas mulheres como sujeitos em sua totalidade, que são sujeitos constituídos por contextos sociais, não de forma passiva. Elas atribuem sentidos às suas vivências, às suas relações, dessa maneira buscou-se ser fiel aos sentidos oferecidos pelas informantes, cuidando para o que Chauí (1989) chama de deformação dos sentidos das análises da realidade social conforme a ideologia do pesquisador.

Ao falar de camadas populares é preciso ter claro o que Chauí (1989) expõe sobre como se trata este termo, ora como ignorância, ora como saber autêntico. De acordo com a autora talvez ao falar de camadas populares seja necessário considerar o termo ambigüidade, “(...) tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação”. (Chauí, 1989, p.124).

Como indicada por Chauí (1989), nas relações entre patrões – empregados, fazendeiros e lavradores, a divisão é clara do lado do proprietário, há uma condição de estar prestando um favor ao seu empregado. E do lado do não-proprietário há dívida, que pode ser material, moral e espiritual. Isso quando a autora analisa os contextos das festas religiosas populares no meio rural.

Essa relação ambígua pode ocorrer entre empregadas domésticas - patroas, empregadas doméstica - sociedade, empregadas domésticas – cônjuges, relações de ambigüidade; que comportam atitudes de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ou seja, com esta concepção buscar-se-á flexibilizar os discursos das empregadas domésticas, tomando o cuidado de não colocar essas mulheres como vítimas,

dominadas, exploradas, boas ou más. Mas como sujeitos de suas vidas e dos sentidos que atribuem as suas vivências.

Corroborando com Chauí (1989), ao criticar o autor Da Matta (1982) quando este se refere à violência urbana no Brasil, propondo que se perceba o espaço popular composto de três mundos simultâneos: o mundo da rua, o mundo da casa e o outro mundo. No Brasil não é possível falar em mundo da rua, pois seria este um espaço da legalidade, da formalidade, da individualidade anônima, do mercado e da sociabilidade capitalista; quando é justamente este espaço inexistente, no Brasil, para as camadas populares, o espaço da cidadania. São as relações na sociedade brasileira que forçam os indivíduos aos sistemas de favor e de tutela, pois o mundo da rua é o mundo da casa da classe dominante, uma vez que o espaço público é tratado como espaço privado dos dominantes, não há espaço para o exercício da cidadania das camadas populares, incluindo-se nessa reflexão a situação das empregadas domésticas.

4

Maternidade.

Ora, a maternidade, tal como concebida no século XIX a partir de Rousseau, é entendida como um sacerdócio, uma experiência feliz que implica também necessariamente dores e sofrimentos. Um real sacrifício de si mesma. Se tanto se insiste nesse aspecto da maternidade, com uma certa benevolência, é sempre para mostrar a adequação perfeita entre a natureza da mulher e a função da mãe. (Banditer, 1985, p.249).

4.1. Relação com a mãe: “Disciplinadora, dominadora, batalhadora e... Maravilhosa”.

De acordo com Fonseca (2001), há uma tendência histórica de fazer uma classificação das mulheres a partir de um sistema vitoriano, colocando-as como santas ou demônios, pacatas donas de casa ou prostitutas. A autora critica os pesquisadores, por estes não perceberem as dinâmicas que existem entre esses dois pólos apresentados sobre a mulher, bem como os cientistas sociais que se pautavam na crença de uma normalidade da

família conjugal. Dessa forma ofuscaram-se as possibilidades de perceberem as diversidades das dinâmicas familiares. As mulheres mães não necessariamente cumpriram ou aderiram de forma absoluta a um modelo de serem mães, elas agiam de acordo com as possibilidades do seu contexto, da sua cultura, das tradições passadas por gerações precedentes.

Falar de mulheres e de mães no sul do Brasil faz com que se tenha claro, como diz Pedro (2001), que não é possível traçar um perfil único que a distinga das demais regiões brasileiras. É preciso considerar, no entanto, as diversidades que atravessam os diversos períodos históricos, as diversas etnias e classes sociais dessa região.

A formação do sul do Brasil é caracterizada por um grupo racial mais numeroso que o negro, o branco de origem européia, sendo vinculado à pequena propriedade, como nos casos de Maria e Joana, que viviam em áreas rurais. No entanto, a etnia dessas mulheres é denominada por elas de “brasileira”, ou seja, há uma tendência dos grupos populares de perderem a identificação de suas gerações anteriores.

As mães brasileiras, do início do século XX, viviam um dilema imposto, de acordo com Fonseca (2001), por uma moralidade oficial que não dava conta da realidade social das mulheres pobres. Ao sair para trabalhar fora, as mulheres buscavam fugir da miséria, mas se arriscavam a sofrer o pejo da “mulher pública” (id, p.516). As mulheres sempre trabalharam e as famílias de camadas populares nem sempre seguiam o modelo ditado pela elite brasileira, nem das falácias do velho mundo – Europa -, sobre a necessidade moral da família nuclear.

Os depoimentos das informantes acerca de suas mães trazem claramente o quanto essas mulheres sentem a função da mãe como importante e central em suas vidas. São as mães que oferecem referências de trabalho, de educação e de disciplina, assim como são elas que dominam as relações familiares, ditando quando ou onde os filhos podem ir ou não, como se pode perceber no trecho a seguir:

Mais assim, não era um relacionamento ruim, assim... Só que ela era muito enérgica. Ah! Ela agora não, antes ela erguia na vara, mesmo. (...) Era na varinha de marmelo!...Era na base da varinha de marmelo, agora já não é mais, ela já não,

ela fala bastante sim, dá conselho... Mas, no meu tempo e dos meus irmãos, dos meus outros dois irmãos mais velhos, era na, base na vara mesmo. (Joana 26 anos, casada, duas filhas).

As mães, do início do século XX, não ficavam isoladas na família conjugal, elas utilizavam-se de redes sociais que perpassavam a unidade doméstica. O cuidado das crianças cabia sempre às mulheres, mas essas necessariamente não eram mães biológicas, podendo ser as avós, criadeiras, vizinhas ou outros parentes/colaterais, ou seja, essas crianças de grupos populares não teriam sobrevivido se não fossem consideradas por eles como responsabilidade de todo o grupo de parentesco. Esse contexto é contemporâneo a realidade das camadas populares no Brasil.

Ao observar a fala da informantes dessa pesquisa pode compreender como elas significam as relações com suas mães. Na fala de Joana é possível perceber que ela não significa o seu relacionamento com a mãe de forma negativa, mas demonstra que sente que ela exercia uma atitude muito enérgica, usando da violência física para demarcar regras e comportamentos não aceitos. O uso da vara de marmelo é frequentemente usado por famílias de origem européia no sul do país, para demonstrar limites por meio da dor, acreditando-se que, desta forma, a criança não esquecerá o que não deve fazer. “É preciso marcar o corpo, para educar a alma”, dito comum na Europa, nos séculos XVII e XVIII. Contudo ao ser perguntada a origem étnica de Joana, ela se identifica como “*brasileira*”, termo utilizado nesta região para denotar as pessoas que não são de origem européia, podendo ser descendentes de negros ou índios. A convivência com a forma de educar dos descendentes de europeus, porém, faz parte da cultura da região, que inclusive tem uma forte marca, por preservar as tradições de sua origem, por meio de comidas típicas e danças.

As mulheres das camadas populares no período colonial até o século XV não se adaptavam às características ditadas pelas normas oficiais da sociedade, como a submissão, o recato, a delicadeza e a fragilidade. “Eram mulheres que trabalham muito, em sua maioria, não eram formalmente casadas (...) fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil”. (Soihet, 2001, p. 367).

Este estereotipo de sexo frágil não se apresenta nas falas de Maria sobre sua mãe, em sua trajetória Maria (22anos, amasiada, dois filhos), sente que teve a chance de se construir como mulher que consegue desempenhar um bom trabalho, um tarefa doméstica cuidadosa, limpa, e, porque não dizer, eficiente, graças ao exemplo de sua mãe. *“Ela também, ela era. Graças a Deus hoje assim, as pessoas tão bem, eu vou trabalhar, todo mundo, trabalha, graças a ela, que ensinou a fazer as coisas bem feitas. Ensina, era caprichosa minha mãe, ensinava fazer tudo certo”*.

A forma de fazer os filhos aprenderem a fazer as diversas tarefas bem feitas foi marcante para a construção de Maria, desde os oito anos sentia-se responsável pelas tarefas domésticas do seu grupo familiar. O mundo da mãe de Maria e por conseguinte dela era permeado e significado pelo trabalho, o lugar na família dependia da capacidade de produção para garantir a sobrevivência do grupo. Ainda criança, sentia-se capaz de colaborar com o seu fazer doméstico, que liberava as demais mulheres da família para o trabalho na “roça” com os homens.

Essa vivência de Maria tão imbricada com o fazer doméstico e o possível reconhecimento do grupo familiar, marcadamente por sua mãe, que reconhecia o trabalho bem feito, fizeram com que essa mulher sinta, no cuidar da casa dos outros, o que ela chama de paixão. Contudo, em suas falas, ela relaciona essa paixão com o prazer de brincar de “casinha” e de boneca, que lhe foi possível como brincadeira até os oito anos de idade. Após, passou a fazer parte de uma obrigação. *“Ah, Deus me livre, só apaixonada por casa, então eu gostava de “casinha”, fazer “casinha”, brincar de bonecas”*.

Para Maria sua mãe foi boa, cuidava dos filhos, oferecendo alimentação e cuidados com a higiene. Contudo, demonstra em sua fala, que o contato físico carinhoso e a troca afetiva não era presente na relação com a mãe. Não há uma queixa explícita quanto à ausência de contato físico e carinhoso, mas o que traz na fala pode estar denotando o que ela significa como importante na relação mãe e filhos, ou a falta que ela sentiu desse contato mais próximo com sua mãe. Seu discurso corrobora com o que afirma Soihet (2001) de que, apesar de todas as dificuldades da realidade das mulheres das camadas populares, elas assumiam a responsabilidade integral pelos filhos, pois para elas a maternidade era assunto de mulher.

A minha mãe não é de agradar muito as crianças, mais cuida muito bem, pelo menos, quando eu era menor, minha mãe não deixava sujo, com fome, nada. Então era uma mãe boa, só que não era de ficar paparicando, agradando, pegando no colo. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Considerando que há mães que usam a vara de marmelo para colocar limites e educar seus filhos, uma mãe que conversa é sentida como uma mãe boa, mesmo não oferecendo carinho e não pegando no colo. “*A minha mãe conversava, era de conversar, assim*”. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Quando no grupo familiar o pai não ocupa o seu papel de provedor, esperado socialmente, há uma sobrecarga para as mães e o sofrimento marca a construção dos filhos, como é apontado na literatura. Biagolini (1999), em sua dissertação de mestrado, pesquisou junto a famílias residentes na área de abrangência do Hospital Universitário da USP, a vivência pré-natal para as mães de crianças menores de sete anos e identificou que aquelas envolvidas nos serviços domésticos (32,6% das inseridas) apresentaram a pior inserção no mercado de trabalho. A renda familiar *per capita*, as condições de trabalho e a escolaridade do chefe das famílias reforçaram esses resultados. Essa autora verificou que, entre as empregadas domésticas, há uma porcentagem significativamente maior (42,9%) de famílias chefiadas por mulheres e as condições mais precárias de inserção na produção, bem como, no momento da gestação, 9,9% do total das mães pesquisadas pela autora não tiveram acesso à assistência pré-natal, sendo que as maiores parcelas delas estavam concentradas (90%) no grupo mais precariamente inserido na produção e no consumo: o das empregadas domésticas.

Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), reconhece na mãe uma mulher batalhadora, aquela que tornou possível a sua construção como uma pessoa capaz de ser mãe e constituir uma família. Ela que enfrentava as maiores dificuldades e tentava prover os filhos em suas necessidades básicas, além de ser a responsável por estabelecer os parâmetros de certo e errado, os limites e as regras sociais. O pai dessa informante acabava sendo mais um fardo

para a mulher, segundo Maria devido ao alcoolismo e ao descomprometimento com as necessidades dos filhos.

Ela criou a gente, bem dizer, bem, e sempre deu os estudos, fez a gente estudar só que a gente não queria. Ah, mais ela era que, ajudava a gente nas coisas. E sempre comprava as coisas pra gente, às vezes não tinha roupa, ela sempre dava um jeito, sabe?... A minha mãe é muito batalhadora sabe, mais sofreu bastante, sabe? (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

Pode-se pensar que o caso da família de Janete corresponde àqueles analisados por Soihet (2001) quando afirma que:

O homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de poder assumir o papel de mantenedor da família previsto pela ideologia dominante, tampouco de dominador, típico desses padrões (...) A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que de força e poder. (Soihet, 2001, p. 370).

A mãe de Janete ao contrário de algumas mulheres, que reagiam de forma proporcional às violências do companheiro, adaptava-se ao estereótipo da submissão feminina, pontuando porque a violência não era dirigida a ela, mas aos filhos, o que pode ter sido um elemento flexibilizador dessa relação além de haver um forte componente religioso.

Nas falas de Lúcia (23 anos, casada, um filho) sobre a sua mãe, ela demonstra claramente como as agressões físicas nas relações familiares, entre pais, mães e filhos podem não ser sentida como violências traumatizantes, estando relacionadas com o contexto em que ocorrem, bem como ao significado atribuído pelo grupo familiar e cultural. As palmadas são significadas como parte integrante da relação entre pais e filhos: *“A mãe algumas vezes, quando ela conseguia pegar na hora, que nem dizia ela, na hora da raiva batia, mais se passasse um pouquinho daí ela esquecia”*. Lúcia demonstra também que isto

não impede relações afetivas, estas são sentidas como uma preocupação dos pais no intuito de preparar os filhos para a vida adulta.

Minha mãe... Maravilhosa, minha mãe é tudo, ela é uma ótima mãe também, ela sempre diz, ela não é uma pessoa assim que não é muito fácil de chorar, tipo velório e coisas assim, mais só que se ela vê um filho dela derramar uma lágrima pronta, se acaba... Nossa daí vira. Faz tudo também pelos filhos, por qualquer um dos quatro... É muito carinhosa. (...) Só que ela teve pouco tempo pra ficar, assim curtindo os filhos, sempre muito atarefada... Trabalhando e trabalhando, chegava em casa tinha que trabalhar também. Mais é uma ótima mãe. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Há também uma clara compreensão nas falas de Lúcia de que a mãe tinha dupla jornada: ser empregada doméstica, chegar em casa e ter que dar conta das tarefas que as filhas ainda não conseguiam realizar sozinhas. Se ela não dava mais atenção e carinho era porque não era possível na realidade deste grupo familiar, mas isto não foi entendido e sentido por Lúcia como falta de amor ou interesse. Quando ela era criança, a mãe sempre tinha uma outra jovem adolescente da vizinhança que ajudava a tomar conta delas e dos seus irmãos. Assim que ela cresceu, ou seja, atingiu uma idade em torno de oito anos, ela mesma começou a ficar com a responsabilidade de cuidar dos irmãos menores. Costa (2002) indica em seu artigo “Proteção Social, Maternidade Transferida e Lutas pela Saúde Reprodutiva”, que para as mulheres exercerem atividades fora do espaço doméstico elas delegavam e ainda delegam as tarefas de cuidados com os filhos e os afazeres domésticos a outras mulheres. Mesmo nas camadas populares essa prática é usual. Segundo a autora

(...) essas são práticas de longa duração histórica que reafirma uma maternidade transferida, forma de as mulheres atribuírem-se mútuas responsabilidades, legitimada nas lutas feministas. Essa transferência atualiza desigualdades seculares nos acessos a direitos sociais próprios das relações de poder e subordinação que presidem a montagem dos sistemas protecionistas. (Costa, 2002, p. 304).

As mães dessas mulheres, habitantes de regiões interioranas do país e oriundas de camadas populares, não tinham acesso aos bens de consumo que surgiam no início do século XX e que inovavam as formas de relações cotidianas, como os aparelhos eletrodomésticos. O tempo de dedicação aos afazeres domésticos consumia uma grande parcela de tempo das mulheres mães, e de suas filhas, na medida em que estas apresentavam condições de auxiliar nas tarefas domésticas. O número de filhos das famílias de origem de Joana, Janete, Maria e Lúcia indicam que nelas, a quantidade de atividades domésticas e de cuidados necessários com os filhos menores, consumiam muita energia das mães, o que com certeza repercutia nas formas de relacionamentos dessas com seus filhos.

Situação muito diferente das outras informantes foi vivida por Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho). A referência de mãe para esta mulher é marcada pelo abandono. Há uma versão da família paterna, que não deixa claro se a mãe a abandonou ou abandonou o casamento. Lembrar da mãe é doloroso, trazendo a sensação de não ter o seu lugar, de não fazer parte de uma família. Ocorreu um momento em que a mãe tentou lhe tirar do orfanato, o que não foi permitido pelas freiras responsáveis pelo colégio. Na adolescência a mãe tentou se aproximar, contudo falsificou alguns fatos o que fez com que Marlene desistisse de ter contato com sua mãe. *“É, que quando a minha mãe me abandonou, meu pai veio, é que eles moravam em Curitiba, daí ele veio me trouxe pra cá e me internou no Colégio, porque daí ele não tinha como me criar”*.

O abandono da mãe colocou o pai como responsável pelo cuidado da filha, mas este não tinha como ficar com ela, situação que não fica muito esclarecida. O fato é que seu pai levou sua filha para ser cuidada por outras mulheres. As freiras ficam com as função e a responsabilidade da mãe, e o pai continuou na sua função de provedor e como aquele que ia visitá-la nos finais de semana.

4.2. Relação com o pai: “ele é mais descansado, pode ser terrível, mas pode ser bom”.

O Brasil é caracterizado por uma extrema concentração de renda, pela dependência econômica externa e pela queda da natalidade a partir da década de 1960, com o advento da

pílula anticoncepcional possibilitando a diminuição de filhos e a entrada maciça das mulheres casadas e dos filhos na força de trabalho. Esta realidade, contudo, não pode ser estendida para todas as camadas sociais, nem tampouco a todas as regiões do país. Nas famílias de origem das mulheres informantes dessa pesquisa as dificuldades dos homens conseguirem garantir a renda familiar ocorriam de maneira historicamente continuada. Não iniciaram a partir da década de 1960 e as mulheres dessas famílias sempre foram necessárias para dar suporte na obtenção da sobrevivência do grupo familiar. A situação agravada pelo fato de não poderem se beneficiar dos métodos contraceptivos por sobrecarregava ainda mais essas mulheres em suas jornadas de trabalhos.

Essas situações cotidianas contribuíram para que os homens pais das informantes desse trabalho fossem significados por elas de forma diferenciada daquelas relativas às mães. O pai aparece como aquele que transita entre distanciamento, relativa afetividade e violência extrema, causada por problemas de alcoolismo.

Nas relações familiares a mãe ocupa o lugar de referência principal, mas o pai está presente e determina a qualidade das relações dos grupos familiares. Para essas mulheres entrevistadas, o pai está presente em suas significações, mesmo sendo construídas com diferentes sentidos na história de vida de cada uma delas. De acordo com Portella, Mello e Souza & Diniz (2003) em sua pesquisa sobre as concepções de homem Pernambuco, para os homens mais velhos de Pernambuco, da área rural, a paternidade é significada pela idéia de provisão, de projeto de construir e sustentar uma família, o que vem ao encontro das concepções sentidas por essas mulheres sobre os seus pais. Com relação à mesma pesquisa de Portella e outros (2003), os homens mais jovens dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, preocupam-se com a provisão, mas há preocupação também com o bem estar emocional de seus filhos, bem como com o fato de se fazerem mais presentes na vida diária de seus filhos, demonstrando a expansão da função paterna para além da provisão material.

Para Joana (26 anos, casada, duas filhas), o pai era mais calmo do que a mãe, que era enérgica, mas o pai não garantia proteção em relação às ações da mãe. Caso o pai permitisse algo com o qual ela não concordava, dava uma contra ordem e os filhos sabiam que esta ordem é que deveria ser seguida, a ordem da mãe prevalecia neste grupo familiar.

O pai já não, ele já é, já era mais calmo assim, por ele, ele deixava, mais ela não deixava, então daí não, tinha que ir como ela queria. (Risos). Então não adiantava a gente correr para pedir para o pai que não ia adiantar, se ele dissesse que sim. (Risos) Então daí era nessa base, então não tem. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), traz uma significação semelhante sobre seu pai, ela marca que ele não usava de violência física, ele era mais carinhoso, pegava no colo quando era criança, ela percebe seu pai como mais “descansado”. Talvez esse sentido deva-se a comparação que ela faz das exigências de sua mãe sobre a necessidade de ensinar a trabalhar direito e o comportamento do pai que, ao voltar da “roça”, estava mais calmo. Sua jornada estava terminada, sendo que a mãe ainda tinha obrigações a cumprir, em atividades domésticas ainda não realizadas pelas filhas mulheres e/ou na disciplina dos filhos. Maria então se refere à relação com o pai da seguinte forma: “*Muito boa, meu pai não era ruim assim nessa parte de bater... É o meu pai, já ele era mais descansado*”.

Diferentemente da história de Joana, o pai de Maria determinava e sua mãe concordava, ou seja, o casal concordava que trabalhar na “roça”, ou em casa, ajudando na sobrevivência da família era mais importante do que estudar. O pai não queria deixar os filhos irem para a escola, como se pode perceber a seguir:

Foi difícil, porque daí meu pai não queria, colocar nós... Não, porque nós tínhamos que ajudar. Que nem, um dos meus irmãos estudou até a 3ª, outro até a 2ª só, eu só que estudei até a 4ª... A minha mãe também queria que eu ajudasse fazer... (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Maria, talvez por ser a filha mais nova, teve a chance de estudar até a quarta série do ensino fundamental, pois estudar possivelmente não impedia que ela realizasse as atividades domésticas. O pai também se faz presente na proibição das filhas mulheres não saírem de casa. Neste grupo familiar é marcante que o lazer não fazia parte do cotidiano, nem mesmo para o pai. Somente os filhos homens na adolescência tinham permissão para

sair, às filhas mulheres restavam fazerem tapetes, como mencionado na apresentação das informantes. Estas relações familiares denotam relação de gênero que reserva aos filhos homens acesso ao lazer e as filhas o espaço doméstico.

Falar sobre o pai foi marcadamente difícil para Janete (29 anos, amasiada, dois filhos). A figura do pai está presente até hoje no seu cotidiano. Presenciar o sofrimento constante da mãe, do pai, a faz lembrar que toda a convivência familiar, do passado e do presente, é envolvida em sofrimento pelas escolhas do pai. Estas influenciaram no distanciamento de uma das suas irmãs, que foi embora devido a brigas com ele, na saúde psicológica de um dos seus irmãos, que vive amedrontado e apresenta pensamentos alucinatórios de perseguição e na impossibilidade de realizar situações de festas familiares, porque ele não aceita visitas e não gosta de crianças.

Ah, ele era bravo com a gente, até agora ele perdeu a visão, sabe... Ele enxergava mais ele bebia demais, então ele era ruim né, agora ele perdeu a visão, está de cama, ele não sai pra lugar nenhum. Aí quando ele bebia, ele era agressivo... Batia... Na mãe não, ele brigava, sabe quando chega assim e briga... Quer quebrar as coisas, daí depois a gente começou a sair de casa... Então ele era assim, era ruim assim pra gente sabe, de conviver com ele, ele é tipo dessas pessoas assim, que não gosta que vá visita na casa, na casa dele lá sabe, chega um fim de semana se a gente quer fazer uma festa com a minha mãe, alguma coisa nunca dá, ele é uma pessoa muito... Ih, Deus me livre, não gosta de barulho de criança, sabe... Mais ele é uma pessoa muito terrível. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

Em sua entrevista Janete traz o seu pai mesmo quando o assunto não se relacionava com ele, mostrando o quanto ele impedia a família de viver em harmonia e o quanto ele foi decisivo por ocasião da decisão de liberar sua filha para a adoção, uma vez que as brigas e as rejeições não lhe ofereciam possibilidades de ficar com sua filha.

Lúcia (23 anos, casada, um filho) traz em suas lembranças comentários da sua mãe, sobre como o pai reagia por ocasião do nascimento dos filhos, significando para ela o desejo do pai pelos filhos, adjetivando-o como um bom pai: “ *minha mãe conta que ele passava a noite quando ela ia ganhar o nenê, ele passava a noite no lado de fora do*

hospital lá, sentado... Esperando, toda hora perguntando como é que tava, como é que não tava” No entanto, Lúcia demonstra ambigüidades: “Mais ele sempre foi um ótimo pai, apesar de... Sempre foi um ótimo pai”. A expressão “apesar” de seguida de um silêncio, deixa em aberto seu sentido. Seria o fato de o pai deixar a família nos finais de semana para participar dos campeonatos de futebol ou esse sentido estaria ligado à forma de estabelecer a educação na família? Ela não esclareceu esse aspecto, no entanto suas afirmações seguintes podem fornecer pistas: “E o pai não, ele falava e tinha que ser feito se não... Se não fosse feito apanhava... Apanhei, algumas vezes sim... É cinta... É que, nós namorávamos, meu pai era muito assim que, eu não podia nem sair com ele [namorado] pra cidade”.

O que faz com que Lúcia signifique seu pai, como um ótimo pai, se ele usava da violência física e restringia severamente os passeios dela? Este sentido pode estar ligado à sensação de que o pai estava presente, preocupava-se com o que acontecia com os filhos e trabalhava para sustentá-los, bem como a fala da mãe que reforçava a figura do pai como um homem bom. É ele também que semanalmente telefona para Lúcia para ter notícias dela e de sua família. O seu pai considera o marido um filho e, desta maneira, as relações atuais também são fortalecedoras de um sentido positivo referente ao seu pai.

Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro), não se sentiu abandonada pelo pai, ela justifica que ele não tinha como cuidar dela. Marlene justifica que mesmo seu pai sendo alcoolista, no dia em que ele faleceu, não estava alcoolizado. Ela reforça nas falas seguintes, que não têm muitas lembranças do seu pai.

Então, muita coisa eu não lembro dele, sabe?...Ele, eu acho que era servente... Pois olha, que eu não me lembro, que muita coisa eu não lembro do meu pai... Não lembro, porque eu era muito pequena ainda, eu entrei, lá ele me colocou com quatro anos, que eu estava... E daí, ele me deixou no Colégio, eu fiquei internada lá, mais sempre ele, todo o final de semana ia me visitar. (Marlene, 31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho).

Quando a pesquisadora perguntou sobre o que acontecia nas visitas do pai, se eles brincavam, conversavam, novamente Marlene usa o recurso do não lembrar: *“Ai, deixa eu me lembrar, que olha muita coisa, eu sou muito esquecida nessas partes assim, eu não lembro...”* Esquecer seria uma forma de amenizar o sofrimento vivido por ela, uma defesa significada como esquecimento?

4.3. Ser mãe é ser conselheira, companheira, é cuidar e... Não abandonar.

Os sentidos construídos sobre o ser mãe pelas mulheres entrevistadas demonstram que as mesmas buscam complementar, melhorar, diferenciar os referenciais vividos na sua história pessoal. Processos de identificação e processos contrastivos parecem presentes, na medida em que as mães fornecem os modelos a serem seguidos ou modificados, ao menos parcialmente.

Joana (26 anos, casada, duas filhas), ao ser indagada sobre o que é ser mãe, repete a pergunta para si mesma, como se naquele momento tivesse percebido a complexidade de ser mãe. Rindo, diz ser esta uma pergunta difícil, mas busca demonstrar o que para ela significa ser mãe, dizendo que cuidar do filho é um dever dito pela sociedade, mas, para ela, mãe vai além deste papel. Deve aconselhar e ser companheira, demarcando que isto ocorre principalmente quando os filhos começam a crescer. Para quem inicialmente achou a pergunta difícil, ela conseguiu expressar-se construindo um fala rica em significados como é possível perceber nos trechos seguintes:

Ser mãe? [Riso]. É uma pergunta muito difícil [Riso]. Sei lá, eu acho que ser mãe é ser companheira dos filhos também, porque cuidar todo mundo sabe que tem que cuidar, né. Então tem que ser, aconselhar e... Ser companheira, ser conselheira. Sei lá, ajudar, no que eles precisam, porque quando são bem pequenininho até que não é

tanto, porque daí você está ali pra cuidar, mas eles não têm muita, como é que se diz, muito... Que eles não falam. Então você, você faz o que você acha que tem que fazer. Depois quando eles já começam a falar e já começam ir pra escola principalmente, tem uma diferença grande... Então, você tem que sempre está aconselhando pra não fazer coisas erradas, não ir num mau caminho. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

Ao falar sobre a mãe que ela deseja ser para as suas filhas, Joana (26 anos, casada, duas filhas), demonstra perceber que se diferencia da sua mãe. Ela a sentia como muito brava e não lhe permitia acesso para conversar. Deixa claro, no entanto, que não abandonou totalmente a forma de educar da mãe. No seu entender, ela flexibilizou o modelo materno, mas quando necessário recorre a “*umas palmadinhas*” e não mais à vara de marmelo usada por sua mãe.

Ah, eu não sei, eu acho que eu já sou bem diferente da minha mãe pra minhas meninas, então eu não sei em que lugar que eu me encaixo, mas eu... Eu já não sou tão brava, eu já, já deixo, não deixo assim totalmente a vontade, mais já não é mais que nem a minha mãe era pra mim, eu já sou mais... De vez em quando, umas palmadinhas é bom. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

Os castigos físicos foram introduzidos pelos jesuítas no século XVI no Brasil. Essa forma de relação com as crianças deixava os indígenas horrorizados, uma vez que desconheciam essa forma de “demonstração de amor”. O excesso de “mimo” era visto pelos educadores europeus como algo que fazia mal aos filhos. A violência física era vista como a forma mais adequada de educar as crianças, ensinando-lhes a não perder o respeito, dos pais aos educadores, que tinham como autorizados o uso das palmatórias e outras formas de disciplina (Del Priore, 2001, p.96-98). Desde então, os castigos físicos mostram-se presentes na educação de crianças em todas as camadas sociais, a despeito das discussões sobre os direitos das crianças, do combate às formas de violência e da disseminação de novas práticas pedagógicas na família e na escola.

Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), ao falar sobre o que é ser mãe, também repete a pergunta como uma forma de buscar significados para esse fazer naturalizado socialmente. Em sua fala anuncia primeiramente que ela não “*é de cuidar de criança*” querendo dizer que não é muito carinhosa com a criança, o que denomina de “*ficar paparicando*”. Ressalta, entretanto, que cuida bem e que a maternidade é uma experiência bonita, deixando transparecer que nem todas as mulheres vivenciam esta experiência da mesma maneira, sendo que algumas parecem não conseguir ser mães como ‘deveriam’: “*Ser mãe? Eu não sou de cuidar de criança. Mas eu trato muito bem, dos meus filhos, ficar paparicando. Mas eu acho ser mãe muito bonito... Muito bonito... E acho que, nem todas podem ser mães tão assim...*”

A preocupação de Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), com os filhos é evidente, deixando claro que se preocupa em oferecer os referenciais do que é certo e errado socialmente. Ela demonstra que esta busca pode torná-la “*chata*” perante os filhos, mas para ela o melhor é que os filhos sejam criados como ela foi. Fala que desde pequena ensina sua filha [a menina têm dois anos] a cuidar das coisas, a colocar as coisas no seu devido lugar. Nessas falas sobre ser mãe, Maria não se refere ao seu filho que vive com sua mãe.

Por um filho?... Acho que muita coisa, em primeiro lugar ele, depois a gente, né. Tenho medo do que pode acontecer com ele. Sair à noite pra levar no médico, eu vou, não tenho preguiça. [Silêncio longo.] Não quero ser nenhuma mãe ruim assim, não quero que eles pensem, mas quero que eles sejam criados como eu fui...[Que eles saibam o que é certo, errado.]...Errado, quero, né, ensino desde pequeno é, já digo, não andar na rua, já digo meio chata, já digo, meio chato, mas quero que seja bem assim... Ensinar... Às vezes a gente se acha chata, mas ensino desde muito pequenininho. Que nem eu ensino, é não deixar jogado ali, guardar no lugar tem que ser assim. Então eu acho que vou ser uma mãe assim... É... Ensinar assim, não judiar, não é esse o jeito. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Para Janete (29 anos, casada, duas filhas) ser mãe é ambíguo, é emocionante e sofrido, lembrando que, para essa mulher, a sua mãe é maravilhosa e batalhadora, que fez o

que pôde para defender os filhos do pai alcoolista e agressivo. Desta forma, para ela, a mãe faz tudo pelo filho, é a responsável pelos caminhos que o filho escolherá na vida. Contudo, não sabe dizer que mãe quer ser para seus filhos. Sua fala, no entanto, demonstra que ela tem esse referencial.

É uma coisa muito, emocionante, é sofrido, mais eu achei, é muito emocionante... Ah, bem dizer, a mãe faz tudo, que tem que educar... Tem que estar incentivando, cuidando bem, né? Sempre dando conselhos, desde pequeno, pra não se criar dos outro tipo, assim...Ah! Eu quero ser uma boa mãe. [Uma boa mãe? Que mãe, que você gostaria de ser?] Ah, agora eu não sei. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

As falas de Lúcia (23 anos, casada, um filho), expressam uma imagem culturalmente construída, inclusive com ditos conhecidos como identificadores do papel da mãe: “*padecer no paraíso*” e “*dar a vida pelo filho*”. Os sentidos atribuídos essa mulher estão imbricados com a sua vivência familiar e com a religião evangélica Deus é Amor, a qual ela e o marido professam ativamente. A igreja é o único lugar que o casal saem nos finais de semana. Nessa religião, os valores da família são muitos ressaltados, principalmente aqueles associados à função materna.

Maravilhoso, é a melhor experiência eu acho. É quando o meu filho nasceu eu, por causa do parto, das dores tudo, eu sempre disse que é muito certo esse ditado “ser mãe é padecer no paraíso”, porque você sente dores, mas é o momento mais feliz da vida. Eu... Pra mim a maior felicidade foi o dia que o meu filho nasceu, eu acho que foi o dia mais feliz da minha vida... Tudo [o que uma mãe faz por um filho], eu acho que pelo filho, eu sempre digo, o meu filho é minha vida, pelo meu filho eu troco minha vida sem pensar, por ele eu faço tudo... E mãe é daquele jeito, você pode brigar você pode xingar, você pode fazer tudo, mas os outros ninguém pode fazer nada. Ninguém pode fazer nada que você vira fera aqui. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

As falas marcadas fortemente por Lúcia são correspondentes à sua expressão neste momento. O olhar carinhoso dirigido ao filho denota emoção, ao mesmo tempo em que ela toca seu ventre como um gesto de acariciar este outro filho que se faz presente em sua vida.

O sentido de ser mãe pode também estar relacionado à idéia de natureza mais permanente e duradoura da relação com a prole “(...) a qual se contrapõe à relação conjugal, concebida como temporária, provisória e predestinada a terminalidade” (Vargas, 1999, p.96). O amor de filho é sentido como aquele sentimento que nunca acaba, sendo que o amor de um homem pode ser passageiro. Nas camadas populares parecem prevalecer, de acordo com Vargas (id.), o universo familiar e a relevância dos laços com a família de origem.

O sentido buscado sobre ser mãe foi um momento forte emocionalmente para Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho). O silêncio e a angústia das suas expressões traziam dor e sofrimento ao ser levada a pensar sobre a pergunta. Em um primeiro momento poderia ser entendido que isto estaria ligado somente ao fato de ter sido abandonada pela mãe, por não ter tido a vivência como filha. Ela frisa que não só não gosta de pensar, como também não quer comentar. Contudo, na entrevista recorrente ela trouxe informações que podem ter colaborado para tornar este momento tão doloroso. Simultaneamente à sua gravidez, ela vivenciou a traição do seu companheiro, a separação temporária e a sugestão inicial do companheiro para que ela abortasse. Mas ao final da sua fala, ela marca que deseja oferecer ao seu filho o amor e o carinho que ela não teve, ela deseja diferenciar-se da referência de mãe que ela tem: aquela que abandona. Para preservar a riqueza das falas de Marlene serão citadas na íntegra as interlocuções com a entrevistadora:

E: O que, que significa para você ser mãe?

S: Ai,...

E: O que, que você acha que uma mãe faz?

S: [silêncio].

E: É difícil pra você responder?

S: Ah tem coisa que não... Passou um monte de coisa pra mim.

E: Que você viveu?

S: Ainda...

E: Ainda está difícil pra você saber o que é uma mãe?

S: É, a primeira então eu não sei como dizer, oh, alegre assim tal, mas...

E: Mas assim, tenta imaginar o que, que você acha que uma mãe faz?

S: Ah, ser mãe é, é bom né. É bonito assim, tem muita coisa que eu não gosto assim, porque eu não gosto de lembrar, porque eu não tive mãe, a minha, né. Então tem coisas assim, que eu não gosto assim...

E: Não gosta de pensar.

S: De comentar, porque eu, como eu fui abandonada então, tenho coisas assim que prefiro nem...

E: Que mãe que você gostaria de ser pra ele [o filho]?

S: Ai [silêncio longo, expressão de dor, de angústia]. É isso aqui eu tava pensando, nisso aí. O que, o que eu não tive da minha mãe, eu quero, pelo menos, eu não quero assim, o mesmo que eu tive. Então eu quero dar amor e carinho pro meu filho, não quero...

Banditer (1985) coloca em sua obra a discussão do amor materno como instinto natural, trazendo historicamente o exemplo da insensibilidade das mães francesas no período anterior ao século XVII. Afirmar que são os discursos dos movimentos feministas que contestam os da medicina e da psicanálise que possibilitaram que as mulheres não sentissem as suas casas, os seus filhos e as pessoas das suas famílias como seu reino natural. No entanto, como se percebe no trecho da fala de Marlene, o abandono da mãe é sentido como a impossibilidade de se sentir amada, assim como sente dificuldade em dar sentido à função da mãe. Indica que pretende diferenciar-se do modelo de mãe que conheceu.

(...) a maternidade é mais difícil de viver do que em geral se crê e que a todopoderosa natureza não dotou a mulher de armas suficientes para enfrentá-la. Por não ser suficientemente masoquista, Madame Guitton sofre sem tirar nenhum proveito

dessa dor. A condição feminina parece-lhe tão pouco invejável que ela confessa: “Veja: eu gostaria de nunca ter filhas (...) ao afirmar a sua natureza, eu lhes daria uma possibilidade a mais de sofrer pequenas alfinetadas e a mediocridade da existência.” (Banditer, 1985, p.353).

Não se sabe ao certo os motivos que levaram a mãe de Marlene a abandoná-la, talvez ela tenha abandonado a relação conjugal, sem possibilidade de ficar com a filha, mas também pode ser que ela sentisse o que as mães desse início de século XXI denunciavam. Ser mulher e mãe, em meio a relações de gênero desiguais, torna a maternidade um fardo. Muitas mulheres sentem-se sugadas pelos filhos, queixam-se de não ter tempo para o cuidado consigo mesmas. Para muitas mulheres a maternidade representa desencanto e esgotamento.

Do ponto de vista historiográfico, pode-se afirmar que o progresso e a civilização dependiam das criadoras e educadoras das novas gerações: as mães. Era o que a imprensa buscava realçar por meio dos jornais da antiga capital de Santa Catarina, uma vez que divulgavam uma imagem da mulher e da maternidade em tons românticos. Essas imagens envolvendo mulher, amor e maternidade estavam presentes nos jornais até o início do século XX, influenciando as formas de relações das mulheres com o seu papel de mãe, criando um parâmetro de mãe desejável pela sociedade. Este, no entanto, era vivido por essas mulheres muitas vezes com angústia e temor de não conseguir cumprir com esse ideal. (Pedro, 2001).

As mulheres entrevistadas, ao falarem da boa mãe, utilizam adjetivos diferentes, porém com uma forte carga de responsabilidade sobre a mulher. A mãe deve ser capaz de transitar em vários papéis para ser considerada boa. Somente Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), ficou um pouco em silêncio, sorriu e iniciou dizendo que não saberia dizer, mas acabou falando que seria aquela mãe que não briga com o filho. Ao mesmo tempo percebe que isto é algo difícil: *“Agora eu não sei (risada)... Não sei a boa mãe eu acho que é aquela que não briga... (risada)... Com os filhos. Mas é difícil não ter mãe que brigue?... Mas eu acho que eu sou uma boa mãe pra ele”*.

As demais mulheres trazem prontamente uma definição clara sobre o que é ser uma boa mãe, em geral condizente com o que elas colocam sobre o que é ser mãe, endossando adjetivos de responsabilidade, de educar sobre o que é certo e errado, ter amor pelo filho. Ser uma boa mãe não é uma tarefa fácil, não há limites para as responsabilidades atribuídas. A mãe é a responsável pelo filho, desde o nascimento até suas escolhas futuras, quando adultos.

Acho que é educar bem. [O que, que você acha que é educar bem?] Conversar, ensinar sem bater, eu acho... Ensinar as coisas certa e errada, filho também ensina, o filho não responder... Fazer o que a gente manda assim. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Uma boa mãe é ser uma mãe amiga, aquela mãe que está ali sempre nas horas ruins, nas horas boas e... (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), teve uma resposta rápida sobre o que seria uma boa mãe, expressando talvez o seu desejo não satisfeito, ou suas fantasias, suas elaborações sobre como seria uma boa mãe. Acentua o aspecto da responsabilidade, ou seja, uma mãe não abandona, deve ter aquele amor que ela não obteve após seus quatro anos. Antes desse período nada lhe foi dito sobre ela e a relação com a mãe. *“Uma boa mãe tem que, tem que ter responsabilidade, tudo, tem que, depois você está com o filho, você tem que dar atenção pro filho tudo, cuidar, ter aquele amor”*.

4.4. Mãe ideal: *“Ai meu Deus, será que existe?”*

Após falarem sobre ser mãe, ser uma boa mãe, chegou o momento de buscar as idealizações. Joana (26 anos, casada, duas filhas) aponta para um questionamento que leva à reflexão sobre a possibilidade do alcance da perfeição. Diante de tantas atribuições, responsabilidades e variabilidades da realidade, ela conclui que a mãe ideal não é possível.

“Ai meu Deus, será que existe? [Risos]... Eu não sei... Eu acho que não é possível essa mãe ideal”.

Joana demonstra que percebe que há exageros nas expectativas da mãe ideal. Para os ideólogos do século XIX não bastava apenas o devotamento das mães, era necessário que elas assumissem a função educadora dos filhos, tornando-se as guardiãs naturais da moral e da religião, colocando o destino da família, da sociedade e da entrada ao céu sob sua responsabilidade. A intensidade das exigências em relação às funções maternas torna o ideal dessa função algo inacessível, para Joana e as demais mulheres informantes dessa pesquisa. Não há como não cometer alguma falha dentro do rol de exigências para se atingir a perfeição. (Banditer, 1985).

No final do século XVII e início do século XX, na Europa buscava-se divulgar uma idealização das mulheres em seus papéis familiares. No sul do Brasil essas imagens idealizadas tornaram-se freqüentes a partir da segunda metade do século XIX, sendo os jornais os responsáveis pela divulgação de modelos de comportamento, focalizando com maior intensidade as mulheres, para torná-las mais civilizadas de acordo com os parâmetros europeus. De sorte que:

Os jornais do final do século XIX e início do século XX não criam os modelos ideais de mulher como boas mães, virtuosas esposas e dedicadas filhas. Esses modelos já faziam parte do imaginário ocidental, podiam ser encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares, nas tradições locais. (Pedro, 2001, p.281).

Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), opta em não responder essa pergunta, diz não poder responder, deixando em aberto o sentido que ela atribui a essa mãe ideal. *“Ai, agora eu não posso te responder. [Risadas]”.*

Maria (22 anos, amasiada, dois filhos) traz que o sentido que ela atribui a uma mãe ideal é diferenciado das suas práticas e, das de sua mãe em sua educação. Preocupar-se *“só com o filho”* é o que ela aponta como uma mãe ideal. É interessante perceber que há contradições presentes em suas falas, não sendo possível verificar o grau de percepção que

Maria tem dessas contradições. *“Eu acho que mãe ideal, eu acho ser aquela que fica o dia inteiro ali ao redor corujando, no fundo acho que é isso a mãe ideal, aquela que não se preocupa com nada senão com o filho.”*

Lúcia (23 anos, casada, um filho) fala que essa mãe ideal ela *“nunca”* vai conseguir ser, porque segundo ela *“se acerta de um lado e erra-se do outro”*. Essa fala aparece como uma cobrança, pelas vezes em que não consegue atingir o que ela idealiza para o papel da mãe. Deixar o filho na creche durante o dia para que possa trabalhar, pode ter um sentido de estar errando como mãe, ou quando perde a paciência, ou deixa de fazer o que ela julga como responsabilidade de mãe. Mas, ela elabora uma definição para significar essa mãe ideal.

Eu acho que perfeita nunca mais eu vou conseguir ser, porque a gente como mãe acerta de um lado, erra do outro, mas eu acho que o ideal é passar a vida com o seu filho, cuidando e fazendo tudo o que é necessário por ele. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

A fala de Lúcia remete ao que Del Priore (2001) comenta sobre o período colonial até o império, com relação ao amor materno, que se encontra marcado em testamentos da época. Segundo a autora, as mães quando vivenciavam a proximidade da morte imploravam às irmãs, comadres e avós, que *“olhassem por seus filhinhos”*, demonstrando o temor e a apreensão com relação ao destino dos seus filhos. Os *“mimos”* para com as crianças eram estendidos às crianças negras, que recebiam de suas donas colo e podiam engatinhar livremente no interior das casas. Mas é necessário lembrar que estes *“mimos maternos”* não eram bem aceitos pelos moralistas, que viam nessa conduta uma influência negativa no desenvolvimento dos futuros adultos.

Como a pesquisadora percebeu que este assunto causava sofrimento a Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho) e que ela não estava conseguindo expressar essa emoção, revelando em suas expressões angústia e agitação, optou-se em não lhe fazer mais perguntas sobre este tema, para aliviar seus sentimentos e garantir a possibilidade do

prosseguimento da entrevista. No entanto, a vivência da maternidade que ela inicia com o nascimento do seu primeiro filho poderá oferecer experiências que auxiliem na construção de sentidos diferenciados sobre a atitude de sua mãe.

Banditer (1985), ao final de sua obra, propõe que é necessário estar atento para não se falar de instinto materno, mas identificar que há uma fabulosa pressão social para que a mulher se realize na maternidade. Poder ser mãe não significa que a mulher deve ser apenas mãe e que a maternidade seja a única possibilidade de felicidade.

5

Relações de gênero no contexto familiar

5.1. Distribuição sexual do trabalho vivenciado no espaço doméstico: alterações e permanências

O espaço privado da residência de um grupo familiar tem atividades que são necessárias para a manutenção da higiene, da alimentação e outros cuidados relativos à vida de seus membros. Essas tarefas historicamente foram destinadas às mulheres, a partir do séc XVII, época em que se reforçou o lugar da mulher como mãe e “rainha do lar”, a partir da separação dos espaços destinados ao trabalho não mais coincidentes com aqueles associados à reprodução (Hunt, 1991). Essa realidade influenciou na colonização do Brasil, e faz parte da sociedade brasileira contemporânea. (Del Priore, 1995).

Questionar as mulheres entrevistadas sobre o porquê são as mulheres que realizam esse trabalho, colocou-as o desafio de pensar sobre o que elas vivem no seu cotidiano. É interessante perceber que as respostas demonstram que essas mulheres vivenciam esta divisão de forma marcante nas suas relações com os companheiros. Cada uma apresentou

respostas que permitem perceber alterações e permanências nessa divisão de trabalho e tarefas no âmbito doméstico de sua própria família.

Essa construção é sócio-histórica e, no Brasil, foi introduzida pelos colonizadores. Com a Revolução Francesa, houve na França uma confusão entre os espaços privados e públicos e o governo determinou normas para as uniões conjugais, bem como delimitou o papel das mulheres aos de mãe e de irmã ou de prostitutas, não havia uma identidade, mas sim uma função socialmente determinada de servir ao homem. Esses valores que juntamente com o discurso médico dominaram a Europa após a Revolução Francesa (Hunt, 1991), adentraram com toda força a colônia brasileira, segundo Del Priore (1995), pelos mesmos discursos: religiosos e médicos, que utilizavam os argumentos biológicos para justificar a mulher como naturalmente reprodutora frágil e parte constituinte dos espaços domésticos. Para Kofes (2001), o espaço doméstico é constituído do ser mulher, sendo a reprodução e a maternidade a complementaridade deste lugar feminino.

Joana (26 anos, casada, duas filhas), ao responder sobre o fazer doméstico, inicia com risadas, como se a pergunta lhe fosse inusitada. Embora ela afirme não saber porque, aponta que isso se deve ao machismo dos homens, porque o trabalho doméstico poderia ser realizado por eles. Com essa resposta, ela resgata uma lembrança das falas da sua mãe sobre o comportamento do seu pai. A mãe conta que, quando os filhos eram pequenos, o pai ajudava em todas as tarefas domésticas. Trabalhavam juntos na “roça” e no fazer as atividades domésticas. Essa relação modificou-se com o crescimento principalmente das filhas mulheres, quando, então, o pai não mais participou, como diz Joana “*ficou mais folgado*” (...) *Mas no começo ele ajudava junto também, rente assim no serviço doméstico*”.

Na fala de Joana (26 anos, casada, duas filhas), percebe-se que ela sente que o seu pai sentiu-se liberado de auxiliar nas atividades domésticas. Se há mulheres disponíveis, porque ele, um homem, teria que realizar estas tarefas que são das mulheres? É importante flexibilizar no sentido de perceber que a retirada do marido das atividades domésticas, pode ser porque a mãe e a companheira o dispensassem das atividades, e não somente uma posição do marido de se negar a fazê-las. Tratando-se mais dos arranjos familiares no

decorrer do desenvolvimento das filhas mulheres, que assumem naturalmente essas tarefas ditas femininas, é possível concordar com Bruschini (1994), quando afirma que:

(...) as mulheres constituem uma parcela *sui-generis* da força de trabalho, vivendo a dupla jornada da sujeição ao Homem e ao Capital... Falar de mulher e excluir o trabalho doméstico constitui, portanto, uma maneira de deformar a realidade cotidiana do sexo feminino. (Bruschini, 1994, p. 20).

Culturalmente ainda se percebe como natural e inerente às mulheres as atividades domésticas, mas de acordo com Bruschini (id.) é preciso ampliar o conceito de trabalho, para que se possa considerar a carga de atividades que elas realizam diariamente, que é indispensável à produção social e está inserida em uma unidade doméstica que faz parte de estrutura social mais ampla. Ou seja, não basta considerar a profissionalização das trabalhadoras domésticas, mas refletir e avançar na compreensão da importância das funções realizadas pelas mulheres na invisibilidade dos espaços privados das suas moradias. Esses trabalhos são necessários para a manutenção do sistema capitalista e, portanto, devem ser considerados em sua análise. O que aconteceria nas camadas populares se as mulheres não assumissem os afazeres domésticos, o cuidar dos membros do grupo familiar, como no caso da realidade citada por Joana, e as demais entrevistadas?

A mãe continuou a trabalhar na “*roça*”, mesmo quando os filhos homens cresceram. Não havia um alívio na carga de trabalho, pois embora as filhas ajudassem nas atividades domésticas, ao chegar em casa ela supervisionava e complementava as tarefas que elas porventura não conseguissem realizar.

Quando a pergunta se volta para o seu marido, Joana (26 anos, casada, duas filhas) e suas filhas que estavam perto riem quando ela diz: “*Ah, o meu marido é preguiçoso!*”. Ela comenta que ele lhe ajuda quando ela não está bem de saúde. Caso contrário, ele não colabora, chega em casa, dirige-se ao banho e descansa. Como pontua Joana, ele faz as tarefas da casa quando ela está de “*dieta*” [quarenta dias após o nascimento do bebê] e para ela essa forma de relação é satisfatória, pois quando ela precisa, o marido se faz presente.

“Quando eu tava de dieta delas, daí ele faz comida, ele varre uma casa... Ele lava a louça, mas assim, se eu estou boa”.

Pode-se apontar o modelo do patriarcado como um dos fatores cristalizadores do papel da mulher nas atividades domésticas. No Brasil, o Movimento Sanitarista, iniciado no final do século XIX, tornou-se um discurso reforçador para manter as mulheres nos espaços privados, cabendo-lhes a nobre tarefa de auxiliarem as políticas públicas, impedindo os homens de se dirigirem aos cabarés, preocupação com a ascensão das doenças sexualmente transmissíveis na época (Giffin, 2002). Asseguravam também que era função das mães fazerem com que as crianças ficassem em casa, livrando-as de contaminações de doenças, causadas pelas precárias condições de saneamento básico. Essa construção histórica está presente na construção da subjetividade das mulheres entrevistadas, por meio das falas de outras mulheres mais velhas e de uma sociedade que lentamente está modificando a percepção das mulheres para além da “rainha do lar” e da “santa mãezinha”, tão cuidadosamente construída pelo discurso religioso e médico no Brasil, como indica Del Priore (1989).

O relato de Joana demonstra o cerne da opressão feminina, pois suas tarefas domésticas e o cuidado com os filhos estão incluídos num mecanismo que despreza a remuneração como possibilidade, sendo que a responsabilidade é definida e aceita como feminina, faz parte do cotidiano das mulheres e está na base das relações de gênero (Bruschini, 1990).

A possibilidade dos homens participarem dos afazeres domésticos é legitimamente aceita quando a mulher está ausente e é apontada na segunda etapa da pesquisa sobre sexualidade e reprodução, desenvolvida por Portella e outros (2003), no período de 2000-2002, que envolveu 84 mulheres e 96 homens, nos estados de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, os homens da zona rural do Nordeste apresentam uma matriz mais tradicional de masculinidade, já os homens da área urbana do Sudeste articulam elementos tradicionais e inovadores no que toca aos padrões de gênero, principalmente os mais jovens.

Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), coloca que o trabalho doméstico é sua paixão, porém não consegue ficar em casa, ela precisa trabalhar fora. Ela afirma que se trabalha fora e seu companheiro também, ela está ajudando-o no provimento da casa, então

ele tem que fazer junto com ela as tarefas domésticas. As falas de Maria demonstram uma postura de definir as regras na relação conjugal. O seu companheiro não foi ouvido, apenas foi observado quando chegou em casa no final da entrevista bem como na ocasião da entrevista recorrente. Ele foi cordial com a pesquisadora e se preocupou em ver o que tinha que ser feito. Ela o dispensou dizendo que depois conversavam. Nos trechos seguintes Maria deixa claro que mesmo ela considerando o cuidar dos filhos como responsabilidade da mulher, na divisão sexual do trabalho consegue flexibilizar e consegue negociar uma relação mais equitativa. No entanto, é importante marcar que atualmente Maria tem uma renda superior à do seu companheiro, que está ganhando 50% a menos que ela. Esse fato pode ser relevante para essa negociação do casal:

Eu não sei responder direito, porque às vezes eu me pergunto, porque acho que não é só a mulher que faz o serviço, porque o meu marido ele faz o que eu faço também. (...) Faz tudo na casa aqui, ele me ajuda... Lava! Lava roupa se for preciso, é dá banho, troca a menina... Ele é igual eu assim, só que ficou, esse serviço ficou um jeito pra mulher, casa, a mulher cuidar da casa e não trabalhar fora. Só que no meu caso é ao contrário. Eu gosto de cuidar da casa e trabalhar fora... Isto é o que eu falo pro meu marido. Ele trabalha, eu ajudo ele lá, ele tem que me ajudar aqui. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Foi possível perceber na casa de Maria que há excessivo cuidado com organização e limpeza. Por ocasião da entrevista tudo estava em ordem, mesmo sendo final de tarde, e ela e o companheiro terem trabalho fora o dia todo, não havia qualquer sinal de desordem. Na entrevista recorrente foi possível perceber que o seu companheiro desenvolve as atividades domésticas e os cuidados com as filhas juntamente com ela. Enquanto, ela ouvia a leitura da transcrição da primeira entrevista e respondia a novas questões, ele ficou na cozinha lavando louças, limpando o fogão a gás, bem como preparando a mamadeira da sua filha de quatro meses que estava no colo da companheira. Ele buscou se integrar aos diálogos em alguns

momentos, ressaltando que sua mulher trabalha em excesso. Maria demarcou que ele também gosta de manter tudo organizado na casa e também não consegue ficar muito tempo parado.

As mulheres informantes desse trabalho apresentam uma configuração que corrobora com os dados encontrados pela pesquisa de Portella e outros (2003), associando os homens à esfera pública e as mulheres à esfera privada:

As mulheres percebem que se realizam atividades ditas masculinas, os homens também podem realizar atividades ditas femininas e reconhecem que, eventualmente, os homens fazem isso. Mas há diferenças entre a realização eventual destas atividades e a idéia de que eles poderiam incorporar as atividades domésticas à sua vida cotidiana.(Portella e outros, 2003, p.3).

Ao falar com Janete (29 anos, amasiada, dois filhos) sobre o assunto, ela preferiu não responder, ou melhor, sua resposta indica que ela não sabe porque é assim e que não sabe como responder: *“Ah, porque, sei lá. Ah agora eu não sei te responder”*. Sua relação com o companheiro é sentida por ela como *“boa”*. A divisão sexual do trabalho não é um tema que faça parte dos seus questionamentos. Sua história de vida marca um sentido negativo sobre os homens. Ter esse companheiro, carinhoso com o filho e com ela e, que não faz uso da bebida alcoólica, e traz todo o dinheiro que ganha para casa, é algo que supera em muito a sua vivência na família de origem.

As falas de Marlene (31anos, amasiada, grávida do primeiro filho), e Lúcia (23 anos, casada, um filho), demonstram que, para elas, as tarefas domésticas são realmente atribuições das mulheres, são elas que têm a obrigação de realizá-las. Segundo Marlene: *“se a mulher não fizer, ninguém fará”*. No seu caso, há que se considerar sua educação no colégio interno de freiras, que há três décadas [por volta de 1975], reforçava o papel da

mulher submissa, dócil, doméstica e maternal. Ela até consegue pensar que, caso de haver necessidade, o homem pode fazer as tarefas domésticas, no entanto, reafirma essa atribuição como sendo naturalmente da mulher. *“Ah, isso tem que fazer. Ah tem que, porque se você não fizer, quem que faz? Se não for a mulher... Ah, fazer [o homem] faz, precisando faz. (...) Mas esse seria serviço da mulher. (...) É porque quem tem que cuidar da casa é a mulher”*.

Este trecho da fala de Marlene corrobora com o que Portella e outros (2003) identificaram com seus informantes. A noção de que os homens não conseguem viver sozinhos, dependem das mulheres para a realização da sexualidade, para manter as atividades de uma residência, bem como o cuidar de si mesmos. Esse discurso é mais enfático nos homens do meio rural pernambucano, do que nos homens da região urbana de São Paulo e Rio de Janeiro. O homem forte e dominante, não consegue cuidar de si. Os autores da referida pesquisa identificaram que as expectativas da maioria dos homens em relação às suas namoradas e futuras esposas são muito próximas do que eles esperam de suas mães ou das empregadas domésticas, com exceção da atividade sexual.

Lúcia (23 anos, casada, um filho), justifica que essa é uma atribuição das mulheres porque os homens não saberiam fazer, não conseguiriam fazer direito e utiliza como argumento que ela conhece poucos homens que sabem fazer as tarefas domésticas adequadamente. Para ela, os homens não se interessam e não querem aprender. Essa fala ambígua demonstra que inicialmente Lúcia traz a concepção de naturalização do trabalho doméstico feminino. No decorrer da fala ela apresenta outro elemento, que seria a falta de interesse, o qual flexibiliza a possibilidade de que o homem possa ser capaz de fazer, mas não se interessa.

Ah, os homens não iam nem conseguir fazer direito... Eu acho que não. Eu conheço poucos homens que sabem fazer bem o serviço de casa... A maioria não dá muita

bola ou nem quer aprender a fazer. E eu acho que é isso. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Esse trecho da fala de Lúcia remete ao que Portella e outros (2003) identificaram com seus informantes, de que o trabalho doméstico é visto como uma ameaça às configurações tradicionais de gênero, uma ameaça às noções de masculinidade e feminilidade, pois o cuidado com as pessoas é associado ao feminino e, portanto, os homens ao serem surpreendidos por outros homens realizando essas tarefas sentem-se “desonrados”.

As informantes mostram que há mudanças na divisão sexual do trabalho, bem como no cuidado com os filhos, mas essas mudanças são tênues. Ademais, parece não haver uma correlação entre mudanças na divisão sexual do trabalho com a maior participação do pai no cuidado e no contato com os filhos. Como exemplo, tem-se o caso de Lúcia que relata como o marido é carinhoso e colaborador no cuidado do filho, mas nas tarefas domésticas não há a sua participação, ela tem a concepção de que os homens não sabem fazer direito. Provavelmente ela nem conta com a possibilidade de sua colaboração, pois se fizer algo, ela terá que refazer, uma vez que, no seu entender, somente as mulheres sabem fazer essas tarefas de forma adequada. Há que se considerar que o fazer doméstico também com um elemento na relação de gênero para demarcar poder feminino, domínio e como elemento de barganha nas relações desiguais de gênero

Esse sentido naturalizador do fazer doméstico prevalece também, no grupo de empregadas domésticas pesquisadas por Tamanini (1997), na capital de Santa Catarina, é um sentido conservador que coloca a mulher como naturalmente inferior. Chegam a mencionar que os homens poderiam fazer as atividades ditas femininas, mas são tarefas mais apropriadas para a mulher. A desigualdade é natural para elas, como é possível perceber nas falas de Marlene, Lúcia e Janete.

Segundo Goldsmith (1993) o fazer doméstico como atributo das mulheres é demarcado nela presença das empregadas domésticas para assumir as tarefas que seriam das suas patroas.

(...) El servicio doméstico há sido uma espina em el costado Del feminismo latino-americano, dado que lãs feministas por si mismas emplean domésticas. Feministas de classe média son forzada a reconocer que frecuentemente elas son capaces de participar politicamente solamente porque uma pobre trabajadora Del hogar carga com uma gran porción de su doble jornada. Esta situación fomenta una relación de poder tensa, que es la antítesis de la hermandad feminista. (Goldsmith, 1993, p. 206).

Com esta afirmação pode-se encontrar correlação com o que Tamanini (1997) indica quanto à existência de uma percepção nas relações de gênero que legitima o fato de que se a esposa não realiza, ou não quer fazer as atividades domésticas, a situação pode ser resolvida contratando outra mulher. Ainda é difícil encontrar nos discursos masculinos a compreensão que as tarefas domésticas e o cuidar dos filhos é uma atribuição da família e não inerentemente das mulheres.

Outro tema a ser incluído na análise das diferenças nas relações de gênero, corrobora com o que Portella e outros (2003) identificaram em sua pesquisa: a percepção de que o trabalho da mulher fora de casa é significado pela maioria das mulheres e dos homens investigados como complementar e secundário. Com exceção de Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), as demais informantes dessa pesquisa também se referem ao seu trabalho remunerado como um auxiliar na renda doméstica, sendo que o papel de provedor fica a cargo do homem. Mantém-se a concepção hegemônica do homem como provedor.

5.2. A reprodução e a contracepção são responsabilidades das mulheres?

Quando a entrevistadora perguntou às informantes sobre como o casal realiza o planejamento familiar e o uso de métodos contraceptivos, percebeu-se um certo estranhamento por parte das informantes. Era como se a pesquisadora estivesse indagando algo ao mesmo tempo óbvio e absurdo.

Apesar da luta do movimento feminista dos anos 1960, ter como meta a igualdade na diferença sexual, mas reconhecendo as diferenças, o que se pode chamar “eqüidade de gênero”, ainda neste início de terceiro milênio, percebe-se a figura masculina com o atributo de provedor e a feminina no papel doméstico e reprodutivo, de mãe, mesmo tendo sido repudiada a “definição hegemônica da mulher como reprodutora, confinada à esfera do lar: vulnerável, subjugada, excluída” (Giffin, 2002, p. 2). No grupo de mulheres entrevistadas pode-se observar a permanência das concepções de mulher doméstica e reprodutora e de homem como provedor.

É perceptível pequena alteração de densidade no que diz respeito às relações entre o casal, mas há permanências quanto a concepções de que o cuidado dos filhos é algo que compete às mulheres, sendo que elas não cogitam a possibilidade de dividir essas decisões com seus companheiros. Essas informações demonstram que o que Portella e outros (2003), identificaram em sua pesquisa, também ocorrem nas relações dessas mulheres empregadas domésticas gestantes com seus companheiros. Há um reforçamento da centralidade do lugar de provedor, até mesmo quando os homens se referem à contracepção, pois poucos deles demonstraram preocupação com este tema a não ser quando estava relacionado à subsistência econômica.

O único método usado por todas as informantes é a pílula anticoncepcional, sendo que utilizá-la foi uma decisão delas, por vezes orientada por outra mulher, como no caso de Lúcia (23 anos, casada, um filho): *“Eu, quando eu casei, fugi bem novinha... É, daí depois de uns dias, a minha mãe me pegou me levou no ginecologista pra ele receita um...”*.

Joana (26 anos, casada, duas filhas), acha “engraçado” quando a pesquisadora pergunta como o casal decide evitar filhos e o método utilizado, e responde que quem ingere a pílula anticoncepcional é ela. Na seqüência da sua fala demonstra que também é ela quem decide quando parar e quando retornar. Engravidar da segunda filha foi uma decisão dela.

Eu. Eu que tomo...[Risos] Eu que comecei a tomar, desde quando eu ganhei a mais velha eu tomei um tempo, só que daí eu não, não tomei muito assim...[Da mais velha

você deixou vir?].... *Eu deixei vim e daí depois dessa que eu tive a segunda, daí que eu tomei, comecei tomar valendo, daí.* (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

A atual gravidez também não foi planejada pelo casal. Joana resolveu parar de tomar a pílula porque estava lhe fazendo mal. Ficou um tempo sem tomar e, quando retornou o uso, engravidou. Ela diz que não sabe como aconteceu. Conversando com a pesquisadora ela compreendeu que havia iniciado o uso da pílula de forma incorreta.

Eu não sei como que aconteceu, porque eu parei de tomar e no período que eu parei eu não engravidei. Eu engravidei depois que eu comecei a tomar de novo. Eu sempre tomo certinho, porque eu sou [dando a entender que é experiente], três anos que eu tomei direto. (...) Humhum [após explicação da pesquisadora], então foi isso, porque até hoje eu não entendi como que foi. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

O trecho acima da fala de Joana reflete o que Giffin (2002) indica que ocorreu desde os anos 1960: uma internacionalização da questão de controle populacional, sendo que no movimento feminista foram priorizados os espaços e valores públicos a serem conquistados e o direito de romper com a ideologia de que cabia à mulher a reprodução, havendo uma discussão sobre o direito da mulher não querer reproduzir, ou escolher como e quando desejava engravidar. Contudo segunda a referida autora, foi deixada em segundo plano a discussão sobre as condições concretas para exercitar a maternidade, considerando-se as diferenças de grupo sociais, como no caso de Joana que não tem acesso a essas concepções feministas. A pobreza limita o acesso a informações que possam alterar as concepções desta mulher sobre direitos reprodutivos. No entanto, há que se discordar de Giffin (2002) quanto a análise de que os movimentos feministas religaram a maternidade ao segundo plano, pois ao se reivindicar acesso.

No caso de Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), esta apresenta uma resposta que demonstra como o casal lida com a situação: *“Ele concorda, mas ele não fala nada”*. O silêncio do companheiro é significado por Maria como aprovação, mas o assunto não é dialogado. A comunicação é de outra ordem, é significada na ausência de cobranças, na ausência de preocupação dele, deixando-a com a liberdade de decidir, mas também com a responsabilidade de evitar a gravidez.

O que se percebe na fala de todas as informantes desse trabalho é que há um desconhecimento dos métodos contraceptivos. O mais utilizado é a pílula, porém não há um conhecimento eficaz de como utilizá-lo. Esses dados são corroborados no trabalho de Portella e outros (2003), que identificaram que o conhecimento sobre os processos reprodutivos e os métodos contraceptivos é muito limitado entre homens e mulheres, sendo mais intenso esse desconhecimento entre os homens mais velhos que relacionam a negociação de contracepção com promiscuidade e ao sexo fora do casamento. Entre os homens mais jovens, a utilização dos métodos contraceptivos (notadamente o condom), ocorre em relacionamentos mais recentes, sendo abandonado quando a relação se estabiliza.

A atual gravidez de Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), que também não foi planejada, ocorreu porque ela parou por um mês de tomar a pílula e, ao retornar, iniciou o uso de forma incorreta, engravidando. Este fato gerou insegurança sobre a eficiência deste método. Em sua fala novamente fica marcado que ela sente como responsabilidade sua resolver o que fazer após o nascimento do seu bebê. Ela não se sente no direito nem de falar com seu médico sobre o assunto, preocupando-se com a reação dele, o que expõem componentes de relações de gênero e de camadas sociais.

Ainda não [sobre falar com o médico sobre os métodos contraceptivos, no pré-natal], vou esperar a hora que tiver o neném, digo pra mim voltar lá, pra conversar, senão vai dizer: “você nem teve o bebê, já está falando nisso de novo”. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

De acordo com Giffin (2002) todo o processo de fecundidade no Brasil pode ser chamado de perverso, porque há no país o uso de métodos contraceptivos modernos,

contudo o acesso é limitado pelas condições de pobreza e cidadania. Maria endossa o que a referida autora, coloca sobre as mulheres das camadas populares, essas ingerem pílulas de forma irregular. Além dos efeitos nocivos de um método não orientado adequadamente, o uso descontrolado pode resultar em gravidez indesejada e em alguns casos até em abortos. Maria, Joana e Lúcia viveram uma gravidez indesejada por uso incorreto da pílula anticoncepcional.

Na entrevista recorrente, ao ser lida a parte da entrevista sobre o tema, Maria, que estava junto ao seu companheiro, relatou que da primeira filha do casal - que está com um ano e nove meses - foi o companheiro que jogou a cartela de comprimidos anticoncepcionais fora. Este relato demonstra que ele pode não falar sobre o assunto de planejamento familiar no que diz respeito a ter filhos, mas, quando desejou ser pai, tomou uma atitude para realizar seu desejo. Ela aceitou.

De acordo com Costa (2002), para os homens casados - aqueles que mantêm uma relação de união estável na mesma residência -, a paternidade é fundamental para a sua concepção de masculinidade. No entanto, paternidade não comporta apenas “fazer o filho”, mas ter a capacidade de sustentá-lo e educá-lo, relacionando atributos físicos e morais. A conjunção destes atributos é justificador da coexistência do desejo por filhos “próprios”, de seu sangue, juntamente com o cuidado de filhos da companheira, de filhos da irmã ou de filhos adotivos.

No caso de Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), ela nem comentou o que seu marido fala ou não sobre a decisão de ter ou não filhos. Ela direcionou a conversa para o desejo de fazer a laqueadura, queixando-se de que o Posto de Saúde não está liberando esse procedimento cirúrgico. Houve uma ocasião, que os profissionais do referido posto de saúde, argumentaram que o marido tinha que autorizar o procedimento. Ela falou com a enfermeira e disse que o seu marido assinava a autorização, mesmo assim não conseguiu. Outro argumento utilizado é sua idade - 29 anos - no entanto, a idade mínima seria 26 anos.

Janete queixa-se que as mulheres que apresentavam os requisitos para conseguir realizar o procedimento de laqueadura, não o aceitam. A atual gravidez não foi planejada, ela parou de tomar a pílula e o casal não teve atitudes preventivas. Não fica claro se o companheiro sabia que ela tinha parado de usar a pílula. Ela achou que não engravidaria,

para ela o procedimento cirúrgico da laqueadura é a única forma segura de evitar mais filhos:

Agora eu quero vê se eu consigo me operar.(...) Eu quero mais está difícil, pelo Posto não... Não, porque tinha assim um tempo aqui que eles faziam pelo Posto. Só que agora eu falei com a enfermeira ali, ela falou assim que, por enquanto, ainda não saiu lá pelo SUS pra fazerem, que tem muitas mães aqui no bairro, que não têm condições de criar filho, que nem, eu não tenho um mar de rosa, falando assim. (...) Eu queria já, quando ganhasse nenê, já me operar. (Janete, 29anos, amasiada, dois filhos).

Marlene (31anos, amasiada, grávida do primeiro filho), por sua vez, quando a pesquisadora pergunta como o casal decide evitar ou não filhos, responde o que ela fez, utilizou a pílula anticoncepcional: *“Ah, eu tomei comprimido”*. Quando a pergunta é retomada, ela diz que ambos decidiram, afirma que ela não queria ter filhos, mas parou de usar a pílula sem pensar: *“Ah, ambos os lados, eu não queria ter filho, daí eu resolvi na louca”*. Essa fala oferece indicativos de que essa decisão foi sua. Na entrevista recorrente, Marlene contou sobre a sua gravidez, deixando claro essa gravidez pode ter sido uma maneira encontrada por ela para não perder seu companheiro, que depois de um tempo arrependeu-se e pediu para voltar, o que aconteceu. A gravidez trouxe seu companheiro de volta. A situação de Marlene indica que nas relações de gênero, a responsabilidade das mulheres quanto a contracepção pode ser utilizado por elas como elemento de poder para manter a relação conjugal

Lúcia (23 anos, casada, um filho), que fugiu de casa para ficar com seu marido quando tinha quatorze anos. Na época, ela encontrou na sua mãe a pessoa que se preocupou com a possibilidade de uma gravidez e levou-a para uma consulta médica, para o profissional lhe indicar a pílula anticoncepcional: *“Quando eu casei tomei seis anos, que eu fiquei sem filho tomei anticoncepcional... Eu, quando eu casei, fugi bem novinha... É, daí depois dali uns dias, a minha mãe me pegou me levou no ginecologista pra ele receitar um [anticoncepcional]”*.

Seis anos depois o casal decidiu ter um filho, que, de acordo com Lúcia, foi muito esperado e desejado. Em seu depoimento há afirmações sobre diálogos com o marido sobre evitar filhos, mas ela diz que pretende continuar com o mesmo método, embora pense na possibilidade do marido fazer vasectomia. Segundo ela, ele não o fez porque não tem o dinheiro suficiente para tal procedimento, este método contraceptivo não é muito comum nas camadas populares, demonstrando mais uma vez que as mudanças nas relações de gênero ocorrem, mas elas não são lineares, são fragmentadas e de certa forma pulverizadas nas relações. *“Vou [continuar tomando anticoncepcional], eu pretendo que meu esposo faça a vasectomia porque a gente fica assim, tem medo de [engravidar]. (...) Eu fiquei um mês só sem tomar comprimido já engravidei”*.

A gravidez de Lúcia não foi planejada, ocorreu porque faltou a pílula no Posto de Saúde do seu bairro durante um mês e foi neste período que ela engravidou. A responsabilidade por esta gravidez não planejada, em parte, pode ser atribuída ao Sistema de Saúde que não forneceu condições adequadas para que se pudesse objetivar o planejamento da vida reprodutiva do casal. No caso da falta dos anticoncepcionais, os profissionais daquele Posto de Saúde poderiam ter orientado Lúcia como proceder para não engravidar.

As trajetórias relacionais desses casais, sobre como lidam com a contracepção ou concepção demonstram que a história social do Brasil tem responsabilizado as mulheres pelas várias práticas de proteção sociais de crianças e adultos. Dessa maneira ocultam as tensões advindas da saída das mulheres para o mercado de trabalho. Não considerar a correlação entre práticas de proteção social e a desvinculação das mulheres dessas responsabilidades, é ocultar a dimensão política desta realidade. Tentar desconsiderar os estudos feministas, os movimentos organizados de mulheres e a história das mulheres, é uma forma de manter as relações de gênero no patamar de desigualdade em que se encontram. (Costa, 2002).

Os diversos modos informais de sobrevivência têm sido, de segundo Costa (id.), a base de sustentação para a definição salarial, desconsiderando o trabalho invisível e barato

das mulheres que não é contabilizado pelas empresas ao determinar o patamar do salário mínimo, que acaba por prejudicar as camadas populares e sobrecarregando as mulheres com duplas jornadas de trabalho. Ou seja, Costa (ibid) indica que mesmo quando se trata de assistência à infância e a maternidade das mulheres pobres, deixa-se de incluir necessidades mínimas de regulação da jornada e do salário do trabalho doméstico.

Costa (2002) ao definir a reprodução como duogenética, indica que homem e mulher contribuem geneticamente para gerar uma criança, porém ela se torna desigual pelo fato da gravidez ocorrer exclusivamente no corpo da mulher. Este fato é para a autora o grande elemento da noção do amor materno, “... a gravidez é tomada como a responsável por estabelecer esse amor e essa ligação natural da mãe com o filho, pois confere a mãe uma experiência exclusiva de intimidade com a criança” (p. 350). Essa noção é rebatida por Banditer (1985) que argumenta, apoiando-se em fatos da sociedade francesa do século XVII, que a prerrogativa de amor materno é na verdade resultado de uma construção cultural e histórica.

No Brasil, a construção da concepção da maternidade, ainda segundo Costa (2002), está ligada a termos usados pela sociedade, como: instinto materno, amor incondicional, ligação natural, enaltecimento da mãe abnegada. Estes sentimentos e atitudes das mulheres mães estariam associados à gravidez. No entanto, não é possível desconsiderar que historicamente, como indica Del Priore (1989), as mulheres foram aqui no Brasil, assim como na Europa, pressionadas pelo discurso da Igreja Católica sobre a “santa mãezinha” e a “danação infernal” para aquelas que não se tornassem mães. Esse discurso foi reforçado e enfatizado pela medicina (Rizzini, 2002), que somente modificou-se a partir de 1920, quando a preocupação passou a ser o controle da natalidade. Então a Medicina desligou-se da Igreja e aliou-se ao Estado para garantir maior efetividade de suas ações na sociedade.

5.3. De quem é a responsabilidade de cuidar dos filhos?

O cuidar dos filhos é uma tarefa do grupo familiar? Historicamente esta tarefa foi demarcada culturalmente como atribuição da mulher, sendo endossada pela religião e pelo discurso médico. A legislação brasileira anterior à Constituição de 1988 era baseada em

princípios que consideravam as mulheres frágeis, o necessário cuidado com a moralidade, a inerente vocação feminina para cuidar dos filhos e das atividades domésticas, além de considerar que o trabalho realizado fora do lar gerava uma renda complementar à do homem. Portanto, havia restrições ao trabalho feminino que só foram revistas na Constituição 1988, quando foi discutido que algumas medidas que visavam proteger as mulheres acabavam por facilitar a discriminação. As restrições deveriam ser revistas, sem desconsiderar os direitos à maternidade, ou seja, visavam a manutenção das normas de proteção as trabalhadoras gestantes, bem como outras medidas que visavam diminuir as discriminações e obstáculos às mulheres entrarem no mercado de trabalho. (Bruschini, 1994).

Nas últimas décadas, as mulheres têm saído para o mercado do trabalho e os arranjos familiares têm se modificado, havendo alternâncias nestas tarefas de pai e de mãe. Ao ouvir essas mulheres empregadas domésticas oriundas das camadas populares, foi possível identificar diferenças na ênfase das responsabilidades sobre o cuidado dos filhos. Para Bruschini (1994, p. 31): “Uma família igualitária, com uma divisão de trabalho que leve os homens a partilhar com as companheiras tanto as responsabilidades profissionais quanto as familiares e domésticas, é condição para a conquista da cidadania pelas mulheres”.

A conquista de sua família igualitário, no entanto, não é linear, nem ao menos clara do ponto de vista da percepção das mulheres e homens. As mudanças estão ocorrendo, ao menos no grupo pesquisado, no entanto não é possível afirmar que há uma conscientização das mulheres dos seus direitos à cidadania, nem dos homens quanto à necessidade de dividir eqüitativamente todas as responsabilidades do grupo familiar. Os depoimentos obtidos demonstram as modificações ocorridas em relação às gerações anteriores, principalmente em relação ao papel do homem que se colocava no lugar de ser servido pela mulher e pelos filhos.

Joana (26 anos, casada, duas filhas), mulher criada no campo, que teve que se adaptar às mudanças da vida na cidade. Apresenta em suas falas uma aparente ambigüidade: o casal deve cuidar dos filhos, mas há uma delimitação clara da função do pai e da mãe. Ela indica que os cuidados com higiene e alimentação são atribuições das

mulheres, os homens têm mais a função de aconselhar os filhos. *“Eu acho, que assim o casal... Não sei, eu acho [o pai] que mais assim só para dar conselhos porque geralmente não, não assim pra cuidar, assim quando, dá banho, essas coisa, geralmente é mulher”*.

É necessário considerar que, nos trechos das falas dessas mulheres, há uma temática que pode ser auxiliar na compreensão da diferença entre homens e mulheres, quando se trata do assunto auto-cuidado e do cuidado com o outro. De acordo com Portella e outros (2003), os homens desde que nascem são cuidados por mulheres e são educados para serem cuidados pelas mulheres, portanto “ser homem é não ter que cuidar de ninguém, nem de si mesmo” (idem, p. 3), e, muito menos, sentirem-se no lugar daqueles que podem cuidar do outro, seus filhos. É evidente que estão ocorrendo mudanças neste âmbito, mas estas são gradativas.

Quando a pesquisadora perguntou a Joana se o marido lhe ajuda no cuidado dos filhos, ela explica que trocar fraldas e dar banhos ele não fez, mas ajudava de outras formas, levantando à noite quando as crianças ficavam doentes, *“para fazer um chazinho”*. Estas formas de participação de seu marido parecem ser suficientes para que ela não tenha queixas dele sobre este assunto, não explicitando deixando quais seriam as outras queixas, se é que as têm:

Fralda não... Nunca trocou fralda. [Acordar de noite para cuidar?]. (...) É, de noite assim, quando elas estavam doentinhas ele, às vezes. As minhas meninas eram muito calmas, sabe... Eu não tenho queixa delas, elas eram calminhas, dormiam a noite inteira quando estavam boas assim, só quando tinham gripe... Ou dor de ouvido, alguma coisa assim, daí elas choravam um pouco, daí ele ajudava a cuidar, levantava para fazer chazinho, essas coisa... Não tenho queixa dele sobre essa parte. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

As falas de Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), são próximas dos sentidos atribuídos por Joana aos cuidados com os filhos. Essas mulheres demonstram que percebem que os pais podem participar das atividades de cuidados, mas denotam uma ênfase na função maternal das mulheres. Percebe-se que ela inicia dizendo que quem deve cuidar dos filhos é mais a mãe, mas complementa falando da necessidade de seu companheiro estar em

sintonia com a sua forma de educar os filhos. É interessante perceber que é Maria quem decide o que fazer e como fazer. Ela que demonstra para seu companheiro como deve ser feito, não há uma negociação, mas um direcionamento dela, como mulher que sabe com cuidar e educar os filhos, demarca elementos constituinte da relações de gênero marido – mulher:

Mais a mãe, mas eu acho que os dois também têm que. Eu não sei, sempre falava pra ele igual a eu porque se ele ensina de um jeito, eu quero que ele faça igual. (...) Daí eu digo, não faça isso, eu não quero que agrade, diga diferente, eu quero ele fale igual eu. Acho que é assim. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Quando indagada se o companheiro irá lhe ajudar nos cuidados com o bebê que está para nascer, e de que forma, Maria permanece em silêncio, como se estivesse pensando sobre a pergunta e responde que ele ajudará, como já faz no cuidado da filha de dois anos, que é filha dele, auxiliando na preparação da mamadeira, saindo para buscar remédios quando necessário. As formas de participação dos homens nos cuidados com os filhos podem ser variadas, mas, diante do modelo do pai que elas tiveram, Maria e Joana sentem-se satisfeitas com a relação com seus companheiros.

Em decorrência da entrevista recorrente foi possível perceber que Maria ainda significa o cuidado dos filhos como responsabilidade da mãe. Essa significação pode ser atribuída à sua construção como sujeito, que foi permeada por ditames sociais de que a função natural das mulheres é a maternidade. Contudo, em sua realidade cotidiana, o seu companheiro faz as atividades com ela, sejam tarefas domésticas, ou de cuidados com as duas filhas, mas isso não parece suficiente para modificar o sentido que ela atribui à sua responsabilidade nos cuidados com os filhos.

[Silêncio curto...] *Acho que nem eu falo pra ele, mas ele ajuda.*[Silêncio curto] *Ajuda no cuidado, isso! Faz o mama, levanta de noite, não tem preguiça, se está chorando, para buscar um remédio não tem hora, isso ele faz. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).*

Corroborando com Costa (2002), as mulheres têm reivindicado dimensões femininas na masculinidade, ou seja, elas têm cobrado maior participação dos seus companheiros, ou maridos no cuidado com os filhos e execução de tarefas domésticas. Mas ainda não conseguem perceber o pai como não sendo provedor e, desta maneira reforçam o lugar do homem em desempenhos desiguais nas tarefas cotidianas. Abrem espaço para que os homens se identifiquem com o papel de provedor, sendo que esta concepção é facilitada por construções históricas e sociais, que determinam o lugar masculino como o forte, aquele que deve prover o grupo familiar, e as mulheres como frígéis e naturalmente apta para a maternidade, cumprindo sua função biológica. (Portella e outros, 2003).

Janete (29 anos, amasiada, dois filhos) teve como modelo um pai que ela denomina de “*terrível*” e pensa que o cuidado dos filhos é uma atribuição da mãe, embora complementemente dizendo que o pai deve participar também educando: “*Dos filhos?* [Silêncio curto] *Ah, é a mãe. (...) Também, [o pai] educando*”. Ressaltando que seu companheiro é carinhoso com o filho de três anos, interessa-se por saber como foi o dia da criança, brinca com ele, sendo que muitas vezes deixa de assistir televisão para lhe dar atenção. Essa forma de agir do seu companheiro agrada-lhe. Seu filho está tendo uma vivência muito diferente da sua relação com seu pai.

Ah, ele chega tarde. A primeira coisa ele pergunta dele, daí ele toma banho, daí vem brincar, pergunta o que ele faz na escolinha... Sabe, e ele [o filho] já conta com quem que brinca e quantos amiguinhos ele tem na escola... Já. Sabe, daí ele gosta muito de brincar com o pai dele, daí até nem deixa o pai dele assistir, sabe. (...) Daí ele [o pai] dá muito carinho, ele não gosta que às vezes eu dê um tapinha nele, ele não gosta que judie dele. (...) Ele é muito carinhoso com ele. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

Outra situação apontada por Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), que traz uma realidade muito diferente do que ela viveu em sua família de origem, é o quanto o seu

companheiro ajudou nos cuidados quando o seu filho nasceu e ela não tem dúvida que será assim também nesta gravidez.

Ah, ele [o companheiro] me ajuda, por causa que do menino, ele me ajudou, ele pediu licença, ficou cinco dias em casa... Ah que eu ganho parto normal. E depois eu faço tudo sozinha. (...) Ah, que nem pra lavar fraldas, ele que lavava, ele que fazia, me dava remédio, ajudava cuidar, trocar assim, a fralda do nenê. (...) Ele é muito assim, sabe... Cuidadoso. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

Poder ser cuidada e ter no homem um companheiro traz um sentido mais positivo sobre a família, o casamento e a maternidade para estas mulheres, que pode ser reforçador dos modelos da família de origem, ou totalmente oposto, como uma busca de fazer diferente da referência construída em suas histórias de vida.

Lúcia (23 anos, casada, um filho) mostra contradições em suas falas, expondo as mudanças que estão ocorrendo nas relações dos grupos familiares da sociedade brasileira. Para ela cuidar dos filhos é uma função da mãe: “*Eu acho que é a mãe*”. Mas seu marido lhe ajuda em todas as tarefas, trocando fraldas e dando banhos, tarefas estas referidas como próprias das mulheres, pois os homens não teriam habilidade para esses fazeres.

Sim, nossa! Ele é um pai muito carinhoso com os filhos, até agora o meu filho é mais apegado com ele mesmo do que comigo... Nossa, ele não pode, faz uma festa quando o pai dele chega... Ele ajudava no banho, ajudava cuidar se precisasse levanta a noite, ele sempre levantava pra ajudar... Sim, trocava fralda tudo... Desde o começo. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Além da participação presente e ativa do pai nos cuidados do filho, Lúcia também traz a necessidade de haver concordância na forma de educar, principalmente um não contrariando o outro na frente do filho, para que a criança não perca o respeito e não fique confusa com as falas dos pais, sobre o que pode ou não fazer.

Os dois têm que se entenderem também, pra quando um falar o outro, aceitar, quando está fazendo alguma coisa errada se a mãe fala, o pai concorda, fica quieto, se tiver alguma coisa pra discutir sobre aquilo que está acontecendo, mas deixa para depois... Quando a criança não está presente. Eu acho que tem que ser assim. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Ao retornar na entrevista recorrente, Lúcia encontrava-se no final de sua gravidez. Ela parou de trabalhar, entrou em licença maternidade, está cuidando da casa e do seu filho de três anos. Lúcia emocionou-se ao relatar o carinho do marido ao arrumar o carrinho que será do bebê. É importante lembrar que Lúcia dizia na primeira entrevista que seu marido já se sentia pai de uma menina. O exame de ultra-sonografia confirmou que é uma menina. Ela relata que ele, ao arrumar o carrinho, colocava o colchão, o lençol e falava como se estivesse conversando com sua filha. Isso faz Lúcia sentir-se apoiada e tranqüila, pois sabe que ele estará ao seu lado para cuidar dos filhos.

Costa (2002) estabelece:

(...) uma distinção entre as noções de “cuidar, gostar” de crianças e a de “fazer filhos”. Pois os filhos de outros homens podem ser cuidados e amados pelos entrevistados, mas são os filhos “do próprio sangue” que fazem parte do projeto de família e de paternidade (...) a idéia contida nesse projeto é a de estar o mais próximo possível do modelo reprodutivo considerado natural. (Costa, 2002, p. 342).

Na entrevista com Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), falar sobre cuidados com os filhos não foi um tema fluído. As razões podem ser muitas, entre elas a falta de vivência com sua mãe, a referência construída em sua história é a daquela que abandona. O pai, mesmo sem a mãe, manteve seu papel de provedor. Agiu como um pai separado da sua mulher, que visitava a filha nos finais de semanas.

As relações de cuidado num colégio interno são diferenciadas de um grupo familiar. A impessoalidade e as normatizações são as marcas dessas instituições. As falas de Marlene

sobre os cuidados com o seu filho foram curtas, mostrando, no entanto, que há um significado construído e desejado para a forma como vai ocorrer o cuidado do seu primeiro filho. Inclui o pai no cuidado e na educação da criança. *“Eu acho que, seriam os dois. Nós somos a mãe, mais tem que ter o cuidado da mãe e do pai... Ah, dando uma boa educação”*

Os sentidos construídos pelos sujeitos não estão presos somente em suas vivências concretas, mas em todas as formas de significar o que se vive, o que se percebe no outro, suas fantasias e seus desejos. Dessa maneira, o sujeito constrói sentidos únicos e em alguns casos descolados das vivências concretas da realidade, posto que associados a idealizações.

Costa (2002) indica que as atribuições da paternidade e da maternidade são construções de sentidos diferenciados. As mulheres referem-se à maternidade como um desejo que sempre existiu, como se elas fossem se constituindo mães ao longo de suas trajetórias de vida, uma experiência de continuidade, de repetição e de realização de um plano elaborado desde o início da construção da sua subjetividade feminina. Em contrapartida, os homens concebem a paternidade no momento em que vivenciam o casamento, um desejo que amadurece com tempo, é um projeto para o futuro, visa a descendência, diferentemente das mulheres que vêem na esterilidade a impossibilidade de reafirmar sua feminilidade e se desesperam. Como para os homens a paternidade é um projeto para o futuro, ele pode ser mais facilmente mudado/substituído.

5.4. Trajetórias conjugais: arranjos e desarranjos das circunstâncias vividas.

As dinâmicas familiares, os arranjos conjugais em grupos populares brasileiros no início do século XX, eram semelhantes aos comportamentos de certas populações européias pré-modernas. Fonseca (2001) expõe que essas aproximações servem para desmistificar a família conjugal moderna como um modelo natural ou universal, entendendo-a como uma construção histórica da sociedade. Com isso torna-se pertinente relativizar as relações ditadas como ideais de família e sugerir que há a possibilidade de que as camadas populares

tenham formas específicas de organização, ainda que não se possa generalizar esta afirmação de maneira homogênea a todos os seus membros. A mesma autora afirma que em “censos de século XX revelam, em certas cidades, uma proporção surpreendente de mulheres chefes-de-família – até 40%”. (Fonseca, 2001, p. 522).

Observando as trajetórias de vida do grupo de mulheres entrevistadas é possível perceber que Joana, Janete, Maria e Lúcia viveram até o momento uma relação conjugal estável. Destas, Joana (26 anos, casada, duas filhas), realizou seu casamento de acordo com os ditames sociais, ou seja, casou na Igreja Católica e no Cartório Civil. A rigidez da educação familiar aliada à vigilância constante da mãe, não ofereceu alternativa a Joana, na época com dezenove anos, e ao seu marido. Para ficarem juntos teriam que oficializar a união, mesmo que passassem a morar com os pais dela.

Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), após perder o direito à pensão do pai falecido, foi trabalhar no serviço doméstico, os parentes já não a vigiavam tanto. Quando ela estava com vinte e um anos, mesmo contra o desejo de sua tia paterna, que ficou com sua guarda oficial, ela foi morar com um homem mais velho e que era separado.

Essa mulher enfrentou uma situação conflituosa com os parentes paternos, por três razões: por seu companheiro ser separado, ser mais velho e ser “*brasileiro*”¹⁵. Foi morar com ele na casa da sogra e auxiliou-o a criar um dos seus filhos da primeira união. Eles vivem juntos a dez anos e a relação não é formalizada. A demora em ter filhos próprios pode ter vários elementos coadjuvantes, um deles é fato do companheiro já ter filhos de outra relação. Outro elemento apontado por Marlene é que ela desejava ter filhos quando morasse em casa própria, separada da sogra. Há também o receio dela de que seus filhos possam passar pelo sofrimento que ela mesma passou.

Esses elementos apontados foram minimizados quando Marlene sentiu sua relação ameaçada por outra mulher. Justamente nesta época ela engravidou, levando a pensar que essa gravidez possa ter sido uma forma de manter a relação. Contudo, suas falas não

¹⁵ Termo utilizado na região principalmente pelas camadas populares para denominarem a etnia, e ou para diferenciá-los daqueles que têm identificação com as etnias de imigrantes: alemães, ucranianos, italianos.

deixam claro que ela tenha tomado a decisão de não ingerir os anticoncepcionais de forma consciente para tentar segurar a relação conjugal. Como ela disse: *“foi na louca”*, essa expressão pode ter o sentido de tentar fazer algo para impedir mais uma perda em sua vida.

Com relação à união conjugal, Marlene não esclareceu se o companheiro separou-se legalmente da primeira companheira, se é que ele era casado legalmente anteriormente. De acordo com Fonseca (2001), desde o início do século XX é possível perceber a sociedade composta de pessoas que se esquivavam aos controles legais, como uniões e separações conjugais informais, o que inclui algumas das mulheres entrevistadas.

Lúcia (23anos, casada, um filho) fugiu aos quatorze anos e oficializou sua união no cartório civil seis anos após estarem juntos *“Não, daí nós ficamos esses seis anos sem casar, eu casei quando o meu filho nasceu. (...) Que daí eu registrei ele e daí já casei”*. O casamento na igreja não foi necessário para os evangélicos, uma vez morando juntos e casados no civil, a união é aceita: *“Eu casei no civil, no religioso eu não casei. (...) Daí quando nós fomos pra Igreja [Evangélica] não tinha necessidade, como somos casados no civil”*. Historicamente no Brasil menos da metade da população adulta se submetia à cerimônia religiosa para formalizar sua união conjugal. No século XIX, os matrimônios religiosos eram realizados em círculos limitados, ou seja, o mais comum era a decisão do casal de morarem juntos, sem formalização da união. Neste início do século XXI, pode-se constatar que novamente as uniões inicialmente são informais, sendo que estes arranjos conjugais não são exclusivos das camadas populares.

A trajetória de Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), é mais tumultuada. Quando ela morava numa capital, ela engravidou aos dezenove anos. Ela não quis falar sobre o pai dessa criança, dando a impressão de ter sido um relacionamento passageiro. Ao se perceber grávida ela retornou à casa dos pais. Estes não lhe ofereceram apoio e o bebê nasceu prematuro. Ela chegou a registrá-la, mas devido à pressão familiar deu a criança para adoção. Depois desse episódio, Janete teve um outro relacionamento:

Daí quando eu voltei [para a sua cidade], daí eu casei, eu estava casada, daí meu marido morreu, o meu outro marido. (...) Eu só viúva, e daí agora eu fui... [Do que ele morreu?] (...) De cirrose.(...) Mais eu não fiquei ganhando nada dele.(...) Não

porque, ele era músico e daí não tinha um salário fixo, ele recebia por, assim, aos finais de semana, daí não deu certo.(Janete, 29anos, amasiada, dois filhos).

Janete esclarece que seu primeiro marido era músico, não tinha renda fixa, era alcoolista e, ao falecer, ela não foi atrás dos seus direitos, porque compreendeu que daria muito trabalho e ele tinha uma mãe que precisava mais do que ela. Como desta relação não tiveram filhos, Janete sentiu-se livre para reconstruir sua vida. Em poucos meses ela conheceu seu atual companheiro a quem chama de marido. Para ela não faz diferença o contrato formal de casamento, uma vez que se ela sente casada. Esse companheiro trabalha numa empresa madeireira, tem salário fixo, não é alcoolista, é carinhoso com o filho e bom para ela.

Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), não comenta dificuldades de ser aceita pelo seu atual companheiro por ter sido mãe solteira e ter tido uma união conjugal anterior, da qual ficou viúva. A relação do casal é boa. Nessa união parece que Janete conseguiu, pelo menos até o momento, constituir uma relação conjugal diferenciada daquela ainda vivida por sua mãe.

As mudanças de costumes morais atuais minimizaram a situação dela, além do mais ela não tinha filhos em sua companhia e seu companheiro anterior faleceu, o que pode ter sido um elemento facilitador para uma segunda união conjugal, não havendo motivos de ciúmes ou hostilidades para com o falecido companheiro de Janete.

No início do século XIX havia forte discriminação em relação a jovens que engravidassem solteiras, mesmo sendo das camadas populares, pois a moral burguesa já estava sendo absorvida por esses grupos familiares. Fonseca (2001) revela que o desespero dessas jovens era tão intenso que elas optavam pelo risco de abortos, de infanticídios ou até do suicídio antes de vir à tona sua condição de mãe solteira. Janete, ao viver uma situação semelhante, encontrou uma sociedade não tão rígida, mas que ainda condena e discrimina a gravidez da jovem solteira. Apesar de estar num momento histórico de aberturas quanto à moralidade sexual, sofreu pressão dos pais. A virgindade foi colocada como um tipo de patrimônio da família, sendo que o pai de Janete colocou-se num papel semelhante daqueles pais do século XIX, que deveriam frear os impulsos sentimentais e sexuais de suas filhas.

Quando este controle falhava, os pais daquela época internavam suas filhas em asilos ou internatos. Como o pai de Janete não tinha mais essa opção, recorreu à pressão de forçá-la a se desfazer da filha por meio da adoção, diminuindo, desta maneira, a vergonha e não sobrecarregando os gastos familiares, bem como preservando uma maior oportunidade dela unir-se a outro homem.

Na situação de Janete é possível perceber que a família foi intransigente quanto à sua gravidez, sendo ela solteira. No entanto, por parte da mãe, ela não teve restrições, quando se uniu pela primeira vez, nem em relação ao seu atual companheiro. Seu pai continuou mantendo sua postura severa, não aceitando nenhuma das uniões de Janete. De acordo com ela, seu pai conheceu o seu companheiro atual por ocasião de uma tentativa de suicídio de um irmão de Janete, que se jogou no rio da cidade. Devido a este fato, seu companheiro tomou a iniciativa de conversar com o sogro, para que ele tratasse melhor seu filho, que precisava de ajuda.

Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), também teve sua primeira união ainda na adolescência. Seu depoimento não esclarece a sua idade e nem quanto tempo durou essa união. Ela evitou entrar em detalhes, mas, pelos fatos contados, ela deve ter se unido em torno dos quatorze ou quinze anos, já que sua vinda para essa cidade ocorreu quando ela tinha dezesseis anos. Maria, ao ser indagada sobre o seu estado civil, diz que é amasiada com o atual companheiro como foi com o primeiro, e deste ela comenta que:

Não, casada, casada eu não fui, eu era assim que nem agora, só que com outro moço, mataram ele, sabe? (...) Só que nós já estava, é, nós já tinha, andava meio se separando. (...) É, mataram ele, ele era muito bagunceiro, fiquei com o piázinho, que é dele, essa aqui [referindo-se à filha] é dele e esse também [referindo-se ao bebê em gestação]. [E com quem que está seu filho?] (...) Está com a minha mãe. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Maria indica que sua primeira união conjugal foi tumultuada, mas não quis falar sobre o assunto. Portella e outros (2003) identificaram que a violência masculina é particularmente significativa na área rural de Pernambuco e se apresenta como um

mecanismo para reconstruir a desigualdade de gênero, quando há alguma sensação de ameaça a esses papéis já definidos culturalmente para esses grupos. Bem como a sexualidade, a violência é também naturalizada, aceita como forma de resolver conflitos, um meio educativo quanto as normas locais e definidor da virilidade, da masculinidade.

Os comentários de Maria sobre a sua primeira união conjugal eram rápidos e davam a clara impressão de não querer continuar o assunto. Ao sair da casa dos pais, parece que Maria quis recomeçar sua vida, deixando seu filho para a mãe cuidar. Ela pouco sabe dele, fazem mais ou menos dois anos e meio que não o vê. O atual companheiro não se pronunciou sobre o assunto e ela também não falou nada a posição dele em relação a esse filho. No entanto, quando ele teve oportunidade, jogou a cartela de comprimidos de Maria, demonstrando o seu desejo de ter um filho com ela. Nasceu uma menina, e agora, de uma gravidez não planejada, nasceu a segunda filha do casal.

Nos dos dois encontros que pesquisadora teve com Maria e Janete, elas não comentaram que tiveram problemas na sua atual união por serem viúvas e, no caso de Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), por ter um filho de outro homem. Fonseca (2001) indica que o recasamento das mulheres foi muitas vezes interpretado como um apego ao modelo de família conjugal, quando pode ser a negação desse modelo, uma vez algumas tendem a abrir mão dos filhos em uniões anteriores. Como se pode perceber na trajetória de Maria, sua opção foi recomeçar uma nova família, deixando seu primeiro filho aos cuidados da sua mãe. As relações desses casais parecem harmoniosas, sendo que o companheiro de Maria demonstrou preocupação com a saúde de sua companheira, bem como com o excesso de trabalho que ela se impõem. Para diminuir essa carga de trabalho e a dupla jornada de Maria, ele auxilia-a em todas as atividades domésticas.

As relações conjugais nas camadas populares são mescladas pela vigilância dos pais, pelo zelo excessivo em relação à filha mulher, como se pode perceber na trajetória de Joana. Ao mesmo tempo há uma aceitação flexível quanto às atitudes de fuga de jovens como no caso de Lúcia e no caso da restrição não efetiva na situação de Marlene. “Isso se justifica pelo fato de que o que confere *status* de mulher à menina é a concepção e não a perda da virgindade, o casamento ou mesmo a maternidade” (Vargas, 1999, p.104).

Sendo a presença de um homem forte e valente avaliado pela sociedade, do início do século XX, (Fonseca, 2001) como necessária para espantar possíveis malfeitores, e atestar a integridade moral das mulheres. No entanto, a lei não reconhecia o direito da mulher em situação de abandono viver com novo cônjuge, era considerada mancebia, e esta era condenada pela sociedade. Contudo de acordo com a autora, a realidade das mulheres pobres era muito diferente dessas regras da burguesia, elas moravam na rua, sem com isso poder dizer que perdiam a moral. Ocorriam separações e recasamentos. Eram essas práticas cotidianas para a grande massa de trabalhadoras, sendo a moralidade oficial utilizada “como arma de reserva por burgueses e/ou homens - estigmatizar outra – pobres e /ou mulheres – na hora do conflito”.(id, p.526).

Historicamente as relações de gênero são marcadas por distinções claras, sendo categorias de pólos opostos: explorador – explorada, dominador – dominadora, autoritário – submissa; estando o homem no comando e a mulher no lugar da obediência. Como as dinâmicas relacionais não são vividas pelos sujeitos de forma passiva e conformada, ao longo dos tempos, ocorrem nessas relações conflitos, tensões que acabam por abrir brechas para mudanças gradativas e criação de novas formas de relações que fogem a esses pólos antagônicos, mesclam-se em alternâncias e permanências de papéis e funções masculinas e femininas.

Vivendo essa Gravidez não Planejada.

Há muito que as mulheres são as esquecidas, as sem-voz da História. O silêncio que as envolve é impressionante. Pesa primeiramente sobre o corpo, assimilado à função anônima e impessoal da reprodução.

(Michelle Perrot, 2003, p.13).

6.1. Reações ao Confirmar a Gravidez.

Segundo Perrot (2003), por mais que a maternidade fosse considerada a glória da mulher, sendo a maldição a esterilidade, ela sempre foi considerada a única responsável. A gestação é em muitos casos verbalizados com pelas mulheres como indesejada e, a angústia, um sentimento presente no cotidiano das mulheres francesas, bem como corrobora Venâncio (2001) ao falar da maternidade negada no período colonial brasileiro. Nesta época, o autor atribui uma dupla moral comum às famílias brasileiras. As mulheres brancas eram mais fiscalizadas em suas relações sociais comportamento, sendo que assumir um filho ilegítimo significava a condenação moral pela família e pela sociedade. No caso das mestiças, os preconceitos não desonravam as mulheres e a sociedade criou meios para evitar os crimes morais. A criação das Rodas dos Expostos, que consistiam num cilindro que unia a rua ao interior das Casas de Misericórdia, foi uma medida tomada para amenizar os abandonos que ocorriam de recém-nascidos nas ruas e praias, bem como proteger as mães solteiras brancas da degradação moral.

Outro motivo para o governo e a igreja buscarem formas de evitar o abandono e o infanticídio deve-se à herança da religião européia, que acreditava na danação das almas para aqueles que iam a óbito sem o sacramento do batismo, causando indignação e perplexidade. Várias foram as formas para evitar o abandono e o infanticídio, que ocorriam

mais no meio urbano, pelas dificuldades de sobrevivência neste meio. “O mundo colonial conviveu com índices de 30% a 60% de bastardia entre os livres e de 50% a 100% entre os escravos” (Venâncio, 2003, p.17). O mesmo autor coloca que estas ações eram formas primitivas de controle da natalidade, uma maneira de determinar o grupo familiar, uma vez que não se ofereciam outras possibilidades para essas mulheres evitarem a gravidez.

Nessa perspectiva, o artigo de Matos (2003) procura desvelar os sentidos femininos e masculinos que emergem dos discursos médicos sanitaristas formulados no período de 1890 a 1930. O Estado impõe uma política de intervenção de natureza planejadora/reformadora por meio de argumentos cientificistas, o que permitiu aos médicos expandirem o controle sobre a vida de homens e mulheres, aumentando a responsabilidade da mulher como agente familiar da higiene social e baluarte da moral da sociedade.

Ao serem indagadas sobre a gravidez atual, as mulheres entrevistadas trouxeram a dificuldade de manejar as formas de anticoncepção, sendo que Joana, Maria, Janete e Lúcia deixaram claro que a gravidez não foi planejada. Marlene não esclarece como ocorreu sua gravidez, mas quando a pesquisadora perguntou como percebeu, ela disse que nem sonhava que estava grávida. Sua verbalização mostra contradição entre querer ou não engravidar:

[É? Você parou o comprimido, daí?...]... *Humhum*. [Então agora você queria?...]... *Humhum... Olha nem sonhava! Não, porque eu tinha bastantes dores, né. Então me dava muita cólica na barriga e doía as costas, mas eu nem sonhava sabe, daí depois eu fiquei, fiquei dias com aquela dor, tomei bastante remédio e fiz tudo, mis eu não sonhava né, tava atrasada, mais não tava numa data... Tava, seis semanas.*(Marlene, 31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho).

Na fala de Marlene aparece que ela não fez relação com o fato de não estar tomando o anticoncepcional e de sua menstruação estar atrasada a seis semanas. Não pensar na possibilidade da gravidez pode representar o sentido de não querer tomar contato com a realidade ou de não poder assumir seu desejo de gerar mais uma criança, e despeito da posição do companheiro. Na entrevista recorrente Marlene, trouxe claramente fatos que não foram mencionados na primeira entrevista, porque seu companheiro estava presente

dormindo no quarto ao lado da sala aonde acontecia a entrevista. No momento que Marlene resolveu parar de ingerir o anticoncepcional, fato que não ficou claro se foi participado ao companheiro, o casal estava vivendo um momento de dificuldades relacionais. Ocorreram brigas entre o casal e a conseqüente separação, o que pode ter sido um elemento dificultador para Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), tomar ciência da gravidez. Porém, quando indagada sobre sua reação ao ser constatada a gravidez por meio do exame de ultra-som [pago pela patroa], ela responde: “*Há, foi boa*”.

Na primeira entrevista Marlene traz que o início da sua gravidez foi marcado por vivências dolorosas, relatando os aspectos fisiológicos da gravidez, as ameaças de aborto. Somente na entrevista recorrente ela revelou que estava vivendo situações difíceis com seu companheiro e que suas reações não foram positivas. Estas complicações da vida cotidiana de Marlene podem ter sido colaboradoras dos problemas apresentados no processo da gravidez, incluindo o nascimento prematuro do bebê:

Só no começo, no começo Deus o livre, era uma tristeza e sem sabe, meus Deus do céu, olhe! Passei a miserável de uma...Olha, foi fogo no começo, mais daí...Fico, ainda até, meio acho que teve ameaça de aborto também, sabe? Daí na reconsulta da, da Dra.S., ela me receita daí remédio pra, ai esqueci o nome do remédio que ela me receitou, é um nome bem facinho, pra contra, contra o aborto, e daí tomei quase duas cartela...Daí, quando começou de novo vi aquela sujeira, eu comprei assim sabe, pra tomar né, de prevenção, mais daí veio só um dia, daí parou e... Daí parei, daí nem vou tomar mais porque... Se parou, então.(Marlene, 31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho).

É possível perceber que Marlene não teve oportunidades de vivenciar com tranquilidade a sua gravidez, precisou lidar com as mudanças corporais, as complicações da gravidez, a separação e o retorno do seu relacionamento conjugal. E ainda continuar trabalhando até o momento em que ela teve a primeira ameaça de parto prematuro, o que aconteceu no sétimo mês de gravidez. Ao engravidar continuou utilizando o único meio de transporte que possuía, uma bicicleta. Ela perfazia em torno de dez quilômetros por dia,

para sair e retornar para casa ao final da jornada de trabalho. Não houve alívio de sua jornada diária. Acrescido a estes fatores, ela precisou lidar novamente com a situação de perda - separação temporária do companheiro - como foi o abandono da mãe e o posterior falecimento do seu pai. Mesmo com todas essas preocupações e problemas, Marlene fala com alegria sobre o sexo do seu bebê, que soube através do exame de ultra-som. *“Já... É um piazinho... Ai, eu gostei porque eu, eu pensava assim, quando eu fosse ter um filho eu queria que fosse um piazinho, não sei porque, sabe”*.

Joana, Maria e Lúcia possuem algo em comum: elas engravidaram acreditando que estavam protegidas pelo anticoncepcional. Joana e Maria pararam de tomar a pílula e não tinham orientação de como voltar a tomar o anticoncepcional, a forma que retomaram foi incorreta e ambas engravidaram. No período que não estava ingerindo o anticoncepcional, Joana relata que ela e seu companheiro tomaram precauções, sendo que a gravidez ocorreu quando ela voltou a tomar a pílula, o que a deixou confusa, sem entender o que estava acontecendo. Ela, como mãe de duas meninas, começou a identificar sinais de uma gravidez, mas isto para ela era contraditório, como se percebe no trecho a seguir:

E daí, eu não, fiquei assim né, porque eu tava tomando comprimido, mais daí também já logo, antes de, antes de eu, de começar as tonturas estava atrasado já..., eu fiquei 15 dias, que não, daí que começou a dá tontura, sabe... Geralmente foi a, o atraso que foi a primeira que... É, eu nunca... É, eu nunca atraso, eu nunca atraso, quando atraso geralmente... Três vezes que atraso. [Risos] (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

A notícia da gravidez modificou os planos do grupo familiar, o que fez com que Joana tivesse uma reação inicial de decepção, ela fala de sentir-se muito mal, em constatar que os planos de construir a sua própria casa teriam que ser revistos, sendo ela diarista, não teria direito à licença maternidade, o que traria consequências financeiras para a família. O trecho a seguir esclarece a sua reação diante da gravidez:

Nossa, eu fiquei super mau, porque eu não queria, né. Eu não sei, eu não, não tava esperando. Que nós estamos lidando com a nossa casa lá em cima, então a gente... Daí, nós queria construir primeiro né, e daí assim, que nem, que nem tava, eu comecei a trabalhar né, já mais pra isso, né... Pra nós construir e, daí depois que eu queria te um filho né, então pra mim foi...E daí lá é nosso, então a gente queria construí pra... Daí, então foi isso né, bem dizer, uma decepção porque... Nessa parte né, mais daí depois a gente, fazer o que né, então... Não programou, mais... (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

No caso de Joana ocorreu mais um fator diferenciador, pois o marido e a família toda esperavam que desta vez ela gerasse um menino, o que representava um sonho de seu marido. Essa possibilidade inicialmente amenizou o impacto da notícia da gravidez. Após alguns meses veio, por meio do exame de ultra-som, a notícia que Joana esperava uma menina. Nova decepção envolveu todos os familiares [lembrando que moram juntas várias famílias, todas ligadas por laços consangüíneos]. *“Foi uma decepção total. [Risadas]... Todo mundo... Que todo mundo queria menino, queria piá né, que já foi duas meninas”.*

Ao ser indagada sobre a sua reação ao saber que estava grávida de uma menina Joana traz uma fala que retifica a naturalização dos sentimentos maternos. Ela comenta que mãe é diferente, como se quisesse dizer que mãe sempre ama, é natural a alegria, mesmo quando o desejo seja contrariado. Seu depoimento torna natural e essencial o amor da mãe pelo ser em gestação:

Ah, eu não sei, eu, que mãe, sei lá, mãe a gente não, é uma pessoa assim, não sei dizer, eu não, eu também queria piá né, mais...Mais quando eu soube que o médico disse que era menina, a alegria pra mim foi a mesma, sabe... Eu não, não sei se seria diferente se fosse piá. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), como já foi mencionado, também engravidou sem compreender como aconteceu, ela parou com o anticoncepcional por um mês porque não tinha dinheiro para comprar e não confia naqueles oferecidos pelo posto de

saúde. No mês seguinte começou a tomar, mas de forma incorreta. Durante este mês ela começou a perceber que estava diferente, como aparece em sua fala:

Porque eu comecei a engordar, comecei a engordar e fome demais, daí eu achei estranho né, que eu chegava no serviço, tudo o que eu via eu queria comer, e não era, né...E eu engordando, daí só que, eu não parei de tomar o remédio, eu continuei, em vez de parar não, eu continuei, e quando chegou o final da cartela... Não veio, e daí que eu descobri que tava grávida... Fiquei bem desnorteada, não queria, pra fala a verdade não queria. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

A reação inicial de Maria apresenta várias justificativas: primeiro por ter uma filha de dois anos e, segundo, por sua situação trabalhista de diarista. Ela sentiu medo de perder o emprego ao falar da gravidez. Sua reação inicial foi de pânico e insegurança, sem saber como pagaria as dívidas já contraídas, como pagar o aluguel e ajudar o companheiro na manutenção econômica da casa. Seus receios foram confirmados, como é possível perceber no trecho a seguir:

[Silêncio curto] *Eu gostaria é de... Acho que teria de ficar feliz com, mas no meu caso né, eu achava que não tinha a mulher lá onde eu trabalhava não queria mais eu lá, e como aconteceu, quando ela descobriu, não quis... Isso esconde também não tinha condição por muito tempo, então eu achava, fiquei nervosa. Ai depois ela voltou pra mim, trabalhar, daí já arrumei as outras irmãs dela, daí não se preocupei com mais nada, nessa parte daí passou. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).*

Maria queria sentir-se feliz com notícia da gravidez, como mulher se sentia na obrigação de reagir positivamente, mas as situações reais da sua vida eram imperativas naquele momento. A partir do momento em que a preocupação com o emprego foi solucionada, inclusive aumentando os dias de trabalho, ela sentiu-se aliviada. Ela relata o apoio que recebeu das pessoas vizinhas e posteriormente das patroas: “Os outros nossa me aconselhavam, quem cria um, cria dois cria três, dá um jeito, né. Tem pessoa que ajudam,

se no caso me acontece de ficar desempregada, daí já me animou, né”. Ela trabalhou durante toda a gravidez, locomovendo-se de bicicleta, fazendo em torno de vinte quilômetros por dia, para realizar a limpeza de três casas por semana, incluindo os sábados até às 18:00h.

Por ocasião da entrevista recorrente ficou-se sabendo que Maria teve parto normal e retornou ao trabalho após oito dias do nascimento da sua filha. No segundo dia de trabalho, ela foi de bicicleta trabalhar, como fez durante toda a gravidez. Durante as atividades domésticas da casa da patroa começou a ter hemorragia, mas para não incomodá-la não disse nada. Ao chegar em casa o companheiro percebeu que ela estava muito mal: *“Meus dedos já não tinham mais sangue, mas não queria incomodar ninguém, mas daí ele me levou pro hospital”.*

Retomando o caso de Lúcia (23 anos, casada, um filho), ela começou a perceber os sintomas da gravidez, mas engravidar não estava nos seus planos:

Eu na realidade agora não...Pelos sintomas né, a gente que já foi mãe se percebe...Eu comecei a ter enjôo com pasta de dente e foi a primeira coisa que eu tive quando eu engravidei do Leonardo. Então daí começou esses enjôo e dor no seio, muita dor no seio, aí até que um dia eu apertei o seio e saiu leite...Daí eu tive certeza né, fiz o exame só pra...Confirmar...Na hora eu tive, quase me desesperei, fiquei, meu deus, meu filho tão pequeno né, daí eu vou ter outro não vou dá tanta atenção pra ele, sabe ficava assim. Mas depois que eu fiz o exame que deu positivo, a reação natural de mãe é a alegria, né...Aí eu fiquei muito feliz. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Lúcia também não tinha contrato formal de trabalho, mas já tinha conversado com a patroa sobre a possibilidade dela lhe registrar, pois já estava trabalhando há um ano. A patroa aceitou, mas a efetivação do registro formal ocorreu a partir da notícia da gravidez de Lúcia, o que lhe trouxe certa tranquilidade, garantida pela licença maternidade. Ela resolveu parar de trabalhar no início do oitavo mês de gravidez, indicando para o seu lugar a sua cunhada. Por ocasião da entrevista recorrente, Lúcia estava em casa, relatou que parou

de estudar e que agora cuida da casa e do filho. Sente-se bem, mas diz estar com mais dores nas costas do que na primeira gravidez. Ela parecia muito tranqüila e feliz. O casal acabou aceitando bem essa gravidez não planejada, sendo que a religião evangélica auxiliou nesta aceitação, oferecendo uma compreensão de que se aconteceu foi pela “*vontade de Deus*”.

No caso de Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), a situação da sua gravidez é um pouco mais confusa. Por ocasião do primeiro contato, ela comentou que não queria ter engravidado, e não sabia o que faria depois para não ter mais filhos, pois “*comprimidos não dão certo*”. No entanto durante a entrevista marcada para alguns dias depois deste primeiro contato, Janete trouxe outras informações que contradizem seu comentário inicial. Para uma análise mais cuidadosa será apresentada a seqüência do diálogo com a pesquisadora para que seja possível perceber como ela apresenta a sua explicação. Entre um desejo real de engravidar sem ter que assumir esse desejo ou realmente acreditando que não engravidaria, a noção de tempo apresentada por Janete mostra que o fato de demorar um mês ou dois não era um sinal percebido como possibilidade de gravidez, mesmo sem tomar precauções. A constatação da gravidez levou-a a tentar interrompê-la tomando chás - forma usada pelas camadas populares desfavorecidas para tentar interromper a gravidez -, mas suas tentativas não obtiveram sucesso. Janete não deixa claro se essas tentativas de interromper a gravidez foram compartilhadas com seu companheiro, como é possível observar no trecho a seguir:

[Você pegava (anticoncepcional) do Posto? O que, que você acha que aconteceu que você engravidou?]*...Ah, porque eu parei de tomar, né...*[E, mas então você queria engravidar?]*... Não. [Mas você não evitava?]*... Ah, não porque daí né, eu fiquei nessa, que eu não engravida, não engravida, e acabei não engravidando, porque eu demorei pra mim engravidar.*[Mais vocês não tomavam nenhum cuidado, então?]*... Humhum. Eu fiquei nervosa...Que ele [se referindo ao filho] é muito pequenininho né, e eu não queria. Daí, eu contei que eu tinha tomado um chá. É chá assim de caseiro, mas não ia derrubar, né. E, mas antes de fazer um mês, né. Daí eu tomei chá, daí, mas, no lugar de eu tomar o chá que era pra mim derrubar, eu tava tomando pra ajunta leite. [Risadas] Daí, depois eu parei, antes que prejudicasse, né.* (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).*

Quando a pesquisadora perguntou como ela gostaria que tivesse sido a sua reação, ela respondeu apoiando-se no fato que não foi como ela queria porque não foi planejada: *“Não, se fosse assim, que nem nós dois se tivesse planejado né, daí era diferente. Mas daí aconteceu, mais mesmo assim, a gente vai aceitar e vai cuidar, né”*.

Janete deixa claro que deseja fazer laqueadura, para se sentir mais segura em relação a possíveis gravidezes, mas encontra no Sistema Único de Saúde o impedimento para exercer a sua vontade. Como não conhece outros métodos e diz não se adaptar ao comprimido sente-se sem saída e com receio de ter mais filhos. Sua condição de trabalho também não facilitava, pois, apesar de trabalhar a dois anos para a mesma patroa - uma professora estadual - ela não era registrada. Quando Janete falou da gravidez, a patroa demonstrou preocupação com o fato dela não estar registrada legalmente e seu marido orientou para que ela o fizesse imediatamente. No momento da primeira entrevista Janete não sabia se teria direito à licença maternidade, pois seu registro foi realizado quando ela já estava com quatro meses de gestação.

Ao ser perguntar com quem essas mulheres compartilharam a notícia da gravidez, Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), contou que falou em primeiro lugar com seu companheiro, apresentando como justificativa o fato de viverem juntos: *“Ah, pro meu marido. Ah, porque né, a gente tempo já junto né, eu acho que tem que sê primeiro pra ele”*.

As demais compartilharam com outras mulheres: patroa, vizinha, irmã, denotando as relações intra-genero que são cooperadoras para o manejo das situações cotidianas. Por meio do depoimento de Joana (26 anos, casada, duas filhas), pode-se perceber que o laço consanguíneo aliado à afetividade foi o motivo que a levou a compartilhar primeiramente com sua irmã, buscando talvez um apoio, uma segurança maior para dar a notícia ao marido, uma vez que a gravidez não fazia parte do planejamento do casal:

Pra minha irmã. [Risadas] Não sei, nós duas sempre fomos assim muito confidentes uma da outra...Então, geralmente os meus problemas eu conto pra ela, ela conta os

dela pra mim...Então, foi a primeira pessoa que eu falei, foi pra ela... Ah, ela, ela gostou. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), em dúvida por estar tomando comprimido e por não ter ninguém da sua família morando próximo a ela, contou para as vizinhas. Suas relações mais próximas são com as mulheres da vizinhança, sendo que estas lhe ajudam de várias formas, inclusive comprando móveis nas lojas em seu nome, porque Maria não consegue crédito por não poder provar que é uma trabalhadora. Auxiliam também a cuidar da sua filha menor. Diante da suspeita de gravidez, ela recorreu às suas vizinhas, que lhe ofereceram várias respostas para os sintomas que Maria vinha apresentando. Quando a gravidez foi confirmada, Maria não deixa claro para quem ela contou primeiro, como é possível perceber nas falas a seguir:

[Silêncio curto] *Primeira pessoa [pausa curta] foi a minha vizinha... Por causa desse negócio de engordar mesmo, né ela notou, daí nós conversamos, eu contei pra ela né, que tava achando que tava grávida. Mas estava tomando o remédio, mas estava desconfiada.*[Mas contou então enquanto você estava desconfiada. E quando você teve certeza assim?].... *Quando parei de tomar, que nem eu falei eu não parei eu continuei, daí quando acabou a cartela, que passou os três dias e nada, daí né . Chegaram me falar podia ser resfriada, muita molhadura, de andar no piso, de andar descalço, né. Até isso chegaram a me falar, mas não era né.* (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), encontrou na sua patroa, com quem trabalha há seis anos, uma pessoa que percebeu que ela não estava bem, que havia indicativos de gravidez. A patroa pagou para que ela fizesse os exames necessários, demonstrando preocupação com sua situação de saúde e compreendendo seus problemas conjugais:

Ah, eu...Não é que, ela que participou de tudo sabe, desde o começo... Então não fui bem eu que, quando eu falei assim das dores que eu tinha, ela tava assim achando

que era, só que eu não, não tinha falado pra ela assim de outras coisas. Daí depois que eu comentei com ela, daí ela falou que essas dores não eram normais e daí, até ela que pagou pra mim passar no aparelho, né. (Marlene, 31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho).

Lúcia (23 anos, casada, um filho) apesar de ter uma relação muito boa com seu marido e com sua família de origem que mora em outro município, preferiu compartilhar suas suspeitas primeiramente com uma outra mulher, que ela julgava mais experiente do que ela e que lhe é próxima: a sua cunhada, que também é sua vizinha. Diz ela: *“Eu fui pedi pra ela por causa da questão do leite, se quando ela tinha engravidado saiu leite alguma das vezes né, que ela tem três filhos, daí que ela falou que sim né, e... Daí eu disse, então estou”*.

Contar para outras mulheres pode estar relacionado à compreensão de que a gravidez é uma responsabilidade sua, em especial se for retomado o fato de que essas mulheres não sentem que podem dividir a responsabilidade sobre a anticoncepção com seus companheiros. A busca de apoio em outras mulheres pode ser uma forma de se preparar para dar a notícia ao seu companheiro, bem como explicita redes de apoio pertinentes as relações intra - gênero, de mulher para mulher para encontrar espaço para compartilhar, para se fortalecer diante de situações novas e conflituosas

6.2. Reações do companheiro diante da notícia da gravidez.

Como esses homens, que não deixam claro o desejo ter mais filhos, reagem diante da notícia da gravidez? Nas entrevistas dessas mulheres foi possível perceber que o assunto não era tratado claramente entre os casais. Nesta situação aparece que os homens das camadas populares não se responsabilizam, não compartilham das decisões de como evitar a gravidez, mas quando desejam agem impedindo a companheira de utilizar, por exemplo, as pílulas anticoncepcionais. No entanto, este comportamento de não envolvimento na temática reprodução, também foi encontrado em outras camadas sociais, como se apresenta na pesquisa de Portella e outros (2003).

Historicamente o discurso médico, a partir de 1920 no Brasil, busca focar os homens, defendendo a castidade antes do matrimônio e a fidelidade conjugal, na tentativa de acabar com as doenças venéreas que se alastravam assustadoramente naquela época. A medicina contradiz os preceitos da Igreja ao afirmar que o celibato era antinatural e perigoso para homens e mulheres.(Matos, 2003). Desta forma a medicina oferece um argumento para que homens e mulheres reconsiderem as suas escolhas, principalmente em se tratando de seguir as vocações religiosas, sendo o mais saudável de acordo com os médicos, que as pessoas se unissem, por meio do casamento legítimo, com os devidos exames pré-nupciais indicados.

A construção dos discursos médicos acaba por fortalecer uma visão dos homens como indivíduos fortes, inteligentes que possibilitaram o desenvolvimento da civilização urbana, sendo as mulheres dotadas de uma natureza passiva e fecunda, destinada à função da maternidade como obrigação, valorizando a sensibilidade em detrimento da inteligência. Desta forma, a medicina reforça a divisão sexual do trabalho e o lugar destinado para homens e mulheres na sociedade.

Esses discursos fortaleciam o lugar da mulher no espaço privado, conferindo-lhes mais poder (Matos, 2003). Isto pode explicar também os trechos de falas das mulheres entrevistadas que, ao falarem de contracepção, não consideram os homens como participante das decisões. A geração de filhos é um terreno dominado pelas mulheres, principalmente nas camadas populares nas quais o acesso às informações sobre métodos contraceptivos é restrito também a elas, consideradas o centro das atenções na área da saúde. É claro que não sem consentimento silencioso dos homens, que cumprem sua função viril de fecundar as mulheres. A partir de 1960, houve uma grande preocupação com o controle da natalidade, gerando programas públicos específicos de planejamento familiar – voltados prioritariamente para as populações pobres - que, no entanto, mantinham a mulher como a responsável pelo “(não) controle” de seu corpo e da reprodução. Deste modo,

Afinal como controlar um corpo que procria? Como conviver com um útero e ovários que ameaçam o conforto familiar? Como lidar com um corpo que ameaça um mundo superpovoado? Como conviver com instrumentos que, prometendo

evitar a tal ameaça procriativa, trazem desconforto e medo? (Matos, 2003, p.169).

A saída para tal situação veio por meio dos avanços da medicina, que iniciaram com pesquisas e experiências dos doutores Gregory Pincus e John Rock, realizadas desde 1956 com contraceptivos hormonais em locais e mulheres que eles chamavam de “campos de provas”, ou seja, eram realizados no Haiti e em Porto Rico, lugares de populações pobres. Foi o Doutor Pincus, sob a pressão das feministas norte-americanas, quem inventou a pílula anticoncepcional em 1961, o que significou uma guinada na possibilidade das mulheres terem controle sobre seus corpos. “Nosso corpo, nós mesmas: direitos do corpo, conhecimento do corpo, livre disposição do corpo na procriação e na relação amorosa. O silêncio vencido” (Perrot, 2003, p.26).

No Brasil, o uso da pílula anticoncepcional teve início em 1962, sendo que, em 1967, 19% das mulheres já estavam utilizando esse método. As informações das mulheres entrevistadas demonstram que a forma correta de usá-lo ainda é desconhecida para a maioria das mulheres das camadas populares, sendo que os homens pouco participam das decisões contraceptivas.

Iniciando com a fala de Joana (26 anos, casada, duas filhas), pode-se perceber que a reação dos companheiros era esperada, de certa forma prevista pelas mulheres, a convivência lhes oferecem informações que auxiliam nesta previsão. Joana conta que imaginava que seu marido até poderia reagir de forma positiva, porque desejava ter um filho homem e essa gravidez seria mais uma chance de realizar este desejo, como pode ser no percebido trecho a seguir:

Ah, ele [o marido] também gostou né, ele é, porque ele quer um piá né, então nós temos duas meninas, ele achou que era um piá ficou faceiro tudo, mas daí depois que eu fui ao médico, fui agora esses dias lá vê se era piá ou menina... Daí ele já não ficou assim muito, já deu pra notar, o entusiasmo dele mudou um pouco né, mas não é muito tá... Eu esperava essa decepção dele. [Risadas]... Porque ele tava muito empolgado né, que fosse um piá, então. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

A filha de Joana poderá nascer com o significado da decepção, afinal todos esperavam um menino e a confirmação do sexo determinou frustrações familiares. No entanto, o grupo familiar e a própria criança, em sua trajetória, (re) significam de maneiras diversas os episódios vivenciados. A determinação do gênero como constituinte da subjetividade dessa criança dependerá de como essas significações serão trabalhadas na família.

As reações dos companheiros à notícia da gravidez foram diferenciadas, sendo que somente um deles foi agressivo - o pai do filho de Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho). Este ao saber da gravidez por meio da sua mãe procurou Marlene e exigiu que abortasse a criança, o que não foi acatado. Depois ele se arrependeu e solicitou para retomar o relacionamento, assumiu a gravidez, e, segundo ela, depois deste retorno ela não tem queixas dele, pois ele tem cuidado dela, bem como do bebê que nasceu prematuramente. Sua fala transcrita a seguir revela a intensidade do seu sofrimento no decorrer dessas situações:

Meu marido teve uma outra mulher, lá da firma, aí a gente se separou, aí a gente ficou, eu sai de casa em dezembro, e quando eu contei para ele que tava grávida, quer dizer não fui eu que contei, foi a minha sogra que contou, contou pra ele, ele ficou louco, ele chegou q falar pra eu tirar, pra tomar alguma coisa para derrubar. (...) Daí bateu o arrependimento nele e ele foi atrás de mim, ele se acabou, sofreu muito daí, sabe. Então eu voltei, mas sofri muito, no começo da gravidez. (...) Mas agora ele tem sido bom pra mim, tem me ajudado a cuidar do nenê, tentou me acalmar no final, dizendo que tudo ia dar certo, agora ele tem sido bom pra mim. (Marlene, 31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho).

Janete (29 anos, amasiada, dois filhos) ao ser indagada sobre a reação do marido disse que já imaginava que ele aceitaria com tranquilidade, pois é um homem muito bom: “Ah, eu já nem esperava, porque ele é uma pessoa muito boazinha, né... Então, ele não é uma pessoa nervosa assim, uma pessoa braba assim, que podia fica brabo de eu ter

engravidado... Mas não, ele aceitou”. O companheiro de Janete demonstra muito afeto e suas atitudes são de fazer com que Janete se cuide, que não falte às consultas de pré-natal.

O companheiro de Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), também teve uma reação esperada e compreendida por ela, pois não desejavam mais filhos por considerarem a situação financeira deles instável. Ele não tem trabalho fixo e ela como diarista também não tem seus direitos trabalhistas garantidos. Maria relata a reação da seguinte maneira:

Na verdade ele também não queria, por causa disso né, tem medo que passe fome já digo, porque como a gente pode estar empregada, pode ficar desempregado... A casa não é da gente, a gente paga aluguel, daí tudo, né tem muito medo de deixar sofrer.[Que reação você gostaria que ele tivesse tido quando você contou pra ele?][Pausa breve] Porque não culpo ele muito, porque eu também fiquei com medo, com tudo, acho que naquela hora pegou nós bem..... (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Na entrevista recorrente, que ocorreu quando o bebê já estava com três meses, foi possível perceber que o companheiro de Maria é cooperativo, entende as atividades domésticas como sendo atribuição do casal. Relatou à pesquisadora a preocupação que tem com a saúde de Maria, que até aquele momento não havia retornado ao médico para fazer a consulta após o puerpério, bem como frisou que ela trabalha demais, muitas vezes até aos domingos, o que o deixa preocupado. Segundo ele, ela não atende aos seus pedidos.

Na entrevista de Lúcia (23 anos, casada, um filho), a reação do marido foi relatada com emoção por ela, repetindo até alguns gestos que ele fez ao abrir o exame de gravidez e perceber que era positivo. Inicialmente seu marido não acreditava que poderia ser possível, achava que ela não estava grávida, mas, ao ser confirmada a gravidez, sua reação foi no mínimo interessante:

Ele no primeiro momento, antes do, de fazer o teste né, ele achava que não era, mais quando pegou o teste, ele que foi pegar o exame lá, ele disse que se emocionou até quando abriu o resultado deu positivo, diz que parou com a moto na rua, ergueu

as mãos pro céu e agradeceu a Deus mais um filho. Sempre Deus dá então pra essas pessoas que não podem sustentar né, tem quanta criança sofrendo nesse mundo...Então dê pra mim meu Deus, que eu vou sustentar mais esse...Ele falava sempre que não queria, que nós íamos ter só o Leo e tal, mas a gente conhece ele, eu achava que ele ia ficar feliz, agora ele está esperando vê se vamos ter uma menina...Ele diz que se sente pai de uma menina já...Todo mundo ficou muito feliz. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Na entrevista recorrente Lúcia relatou com emoção que estava grávida de uma menina e que seu marido estava muito feliz. Ela relatou a fala dele conversando com o bebê quando, ao arrumar o carrinho para ela, colocava o travesseiro e dizia: *“Olha meu amor, aqui vai ser tua caminha, o papai está arrumando tudo bem bonito pra minha menina”*.

A reação do marido de Lúcia mostra como alguns homens de camadas populares se envolvem no processo de gravidez, participando de várias formas, auxiliando mais nas atividades domésticas, mesmo quando possuem uma carga horária de trabalho maior que a da mulher, como é o caso da Janete. Outra forma de se fazer presente neste processo relatada por Maria é o homem estar atento aos processos vivenciados pela mulher, como as dores nas costas e as câimbras: *“Esses dias tenho tido câimbras nas pernas... Ele levantou [era de madrugada] para passar doutorzinho e esticar minhas pernas... É ele que me ajuda”*.

6.3. Acompanhamento pré-natal.

O acompanhamento do processo da gravidez tem sido colocado pelas políticas públicas como imprescindível para um saudável desenvolvimento do bebê e da mulher, contudo o que realmente comporta o pré-natal, que atividades são oferecidas a essas mulheres que procuram os postos de saúde. De acordo com Giffin (2002) a deficiência desse serviço, pode ser avaliado pelo fato de que no período 1991-1996, 14% das gestantes de nascidos vivos não tiveram nenhuma assistência pré-natal, ou seja, não conseguem atingir a totalidade de gestantes. De acordo com o trabalho de Biagolini (1999), em sua

dissertação (Enfermagem), ao buscar formas de trabalho e o viver a maternidade, descobriu que as empregadas domésticas são as que possuem piores condições sociais para garantir a possibilidade de realização de acompanhamento pré-natal, podendo ser essas mulheres, grande parte das 14% das gestantes não atendidas pelos serviços de pré-natal, indicados pela BEMFAM, 1996.

Outro ponto a ser avaliado é qualidade da atenção, da relação médico-paciente, que mesmo com uma tendência de feminilização da profissão médica, nas últimas décadas, não demonstrou mudanças quanto aos aspectos relacionais.

No Brasil, desde a década de 1920, as altas taxas de mortalidade infantil e materna, levaram os médicos higienistas a discursarem sobre a profissionalização da maternidade, sendo que os centros de saúde privilegiavam o atendimento materno-infantil. Desta maneira, como coloca Matos (2003), a maternidade deixou paulatinamente de ser uma experiência exclusiva das mulheres e passa ser um saber da medicina. Este discurso privilegiava a função de mãe, sendo que qualquer outra atividade passou a ser considerada subordinada, acessória e desviante.

Na presente pesquisa procurou-se investigar como essas mulheres empregadas domésticas percebem o serviço de atendimento pré-natal, sendo que nesse início do século XXI, busca-se privilegiar o parto normal e humanizado. Preconizando um atendimento que foque as necessidades da mulher gestante e a informação sobre os métodos contraceptivos. Outra questão investigada foi se elas tiveram dificuldades de realizar as consultas mensais devido ao tipo de serviço realizado.

Joana (26 anos, casada, dois filhos), explicou que sempre procurava conciliar a consulta com os horários em que não estava trabalhando, mas houve situações em que isto não foi possível, devido às vacinas que teria que tomar. Seriam três vacinas, sendo que a última deveria ser tomada antes de um mês do nascimento do bebê. Joana não sabia explicar a função dessa vacina, tentando apenas fazer o que os profissionais da saúde recomendaram:

Essa, só essas duas que fui na sexta-feira, porque, por causa da vacina, daquela injeção que eu to tomando, que eu tinha que tomar três né, e daí a mulher falou lá

do posto que tinha que ser quase tinha que dá um mês, ela falou, antes de eu ganhar nenê... Então daí, eu não podia deixar pra ir outro dia, por que daí...Não, não fechava né, então daí eu fui na sexta-feira mesmo, mis assim os outros dias eu sempre ia aos dias que eu não ia trabalhar, então daí eu ia consultar. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

Quando indagada sobre sua satisfação em relação ao serviço de pré-natal, se ela recebia orientações, ela diz que como já teve duas filhas não tem novidade para ela, porém ela terminou o pré-natal sem entender como engravidou e como fazer para não mais engravidar. Ao ser indagada sobre as orientações que tem recebido no serviço pré-natal, se são informações boas ou úteis, ela responde: “*Acho que sim*”. No entanto, ela não consegue lembrar de orientações que tenha recebido nesta gravidez.

Ao ser verificado o serviço pré-natal que atendeu Joana, Maria, Janete, Lúcia e Marlene, é possível identificar que este limita-se a verificar o peso da gestante, medir o ventre materno, verificar a pressão arterial e ouvir os batimentos cardíacos do feto. Não há um trabalho de orientação e apoio a essas mulheres sobre o processo da gravidez, métodos anticoncepcionais e cuidados puerperais. Foi verificado no posto de saúde do bairro em que Joana fez seu pré-natal, que é entregue uma cartilha produzida pelo Ministério da Saúde, mas ela e nenhuma das outras mulheres comentaram sobre este material¹⁶. A distribuição de materiais informativos pode não atingir o objetivo desejado com as camadas populares, como se pode depreender. É possível perceber nessas mulheres um desejo de falar de si, das suas dúvidas. Para isto é necessário que os serviços de saúde ofereçam esta possibilidade, caso contrário a cartilha será mais alguma coisa a ficar guardada nas gavetas, sem cumprir sua função.

Os efeitos da política governamental, iniciada desde a década de 1920, que delegou o conhecimento sobre a vida reprodutiva feminina para os médicos, tiveram como consequência a subordinação pacífica das mulheres aos procedimentos indicados pelos profissionais da saúde. Joana (26 anos, casada, duas filhas), exemplifica esta consequência

¹⁶ Esta informação foi obtida através do projeto de extensão desenvolvido pela acadêmica Aline dos Santos, aluna da 8ª. Fase de Psicologia, que visa dar apoio às gestantes ouvindo-as. O material foi apresentado à pesquisadora e é um material ilustrado com informações sobre gestação, parto e puerpério.

ao realizar os procedimentos das vacinas, sem ao menos saber os motivos, os efeitos desses medicamentos. Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), também demonstra que se sente com dificuldades de conversar com seu obstetra sobre métodos contraceptivos.

Maria reclama de algo que acontece nos serviços de saúde pública da sua cidade com frequência: a ausência do médico. Esses médicos em geral trabalham em consultórios particulares e fazem plantões em hospitais, sendo comum que a gestante chegue no dia da sua consulta ao posto de saúde e o médico não compareça. Desta maneira sua consulta é adiada para o outro mês. Tal procedimento causa insegurança nas mulheres, que muitas vezes resolvem tomar atitudes como Maria fez:

Desde o comecinho, o... Isto, daí eu fui já bem no começo, no primeiro mês, depois que fiz exame, deu positivo, daí marquei consulta, só que ele nunca podia me atender, um dia viajando, um dia de férias, um dia emergência, assim. Daí eu tava de seis meses, eu já e ele nunca... Sempre eu chegava lá e ele nunca podia me atende, ia marcando pra frente, daí fiquei preocupada porque podia acontecer alguma coisa, daí mudei de médico. (Maria, 22anos, amasiada, dois filhos).

Sobre como Maria fazia para ir a sua consulta de pré-natal, ela diz que nunca teve problemas com suas patroas, é só avisar que elas liberam. Já no caso de Janete, ela explica que quando vai fazer suas consultas, tem que levantar mais cedo porque sua médica começa atender às 7:30h da manhã. Depois da consulta ela vai direto para o serviço. Mas, no entanto, Maria não realizou após três meses do nascimento do seu bebê a consulta pós-parto, corroborando com o alto índice de mulheres que não realizam esse procedimento, 72% de acordo com os dados da BEMFAM,1996.

Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), considera o pré-natal indispensável e uma forma de prevenir problemas, se diz satisfeita com as orientações oferecidas pela médica, mas na entrevista recorrente ainda não sabia o que fazer para evitar uma nova gravidez, também não havia realizado a consulta de pós-parto. Portanto, corre o risco de uma nova gravidez.

Marlene mostra uma outra razão para se fazer o pré-natal no sistema público de saúde: para quem não pode pagar um atendimento particular ou não tem algum convênio essa é a única forma de ser atendida pelos hospitais na hora do nascimento do bebê. Marlene diz que seu pré-natal foi bom e até foi convidada para ir a uma reunião para gestante no hospital maternidade¹⁷ da cidade, mas à distância e o horário não são viáveis para ela, apesar de ter liberdade de sair do trabalho quando precisar ir às consultas:

Ah assim, porque eu também não ia ficar sem, né...Então, como tem jeito o negócio assim de Posto, essas coisas a gente né, não pode deixar de lado agora né, de fazer o pré-natal. Não sei em última causa, se tivesse que bancar o dinheiro daí era mais pesado, né. Humhum, a gente dá um jeito... Está resolvendo [falando sobre o pré-natal]... É, ele é assim, sempre cada vez que eu vou consultar ele me examina tal e tudo, vê como é que tá com o menino se está tudo bem, e até, agora eu consultei com, semana passada, é semana passada acho, final de semana, daí a T. [provavelmente uma auxiliar de enfermagem], disse que é pra mim ir numa reunião que eles fazem, ali na Maternidade...[E como é que você faz pra ir pras tuas consulta de pré-natal no teu trabalho?]....Eu saio daí.(Marlene, 31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho).

Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro), teve seu bebê prematuro e, como fazia acompanhamento pré-natal, foi enviado para o hospital que possui uma Unidade de Tratamento Intensivo para Neonatos, o avanço tecnológico no Brasil, auxilia na recuperação de prematuros, no entanto esse avanços não são acompanhadas de avanços no aspecto de humanização do atendimento nos serviços de Pré-Natal e das Instituições Hospitalares.

Uma das empregadas domésticas gestantes teve a oportunidade de viver sua primeira gravidez em outro município. Essa vivência possibilitou-lhe avaliar as diferenças

¹⁷ Este hospital é o mesmo que possui a Unidade de Tratamento Intensivo para Neonatos, é um hospital de médio porte, que atende em torno de 120 gestantes por mês. Para amenizar as falhas do serviço de pré-natal procura oferecer orientações, porém as empregadas domésticas não conseguem participar devido aos horários de trabalho e a distância das suas residências.

em relação ao atual pré-natal. Lúcia (23 anos, casada, um filho), atribui ao pré-natal o prazer de poder acompanhar o desenvolvimento do feto e uma oportunidade de obter mais informações. No entanto, no serviço de pré-natal atual ela não tem obtido informações, motivo que lhe fez tentar participar de um grupo de apoio a gestantes oferecido pela universidade¹⁸, mas devido a mudanças nos seus horários de trabalho não foi mais possível ela acompanhar esse programa. Sua fala demonstra sua busca pelo pré-natal e as diferenças percebidas com relação ao processo vivenciado na gravidez do seu primeiro filho:

Eu comecei assim que eu descobri que tava grávida já...Fiz o exame daí já foi faze todos os outros exames e já...[Do outro (filho) você fez também?].... Fiz tudo, eu adorava as minhas consultas de pré-natal...Eu adoro ouvir o coraçãozinho do nenê, saber como é que ele está, se está tudo bem...Aqui não, não tem nenhuma palestra, né?...É? Quando eu tava grávida do meu filho tinha, cada vez que você ia na consulta do pré-natal as enfermeiras vinham e faziam palestras, né...Te orientavam bastante, aqui não está tendo, eu acho. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

No local onde Lúcia (23 anos, casada, um filho) faz o pré-natal não há nenhum tipo de orientação para as gestantes, uma das justificativas é a falta de espaço físico para realizar tais atividades. Ao fazer contato com esta Unidade de Saúde, que é o Posto de Atendimento Central do Município, foi possível perceber que as gestantes esperam para serem atendidas no mesmo corredor onde são atendidos os outros pacientes indiscriminadamente. Tal situação pode expor essas mulheres a contatos com doenças prejudiciais ao processo da gestação, além de passar uma concepção de que estar grávida significa estar num processo de doença.

Lúcia (23 anos, casada, um filho), trouxe mais uma reclamação sobre o serviço pré-natal: o atendimento do médico, em que ela sentiu-se desconsiderada. O profissional chegava atrasado e não oferecia a possibilidade de Lúcia expor suas dúvidas. Quando ela disse que queria ouvir o coração do bebê, ele a dispensou dizendo que só no próximo mês.

¹⁸ Local onde a pesquisadora conheceu Lúcia.

Nessa situação fica claro que Lúcia demonstra ter mais facilidade de se expor e de perguntar, no entanto, não conseguiu obter o que deseja, reforçando o quanto a medicina se apoderou do saber sobre a maternidade, deixando as mulheres apenas com a função de realizar os procedimentos solicitados (Matos, 2003). No caso das informantes denota uma conjunção de fatores implicadas nas relações de gênero e de classe.

Outras mulheres como Joana, Janete, Marlene e Maria se limitam a receber e aceitar o que lhes é oferecido, não conseguindo perceber que possuem o direito de serem orientadas sobre os processos reprodutivos e sobre os métodos de contracepção. Seus direitos não lhes são esclarecidos. Observar o relato de Lúcia é uma forma de perceber como ocorre a relação gestante-obstetra no período pré-natal e como ela se sentiu com as ações do médico, percebendo, então, que tinha direito de procurar um outro profissional que lhe oferecesse um atendimento mais humano:

Eu estava consultando com o Doutor X, agora eu vou consultar com o Doutor Y lá no SUS... Hamham troquei... Na realidade eu consultei duas vezes com o Doutor X e não, não gostei muito dele... É, eu não sei se nos dias que eu fui ele tinha chegado atrasado, mas ele não, não me deixou falar, não me deu assim atenção, sabe?...Eu tava com um problema, com muita dor assim, sabe em baixo, assim nos ossos, e daí eu comentei com ele, ele disse que era pra mim, me deu um papel, uma requisição de exame e daí fui falar para ele que eu não tinha ouvido o coração do nenê ainda, ele disse: Oh, a tua próxima consulta é dia 6, e só, ele foi bem... (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Outro dado é importante a ser ressaltado nos serviços de pré-natal desses municípios, é que as gestantes realizam o pré-natal com um determinado profissional obstetra. Quando elas chegam ao momento do nascimento do seu filho, o profissional que irá lhe atender será aquele que estiver de plantão. Não há escolha para a gestante, sendo que ocorrem partos realizados por auxiliares de enfermagem, denominadas popularmente de parteiras.

Muitos profissionais obstetras só aceitam ser chamado para fazer o parto quando há indicativos de intercorrências¹⁹. No caso de Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), que a equipe do hospital identificou que a criança nasceria prematuramente, estava presente na sala de parto o médico e o pediatra, bem como as auxiliares de enfermagem, e que, imediatamente após o nascimento, o recém-nascido foi encaminhado para a Unidade de Atendimento Intensivo Neonatal.

Essa é a realidade do serviço público de saúde no Brasil, em que os recursos escassos abrem brechas para procedimentos que visam minimizar as perdas dos profissionais que recebem valores irrisórios para realizar um parto ou uma cesariana, bem como o pediatra para acompanhar o nascimento da criança. São situações complexas, que acabam por prejudicar essas mulheres das camadas populares que dependem única e exclusivamente destes serviços. A sensação de insegurança é intensificada pela impossibilidade de saber qual profissional obstetra estará no hospital, na hora do parto. Como será o atendimento? São muitas as queixas sobre as atitudes grosseiras por parte dos(as) profissionais na maternidade. Esses são elementos também constituintes das condições psico-emocionais dessas mulheres empregadas domésticas, podendo ser estendido para todas aquelas que dependem do Sistema Único de Saúde.

O profissional mencionado por Lúcia, que não a deixou a falar, é um profissional que realizou modificações nos procedimentos dos partos, tornando-os mais próximos do que é preconizado pelo Ministério da Saúde em relação ao Parto Humanizado. No entanto, é preciso ser discutido se o momento do parto será vivenciado como humanizado, se no pré-natal essas mulheres não estabelecerem um vínculo de segurança com o profissional obstetra, e, caso este vínculo ocorra, como elas se sentirão ao serem atendidas por outro profissional ou por auxiliares de enfermagem.

Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho) comentou que uma auxiliar de enfermagem que estava lhe acompanhando na sala de pré-parto - local onde a mulher fica sozinha aguardando o momento de ser levada para a sala de parto -, disse a ela palavras

¹⁹ Esta informação é decorrente do trabalho da pesquisadora por quatro anos e meio neste hospital e Maternidade, no período de 1997 a 2001, como psicóloga organizacional, trabalhando na área de Recursos Humanos.

grosseiras, mas não incomuns de ocorrer quando as mulheres estão sentindo as contrações do período pré-expulsivo, ou seja, mais longas e mais intensas. Caso elas demonstrem sua dor gemendo, ou gritando, afinal as dores nem sempre são possíveis de serem suportadas em silêncio. Quando as mulheres se expressam, correm o risco de ouvir o mesmo que Marlene: *“Na hora de fazer estava bom né, agora agüenta”*. Essa frase culpabiliza a mulher por ter tido o prazer da relação sexual e as dores do parto seria os castigos merecidos, que deve ser suportado com resignação e silêncio²⁰ e se fazem presentes nas relações intra – gênero de marcante os discursos historicamente construídos.

7

²⁰ Como já foi mencionada, a pesquisadora trabalhou por um período de quatro anos e meio, neste hospital e maternidade que era administrado por freiras e a frase dita pela auxiliar de enfermagem, em 2004, era muito comum há mais de 30 anos atrás, quando eram as freiras que atendiam as mulheres gestantes.

Empregada doméstica grávida.

7.1. Relação vínculo empregatício e direito trabalhista.

A mulher grávida vivencia um processo fisiológico de mudanças trazem alterações substanciais ao organismo feminino. Mudanças hormonais e aumento de peso devido ao crescimento do feto são algumas destas alterações. Soifer (1980), autora de uma obra referenciada na psicanálise e na psicologia sobre gravidez, parto e puerpério, indica diversos sintomas como enjôos, vômitos, tonturas, edemas, aumento excessivo de peso, como parte de um processo inconsciente que a mulher vivencia para aceitar essas modificações e se vincular ao ser que está gerando. No entanto, Serrano (1994) contrapõe que esses sintomas não são naturais, são sinais de que algo não está bem com a mulher, considerando os aspectos sociais, emocionais, orgânicos e psicológicos. O mesmo autor propõe que, de acordo com a situação de cada mulher, haverá diferenças na forma de vivenciar a gravidez. Para esse autor as mulheres que possuem uma constituição subjetiva integrada poderão vivenciar esse processo de gravidez sem as ocorrências chamadas de sintomas próprios da gravidez.

Ao trazer essa discussão pretende-se resgatar como fica a situação das empregadas domésticas quando estas se apresentam grávidas aos patrões. Há mudanças na condução das tarefas? As patroas permitem ou sugerem modificações nessas atividades em função das mudanças corporais da gravidez? A relação desse fato com o vínculo empregatício se altera, considerando que a forma de vínculo empregatício é um fator social que pode amenizar ou dificultar o processo de gestação?

Considerando-se a precariedade do vínculo empregatício, as condições de trabalho no emprego doméstico e das características do grupo investigado, convém recuperar Melo (1998) quando afirma que:

O serviço doméstico remunerado é um bolsão de ocupação para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque constitui culturalmente o lugar da mulher e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação. Essa atividade, por isso, é o refúgio

dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade.(Melo, 1998, p.1).

O grupo de mulheres entrevistadas corrobora com que Melo (1998) indica sobre o serviço doméstico. Das cinco mulheres, somente Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho) completou o ensino fundamental. As demais não ultrapassaram os primeiros cinco anos, são oriundas das camadas menos favorecidas e encontraram no serviço doméstico, uma forma de entrar no mercado de trabalho remunerado. Com exceção de Marlene, que começou a trabalhar com dezenove anos como empregada doméstica, as demais iniciaram como babás, na adolescência. Janete e Lúcia foram as mais novas, tinham doze anos na época. É importante indicar que nas últimas décadas, em toda a América Latina e o Caribe, incluindo o Brasil, as mulheres representam 95% dos trabalhadores domésticos (Melo, id.).

Joana (26 anos, casada, duas filhas), por exemplo, não terá direito à licença maternidade, apesar de trabalhar três dias por semana na mesma residência, fato este que caracteriza vínculo empregatício de acordo com as leis trabalhistas vigentes. No mesmo local de trabalho ocorrem períodos do ano em que ela trabalha mais dias. Na entrevista ela comenta que tentou pedir para ser registrada, mas a patroa lhe respondeu que não poderia porque é muito difícil, mas não lhe ofereceu justificativas claras.

Como Joana não possui contrato formal, sua patroa lhe remunera como diarista, sem direito a férias e décimo terceiro salário. Quando a pesquisadora lhe perguntou como ficará sua licença maternidade, Joana fala da sua realidade, sem perspectiva de mudanças. Procurar seus direitos é algo que ela nem sequer cogita:

Vai ficar assim mesmo... Não vou receber nada, ainda falei pra ela esses tempo né, pra vê se ela podia me registrar pelo menos uns sete meses né, que diz que com sete meses, mais que seis meses a mulher lá do SUS falou, que a gente tem direito, mas ela achou que não dava. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

Caso semelhante é o de Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), que trabalha como diarista. Quando ficou grávida, sua maior preocupação era a da patroa mandá-la embora,

sendo que foi o que aconteceu. Como Maria falou à patroa que, se fosse necessário, assinaria um papel dizendo que se responsabilizava por qualquer coisa que lhe acontecesse, sua patroa (uma professora) procurou-a novamente. Essa mesma patroa conseguiu mais dias de trabalho, nas residências de suas irmãs. Maria trabalha a semana inteira, inclusive aos sábados até às 18:00h, sendo que os dias de limpeza na casa dessas três patroas são fixos. A segunda patroa trabalha fazendo docinhos e a terceira exerce atividades administrativas. As três mulheres podem ser consideradas das camadas médias, fato esse que não assegurou à Maria o seu direito à licença à maternidade. Na última semana de gravidez, ela estava ciente de que teria que voltar o mais rápido possível ao trabalho:

É porque eu trabalho sempre aos dias, né... É por dia, só que daí eu pego no final do mês... É tem vez que eu tiro R\$460,00, tem vez R\$420,00, de mais não passa.[Como é a situação do teu trabalho, você me falou que tem três trabalhos, você é registrada?]... Não... Nenhum. [Você recebe férias, essas coisas]... Não. Isso, pra mim ganhar, então eu tenho que trabalhar, se eu ficar em casa eu perco dinheiro. [E quando você tiver o bebê?] (...) [ênfaticamente a voz], então eu quero vê se eu paro de trabalhar com uma semana... (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

O trecho do discurso de Maria sobre as suas patroas pode corroborar com Giffin (2002) quando essa diz que as mulheres das camadas médias entraram na força de trabalho, em condições e salário melhores. Mas não em equidade em relação aos homens da sua classe. Para isso essas mulheres se beneficiaram da farta oferta de trabalhadoras domésticas das camadas populares. Numa explícita exploração intra – gênero sendo que essas se submetem a salários irrisórios e a condições de trabalho sem garantias legais, como o grupo de empregadas domésticas entrevistadas, que não possuem todos os direitos que lhe são cabíveis.

Melo (1998) também argumenta que é difícil uma análise econômica do serviço doméstico remunerado. Estes dados não são organizados de forma capitalista. São relações que ocorrem nos espaços privados das residências das patroas/patrões. E esses não são

empresários. As atividades das empregadas domésticas são consumidas diretamente pela família, não mobilizando capital, mas rendas pessoais.

Esses elementos dificultadores, aliados ao estigma da desvalorização que acompanha essas atividades domésticas, acabam corroborando para que patroas e empregadas domésticas, de acordo com Melo (1998, p. 3), “participarem de uma relação de identidade mediada pela lógica de servir aos outros como natural”.

Maria tem clara sua situação: há contas a pagar, contas estas vinculadas com as vizinhas, reforçando o quanto a rede de apoio intra – gênero é significativa nas vidas cotidianas das mulheres das camadas populares, que lhe emprestaram o nome para conseguir crédito no comércio. Parar de trabalhar quarenta dias após o parto, período considerado como puerpério, é um tempo muito longo e um prejuízo financeiro que pode prejudicar a situação da família. Desta maneira Maria submete-se às condições precárias de trabalho, arriscando sua saúde, voltando às suas atividades, após oito dias do parto. Giffin (2002) indica que a velha divisão de trabalho atravessa essa nova reestruturação da saída das mulheres das camadas média baixa para o mercado de trabalho, reforçando a feminilização da pobreza e a exploração das mulheres das camadas populares. Não há uma mudança consistente nas relações de gênero no mundo do trabalho, ou nos espaços privados, as residências continuam mantendo a divisão sexual do trabalho, que define as mulheres como aquelas destinadas ao serviço doméstico

A informante Janete trabalha meio período na mesma residência. Janete trabalha com esta família desde 1999 e, naquela época, ganhava um salário mínimo. Foi registrada quando ficou grávida de seu filho que está com três anos. Após a licença maternidade, não retornou ao trabalho. Um ano depois, foi chamada novamente para trabalhar na mesma residência, agora em condições diferentes, por meio período, meio salário mínimo e sem contrato formal de trabalho. Como Janete é uma empregada fixa, seus patrões lhe pagam décimo terceiro, férias e, mais uma vez, registraram o contrato ao serem notificados da gravidez. Contudo, ela tem dúvidas se terá direito à licença maternidade porque foi registrada quando estava com três meses de gestação, assim como fica em dúvida se a patroa tem o direito de descontar do seu pagamento um valor de vinte reais. Expõe essas dúvidas, cogitando, com certo receio, a possibilidade de procurarem seus direitos na justiça

do trabalho, e depois não conseguir mais trabalho, pois entrar na justiça, em busca de seus direitos, é significado por Janete como uma certeza de “sujar” o nome:

E me mandar embora, eu sei que ela não pode... Só que eu já não quero [reclamar na justiça], eu quero saí assim com o meu nome limpo, pra mais tarde, um dia que eu precisar voltar a trabalhar né, eu ter o nome limpo. Ah, se um dia a gente chama alguém na Justiça, suja o nome. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

A situação de Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), não é muito diferenciada da história de Janete. Ela trabalha há seis anos na mesma residência e foi registrada em virtude da sua gravidez. Marlene diz que em parte a culpa é sua, pois quando era mais nova ela não queria ser registrada. Muitas mulheres tomam esta atitude com a esperança de arrumar outro tipo de trabalho. Ter na carteira de trabalho, o registro de empregada doméstica, para muitas pode significar uma impossibilidade de mudança. Marlene hoje avalia que deveria ter aceitado. Ela comenta que freqüentemente recebeu, ainda que sem carteira de trabalho assinada, tudo a que tinha direito, férias, décimo terceiro, exceto o fundo de garantia, que é optativo ao patrão.

Marlene atualmente recebe meio salário mínimo, sendo que sua jornada de trabalho perfaz, em média, 57 horas semanais. Ela inicia o trabalho por volta das 8:30h, sai às 18:30h, e o horário de saída no sábado é variável, de acordo com a necessidade da patroa, podendo se estender até as 15:30h. Ela antes recebia um salário mínimo, mas como a família para qual trabalha passou por dificuldades financeiras, seu salário foi reduzido, mas as horas de trabalho não. É preciso considerar que ela relata ter tido muitas perdas em sua vida e como está a seis anos na mesma residência, talvez não queira perder esses vínculos, que podem ser significativos para ela:

Marlene também estava confusa quanto ao tempo a que terá de direito à licença maternidade, pois lhe falaram que, como empregada doméstica, ela terá direito a três meses, ou seja, noventa dias, quando a lei garante: “A licença a gestante de 120 dias é direito da Empregada Doméstica desde outubro de 1988, devendo ser requerida antecipadamente ao INSS, os direitos das empregadas domésticas são garantidos por lei, proposta na CLT

(Consolidação das Leis Trabalhistas)”. Maria não teve acesso a essa informação: *“Porque ainda, daí que nem já, uma outra mulher já falou pra mim também, só que lá no INPS falaram três meses de licença... Por causa que diz que, e pra empregada doméstica é três meses.*

Efetuar o contrato formal de trabalho, a partir do momento em que as empregadas domésticas ficam grávidas, parece ser um procedimento muito usual no grupo entrevistado. Essa atitude pode ser impulsionada pelo receio de que essas mulheres busquem seus direitos. Então as patroas terão que, não apenas efetivar o contrato formal de trabalho, mas também pagar os direitos até então não assegurados.

As mulheres patroas, ainda não conseguem dividir com os companheiros as responsabilidades dos afazeres domésticos e dos cuidados com os filhos, o que faz com que acabem utilizando-se de arranjos que não confrontem as relações com os seus parceiros. Ao mesmo tempo amenizam a carga de trabalho doméstico (das cinco patroas, a patroa de Joana era a única que não tinha uma atividade remunerada), sem sobrecarregar o orçamento da familiar. Esse seria um dos argumentos possíveis, para que essas patroas de camadas médias baixas não realizem o contrato formal de trabalho com suas empregadas domésticas, sejam essas mensalistas ou diaristas.

Lúcia (23 anos, casada, um filho), que num primeiro momento não se identificou como empregada doméstica dizendo trabalhar numa mercearia, também trabalhava há um ano e dois meses sem contrato formal de trabalho. Ela divide com sua patroa a responsabilidade por não estar registrada. Segundo ela, o relacionamento normalmente foi muito bom, e elas acabaram não falando sobre esse assunto. Quando engravidou, a patroa registrou-a para lhe garantir o direito à licença maternidade. Lúcia havia falado com a patroa no final do ano, mas o registro foi postergado para o início do outro ano, quando não havia mais alternativa, ela estava grávida:

Eu sou registrada...Já faz uns dois meses que eu sô registrada agora. (...) Depois que eu engravidei que...[ela foi registrada]... Faz um ano e dois meses [que ela trabalha na mesma residência]...[Sem registrar?] Humhum...Eu não fui atrás e ela também não, deixou e foi passando, daí agora que eu resolvi pedi pra ela, no final

do ano. Eu pensei já que eu estou tanto tempo trabalhando com ela né, um ano já, a gente se acerta bem, então vamos registrar. Daí eu falei com ela, ela topou. Daí bem no fim eu acabei engravidando em janeiro. Ai já... Paga...Tudo [sobre os direitos de décimo e férias, exceto fundo de garantia]. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Apesar de todas essas mulheres entrevistadas não terem seus direitos respeitados, elas não demonstram revoltas ou desejo de procurarem seus direitos na justiça. Muitas não os conhecem e entendem que quem luta por eles fica marcado, ou seja, terá dificuldades de encontrar outro emprego. Ficará com a marca de uma pessoa que causa problemas.

Refletir sobre esse receio das empregadas domésticas indica que as mudanças são lentas, são construções de subjetividades construídas em bases históricas, mas as possibilidades de mudanças decorrem do fato de o ser humano não apenas ser constituído pelo meio, mas ser constituinte da sua própria subjetividade. Essas mulheres entrevistadas podem, ainda nas suas trajetórias de vida perceber e significar os seus direitos de forma diferenciada e, porque não dizer, podem ter consciência do sentido e dos seus direitos à cidadania, incluindo os trabalhistas.

Melo (1998) indica que seria necessário realizar estudos que separassem as empregadas domésticas residentes das mensalistas e diaristas, sendo que as primeiras são encontradas mais em grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, como indicam as pesquisas de Azeredo (1989), Preuss (1998), Barbosa (2000), Kofes (2001). No entanto, Melo (1998) acredita que as empregadas domésticas residentes tendem a desaparecer, até mesmo nos grandes centros, havendo uma preferência por mensalistas e diaristas. Essas mudanças podem trazer a profissionalização do serviço doméstico, como indica Melo (1998) que haverá modificações nas relações patroas e empregadas domésticas, tornando-as menos pessoais e sem relações fictícias de parentesco[“é como se fosse minha filha” ou “é como da família para nós”].

Com relação às mulheres pesquisadas é possível refletir que o fato das empregadas não serem residentes, não garante e nem significa necessariamente profissionalização nas relações entre patroas e empregadas. Elas não tinham contrato formal de trabalho, sendo

que somente três delas conseguiram a legalização em virtude da gravidez. Os aparatos legais existem para garantir os direitos dessas mulheres, os avanços ocorrerão da reflexão à ação sobre as relações de gênero, na busca de uma maior equidade de direitos sociais, considerando o aspecto econômico que mundialmente demarca as diferenças de gênero.

7.2. A Diversidade nas/das relações entre empregadas domésticas gestantes e patroas.

As informantes desta pesquisa trabalham para mulheres de camadas médias baixas, o que pode ser um elemento diferenciador em relação às pesquisas encontradas sobre as relações entre empregadas domésticas e patroas. Além disso, foi realizada em um município de médio porte do sul do país, onde a escravidão não foi considerada como tão intensa como em outras regiões brasileiras. Segundo o historiador Martins (1989), nos estados do Sul do país, referindo-se especificamente ao estado do Paraná, não houve a grande escravatura:

Ele poderia acrescentar que esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distingui, ainda, dos demais brasileiros, por um traço de fundamental importância: não se misturavam com o negro, existente em reduzidíssimo número em toda província no decorrer da sua história...Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras. (Melo, 1989, p.128).

Segundo Sabóia (2000), é no nordeste brasileiro que há o maior número percentual de crianças e adolescentes no trabalho doméstico, sendo ainda herança de antigos conceitos de patriarcalismo e herança escravagista. Esta herança, de acordo com Martins (1989), deve-se à intensa importação de negros durante três séculos para a Bahia, o fator que faz com que nesta região exista um grande número de negros, o que torna o emprego doméstico, neste início do segundo milênio, uma forma de serviço muito disseminada.

Na pesquisa de Melo (1998), fica evidenciado que a região Sul do Brasil apresenta a mais baixa taxa de participação de negras (os) no serviço doméstico remunerado, representando cerca de 28,12%, sendo que é mais baixa ainda a participação de homens negros nesta ocupação. Esses dados contrastam com outras regiões do país, como o Nordeste em que 79,53% são de empregadas domésticas não-brancas, aumentando no Norte do país que alcança 80,65% .

Joana trabalha há mais de um ano na mesma residência e sua patroa não trabalha fora. Mesmo estando em casa, Joana afirma que sua patroa não fica fiscalizando o seu trabalho, pois confia no seu serviço. Quando foi perguntado sobre o relacionamento entre elas, Joana diz que sua patroa conversa pouco e justifica dizendo que ela tem problemas de depressão. Ela a considera uma boa patroa, que a deixa livre para realizar as atividades domésticas, como ela mesma afirma no trecho seguinte:

Eu já faz um ano e pouco que eu estou lá nessa casa... Então eu já estou acostumada, agora nossa, eu chego lá, é mesma coisa que sê fosse a minha casa... Eu como a hora que eu quero...Só fazendo, eu sei o meu serviço né, sei a minha obrigação então, no mais...Ela não fica ali em cima de você, sabe? É, te, te, como é que se diz...[Te vigiando?] Isso, te vigiando, ela não, o dela, ela sabe, que você sabe fazer teu serviço direito e...Deixa por conta... (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), que é diarista na residência de três mulheres e não teve sua direito à licença maternidade garantida, fala da sua relação com as patroas com entusiasmo. Comenta que conversam muito com ela como se fossem amigas. As patroas, em algumas situações, foram lhe visitar. Durante a gravidez, caso Maria não aparecesse no trabalho, uma das patroas dirigia-se até a sua casa para ver como ela estava. Maria sente-se à vontade para trabalhar na casa de outras mulheres, considerando que é como se estivesse cuidando da sua.

O meu serviço lá, não posso me queixar, porque é a mesma coisa que eu tivesse aqui em casa né... Também, pra mim eu entro assim, eu não vou pela pessoa é que, que nem eu falei, elas né, são tudo igual, as três me tratam igual, (...) Apesar de que elas na verdade, eu não considero elas patroas, são amigas da gente... Porque elas vivem aqui na minha casa... Ontem, ainda tava tudo elas aqui. Então elas vêm aqui, então pra mim elas não são como patroa assim, elas são minhas amigas. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

De acordo com Preuss (1997) quando a mulher contrata outra mulher para realizar as atividades domésticas, ela está mantendo a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero. Sendo o trabalho doméstico desvalorizado perante outras classes de trabalhadores, as relações intragênero (patroas-empregadas) trazem relações singulares que mesclam elementos de diferenças sócio-econômicas, bem como um jogo de conflitos que não possui regras claras e são ambivalentes. A fala de Maria demonstra que neste espaço doméstico feminino não há fronteiras definidas entre os papéis das suas patroas e ela empregada, o que propicia relações afetivas ambivalentes e contraditórias.

Percebe-se que Maria não menciona os direitos trabalhistas quando fala de sua relação com as patroas e do que considera ser uma “boa patroa”:

Uma boa patroa? Eu acho, em primeiro lugar, que nem elas, se preocupam muito comigo... Isto é, qualquer dorzinha que eu senti elas querem me levar pro médico, que nem sábado eu não fui trabalhar, não avisei elas nada, elas vieram correndo né, vê o que tinha acontecido, é Deus o livre, dói uma coisinha ali, uma conta pra outra e já ligam tudo pra sabe, então eu acho que... Isto, se patroa eu acho que é como elas, tem patroa que né, ta dentro da casa está tudo bem, mais fora dali não tem nada a vê. E elas não, elas se preocupam e vem aqui em casa... Venham né, querem ver como que estou. (Maria, 22anos, amasiada, dois filhos).

A relação de Maria com suas três patroas das camadas médias baixas demonstra uma desconsideração do papel profissional exercido por ela. Para Preus (1997) é uma

relação assimétrica desde sua origem, considerando-se as diferenças de classes sociais. Essas diferenças não são claras, a exploração é velada. De acordo com Preuss (1997) o dominado não possui consciência reflexiva da sua própria condição social. Para superar essa situação vivida por Maria e tantas outras mulheres no serviço doméstico, Saffioti (1992) indica que se tornam necessárias à percepção e a discussão dessas diferenças de classes sociais. Para a autora será possível que essas mulheres exploradas ampliem sua percepção e a possibilidade de superação dessas relações desiguais intragênero, incluindo as superações de dominação e exploração entre homens e mulheres.

Janete traz outro significado para o trabalhar para outras mulheres. Ela afirma que essas mulheres são muito exigentes e, por não serem pessoas da sua convivência, a relação fica mais difícil. Ela se sente envergonhada pela diferença social. Na hora do almoço os patrões a convidam para almoçar e ela diz se sentir mal procura comer rapidamente para iniciar a limpeza da cozinha e fugir do contato mais próximo com os patrões.

Ah, na casa da outra pessoa né, a gente tem que ter responsabilidade, né...Que daí, se a gente não faz o certo, os patrões vêm né, falam com a gente né, e pra gente não ficar se sentindo chateada né, a gente tem que fazer sempre o certinho, né...E daí uma coisa, não quer nada fora do lugar até eles chegar, né...Sabe, a gente tem que leva sempre ali no (...) Há, um pouco é enjoado né, porque elas exigem demais. Mais pra trabalhar pra estranho é muito né, difícil, não é igual à casa da gente. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

As desigualdades sociais fazem-se presentes nas relações dessas mulheres. Janete é mulher, e como todas as mulheres, é submetida historicamente a relações de dominação–exploração pelos homens. Considerando as relações no espaço privado de uma outra mulher, de uma condição social mais favorecida, as relações de poder e exploração acabam se reproduzindo no nível micro-social. Isso se torna possível pela reprodução de uma subjetividade feminina construída e reconstruída dialeticamente no contexto cultural e histórico que, por sua vez, constitui Janete como mulher, significando sua situação sócio-econômica como algo a ser menosprezado.

Ao ser perguntada sobre o que seria para uma boa patroa, Janete fica constrangida, como se a pergunta fosse algo jamais pensado. O que ela responde diz respeito ao lugar social da patroa e suas vantagens. Não consegue definir o que seria uma boa patroa:

Ai meu Deus, agora que eu não sei... Ai, ser patroa de certo né, deve ser bom né, só ficar mandando... Não precisa ficar fazendo nada na casa, tendo uma pessoa que faça pela gente, de certo deve ser ótimo, né. [O que, que é ser uma boa patroa?] (...) Ai meu Deus! Ai agora, não sei lá como é que eu te respondo, assim. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

Marlene teve muita dificuldade para responder as perguntas sobre o que é ser patroa e o que é uma boa patroa, mas diz que ela conversa com sua patroa nos momentos das refeições:

[O que, que é ser patroa?]...Há, isso não sei porque, isso é só né... É só mesmo eles pra...[O que, que é ser uma boa patroa?]... Hum... (silêncio longo demonstra estar incomodada)...[O que, que é uma boa patroa pra você?]...Ai, que...(demonstra angústia)...[Responde o que quiser.]...Silêncio longo demonstra angústia... Não? (Marlene, 31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho).

Deve-se considerar que, na primeira entrevista, Marlene estava constrangida pela possibilidade do companheiro ou da sogra ouvirem suas respostas. No decorrer da entrevista ela fala sobre a patroa como uma pessoa próxima, que lhe aconselha e orienta. Nesta relação percebe-se o que Preuss (1997) indica como relações ambivalentes, pois a empregada deve ser a extensão da patroa, porém sem lhe retirar o lugar. Na situação de Marlene é possível perceber uma relação patroa-empregada semelhante àquelas indicadas por Preuss (1997), de empregadas domésticas residentes, uma condição próxima à dependência filial.

No entanto, como alerta Kofes (2001), é importante considerar a condição social da família empregadora. A família para qual Marlene trabalha possui uma condição social

própria das camadas média-baixa, o que pode facilitar a relação com a patroa. As diferenças de *status* social não são intensificadas, e o tempo que Marlene trabalha [seis anos] pode ser considerado um dos elementos de aproximação na sua relação com a patroa, bem como sua história de vida, marcada pelo abandono da figura materna.

Lúcia fala carinhosamente da sua patroa e comenta que sentirá falta dela quando parar de trabalhar. Sua patroa é uma mulher da mesma idade e que foi criada no interior, no serviço da “roça”, o que pode ter possibilitado uma relação de identificação intra – gênero mais próxima, como aparece no trecho a seguir:

Olha, aqui que eu trabalho com ela, que eu gostei, nós temos uma relação super boa, eu e ela sabe...Que nem, ela mesma diz, sono como se fosse duas irmãs, a gente tem liberdade pra conversar tudo né, o que ela às vezes precisa conversar comigo ela vem e conversa, eu também, a gente tem essa liberdade entre eu e ela, então pra mim é muito bom esse trabalho (...) Eu vou sentir falta, porque agora daí eu vou ter que parar depois que o nenê nasce. (...) Converso...Todos os assuntos que...Falamos sobre filhos, sobre o casamento, sobre tudo... Bastante...Fica, porque daí se eu estou trabalhando ali em baixo na mercearia nós ficamos juntas então, a gente fica conversando o tempo todo. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

A relação carinhosa e amigável de Lúcia com sua patroa pode ser compreendida por meio da análise de vários elementos: as duas são oriundas de famílias de camadas populares. A patroa foi criada no meio rural, não há diferenças marcantes de *status* sociais, as duas possuem a mesma idade. Vivenciam a mesma situação em relação aos maridos, que ficam a maior parte do tempo fora de casa, tornando a convivência delas mais contínua e próxima. No entanto, novamente a vinculação afetiva na relação intragênero não é acompanhada do reconhecimento profissional, reforçando o que Preuss (1997) indica como contradição entre o poder da mulher patroa e o afeto construído entre elas. A iniciativa de tornar o seu papel profissional mais definido é de Lúcia, após estar a um ano trabalhando para a “sua amiga patroa”.

Quando lhe é perguntado sobre o que é ser patroa e o que é ser uma boa patroa, Lúcia trouxe duas situações distintas. A primeira em que trabalhou na casa de uma mulher que era instável e frequentemente exigia além do que havia solicitado. A segunda situação foi quando ela e seu marido estavam numa situação melhor financeiramente e ela estava de no período do puerpério. Eles contrataram uma pessoa e essa experiência a fez avaliar que é mais difícil ser patroa do que empregada, mas consegue apresentar como ela significa ser uma boa patroa:

Eu, quando nós tava numa fase melhor sempre tinha alguém pra fazer alguma coisa pra mim, quando eu fiquei de dieta do Leo, eu peguei uma pessoa pra trabalhar pra mim... Quando você se acerta com a pessoa é bom, só que às vezes, ninguém faz o serviço do jeito que você faz. É complicado, eu acho mais complicado... Hamham, do que ser empregada. [O que, que você julgaria ser uma boa patroa?] (...) Eu acho que aquela que conversa com a pessoa, que você está trabalhando pra você, se você não gostou de alguma coisa explicar com jeito né, e tentar se entender pras duas poderem trabalhar juntas né, porque eu acho que seria isso. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Como as demais informantes, Lúcia não faz relação entre ser uma boa patroa e os direitos trabalhistas. É como se essas mulheres concebessem o trabalho doméstico como uma atribuição feminina e não uma profissão, um trabalho que deveria ser respeitado pelas patroas ou patrões, em seus aspectos relacionais e legais. As leis trabalhistas que foram conquistadas por esta categoria não são nem conhecidas por essas mulheres. A informante que forneceu a entrevista de teste, não sabia que a empregada doméstica não tem direito ao fundo de garantia e, conseqüentemente, não tem direito ao seguro desemprego. Seu trabalho anterior foi em uma loja de materiais de construção e ela estava contando com esses direitos quando saísse definitivamente do trabalho.

As relações entre patroas e empregadas domésticas estão permeadas pela desvalorização do trabalho das mulheres no espaço privado. As atividades domésticas são consideradas necessárias, mas desqualificadas por serem aprendidas no processo de

construção do ser mulher. Nas camadas populares, as meninas desde crianças fazem parte das atribuições das tarefas domésticas e do cuidado com os irmãos menores. Este processo histórico e cultural acaba tornando-as “aptas naturalmente”, bem como também desvalorizadas nas relações intragênero, nos discursos sociais e nas conquistas de direitos trabalhistas. Que até este início de milênio mantêm diferenças entre as trabalhadoras domésticas e outras classes profissionais, como por exemplo, o direito ao Fundo de Garantia, que para essas trabalhadoras torna-se possível enquanto um direito adquirido, de acordo com determinação do patrão, ou seja, essas mulheres dependem da disponibilidade de seus (as) patrões (as) lhe concederem esse direito.

As mulheres que buscam o serviço doméstico remunerado são, na sua maioria, pobres, com filhos menores, residentes da periferia das cidades, sendo que estas são as mais procuradas porque possuem moradia própria. Não roubando “a liberdade dentro de casa” e não necessitando de oferecimento de comida e moradia, diminuem os gastos para a classe média. Estes elementos são muitas vezes confundidos como regalias dadas pelos patrões (Melo, 1998).

No entanto, mesmo nesta ocupação é possível perceber que há desigualdades de gênero, os rendimentos masculinos são maiores do que os das mulheres. Quando se acrescenta o elemento escolaridade do trabalhador doméstico, a autora revela que a média nacional de analfabetismo é de 16,49%, porém no Nordeste essa taxa passa para 32,34%. É no trabalho doméstico que se encontra a mais alta taxa de analfabetismo entre os trabalhadores urbanos, de acordo com os dados de Melo (1998), para as regiões mais pobres, não há muita diferença relacionada com a escolaridade e remuneração, isso de acordo com a autora se deve há a herança histórica da escravidão, pois são lugares onde o trabalho doméstico estava relacionado com a servidão dos escravos, as mulheres negras passaram da senzala diretamente para o trabalho doméstico.

Nas demais regiões, há um significativo aumento para as pessoas com mais de 12 anos de estudos que atuam no serviço doméstico. No entanto a diferença de gênero expressa diferenças nestes dados, na Região Sul, os homens com Segundo Grau Completo, recebem R\$0,89, enquanto as mulheres recebem R\$1,08. No entanto há uma inversão considerável quando se observa os trabalhadores com Ensino Superior recebem R\$6,25, enquanto as

mulheres recebem R\$1,66. A diferença de remunerações de acordo com escolaridade está relacionada com processo histórico de cada região do Brasil. “Provavelmente, nas regiões menos desenvolvidas o estigma do trabalho doméstico é muito mais forte na definição das regras salariais” (Melo, 1998, pg.29). Mas mesmo se considerando as diferenças regionais, o cruzamento de dados quanto à escolaridade e remuneração no trabalho doméstico demonstra que os homens ganham mais do que as mulheres, independente do setor econômico as mulheres sempre obtêm menor renda salarial.

Portanto, a diferença de escolaridade também tem influência sobre as diferenças salariais entre homens e mulheres no serviço doméstico, havendo, portanto, funções diferenciadas por sexo no interior da categoria, sendo que as funções de atendente/jardineiro/motorista têm mais de 79,08% de participação masculina. Como exemplos têm-se os dados de 1995 da pesquisa de Melo (1998)²¹: na Região Norte, a média de reais por hora trabalhada para homens sem escolaridade, no serviço doméstico, era de R\$0,35; na Região Nordeste, de R\$0,51; na Região Sul, esse valor passava para R\$0,92. Com o Ensino Fundamental completo no Norte, o valor era R\$0,45. Na região Nordeste, o valor era R\$0,83, sendo que na Região Sul o valor passava para R\$1,43. Analisando as demais regiões de acordo com a pesquisa de Melo (1995), a Região Sudeste é a que melhor remunera os homens em serviço doméstico, chegando ao valor de R\$2,79, para os que têm o ensino fundamental completo.

Com relação aos mesmos dados, mas relacionados às mulheres no serviço doméstico, têm-se: as mulheres sem escolaridade na Região Norte recebem por hora de trabalho R\$0,64; no Nordeste, R\$0,49; e, na Região Sul R\$1,00. Quando essas mulheres possuem o ensino fundamental completo, elas recebem no Norte, em média, R\$0,61; no Nordeste, R\$0,54 e, na Região Sul, esse valor passa para R\$1,07, sendo essa remuneração superada pela região Sudeste que, em média, paga por hora de trabalho R\$1,19.

Esses dados reforçam as discriminações nas relações de gênero. Mesmo sendo o serviço doméstico historicamente considerado feminino, quando são analisadas as

²¹ Dados retirados do estudo que faz parte da pesquisa “Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil”, financiada pelo MICT e executada pela DIPES/IPEA (o IPEA, é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento), sendo que Hildete Pereira de Melo é da Diretoria de Pesquisa do IPEA e professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

remunerações dos homens nessa categoria, estes recebem mais pelo seu trabalho. Outra discriminação possível de perceber é que, de acordo com o desenvolvimento de cada região do Brasil, há perceptíveis diferenças de remuneração em relação ao trabalhador doméstico. As regiões sul e sudeste, consideradas as mais desenvolvidas, remuneram melhor essa categoria, mantendo as diferenças de gênero.

Outro dado reforçador das desigualdades de gênero é apresentado nos resultados da pesquisa de Melo (1998, p. 15), “porque os homens empregados com carteira representam quase o dobro da proporção de mulheres trabalhadoras domésticas com carteira ao longo da década [1985-1995]”. Para exemplificar se pode indicar os dados da Região Sul do país, com relação à diferença de gênero, sobre o contrato formal de trabalho: homens que possuem contrato formal de trabalho representam 33,81%. As mulheres representam 22,97%.

Apesar de considerar baixas as taxas de contrato formal de trabalho, é preciso considerar que somente a Região Sudeste supera essas taxas, homens 49,63%, mulheres 24,78%. Em contrapartida, os dados referentes à Região Nordeste são muito mais graves: os homens com contrato formal de trabalho somam 23,41% e, as mulheres, 9,75%, demonstrando que a herança da senzala está muito enraizada na cultura desse povo, agravada pelas condições de desenvolvimento sócio-econômico.

As reações das patroas diante da política da gravidez da sua empregada doméstica apresentam-se coerentes com o tipo de relação estabelecido com as suas empregadas domésticas, exceto no caso de Maria que apesar de adjetivar suas patroas de amigas a reação inicial foi negativa, como Maria já esperava. As reações de proximidades, mais percebidas pelas informantes são as dos filhos (as) das patroas que procuram se aproximar para acariciar a barriga ou para sugerir nomes ao bebê.

Joana traz a fala da sua patroa, que não foi negativa, mas reforçadora de que a responsabilidade de criar é deles, ou seja, dela e de seu marido. As filhas da patroa ficaram mais carinhosas e ela, por sua vez, ficou mais distante:

Ah, a minha, patroa não, assim não teve reação ruim assim, ela, só que ela disse que nós ia criar né, nós que devia saber, não teve assim reação, que nem muitas

patroas que ficam ameaçando. Pra ela não, ela, pra ela está a mesma coisa. (...) Não teve reação assim. (...) Houve com as meninas (filhas da patroa), que assim elas ficaram mais carinhosa comigo, sabe... Elas queriam ficar pegando na minha barriga e acariciando assim, as meninas assim. (...) Mais carinhosas agora ela (a patroa) não, não teve reação diferente assim... Ela é meio assim, ela é dessas pessoas de ficar no canto dela, sabe. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

A sexualidade da empregada doméstica, segundo Preuss (1997), é mais um elemento de tensão nas relações entre empregadas e patroas. No entanto, no grupo entrevistado, não aparece como algo percebido pelas mulheres entrevistadas, isso pode ser diferenciado por se tratar de patroas de camadas médias baixas. Os maridos não permanecem nas residências no período diurno e as empregadas são externas, o que diminui a possibilidade de contato da empregada doméstica com os homens da casa.

A reação da patroa de Joana, perante a notícia da gravidez não foi estimuladora. Poder-se-ia imaginar que estando diante de uma mulher grávida, a patroa pudesse modificar a relação, harmonizando a relação no sentido de compreender o processo que as mulheres vivenciam no período gestacional. No caso de Joana foram as filhas da patroa que demonstraram interesse por sua gravidez. A patroa limitava-se a indicar quais tarefas ela não deveria fazer para evitar riscos de acidentes. Essa preocupação da patroa pode ter sido intensificada pelo fato de não haver um registro formal de trabalho.

Maria, que relatou uma relação positiva e próxima com suas patroas, revela que a notícia da gravidez não foi bem recebida. Causou receio em uma delas (a professora) pelos direitos trabalhistas que ela sabia que sua empregada teria. Maria resolveu a situação, abrindo mão de seus direitos e propondo um termo de responsabilidade:

Ela (a patroa) ficou bastante assustada, né, com medo de acontecer alguma coisa, lá. E a responsabilidade é dela, né sem ser registrada, nem nada, né Então ficou bastante assustada. Só que agora é normal... Acho que assim, né eu já esperava né... É porque não é qualquer que aceita. (...) É, mas daí falei, se acontecer

qualquer coisa eu assino um termo de responsabilidade, ela não tem nada a ver.
(Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

A situação de Maria corrobora para o que Preuss (1997) chama atenção: a presença das empregadas domésticas não elimina as condições concretas e historicamente construídas de dominação e exploração entre as camadas sociais. Para esta autora são formas perversas de manter a construção de gênero que atribui um papel definido as mulheres, impedindo ou adiando as mudanças nas relações de gênero, afinal o que ocorre é uma medida paliativa de lidar com os conflitos familiares.

A patroa da Janete, professora de uma escola estadual teve uma reação negativa demonstrando preocupação com a situação trabalhista dela e questionando o fato dela estar grávida, uma vez que já tinha um filho pequeno. Esse comentário deixou Janete irritada, mas ela não se manifestou por considerá-los de uma classe social superior, sentindo-se “*menos*” do que seus patrões:

Há, ela levo um choque né, não gosto muito. Ela falou, “nossa teu piá é tão novo!”. Eu como sô uma pessoa assim, que eu não gosto de responder, as outras pessoas assim, que nem ele que são, uma pessoa assim, é mais importante do que eu, em vista de mim, então eu não quis responder, mais eu quase que eu falei, “quem esta criando e sustentando meu filho é eu”, porque a gente batalha... Meu marido batalha, pra dá as coisas pra ele, a gente não dá aquelas coisa que a gente gostaria de dá, né. Mais a gente cuida. E ela ficou assim, meu Deus, “como é que agora eu vou fazer, você tinha que está registrada pelo menos uns seis meses”, daí ela falou, “agora você não vai conseguir levar, ganhar licença à maternidade”. Daí ela ligou pro meu patrão, ele estava em Brasília, daí ele falou, “registre já, imediatamente a Janete”. Ele já, eu já acho que ele é uma pessoa mais assim, sabe. (...) Há, eu esperava, eu esperava assim que eles tratassem a gente, ela me tratasse melhor, mais patrão nenhum gosta [da empregada doméstica estar grávida]. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

Os direitos privados das empregadas domésticas sobre a sua vida reprodutiva parecem ser algo não considerado quando são contratadas. A notícia da gravidez pode ativar a hostilidade da patroa, a recriminação. No caso de Janete, a preocupação com a situação não legalizada. A patroa recorreu ao marido para saber como manejar a situação, sendo que manteve-se fria e distante, não demonstrando qualquer preocupação, não houve uma oferta de auxílio que significasse uma identificação intra - gênero. Demarcando a dificuldade de superar as diferenças de camadas sociais nas relações de gênero.

A carga de trabalho não diminuiu. Janete sente que o patrão é mais sensível às suas necessidades e aos seus direitos do que a sua patroa. Segundo ela, ele fez comentários para que ela se cuidasse e determinou que a patroa efetivasse o registro formal imediatamente, sendo que a patroa demonstrou desconforto e certa irritação.

A patroa de Marlene teve uma reação positiva, ofereceu-lhe ajuda e fez planos de que se fosse uma menina, enfeitaria muito, pois como não teve filhas queria se realizar através da filha de Marlene. Quando soube que era menino também aceitou bem, e prometeu comprar roupas e o berço para o bebê.

A atitude da patroa foi maternal. O tempo de convivência de seis anos e a carência afetiva de Marlene pode ter propiciado esta relação. A patroa foi importante para que ela não perdesse o bebê no início da gravidez, pagou-lhe um exame de ultra-som que permitiu confirmar a gravidez e lhe ofereceu muito apoio emocional na fase em que Marlene esteve separada do seu companheiro. Marlene relata que:

Ai, ai, minha patroa ficou, ficou bem, bem boba, sabe. Ela gostou... Só que ela tava torcendo pra ser menina, nossa e ficava, e dizia eu quero enfeita tudo, e não sei o que... É, só piá, mas daí, então daí ela gostou da idéia... Ela falou pra mim que tá, que ela vai buscar roupa pra fora né, até ela falou pra mim, que assim vai me dá um tanto de roupa, tudo. (...) Que nem o negócio do berço, até ela falou que ia me dar então sabe, por isso ela disse assim, que não era pra mim me precipita muito que ela ia me ajudar, sabe. (...) Não é que, ela que participou de tudo sabe, desde o começo... Então não fui bem eu que, quando eu falei assim das dores que eu tinha,

ela tava assim achando que era, só que eu não, não tinha falado pra ela assim de outras coisas, daí depois que eu comentei com ela, daí ela falou que aquelas dores não eram normais e daí, até ela que pagou pra mim passa no aparelho.(Marlene, 31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho).

A relação entre Marlene e sua patroa tem a marca da não respeitabilidade dos direitos formais de trabalho no período anterior à gravidez. No entanto, diante da gravidez, a patroa apresentou atitudes que denotam uma relação que ultrapassa o vínculo profissional: apoio emocional, conselhos, auxílio material para o bebê, preocupação e efetiva ação quanto à saúde dela. Desta maneira, percebe-se que as relações neste campo intragênero podem ser deficientes quanto aos direitos trabalhistas, embora possam manter-se em algumas situações solidárias, ainda que sob um caráter paternalista.

No entanto, as qualidades das relações entre empregadas domésticas e patroas necessitam de análises que considerem a variabilidade do que ocorrem nas construções das relações entre os sujeitos, suas trajetórias e singularidades. Há variações de acordo com o contexto vivenciado por essas mulheres, o que inclui, como indica Kofes (2001), os elementos de classe, de gênero e etnia.

Lúcia comenta que a relação com sua patroa é sentida por ela como se fossem irmãs. A reação da patroa não foi contraditória com as percepções de Lúcia: *“A minha patroa ela é muito assim, é muito emotiva sabe, ela se emocionou a hora que eu recebi, que ele [o marido] ligo ali né, pra mim pra conta... [Aí Lúcia, da vontade de chora], ela chorou”*.(Lúcia, 23 anos, casada, um filho). Mas foi a gravidez que efetivou a relação trabalhista entre elas, quando a patroa, enfim, assumiu o seu lugar de empregadora, efetivando o contrato formal de trabalho que lhe garantiu o Direito a Licença Maternidade.

Ao pensar que o processo de gravidez acarreta modificações corporais, e no crescimento do ventre materno, há de se considerar que algumas atividades antes realizadas podem se tornar mais complicadas, devido ao volume do abdômen e as conseqüentes dificuldades de alguns movimentos. Joana relata que ocorreram modificações: ela realiza as atividades mais lentamente, evitando alguns movimentos que possam lhe causar riscos.

Essas modificações foram aceitas e incentivadas pela patroa, que chegou a restringir algumas tarefas, como se pode perceber no trecho a seguir:

Houve (se referindo as mudanças no trabalho durante a gravidez), porque eu faço mais devagar, sabe... Eu não faço assim, que nem eu fazia mais ligeiro assim, ela falou que eu puder fazer hoje eu faço, o que eu não pude eu não faço... Mudo nessa, nessa parte... E daí também assim, lava parede essas coisa, daí ela não deixa... E daí agora já não, ela disse eu não era pra mim fazer, né daí ela pego outra pessoa lá, pra fazer.(Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

A patroa percebe as necessidades de cuidados com o estado de gravidez, mas suas ações não esclarece se essas suas atitudes são compreensões das limitações do estado gestacional de Joana, ou se são para evitar acidentes, que poderiam lhe causar problemas com a justiça do trabalho. A patroa de Joana engrossa as estatísticas que demonstram que 74,12% das empregadas domésticas no Brasil não têm contrato formal de trabalho. No entanto, considerando este grupo entrevistado, que teve três mulheres registradas formalmente, após a notícia da gravidez, há de se considerar a flutuação dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). Considerando que essas trabalhadoras são registradas por curto espaço de tempo, sendo que há não garantias de manutenção do trabalho após o nascimento da criança.

A situação de Maria foi inversa ao que a sociedade espera do comportamento de uma mulher grávida. Ela aumentou a carga de trabalho e disse que se sente mal quando fica parada. Seu ventre não aumentou muito por isso não atrapalhava na realização das tarefas domésticas. Suas patroas demonstraram preocupação com o fato de Maria levantar peso. Ela, no entanto, diz que não têm problemas em limpar vidraças e subir em escadas. Suas falas revelam o quanto ela se esforçou para não deixar a gravidez colocar em risco o seu trabalho:

Não, é, mas elas me tratam assim... Melhorou antes eu fazia as coisas, elas não se importavam de erguer peso. Agora tão sempre em cima de mim: “não faça isso”,

“descanse”... Isso eu faço normal (limpar vidraças), né. Não tenho medo, subi escada normal. Assim que nem eu disse não me senti bem, eu sento, eu paro. (Maria, 22anos, amasiada, dois filhos).

Maria (22anos, amasiada, dois filhos), de acordo com as discussões propostas por Bruschini (1987) demonstra que o conceito de fragilidade feminina deve ser contestado. A sua resistência ao trabalho forçado, em três residências diferentes como diarista. Locomovendo-se de bicicleta, e ainda a sua jornada dupla ao chegar na sua casa. Mesmo com a ajuda do companheiro, comprova que a fragilidade feminina é um mito, não que se possa desconsiderar as diferenças biológicas, e as mudanças ocorridas no processo de gravidez, mas que a fragilidade apregoada historicamente não pode ser atribuída indistintamente a todas as mulheres.

Maria trabalhou até o último dia, retornando oito dias após o parto ao trabalho, teve uma intercorrência que segundo ela foi decorrente da necessidade de uma curetagem, para limpar o útero de restos de placentas. No entanto, se pode atribuir a hemorragia, ao pouco tempo de repouso, que ela se permitiu. A urgência de voltar a ser remunerada e a preocupação com os compromissos financeiros, não permitiu que ela pudesse descansar o tempo necessário. E as atitudes das patroas, ao aceitarem que ela retornasse após oito dias de repouso, demonstram que essas estavam ansiosas para o retorno da eficiente diarista.

A milenar discriminação à qual a mulher sempre esteve sujeita também deve ser vigorosamente combatida. Se a desigualdade entre os gêneros é um fato em nossa sociedade, cabe propor mecanismos eficazes para garantir ao sexo feminino a superação de sua condição de discriminação. (...) a gravidade das desigualdades sociais, que perpassam as diferenças sexuais, requer medidas drásticas que garantam o direito ao trabalho e a proteção do Estado por ocasião da gravidez, parto, aleitamento e socialização dos filhos. (Bruschini, 1987, p.66).

A citação de Bruschini de 1987 faz refletir sobre os pequenos avanços conquistados. E os direitos conquistados não foram para todas as classes trabalhadoras femininas, enfoca-

se ainda em 2004, a escassez da garantia de direitos às empregadas domésticas na realidade. Em 2001 havia no Brasil 5,3 milhões de empregadas domésticas, sendo que apenas 25,88% com contrato formal.

Houve avanços na legislação desde a reflexão de Bruschini (1987), ainda mantendo diferenças, como o direito ao Fundo de Garantia, que é optativo ao empregador, reforçando a desvalorização desse tipo de trabalho, e as relações de poder entre as diferenças de classe social.

A empregada doméstica Janete indica que há diferenças na execução das atividades de trabalho, relata que sente mais cansaço. Comenta a sua impotência diante do fato de sentir mal estar e não poder deixar de fazer as tarefas, pois os patrões chegarão e querem o serviço pronto. A única alteração de relacionamento sentida por Janete, foi por parte do filho da sua patroa, de oito anos, que demonstrou mais interesse e fica fazendo perguntas sobre o bebê. A patroa não demonstrou preocupação com o tipo de atividade exercida por ela, não fez qualquer restrição, contudo Janete deixou de fazer algumas tarefas que considera de risco:

Ah, ele [o filho da patroa] fica perguntando se eu vou ganhar logo. Ele falou, “há, o teu nenê vai nasce antes da Páscoa, daí nós temos que comprar chocolate” (...) É mais cansativo. Cansa, agora, ainda mais agora que está né, a gente está passando pros outros meses... Cansa, às vezes da falta de ar, e a gente não pode, não quer largar do serviço, eles chegam ela vai quere falar alguma coisa. Né, pra não brigar a gente tem que. (...) E a cera, é passada cera de joelho, sabe? Mais quando ela não está, eu vou fazendo o meu cambalacho, eu já tava sabendo que eu tava grávida, então eu colocava o pano numa vassoura e passava, que a cera é líquida. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

O que Janete relata remete ao que Aquino (1995) indica sobre o início da década de 1980, quando num encontro sobre saúde ocupacional da mulher, houve a constatação de que em dezesseis países de seis continentes, a situação das mulheres era parecida. Estavam elas restritas a poucas ocupações, precárias condições de trabalho e um total

desconhecimento sobre os efeitos do trabalho feminino sobre sua saúde. O trabalho invisível das mulheres, considerado na sua maioria reprodutivo e produtivo como é apregoado pelo sistema capitalista, tornava a situação da saúde da mulher trabalhadora inexistente. As mulheres não são frágeis diante dos encontros capital-trabalho, mas são consideravelmente menos ouvidas como sujeitos, que possuem direitos a protestar. No caso das empregadas domésticas a baixa taxa de sindicalização das trabalhadoras corrobora para tal situação de exploração e irregularidade trabalhista.

Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), fala sucintamente da postura da sua patroa diante das mudanças em seu desempenho, demonstrando que ela lhe deixa livre para fazer o que for possível, mas sua carga horária não diminuiu durante a gravidez: *“Isso aí não... Não tem problema. Ela diz, o que dá pra fazer faz, o que não dá, pode deixar assim... fez, fez o que não fez fica assim”*.

Na residência em que Lúcia trabalha, ela precisa também fazer a limpeza de uma mercearia, de um açougue e há na residência muitas escadas. Estando no segundo trimestre de gravidez, ela começou a sentir maior dificuldade para exercer todas as tarefas. Menciona o cansaço sentido no dia a dia, até mesmo porque há uma segunda jornada de trabalho em casa, com suas atividades domésticas e o cuidado com filho:

Agora está começando a ficar mais difícil né, porque tem escadas pra subi, então quando você chega no final da escada está cansada. Tem dias que você tem mais dor no corpo, mais por enquanto ainda eu estou conseguindo ainda realizar todos... Eu acho que pra passa pano, ali na mercearia você fica muito tempo né, arcada... Daí dói um pouco às costas... Acho que quando tiver um pouco maior, daí o nenê sempre antes, quando eu tava grávida do Leonardo, pra passa pano ele entra em baixo das costelas assim... Daí dificulta, acho que a maior dificuldade é essa. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Os trabalhos monótonos das empregadas domésticas acrescidos do excesso de atividades podem ter sensíveis alterações com ao advento da gravidez. Podendo intensificar os sentimentos de aborrecimento, a fadiga, a sensação de desgosto, cansaço mais constante.

A falta de reconhecimento e atenção das patroas, em relação às modificações, principalmente corporais, em virtude da gravidez, pode acentuar a falta de disposição dessas mulheres ao ambiente de trabalho, bem como repercutir na forma como essas mulheres vivenciam a gravidez.

Tamanini (1997) indicou muito desses indícios, nas empregadas domésticas que entrevistou. Na sua maioria eram residentes, e não percebiam a relação de suas sensações de cansaço, de desânimo e de suas dores, com as condições de trabalho e com a relação com suas as patroas ou patrões. Nem mesmo relacionavam com a falta de perspectiva futura, que lhes causavam sentimentos de desgosto, de escravidão, melancolia, desvalorização desespero.

Com relação ao que Tamanini (1997) pesquisou sobre o processo de saúde e doenças das empregadas domésticas, ela identificou que muitos dos processos de doença são decorrentes de uma trajetória longa de trabalho repetitivo, sem perspectivas e sem reconhecimento das patroas ou patrões, o que lhes causa sentimentos de desprazer.

Na situação das empregadas domésticas externas este quadro pode ser atenuado, no entanto, a gravidez promove modificações significativas na mulher, quanto aos aspectos fisiológicos, psicológicos, anatômicos que podem agravar sua disposição para certas atividades do serviço doméstico, bem como necessidade de reconhecimento e interesse das mulheres patroas. Esperando uma compreensão identitária por serem mulheres, pode-se perceber que essa “compreensão” não foi identificada em todas as relações pesquisadas.

7.3. Retorno após o nascimento do bebê: entre o desejo e a realidade.

O retorno ao trabalho, para as mulheres trabalhadoras com contrato formal de trabalho no serviço doméstico, ocorre desde 1988, segundo CLT (Consolidação das leis Trabalhistas) após 120 dias da licença à maternidade, no entanto no grupo entrevistado esse direito não é assegurado para todas. Dessa maneira como fica o retorno ao trabalho da empregada doméstica não registrada, ou da empregada diarista?

As cinco mulheres relataram antes do nascimento de seus filhos o que achavam ou pretendiam fazer. Será possível perceber que há diferenças, entre o que algumas desejavam,

e o que realmente ocorreu após o nascimento dos seus bebês, como nos casos de Maria e Joana.

Joana (26 anos, casada, duas filhas), não pretendia voltar a trabalhar logo após o nascimento do bebê, ela desejava ficar em torno de um ano cuidando de suas filhas, ela considera que o primeiro ano de vida é importante para o desenvolvimento da criança e gostaria de acompanhá-la neste período; *“Não... Não, já tão cedo não... Sei lá, pretendo ficá um ano, um ano e pouquinho até... Que daí já um ano e pouco ela já, já dá pra deixa mais assim... Isso, elas ficam com a mãe [sua mãe, ou seja, avó materna assume os cuidados da criança]”*.

Ao retornar a residência de Joana (26 anos, casada, duas filhas), por ocasião da entrevista recorrente, constatou-se que ela retornou ao trabalho quando seu bebê completou dois meses. Os planos do casal se modificaram, eles resolveram construir a casa própria nos fundos do terreno dos pais de Joana, realizando o desejo de Joana de não sair do bairro onde reside há mais de 10 anos. Essas mudanças aliadas ao fato de que a patroa de Joana procurou-lhe para retomar o trabalho, fez com que ela retornasse ao trabalho no período da tarde: *“Eu voltei a trabalhar. (...) Necessidade né. Sempre precisa. Comprar fralda, não dá pra fica esperando. Só o dinheiro dele não chega. É uma micharia”*. Sua filha de três meses ficava com avó e tia materna, esta também tem uma criança da mesma idade. Joana diz se sentir muito bem, só demonstrou insatisfação porque sua filha acabou não aceitando mais ser amamentada no seio, no período em que estava trabalhando, ela deixava leite que era dado na mamadeira, o que a fez preferir esta, ao seio materno. Sabe-se que para mamar no seio a criança precisa realizar maior esforço físico no ato de sugar, enquanto que na mamadeira a sucção é facilitada, motivo que a leva muitas vezes rejeitar a amamentação.

Não amamentar trás consequências para sua filha, quanto aos aspectos nutritivos, psicológicos e até fonoaudiólogos. E, para a família de Joana em termos econômicos, comprar o leite em lata, significa um aumento significativo no orçamento familiar. *“Mamava de manhã e aí de tarde mamadeira, mais aí eu já tinha pouco leite aí não deu certo foi indo ido secou. (...) Agora ela está só na mamadeira”*.

A adaptação ao tipo de leite também foi difícil, sendo que ela se adaptou ao leite em pó da marca Ninho, que atualmente custa em torno de

seis reais a lata, por semana um bebê de três meses necessitará de no mínimo três latas por semana, o que significa um custo de setenta e dois reais por mês, é um valor significativo, representa 8,3% da renda familiar destinada para o leite da filha de Joana.

Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), desde o início da gravidez, não cogitava a idéia de parar de trabalhar por mais de oito dias. Os planos de Maria não ocorreram como ela desejou, seu corpo colocou um limite que ela não teve como não respeitar, uma hospitalização por hemorragia que acarretar no procedimento de curetagem.

Ao analisar o grupo pesquisado é possível perceber como no caso de Maria, que trabalhou até o final da gravidez, por se diarista, e retornou oito dias após o parto, que há contradições na relação com as patroas. Ditas por ela como amigas, mas que permitiram, aceitaram seu retorno tão prematuro, o que acabou por ocasionar complicações puerperais, que a levaram a necessitar de nova hospitalização. Seu retorno ao trabalho não demorou, ficando apenas mais cinco dias em repouso. Sua filha foi amamentada no seio cerca de um mês e meio:

Acho que mamou um mês e pouquinho, daí eu tirava na esgotadeira, daí ele (o companheiro) trazia quentinho já chegava e dava na chuquinha pra ela. (...) Aí ela achou que era mais fácil, que ela não quis mais aquele leite nos dois primeiros meses. (Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Nos planos iniciais de Maria, a criança recém-nascida, ficaria sobre os cuidados da sua vizinha Linda, até completar a idade exigida para ir para creche - quatro meses-, mas isso acabou ocorrendo quando a menina completou dois meses, a creche abriu uma exceção, porque a outra filha de Maria fica nessa mesma creche.

Retomando a situação de Janete, esta desejava trabalhar até o sétimo mês de gravidez, então planejava entrar com a licença maternidade:

Só que daí não dá, eu tenho que trabalhar, (interrupção de criança) então daí não dá para sabe, eu quero ver se consigo pegar licença agora com sete meses, porque daí eu não quero mais trabalhar. (...) Há daí eu vou [se referindo a não retornar ao trabalho], porque não vai ter com quem ficar o nenê. E pra levar ele para creche cedo e leva o nenê daí é difícil, né. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

Por ocasião da entrevista recorrente, ela estava com oito meses de gravidez e continuava trabalhando, de acordo com ela a médica não quis conceder-lhe a licença à maternidade antecipadamente, ela continuava trabalhando. No entanto, se queixava de sentir cansaço, e comentou que seus exames indicaram anemia e ela achou “*estranho*” porque a médica não receitou nem uma vitamina. A que se perceber que nas relações intra – gênero as relações de dominação pertinentes as diferentes camadas sociais presente na postura da profissional obstetra que não percebeu as necessidades de Janete.

Ao ser perguntado para a empregada doméstica Marlene se ela voltaria a trabalhar depois do nascimento da criança, após o cumprimento do tempo da licença maternidade, ela demonstra não ter uma decisão definitiva, ao mesmo tempo em que fala que pretende voltar, não sabe se será possível, para ela tudo dependerá de como for o comportamento da criança. Se for calma é provável que retorne ao trabalho, uma vez que sua patroa permite que ela leve a criança ao trabalho, mas mesmo assim há dúvidas:

Eu quero trabalhar, eu quero continuar trabalhando, né...Só que eu não sei como é que vai ser, depois porque daí já, assim já pesa porque daí tem que está levando junto às vezes, pode ser, porque eu não sei como é que vai ser, se ela vai aceitar que leve...Porque ela falou de eu leva tudo, só que não se sabe daí, como é que vai ser a criança...Então, daí depende. (...) É. Porque se não, daí como é que vou fazer? Daí já vai ser meio difícil. .Se virar lá, se virar em casa, e daí vão ter criança pequena, então, eu não sei só depois pra saber. (Marlene, 31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho).

Ao retornar o contato com Marlene, a criança tinha nascido prematuramente, necessitou ser hospitalizado, e naquele momento ela estava satisfeita porque ele estava ganhando peso, por meio exclusivo da amamentação. Essa situação não permitiu que ela decidisse se vai retornar ou não ao trabalho. O foco de atenção dela neste momento está na sobrevivência do seu filho. E, ela tem direito a mais dois meses e meio de licença à maternidade, para então decidir o que fará.

Lúcia (23 anos, casada, um filho), estava decidida a parar de trabalhar após o nascimento do bebê, após a licença maternidade, ela faria um “*acerto trabalhista*” com sua patroa e ficaria em casa para cuidar dos filhos, um filho de três anos e uma menina que ainda não nasceu:

Vou parar, é porque não tem como deixar ele muito pequenininho.(...) Provavelmente não...Por causa da dificuldade com o nenê, daí depois tem os dois, trabalha o dia inteiro e chega tarde. E a preocupação de você deixar o nenê muito pequenininho. Daí com certeza eu vou está amamentando. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

No entanto, no segundo encontro Lúcia comentou que sua patroa poderá ir embora. Há possibilidade do patrão do seu marido comprar a mercearia e o açougue, o que poderá mudar os planos de Lúcia de ficar em casa, quando sua filha nascer, por um período de dois anos. Caso o negócio entre os patrões dela e de seu marido ocorra, eles irão assumir a administração do local, o que poderá trazer melhorias financeiras, em contrapartida Lúcia terá que assumir uma carga maior de atividades domésticas, além do acréscimo do cuidado com o bebê.

O retorno ao trabalho está ligado às condições oferecidas pela sociedade. Seja porque patrões e patroas, não garantem os direitos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Ou porque a oferta de baixos salários pagos a essas mulheres, possibilitou que as mulheres das camadas médias baixas saíssem para o mercado de trabalho, sem que a sociedade, representada pelo estado garantisse serviços coletivos de creches, de escolas em tempo integral, ou outras formas de diminuir os encargos da família com a socialização das

crianças. Desta forma as mulheres das camadas médias baixas recorrem à farta oferta de mulheres que buscam o serviço doméstico, essas oriundas das camadas populares.

As mulheres das camadas populares, para conseguirem conciliar a necessidade do trabalho externo e o cuidado dos filhos, buscam soluções improvisadas como, por exemplo, deixar os filhos com vizinhas, parentes. Como o Estado não interfere, justamente porque essas mulheres não têm voz, ou visibilidade no cenário político, essas mulheres continuam trabalhando, bem como foi no passado seja no eito ou na senzala. O trabalho fora de casa trás novas problemáticas para o grupo familiar, que as mulheres minimizam com redes de solidariedade entre a vizinhança ou por meio de suas parentas.

8

Ser Empregada Doméstica é uma Escolha?

Qualquer propósito de considerar o trabalho como um instante isolado revela-se infactível.(...) As mulheres partem, ao contrário, do seu trabalho, que não conseguem desembaraçar da própria vida. (...) O tecido de suas vidas tece-se com o fio do trabalho. (Mello, 1988, p.157).

A escolha de uma profissão requer que o sujeito possa decidir entre várias opções aquela que mais lhe dá prazer, mas no caso do grupo de mulheres entrevistadas, a situação

não foi por escolha de afinidade, mas decorrente de situações cotidianas, necessidade das camadas populares colocar seus filhos para trabalhar desde cedo para colaborar no sustento familiar. O início da vida profissional é precoce, e quando adolescentes o caminho mais natural de entrada no trabalho remunerado é trabalhar de babá, como foi a situação de Joana, Maria e Lúcia. Marlene começou a trabalhar entre os dezoito e dezenove anos.

De acordo Mello (1988), o caminho traçado entre a vida e a entrada no emprego doméstico é facilitada pela responsabilidade atribuída precocemente a essas mulheres:

Investidas de responsabilidades desde cedo, não é difícil a troca: assim como cuidavam dos irmãos menores, assim como sabiam providenciar algum alimento para a família, assim também vão cuidar de crianças e fazer pequenos serviços domésticos em casa alheia. (Mello, 1988, p.158).

Melo (1998) aponta que o serviço doméstico é a ocupação que mais se encontra crianças e adolescentes, na faixa etária entre 10 e 17 anos têm-se 16% de trabalhadoras domésticas, indicando o serviço doméstico remunerado como a porta de entrada no mercado de trabalho. No entanto, não foram encontradas pesquisas que revelem quais as porcentagens de mulheres que ingressam no serviço doméstico, seja como babá, cozinheira, empregada doméstica e que conseguem alcançar ocupações melhor remuneração, e com direitos trabalhistas mais garantidos.

Joana (26 anos, casada, duas filhas), explica que começou a trabalhar como babá aos 13 anos porque eles já moravam na cidade, sendo que seu pai e um irmão trabalhavam, a renda conseguida era insuficiente para comprar o que era necessário para as demais crianças, lembrando que a família é constituída de sete filhos, mais o casal, então Joana sentia-se responsável para com grupo familiar: *“Foi de babá... É, eu precisava, porque daí naquela época só o pai tava trabalhando e meu irmão e daí as crianças tudo crescendo, sempre precisava. E a gente estudava então, tinha que comprar o material, o uniforme tudo, então foi que... Foi a necessidade”*.

Maria veio para essa cidade para ajudar sua irmã que tinha um bebê recém-nascido, sendo que Maria estava com mais ou menos 17 anos, ela não lembra com clareza as datas,

como na “roça” estava muito difícil, ela deixou seu filho da primeira relação com sua mãe e resolveu procurar serviço aqui:

Daí resolvi procurar serviço, daí vim pra casa da minha irmã. Isto, eu vim daí, ela tinha ganhado neném, daí eu vim ajudei ela, até passar a dieta, daí arrumei um serviço, daí fui trabalhar de babá. Hamham cuidava de criança, mais daí depois comecei a trabalhar assim [refere-se como empregada doméstica]. (Maria, 22anos, amasiada, dois filhos).

Maria diz gostar muito de ser empregada doméstica, mas é possível perceber que sua trajetória de vida não lhe ofereceu outras oportunidades de trabalho remunerado, para poder escolher, ela deu seqüência ao que foi aprendido em sua família de origem.

Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), aos doze anos foi trabalhar numa capital para fazer companhia para uma jovem filha de um médico da cidade, sair de casa pareceu-lhe uma saída para fugir do ambiente agressivo que seu pai alcoolista ocasionava, mas ficar longe do grupo familiar, isolada numa grande cidade aos doze anos também não foi nada fácil para ela:

Daí o primeiro emprego que eu arrumei foi em Curitiba, assim trabalhar pra doze anos em Curitiba com a filha do Dr. J., sabe, (...) ela era, tava estudando pra veterinária, era uma moça...Daí como ela morava sozinha lá, daí eu ficava lá pra cuidar, lavar roupa pra ela e fazer o serviço de casa, então eu vinha pra casa quando ela vinha pra cá. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

Lúcia (23 anos, casada, um filho), fica um pouco confusa ao falar do seu primeiro emprego, parece que primeiro tentou trabalhar numa firma de madeira, mas como era de menor foi despedida, depois foi trabalhar em uma capital como babá, isso ocorreu de acordo com ela quando ela tinha doze anos, mas não suportava ficar longe da família segundo ela sofria muito: “(...) trabalhei em Curitiba de babá, daí... Em Curitiba eu fiquei cinco meses, porque eu sentia muita falta dos meus pais, eu não quis mais ficá, daí”.

Marlene (31 anos, amasiada, dois filhos), entrou para o trabalho remunerado na juventude, provavelmente em virtude de cessar a pensão do seu pai, sua primeira experiência foi como empregada doméstica, em uma casa de médico, em seu relato ela explica porque ficou um mês e meio:

Que foi a primeira casa que trabalhei, foi na casa do Doutor O, fiquei, acho que fiquei um mês e pouco, daí eu não me acertei por causa do piazinho. Que o piazinho era muito virado demais. Deus o livre, a gente ia limpar assim sabe, o chão, o carpe é, não sei, de certo toda a criança que é acostumada é fogo, daí eu limpava ele vinha e pegava e cuspiá sabe, assim sabe, ou vinha bate nas minhas costas quando eu tava agachada limpando o carpe, há daí não deu.(Marlene, 31 anos, amasiada, dois filhos).

Ao ser indagado ao grupo porque elas são empregadas domésticas e o que significa ser empregada doméstica para elas e, como elas definem uma boa empregada doméstica, as respostas foram diversificadas, porém Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), foi à única que diz sentir satisfação em ser empregada doméstica e não teria outra atividade: *“Isto, eu já, como eu fui procurar serviço em firma, essas coisas, mas não gosto, eu prefiro assim, porque eu tenho muito amor em... É, em cuidar da casa, então... O meu é casa”*.

Para Maria uma boa empregada tem que ser respeitosa com a patroa e muito caprichosa e não utilizar, ou mexer nos pertences da família ao realizar as tarefas domésticas:

Uma boa Empregada Doméstica? Manter respeito, ser caprichosa. Sempre evitar mexer nas coisas dos outros, tem patroa que não confia na gente, tem Empregada que entra na casa as patroas fica em cima, então isso não é uma boa Empregada, por causa, e o capricho também... Ter bastante cuidado.(Maria, 22 anos, amasiada, dois filhos).

Joana (26 anos, casada, duas filhas), diz que ser empregada doméstica é um trabalho que ela faz porque não conseguiu coisa melhor, ela estudou até sétima série, e comenta que não pensou em que profissão gostaria de exercer, mas gostaria de ter um trabalho mais leve e que remunerasse melhor, pois considera o trabalho de doméstica um grande esforço:

Porque, sei lá, não consegui outra coisa melhor. Há, assim profissão mesmo assim nunca pensei, porque eu não, pra começar eu tenho só 7ª série. (...) Há, eu nunca, sei lá, nunca cheguei a pensar nesse negócio de profissão assim. (...) eu queria ter um outro serviço assim, que fosse um serviço mais leve, que ganhasse um pouquinho mais também. Que se doméstica é um serviço que você, pesado, bem dizer, você corre o dia inteiro e é uma mixaria. (Joana, 26 anos, casada, duas filhas).

Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), aponta a falta de estudo para estar trabalhando de empregada doméstica, mas também não soube indicar que profissão gostaria de exercer, mas em suas falas apresenta queixas do trabalho doméstico, o sofrimento de levantar muito cedo, agüentar situações desagradáveis e humilhantes nas casas das patroas e, aponta a dupla jornada que a empregada doméstica tem, cuidar da casa do outro e depois ter que cuidar da sua. E para ela uma boa empregada doméstica tem que ter responsabilidade, para poder ter boas referências, caso precise procurar outra residência para trabalhar, observe-se nos seguintes trechos:

Há, porque eu não tenho estudo, porque eu não tenho os estudo e hoje em dia qualquer aonde a gente vai eles perguntam até que série você estudou. (...) Há é um serviço é sei lá, mais é um serviço assim, muito puxativo? Pra gente, cansativo, a gente faz já na casa dos, dos estranhos, daí chegar e fazer na casa da gente. (...) Ah, que é sofrido (sobre o trabalho de doméstica)... É, a gente passa tanta coisa na vida. (...) Ah, a empregada agüenta muita coisa...Empregada Doméstica sofre bastante, só que tem muitos patrões que dão valor, mais têm muitos que não. (...) Ah, boa empregada é a gente, é que nem eu falei tem uma responsabilidade. (Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

A fala de Janete nos remete ao que Tamanini (1997) chama atenção sobre como os empregados domésticos atribuem sentidos a sua ocupação, elas consideram o trabalho como honesto, ou seja, não tem um cunho de atividade enganosa, passível de ser punido. Portanto, reporta-se mais ao estigma social de uma ocupação não reconhecida, não valorizada, sem status, sem valor:

Desprezado pela sociedade que, se quer tem peso moral para ser punido, porque não insere em si culpa. O desonesto pode ser punido, o desprezado não. O desprezado sofre a vergonha (...) a punição vem em forma de desprezo para os incapazes. Diferente seria se tratasse de uma atitude desonesta, porque haveria uma lei para classificar, quantificar e punir esse comportamento. (Tamanini, 1997, p.89).

Fica marcado na construção subjetiva de ser mulher, ser pobre e incapaz. Ser empregada doméstica pode incluir esses sentidos que mesclam questões de uma sociedade capitalista, desigual, relações de gênero hierarquizado historicamente colocando o homem no lugar do poder. Além de toda uma construção da figura feminina como inferior, desde a sua constituição biológica. Superar essas construções que constituem a sociedade é algo que somente as mulheres podem fazer resignificando o seu lugar nesta sociedade. Construindo uma subjetividade que compreenda todo esse enredo como uma estrutura a ser modificada, e que as mudanças podem ser lentas, mas com certeza não tão extensas na temporalidade quanto a dominação masculina sobre as mulheres.

Marlene (31 anos, grávida do primeiro filho), mesmo tendo sua primeira experiência como empregada doméstica negativa, considera que é bom, ela já se acostumou com esse serviço, para ela uma boa empregada doméstica tem que saber cumprir sua obrigação. A dificuldade de estudar foi o motivo que a levou a buscar este tipo de trabalho, seu sonho era ser secretária, lidar com máquinas, mas acabou desistindo por achar muito complicado alcançar o estudo exigido:

Ah, até um ponto é bom. Ah é, aí o que, que eu posso te dizer, aí eu acho que é bom. (...) Então eu já estou acostumada. (...) Ah, porque é, o jeito que eu achei, o único serviço que apareceu, porque negócio de estudo, você estuda, estuda, pra ter algum serviço bom mais, agora parece que não adianta mais. (...) Era muita complicação, negócio de livro, tinha que está comprando, daí não tinha dinheiro, aí era aquele, aí sofrimento. (...) Aí eu, quando era nova o que eu gostaria e sempre foi meu sonho ser assim secretária. (...) [E o que, que é ser uma boa Empregada?] Ah, você cumpri com a tua obrigação, com o seu dever. Fazendo tudo certo. (Marlene, 31 anos, grávida do primeiro filho).

Lúcia (23 anos, casada, um filho), começou a trabalhar como babá e seguiu o caminho da mãe que até hoje é empregada doméstica, pelos mesmos motivos: “*Eu acho que, eu comecei a trabalhar mais por necessidade mesmo*”. Ela voltou a estudar porque deseja trabalhar em um escritório, um serviço que ela possa trabalhar com computador, ela sabe que isso poderá demorar porque, ela tem dois filhos para cuidar e está fazendo supletivo para terminar o ensino fundamental, para então ir para o ensino médio e fazer um curso de computação.

Ser empregada doméstica para Lúcia é uma parte de sua vida, mas ela planeja ter outra profissão, mas ela apresenta uma definição de uma boa empregada doméstica, demonstrando a relação de troca que na sua concepção deve existir entre ambas as partes, patroa e empregada:

Que consiga cumpri com todos os afazeres, que a patroa não tenha com o que se preocupa, acho que é isso. (...) Eu acho que o mais importante é isso (limpar muito bem), que não adianta uma pessoa vim na tua casa e dentro de duas, três horas está tudo pronto, só que você vai olha está tudo mal feito. Daí não compensa, porque a pessoa que paga, paga porque precisa. Quem trabalha precisa de dinheiro, então a gente tem que concilia as duas coisas.(Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Nos trechos expostos é possível identificar que ser empregada doméstica está relacionado mais há uma possibilidade de trabalho remunerado para as camadas populares, é uma escolha, mas uma escolha situada no contexto social dessas mulheres, pois obter remuneração por meio do trabalho doméstico é uma escolha diante de outras formas como a prostituição e/ou o tráfico de drogas, que essas adolescentes fizeram ao iniciar como babás e depois como empregadas domésticas. Contudo, as condições de trabalho e a falta de segurança de seus direitos transformam essa ocupação em insatisfação para essas mulheres, mesmo quando Maria afirma que ela gosta de cuidar de casa, há nítida insegurança em relação à estabilidade no trabalho. Marlene afirma que seu trabalho é bom, mas seu sonho era ser secretária.

De acordo com o trabalho de Tamanini (1997) que trabalhou com empregadas domésticas em Florianópolis, afirma que ser empregada doméstica não faz parte de uma origem de “opção” profissional, mas ligadas a necessidades familiares, e de sobrevivência. Constatação corroborada pelo grupo entrevistado neste trabalho, com exceção de Maria que se diz satisfeita com o ser empregada doméstica, todas as demais demonstram que a falta de estudo e a pobreza familiar não lhe ofereceram alternativa. De acordo com Tamanini “As coisas estão assim, porque há desigualdade de oportunidades, nos campos da educação e do trabalho” (1997 p. 84).

As situações desiguais das camadas populares criam nas falas das mulheres entrevistadas, salientando os trechos de fala de Janete, Marlene e Maria, que elas percebem que conseguir uma ocupação melhor é algo difícil de ser transposto. Quando elas conseguem um pouco mais de estudo se sentem menos inferiorizadas e em mais condições de negociar no jogo de poder no trabalho e na relação conjugal.(Tamanini, 1997).

8.1. Este não é um trabalho para nossos (as) filhos (as).

Como essas mulheres entrevistadas pensam sobre o ser empregada doméstica, deixou claro que quatro delas não se consideram satisfeitas, a partir desta constatação surgiu a indagação sobre a questão: Será que essas mulheres recomendarão esse tipo de trabalho para seus (as) filhos(as)? O que será que elas sonham para o futuro dos seus filhos?

A família é vista como instância relevante para as camadas populares, principalmente na constituição das identidades, e nos processos de socialização. Observando a trajetória de vidas dessas mulheres, empregadas domésticas, se percebe que elas buscam através do trabalho externo, junto aos seus companheiros/maridos, ter condições de vida melhores que as que tiveram nas suas famílias de origem. E, de acordo com Maria, Joana, Janete e Lúcia elas já conseguem ter acessos a bens de consumo, que facilitam as suas vidas e seus afazeres domésticos, de uma maneira muito melhor do que conseguiam em suas famílias na infância e adolescência.

Como nenhuma dessas mulheres conseguiu terminar o ensino médio, e elas percebem as exigências de profissionalização atuais, elas sonham poder possibilitar aos seus filhos o acesso ao estudo. Ensinando para esses aquilo que aprenderam, mostrando-lhes a importância do estudo para superarem a realidade vivida por elas na atualidade.

A importância da instituição escolar para os grupos familiares alterou-se na medida em que a reprodução social passou a ser determinada pelo capital dominante escolar, isso foi apontado por Áries (1981), e corroborado por Nogueira, Maria Alice; Romanelli, Geraldo; Zago, Nadir (organizadores), (2000).

Os trabalhos desvalorizados, cansativos e repetitivos não é desejável para os filhos. Uma vez que o valor da relação com os filhos é dotado da concepção de natureza, ou seja, é uma relação permanente e duradoura. Estando ligada a idéia de amparo ao núcleo familiar, mesmo quando a relação conjugal seja interrompida, significando muitas vezes uma garantia que se sobrepõem ao amor do companheiro, pois o amor de filho nunca acaba, o amor de homem é visto como passageiro (Vargas, 1999).

De acordo com Mello (1988) os exemplos de esforços, sacrifícios e trabalho das famílias são exemplos para a prole de uma condição de vida a ser negada. Os filhos das camadas populares estão nesse início de terceiro milênio, mais suscetíveis de reconhecer as diferenças de classes e os estigmas correspondentes.

A miséria e a variedade de riqueza de 'coisas' para comprar e consumir formam uma combinação singular de escassez e abundância. A contradição, que é o cerne da

sociedade do capital, está presente na vida de todos os dias e pode impregnar o imaginário dos jovens até dilacerá-lo. (Mello, 1988, p.155).

Realidade essa que pode gerar conflitos entre pais e filhos, entre o que os filhos valorizam e desejam e aquilo que os pais podem oferecer a eles. As discrepâncias sociais são ao mesmo tempo visíveis, devido ao apelo excessivo de consumo e, disfarçado por meio dos mecanismos de injustiças sociais, que impedem o acesso às camadas populares a um trabalho com remuneração mais digna, bem como acesso a escolaridade formal e técnica.

Joana (26 anos, casada, três filhas), ao ser indagada sobre o futuro das suas filhas, que nesse momento são três [setembro de 2004], ela olha para as duas filhas que estão ao seu lado e responde: *“Não sei, quero que elas escolham o que elas querem fazer na vida o que elas querer ser. (...) O que eu puder dá pra elas ou vou dar mais depois, aí é com elas”*. Suas filhas apontaram o que desejam, a mais velha de sete anos disse: *“Eu quero ser cantora”*; a mais nova de cinco anos respondeu prontamente: *“Dançarina e cantora”*.

Quando a pesquisadora pergunta para Joana se ela recomendaria seu trabalho para suas filhas, ela ri, como se quisesse dizer “jamais”, e complementa expressando seu desejo que as filhas estudem, vendo na possibilidade delas terem um diploma a chance de melhorar de vida e poderem escolher o que desejam como profissão:

“Não [risos]. (...) Quero que elas estudem que tenham futuro melhor que o meu. Estudem que tenham futuro melhor que o meu. Estudem bastante pra ser alguém de diploma, vamos dizer. [olhando carinhosamente para a filha mais velha que esta ao seu lado fala:]”. (Joana, 26 anos, casada, três filhas).

Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), aponta que mesmo gostando muito do que faz, ela e seu companheiro, que estava presente nesse momento, possuem outros desejos para o futuro das suas filhas, sendo que o seu filho vive com mãe, a pesquisadora se referiu as duas filhas, uma de dois anos e outra de três meses e, Maria respondeu rapidamente:

Não.[Não, por que?] (...) Não por que não é por que eu gosto assim, a não ser que elas queiram gostem de fazer isso. Mais senão assim por vontade minha que elas não sejam como eu. Mais elas vão decidir. (...) Eu vou dar estudo até onde eu puder. Ai elas vão decidir. (...) Se Deus quiser, eu vou trabalhar e enquanto eu puder trabalhar pra ajudar elas eu vou dar o melhor para elas.(Maria, 22 anos, amasiada, um filho e duas filhas).

No trecho extraído da fala de Maria que tinha o consentimento do companheiro de expressões faciais que reforçavam o que ela dizia, percebe-se que o estudo é visto pelo casal como a única forma de oferecer maiores possibilidades de futuro. O estudo é visto como a única forma de ascensão social, e de construir uma vida cotidiana mais estável e segura, que se diferencie da vida instável que o casal vive no momento, sem ter trabalho fixo e registro formal de trabalho.

Ao falar sobre o futuro dos filhos com Janete (29 anos, casada, dois filhos), primeiro a pesquisadora direciona a pergunta para o que ela deseja para o futuro de seus filhos: “*Ah eu penso assim, quando eles tiverem maior, dá um bom estudo pra ele, dá o melhor que eu puder*”. Quando a pergunta é direcionada para seu filho de três anos ela rapidamente responde o que não deseja para o seu filho: “*Que não fosse trabalhar em firma né*”. Então a pesquisadora direciona a pergunta para seu futuro bebê, caso seja uma menina, se ela recomendaria o seu trabalho:

Não, ah eu quero dá estudo enquanto eu puder, porque de doméstica é muito sofrido. Eu já sei o que eu estou passando. Então pra mim é mais difícil, o que a gente puder dar, não vou dizer que vou dar uma vida de rico, mas a gente vai tentar dá o melhor. (...) Ah eu só não queria que fosse doméstica, mas que não fosse assim pra fica dependendo de esta lidando com a casa dos outros, o que a gente sofre agora com esses frios. Daí pode dá uma coisa melhor, é claro que a gente sonha... Mais de agora em diante o que mais pede é estudo, se a pessoa não tem estudo, a gente não é nada na vida. (Janete, 29 anos, casada, dois filhos).

Janete tem definido que o trabalho em “*firmas*” não é um bom futuro para o seu filho, e, caso tenha uma filha menina, o que ela menos deseja é que ela passe por tudo que passa sendo empregada doméstica, e mais uma vez o estudo é apontado como a única alternativa para vencer essas dificuldades sociais. Marlene (31 anos, amasiada, primeiro filho), quando foi indagada sobre o futuro do seu bebê recém-nascido respondeu:

Desejo tudo de bom, assim é difícil de pensa agora, mas que desejo tudo de bom. Espero que ele estude bastante e que tenha outro trabalho, que não seja como o meu, não quero isso pra ele. Eu quando era mais nova sonha em ser secretária, mas aí depois desisti, cheguei até a fazer datilografia... É eu não quero que meu filho por tudo isso que to passando. (Marlene, 31 anos, amasiada, primeiro filho).

No trecho acima é possível perceber que Marlene, mesmo tendo um filho homem, demonstra que não deseja que ele tenha um trabalho do mesmo tipo do que o dela, pensar no futuro do filho a levou a relembrar do seu sonho de ser secretária. Quando a pergunta é projetada para a possibilidade de Marlene ter uma filha e se ela recomendaria a sua atividade, ela falou com firmeza: “*Não isso pra minha filha, porque é muito difícil muito sofrido, quero uma coisa melhor pra uma filha minha*”. E o estudo é novamente apontado como a possibilidade dessa mudança.

Lúcia (23 anos, casada, um filho), ao falar do futuro dos filhos, incluindo sua filha ainda em gestação, teve necessidade de esclarecer o que exatamente a pesquisadora queria saber, então foi falado que era no sentido de trabalho, de realizações, ela respondeu o que pensa que uma mãe deva deseja para seus filhos: “*Acho que uma mãe deseja o melhor né. Dá estudo pra eles poderem se dá bem na vida . Acho que seria isso. De concreto o que ele podem fazer. Não tem*”. Como Lúcia já sabe que o bebê que espera é uma menina foi colocado se ela recomendaria o seu trabalho para a sua filha, demonstrando contrariedade respondeu:

Acho que não (risos). (...) Porque acho que seria muito melhor cuidar pra ela estudar e ter outro trabalho onde possa trabalha num serviço melhor, fazer uma

coisa que ela goste. Acho que seria melhor que empregada doméstica que só é uma opção quando você não tem outra. (Lúcia, 23 anos, casada, um filho).

Concluindo todas as mulheres do grupo entrevistado almejam um futuro melhor para seus filhos e relaciona esta possibilidade ao acesso a escola, ao conhecimento oferecido como garantia de entrar no mercado de trabalho, porém nem uma delas aceita que seus filhos (as) realizem o mesmo trabalho que elas exercem. Como Lúcia expressa que trabalhar de empregada doméstica é uma opção, quando uma pessoa não tem outras opções para escolher. Então há opções, no entanto estas são limitadas pelas condições concretas das camadas populares no Brasil.

O que essas mulheres indicam como desejo para o futuro de seus filhos e filhas, corrobora com a pesquisa de Zago (2000), a autora em sua pesquisa sobre os processos de escolarização nos meios populares identificou que há um reconhecimento da educação escolar, colocando-o como requisito básico para superar as condições de pobreza familiar. Essa concepção é recorrente e independe das diferenças internas do grupo estudado pela autora.

Uma análise do significado que eles atribuem à escolarização de seus filhos revela que a valorização da instrução se alicerça ao menos sobre dois pilares: o que corresponde a uma lógica prática ou instrumental da escola (domínio dos saberes fundamentais e integração ao mercado de trabalho) e outro, voltado para a escola como espaço de socialização e proteção dos filhos do contato com a rua, do mundo da droga, das más companhias, indicando a inseparabilidade entre instrução e socialização. (Zago, 2000, p.24).

O sentido que os grupos familiares atribuem ao estudo para seus filhos, esta atrelada às condições de sobrevivência familiar. O que pode dificultar a realização dos planos dessas mães. O que Zago (2000) indica que repercute numa trajetória escolar marcada por abandonos e retornos, mostrando “a difícil relação entre o mundo do trabalho e o da escola

e, de outro, as contradições entre o valor social da escola e a escolarização na sua condição real” (id, p.27).

Viana (2000), ao pesquisar, por meio de biografias, a longevidade escolar em famílias de camadas populares, constatou que não há um projeto elaborado conscientemente pelos entrevistados e suas famílias. Há uma imprevisibilidade nessas trajetórias, o que indica a importância advinda de universos exteriores ao familiar e, os êxitos escolares obtidos na escola primária. No entanto, o suporte moral e afetivo, o trabalho sistemático de persuasão acerca do valor do estudo e o fechamento familiar, dificultando o contato dos filhos com o contexto mais próximo são elementos que são considerados pela autora como uma presença familiar “periférica ao estritamente escolar” (id, p.54), porque se diferencia das práticas de investimentos provenientes de famílias de camadas médias, que demonstram que há um investimento claro e definido como uma “mobilização escolar familiar” (ibidem).

De acordo com Viana (2000), a realização dos desejos dessas empregadas domésticas de que seus filhos e filhas superem a sua condição profissional dependerá de inúmeros fatores, não passíveis de previsão, ou determinação. Os filhos e filhas dessas mulheres enfrentarão diferentes contextos, sendo que a autora constata que:

(...) o sujeito - filho - aluno - desempenha um papel específico e ativo na construção do seu sucesso escolar. Ele manifesta uma autodeterminação e dá mostras de um investimento pessoal na sua escolarização. Embora essa autodeterminação e esse investimento sejam produzidos no contexto da família, são seus. (Viana, 2000, p.58).

8.2. Perspectivas para o futuro.

Mello (1988), ao realizar um trabalho “que tem como tema o trabalho e como conteúdo a reflexão de um grupo de mulheres sobre o seu próprio trabalho” (id, p.9), sendo essas do campo e da periferia de São Paulo, constatou que a trajetória de migração introduziu modificações nos valores que essas mulheres atribuem aos projetos do futuro, bem como é possível perceber nas informantes da presente pesquisa.

É a vaga forma de um futuro que pode ser diferente, menos penoso, mais seguro. Esse futuro é um projeto para os filhos, um via-a-ser, ainda indistinto, mas afastado do cotidiano pesado que lhes coube viver. (...) no mesmo momento em que esperam, temem. (...) Elas imaginam uma vida melhor, mas a possibilidade imaginada não tem ainda substância, é só desejo. (Mello, 1988, p. 121-122).

A falta que Mello (1988) denomina de substância, pode ser um dos contribuidores para a dificuldade que essas mulheres empregadas domésticas gestantes (por ocasião da primeira entrevista) apresentaram ao se propor que sem seus sonhos para o seu futuro, que mudanças elas conseguiam visualizar para além do seu cotidiano. Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), chegou a expressar que talvez a pesquisadora achasse bobagem o que ela desejava, demonstrando o receio de parecer ridículo diante de alguém que ela considera de uma camada social superior economicamente.

Janete, neste momento já vive numa casa própria, o casal optou em vender o carro para comprar uma pequena casa, talvez isso a leve a desejar algo que neste momento percebe como inatingível, pois seu companheiro não recebe uma renda que permita prestações altas e atualmente o gasto com remédio para o companheiro que está com problemas de visão tem comprometido a renda familiar:

Aí meu Deus, um dia melhorar de vida!... Pra melhorar de vida, aí meu Deus! Ah, a gente quer conseguir tudo.(...) Mais a gente não pode. O que, que eu queria mais, ah qualquer coisa? (...) Ah, você vai achar um absurdo o que eu vou te dizer... É uma coisa de casa, que eu gostaria de ter, mais a gente nunca vai poder ter, ah eu queria ter uma máquina (de lavar roupa) que fizesse tudo.(Janete, 29 anos, amasiada, dois filhos).

Lúcia (23 anos, casada, um filho), também está vivendo a tranquilidade de ter uma casa própria, conseguida com a venda de um carro, então seus sonhos estão relacionados a aumentar a casa, que ela considera muito pequena para a família e acrescenta o desejo de

um trabalho estável para o esposo, a conclusão de seus estudos para auxiliar o marido na tarefa de oferecer para os filhos o que eles precisarem: *“Pra mim, eu acho que é conclui os meus estudos e mais tarde que os meus filhos estejam mais grande trabalhar, para ajudar ele a criar bem os filhos, pra pode dar o que eles necessitarem”*. De acordo com Mello (1988), as mulheres da periferia de São Paulo vêem a escola como fonte de oportunidades, como a porta que dá acesso às boas posições e ao bom trabalho. O que a informante Lúcia indica é que para ela essa possibilidade não é um projeto exclusivo aos filhos, ela inclui o estudo como parte do seu próprio projeto de vida.

Joana, Maria e Marlene almejam algo em comum ter a sua casa própria, para oferecer maior estabilidade a família. Cada mulher expressa a sua maneira os sonhos para o futuro, Joana prioriza a saúde e a felicidade dos filhos e complementa: *“Ah eu, o que eu mais desejo é que os meus filho cresçam com saúde e sejam muito felizes e que eu consiga ter nossa” casinha”, nosso canto, é o básico”*.(Joana, 26 anos, casada, duas filhas, grávida de terceira).

Maria (22 anos, amasiada, um filho, e duas filhas), na primeira entrevista ao ser indagada sobre seus sonhos sobre o futuro pensou por um longo tempo (dois minutos) e respondeu: *“Não sei acho que do jeito que eu estou indo, não quero muita coisa, assim como está indo está bom, não penso nada assim diferente [Pausa longa]”*. No entanto, quando a pesquisadora retornou para a entrevista recorrente ela expressou o sonho de ter uma casa própria, para deixar de pagar aluguel, e poder investir esse dinheiro em outros benefícios: *“Aí acho que é uma casa pra parar de pagar aluguel. (...) É um dinheiro que vai embora”*.

Marlene (31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho), na primeira entrevista, cautelosamente (ela demonstra insegurança em relação a tudo que diz respeito ao futuro), colocou que o seu maior sonho era ter sua casa própria, por isso foi adiando a gravidez, para ela os gastos com um filho podem impossibilitar a realização desse empreendimento:

Não sei o que vai acontecendo pra frente...Ah o meu sonho, que eu sempre sonho assim, que eu tenho o sonho é ter a minha própria casa própria... É uma das coisas... Só isso, mais não sei se... Que é difícil também, tem que trabalhar pra ter.

Só que às vezes daí, que nem eu pensei, ai não queria antes filho pra poder ter alguma coisa, agora depois com filho fica mais difícil para você conseguir.
(Marlene, 31 anos, amasiada, grávida do primeiro filho).

Depois que seu filho nasceu, Marlene reafirmou o desejo de ter sua casa própria, mas acrescentou que deseja sair do bairro que mora, não o considera um bom lugar para educar seu filho, mudar-se desse lugar é prioridade e segundo ela seu companheiro compartilha da mesma opinião. A patroa também incentiva Marlene a buscar um lugar mais tranquilo para viver, pois este bairro é considerado violento e formado por pessoas que de acordo com a concepção de Marlene não “boas”, o seu comentário deixa claro que ela se refere ao fato que a maioria dos moradores desse bairro são negros ou mestiços. Ela é descendente de ucranianos. Pessoas dessa região que são descendentes de etnias como ucranianos, alemães, italianos e poloneses demonstram discriminação com aquelas que consideram “*brasileiros*”, ou seja, são descendentes de negros ou índios, ou não conseguem identificar suas origens, perdidas nas trajetórias familiares ascendentes.

Marlene deseja fugir da possibilidade de convivência do seu filho com essas pessoas, bem como oferecer uma escola que seja freqüentada por uma outra camada social. De acordo com Mello (1988) as mulheres das camadas populares, descobriram com sofrimento a importância do estudo formal, o que as leva acreditar que há uma idade para estudar e uma idade para trabalhar. Cabe ao estudo facilitar o acesso ao mercado de trabalho. Esse é o sentido indicado pelas empregadas domésticas informantes desse trabalho, corroborando com os dados indicados pela autora (1988).

Considerações finais

A realização desse trabalho configurou um processo de contínuo aprendizado sobre as diversas e complexas formas de constituição da subjetividade, considerando que o sujeito é constituído e se constitui a partir do contexto social e histórico ao qual pertence. Não há uma linearidade que possa ser indicada como comum nas trajetórias dessas empregadas domésticas gestantes, mesmo considerando que há aspectos semelhantes, como as condições sociais e as condições culturais do sul do país. No entanto, essas cinco mulheres ofereceram a possibilidade de compreender alguns dos sentidos atribuídos à maternidade por mulheres de camadas populares do sul do Brasil, considerando-as a partir das suas vivências como sujeitos de um contexto sócio-histórico. Para compreender esses sentidos, tornou-se necessário considerar as diferentes formas que os grupos familiares encontram para dar conta das necessidades básicas de sobrevivência e de superação da situação vivida, bem como considerar o processo histórico de construção de identidades de gênero, perpassadas pelas questões de classe e, no sul do Brasil, de forma mais tênue as questões de etnia. Este último aspecto aparece de maneira mais marcada por meio das referências à denominação da etnia, como *“brasileiras”*, sendo que este termo, na região de origem das informantes, designa pessoas que não possuem ascendência européia.

A magia e o encantamento apregoados nos discursos dirigidos às mães nas camadas mais favorecidas economicamente não podem ser generalizados a todas as mulheres. Há que se considerar a realidade vivida em cada grupo cultural e social e buscar compreender os sentidos que as diferentes camadas sociais atribuem às relações maternas. No cotidiano das informantes dessa pesquisa encontram-se fatores sociais como o acontecimento da gravidez de forma não planejada de forma consciente e discutida na relação com os companheiros. Pode-se atribuir esses fatos a ausência de informações adequadas sobre a utilização da pílula anticoncepcional, que interferiram na vivência da gestação, bem como no sentido que atribuem à maternidade: algo que elas não controlam, não decidem, mas aceitam e devem amar, porque é natural nas mulheres o amor pelos filhos.

A situação trabalhista mostrou-se semelhante ao que indicam os dados oficiais do IBGE e PNAD, que mostram um número elevado de informalidade e desrespeito aos direitos trabalhistas das mulheres que estão nesta ocupação. Houve avanços no decorrer do século passado, mas neste início de século XXI permanecem as desigualdades entre os direitos trabalhistas da categoria de empregados domésticos em relação às demais categorias. Essas diferenças permanecem na legislação, como no caso do Fundo de Garantia que é optativo aos empregadores, bem como em consideração ao contrato formal de trabalho.

Essa situação se apresenta como uma possibilidade de modificação lenta, devido principalmente à situação de exploração que as camadas populares vivem no Brasil. O direito à cidadania não é considerado de forma equitativa para todas as camadas sociais. Essas mulheres além de serem prejudicadas pelo desrespeito aos seus direitos trabalhistas, não conseguem reivindicá-los judicialmente, por compreenderem que isso poderá prejudicá-las, impedindo o acesso a esse tipo de trabalho. O receio de “*sujar o nome*”, tem um significado de impossibilidade para futuros ingressos no mercado de trabalho, sendo que esse receio não é destituído de justificativas, principalmente quando diz respeito à ocupação de empregada doméstica, que se baseia numa rede de informações e indicações informais entre patroas e entre empregadas.

Outra informação diz respeito ao fato de que as empregadas domésticas mensalistas externas obtêm o contrato formal a partir do momento que comunicam a gravidez às patroas. As empregadas domésticas diaristas, apesar de viverem uma situação de trabalho que pode ser caracterizada como vínculo empregatício, não conseguem o contrato formal, mesmo quando elas anunciam que estão grávidas. Tal fato torna a condição de trabalho dessas mulheres angustiante, principalmente pelas consequências econômicas que poderão intensificar as dificuldades de manutenção das necessidades básicas do grupo familiar. Parar de trabalhar no momento do nascimento do filho significa aumento de despesas e diminuição de renda.

O retorno ao trabalho é uma situação que essas mulheres desejariam adiar, no entanto, quando estão na condição de diarista, a situação é mais agravante, pois as necessidades de sobrevivência do grupo familiar tornam o retorno ao trabalho

inquestionável, sendo este mais rápido do que para as mensalistas que conseguem obter a licença maternidade.

No caso da informante Maria (22 anos, amasiada, dois filhos), a sua remuneração representa a maior renda da família. Com seu trabalho em três residências, ela obtém uma remuneração superior ao do seu companheiro, o que tornou o seu retorno ao trabalho mais urgente. Joana (26 anos, casada, duas filhas), também diarista, recebe uma remuneração que é contribuidora no orçamento doméstico. A condição de não pagar aluguel e ser assistida pela rede de parentesco que divide o espaço de moradia foram aspectos facilitadores para que o retorno ao trabalho fosse adiado por dois meses. Por outro lado, foi também um facilitador do seu retorno ao trabalho, porque havia outras mulheres para cuidar da sua filha.

As situações vividas por essas cinco mulheres informantes dessa pesquisa permitem levantar alguns questionamentos quanto à relativização do avanço quanto ao registro formal na última década (1990), pois esses dados podem não considerar o fato de que as empregadas domésticas externas obtenham o contrato formal de trabalho por um período relativamente curto de tempo, ou seja, isso ocorre em função da gravidez. O retorno ao trabalho não é algo que possa ser garantido pelas próprias mulheres, em função da falta de estrutura social para que possam retornar ao trabalho, uma vez que se não houver uma rede de apoio de parentesco ou de vizinhança não há com quem deixar os filhos menores de um ano.

Realizar essa pesquisa no sul do país, mais especificamente no interior de um dos estados do sul país, significou buscar flexibilizar e ampliar o universo pesquisado por outros(as) pesquisadores(as) sobre o tema. As pesquisas sobre as empregadas domésticas foram predominantes na região sudeste, seguida da região nordeste. A realização da presente investigação no interior da região sul do Brasil demonstrou a realidade vivida por essas mulheres, identificando as dificuldades quanto às relações de gênero, ao acesso à saúde pública - especificamente com relação aos direitos reprodutivos -, e às negociações trabalhistas entre patroas e empregadas domésticas.

As relações de gênero são vivenciadas por Joana, Maria, Janete, Marlene e Lúcia por meio da repetição dos modelos das famílias de origem, demonstrando poucas alterações

realizadas de forma consciente e crítica. As modificações devem-se mais a reações aos fatos ocorridos, sendo compreendidos como algo que tinha que acontecer, não sendo identificadas como escolhas realizadas. Como no caso de Janete que, após ter passado pela situação de ser mãe solteira e ter ficado viúva, uniu-se a outro homem que tem se apresentado de maneira diferenciada do modelo de homem que ela teve do seu pai. Ela não percebe que a escolha desse companheiro como uma realização sua, e sim como um “presente” da vida.

As relações das informantes com suas patroas demonstram que essas são constituídas de ambigüidades, contradições e, corroborando com Preuss (1997), são tensas e permeadas de conflitos, nem sempre claros e explícitos. A mesma autora indica que no Brasil, essas relações tornaram-se uma maneira das mulheres das camadas médias conseguirem acesso ao mercado de trabalho, não havendo, no entanto, uma real modificação nas relações de gênero nos espaços domésticos. O que ocorre é a substituição do fazer da mulher-esposa-mãe pela mulher-empregada doméstica, na sua maioria com baixa remuneração e sem contrato formal.

Na presente pesquisa as informantes trabalhavam para mulheres das camadas médias. Maria e Lúcia trouxeram em suas falas que há uma relação de amizade e de irmandade com suas patroas. No entanto, essa relação não é acompanhada por um respectivo respeito pelos direitos trabalhistas. É notório que essas mulheres não consideram esses aspectos ao falarem das suas relações com as patroas “amigas”. Parece que a naturalização do fazer doméstico como atribuição feminina perpassa a condição de empregada doméstica, e, como decorrência, as informantes não conseguem superar as condições impostas, nem sempre percebidas como condições de exploração e usurpação de seus direitos.

As modificações mais visíveis no que diz respeito às relações de gênero são percebidas nas relações dos pais com os filhos. Apesar das mulheres indicarem como responsabilidade da mulher o cuidado com os filhos, os relatos demonstram a participação mais ativa dos companheiros, bem como falam de uma relação mais próxima e carinhosa dos pais com seus filhos.

No que diz respeito à divisão de trabalho das tarefas domésticas, Maria foi a mulher que demonstrou ser a que mais consegue aceitar e até solicitar a participação do companheiro na divisão das tarefas domésticas, sendo que ele corresponde prontamente (conforme observação na entrevista recorrente). As outras quatro mulheres demonstram que essas negociações não são percebidas como possíveis dentro da relação conjugal. No entanto, é preciso deixar claro que não se trata apenas de resistência dos homens, mas também de uma atitude das mulheres que assumem essas tarefas como naturalmente suas, sendo que ao serem indagadas sobre a divisão dessas atividades, elas demonstraram dificuldades para identificar as justificativas sobre a determinação dos trabalhos domésticos como tarefas exclusivas das mulheres. É um fazer espontâneo, um repetir aquilo que se aprendeu desde a infância, faz parte das atribuições da mulher cuidar da casa, dos filhos e do companheiro.

As negociações quanto à contracepção também são significadas por essas mulheres como algo que compete a elas. A informante Lúcia (23 anos, casada, um filho) demonstrou ter mais espaço de negociação com seu marido sobre as definições sobre a contracepção. No entanto, assim como as demais quatro mulheres, Lúcia não domina os conhecimentos necessários sobre a utilização das pílulas de anticoncepção e ela engravidou pela utilização incorreta desse método.

A falta de informações dessas mulheres sobre os métodos de contracepção pode ser considerada um dado importante para os planejamentos de saúde pública. Das informantes, Marlene estava vivendo a sua primeira gravidez, as demais apesar de serem mães e terem realizado o pré-natal, não conseguem dominar esses conhecimentos e acabam engravidando de forma não planejada. Continuam sem saber que atitudes podem ter com relação aos métodos contraceptivos.

A ausência de informações adequadas sobre os métodos contraceptivos é agravada por fatores como a descrença nos medicamentos e contraceptivos oferecidos pela rede pública de saúde, bem como a descrença na eficácia da pílula anticoncepcional. Outro elemento agravante e dificultador do planejamento familiar dessas mulheres é a presença de um pensamento mágico, de que não irão engravidar, aliada a uma noção de tempo que demonstra o desconhecimento dos processos fisiológicos da gravidez. Como disse Janete

(29 anos, amasiada, dois filhos): *“Ah, não porque daí, eu fiquei nessa, que eu não engravida, não engravida, e acabei não engravidando, porque eu demorei pra mim engravidar”* – um período de menos de dois meses, tempo considerado longo por Janete. Na verdade há a possibilidade de engravidar já a partir do primeiro mês em que a mulher suspende o uso do anticoncepcional.

Todas as mulheres entrevistadas indicaram a atual gravidez como não tendo sido planejada. O desejo não foi claro e não houve um comunicado da mulher ao marido sobre as interrupções no uso da pílula e o retorno ao uso da mesma. A constatação da gravidez inicialmente apresentou-se como fonte de angústia e receios, principalmente relacionados com as preocupações de ordem econômica do grupo familiar.

Diante desse contexto de dificuldades econômicas, desconhecimento de métodos contraceptivos e não acesso aos direitos trabalhistas, as mulheres demonstraram sentimentos de conflito diante da função materna. A maternidade para essas mulheres possui um sentido, atribuído historicamente por discursos religiosos e médicos reforçados pelas práticas sociais, que consideram a mulher como inferior biológica e intelectualmente e incapaz de conduzir atividades fora do espaço doméstico. Ademais, o trabalho doméstico é considerado improdutivo, portanto, inferiorizado na escala de valores da sociedade, situação esta que foi reforçada com o advento do sistema capitalista.

A maternidade tornou-se ao longo do tempo uma das possibilidades aceitas e incentivadas de identidade feminina. Ser mãe confere respeito social, acrescido de responsabilidades que colocam na mulher o poder e o dever da condução da sociedade quanto aos aspectos relacionais e morais. Ser mãe é sentido como um *“sofrer no paraíso”*, com a responsabilidade de conduzir a educação moral dos filhos, bem como atribui à mãe o sucesso futuro da sua prole. Os pais aparecem nas falas, porém numa função mais periférica e no sentido de provedores.

As informantes indicaram a escola, o acesso ao estudo, como a única possibilidade de superação das dificuldades vivenciadas pelo grupo familiar. No entanto, com exceção de Lúcia (23 anos, casada, um filho), as demais apresentam em suas falas que o acesso ao estudo é um desejo para os filhos, como se o tempo delas tivesse passado, agora é tempo de cuidar dos filhos e fazer por eles o que não foi possível para elas. O emprego doméstico foi

apontado por essas mulheres como algo que elas desejam que esteja longe do cotidiano futuro dos filhos e filhas. Para os filhos homens o trabalho na “*firma*” – empresas madeireiras - também é apontado como uma ocupação não desejada, pelas características do trabalho, a remuneração e o *status* social a ele conferido na região.

O acesso aos estudos tornar-se-ia uma maneira de ter acesso a ocupações “*menos sofridas*” e mais reconhecidas socialmente. O trabalho doméstico é visto por elas como uma condição imposta pelas condições sociais, ser empregada doméstica é uma forma de entrada no mercado de trabalho, porém não seria uma ocupação escolhida por elas se vislumbrassem outras possibilidades de remuneração socialmente aceitas, pois há de se considerar que essas mulheres poderiam ter recorrido a outras formas de conseguir sustento, como a prostituição ou o tráfico de drogas, saídas que apesar do alto risco tem sido um caminho de muitos adolescentes.

Apesar de nos discursos das informantes ser significativo que Janete (29 anos, amasiada, dois filhos), Maria (22 anos, amasiada, dois filho) e Joana (26 anos, casada, duas filhas) não conseguem vislumbrar uma ocupação que elas desejassem exercer, todas desejam sair da condição de empregadas domésticas. Consideram esse trabalho difícil, mal remunerado, cansativo e sem reconhecimento das patroas e da sociedade.

O planejamento do futuro das informantes está marcado pelo desejo de ter uma casa própria e poder dar um futuro melhor para os filhos, porém não há como realizar esse planejamento de forma mais consistente, pela falta de indicativos de possíveis melhoras nas condições reais de sobrevivência do grupo familiar. A instabilidade trabalhista é um dos fatores preponderantes para impedir um planejamento mais específico do futuro, bem como a sensação de não ter o direito de desejar o que é pertinente, possível para as camadas mais favorecidas economicamente.

As empregadas domésticas são sujeitos que se constituíram a partir dos seus contextos sociais, no entanto, essas mulheres não são sujeitos passivos, elas singularizam as suas experiências, atribuem sentidos singulares ao ser mulher, mãe e trabalhadoras. Viver a maternidade é um processo que cada uma das informantes está construindo a partir das relações com seus cônjuges, filhos e sociedade, demarcando a singularidade do ser humano

e indicando a importância do contexto social, econômico e cultural no cotidiano das camadas populares.

O universo vivido por essas mulheres empregadas domésticas das camadas populares apresenta várias possibilidades de pesquisas futuras, entre elas aponta-se as seguintes: Investigar os sentidos que as mesmas atribuem mais especificamente a vivência na escola dos seus filhos; investigar os sentidos que os homens, companheiros dessas mulheres, atribuem a maternidade e a paternidade, para investigar se as modificações percebidas por elas são percebidas por eles; investigar os sentidos atribuídos pelos filhos(as) dessas mulheres ao trabalho de suas mães, bem como as significações que os mesmo constroem a respeito das relações de gênero; investigar se os filhos (as) significam a escola como a única possibilidade de superação da situação vividas pela família, ou se percebem outras possibilidades e, se possui a mesma atitude de negação em relação as atividades desenvolvidas pela mãe; e investigar de forma mais aprofundada como essas mulheres sentem o atendimento dos profissionais da saúde, bem como investigar como esses profissionais percebem essas mulheres, para a partir dessas informações se possa rever a forma de intervenção e acolhimento dos profissionais em relação a essa população das camadas populares.

Referências

- Aquino, Estela M. L.; Menezes, Greice M. de S. & Marinho, Liliam F. B.(1995). Mulher, Saúde e Trabalho. Em: Cadernos de Saúde Públicas. 11(2): 281-290.
- Azeredo, Sandra Maria da Mata. (1989). Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multirraciais. Em A. O. Costa & M. C. Bruschini (Orgs.), Rebeldia e Submissão, (pp.195-220). São Paulo: Vértice/Fundação Carlos Chagas.
- Altman, Raquel Zumbano. (2002). Brincando na história. Em: Del Priore, Mary. (Org.), 5 ed. História das mulheres no Brasil . (pp.231-258). São Paulo: Editora Contexto.
- Banditer, Elisabeth. (1985). Um Amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, Fernando Cordeiro. (2000). Trabalho e Residência: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes nordestinos. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Beauvoir, Simone. (1980). O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bezerra, Luiz Gonzaga de Medeiros.(1995) O aborto provocado: estudo explicativo e analítico de mulheres que procuraram a maternidade Escola Januário CICCIO. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.
- Biagolini, Rosangela E. Minéo. (1999). Formas de Trabalhar e viver a maternidade e condições pré-natais. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Biblioteca On-line de Psicologia (2003). Conselho Federal de Psicologia. Em: www.pol.org.br.

- Boyesen, Gerda; Reich, Eva. (1980). Cadernos de psicologia psicodinâmica. n 1. São Paulo. Editora Summus.
- Brandt, Maria Elisa Almeida (1998). Os Conflitos entre empregadas e empregadores domésticos pela mediação do sindicato e da justiça do trabalho. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UNICAMP, Campinas.
- Brites, Jurema. (2001). Afeto, desigualdades e rebeldia- bastidores do serviço doméstico. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Bruschini, Cristina. (1994). O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. Em: Revista de Estudos Feministas, número especial, 175-199.
- Bruschini, Cristina. (maio 1987). Trabalho da Mulher: igualdade ou proteção? Em: Cadernos de Pesquisa. 58-67. verifique as referências d etextos de revistas científicas. Aqui não está correto!
- Capes.(2003). www.capes.gov.br. Banco de Teses.
- Chauí, Marilena. (1989). Ambigüidade. Em: Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. 4ª. Edição. (pp.121 – 179). São Paulo. Editora Brasiliense.
- Coutinho, Maria L.R.(1998) A análise do discurso em Psicologia: algumas questões, problemas e limites. Em: Souza, Lídio de; Freitas, Maria de F. Q. de & Rodrigues, Maria M. P.(organizadores). Psicologia: reflexões (im)pertinentes.(pp.316-345), São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Czys, Maria Justina & Lazzaroto, Gislei D. (jan/jun 1999). Gênero e trabalho: os novos papéis da mulher e a sua inserção no mercado de trabalho. Em: Revista Aletheia, 9. 63-68.
- Da Matta, Roberto (1982). As raízes da violência no Brasil. Em: A violência brasileira. São Paulo. Editora Brasiliense.
- Da Matta, Roberto. (1987). A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. Em: Almeida, Angela Mendes de e outros. Pensando a família no Brasil, da Colônia à Modernidade. (pp.115-136). Rio de Janeiro. Editora: Espaço e Tempo/UFRJ.

- Del Priore, Mary. (1995). Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Del Priore, Mary. (2002). O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. Em: Del Priore, Mary (org). História das Crianças no Brasil. (pp.84 – 106). São Paulo. Editora: Contexto.
- Durham, Eunice.(1983). Família e reprodução humana. Em: Perspectivas antropológicas da mulher. (3).13-44.
- Figueira, Sérvulo A. (1986). O moderno e o arcaico na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. Em: Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Editor: Jorge Zahar.
- Fonseca, Claudia.(2002) Mãe é uma Só? Reflexões em Torno de alguns Casos Brasileiros. Em:Revista da USP.13.(2), 49-68.
- Fonseca, Cristina. (2001). Ser mulher, mãe e pobre. Em: Del Priore, Mary. (Org.), 5 ed. História das mulheres no Brasil (pp. 510-553). São Paulo. Editora: Contexto.
- Foucault, Michel.(1998). Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Franco, Maria L. P. (1994). Que é análise de conteúdo. Em: Ensino Médio: Desafios e Reflexões.(pp. 159-180). Campinas - São Paulo: Papirus.
- Freyre, Gilberto. (1987). Casa-grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal. 25 ed. Rio de Janeiro.Editora: José Olympio.
- Giffin, Karen.(2002). Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal.Em: Cadernos de Saúde Pública. 18.
- Goldsmith, Mary (1993). Políticas y programas de las organizaciones de trabajadoras en México. Em: Chaney, Elsa M. Castro & Mary Garcia. Muchacha/cachifa/criada/empleada/empregadinha/sirviente/ y ... más nada. Caracas. Venezuela. Editorial Nueva Sociedad.
- Góes, Maria Cecília Rafael de.(2000). A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: Uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. EM: Cadernos CEDES 50. Relações de Ensino: análise na perspectiva histórico-cultural. .9-25.

- Hall, Catherine. Sweet home. (1991). Em: Perrot, Michelle (e outros). História da vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.(pp.53-87) São Paulo: Companhia da Letras.
- Hall, Calvin s e outros. (2000). Teorias da Personalidade. Porto Alegre. Editora: Artes Médicas Sul.
- Hull, Lynn. (1991) Revolução Francesa e vida privada. Em: Perrot, Michelle (e outros). História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. (pp. 21-51). São Paulo: Companhia da Letras.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.(2002) www.ibge.gov.br. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD.
- Kofes, Suely.(1994). "Entre nós mulheres, Elas as patroas e Elas as empregadas". Em: Arantes, Antonio A.o e outros. Colcha de retalhos : estudos sobre a família no Brasil. (pp.183-193). 3 ed. Campinas São Paulo: UNICAMP.
- Martins, Wilson. (1989) Um Brasil Diferente: ensaio sobre fenômeno de aculturação no Paraná. 2ª. ed. São Paulo: Coleção coroa vermelha. Estudos Brasileiros. T. A. Queiroz, Editor Ltda.
- Matos, Maria I.; Sihet, Rachel (orgs) (2003). Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890 – 1930). Em: O corpo feminino em debate. (pp.107 –127). São Paulo. Editora UNESP.
- Mandú, Edir Nei Teixeira.(2004). Trajetória Assistencial no âmbito da saúde reprodutiva e sexual – Brasil, século XX. Em: www.prossiga.br/fsp-usp/saudereprodutiva. Acesso em: 01/07/04 às 18:30h.
- Melo, Hildete Pereira. de, Conceição, Odete Maria & Oliveira, Anazir Maria. (1993). Las trabajadoras Domésticas en Rio de Janeiro: su lucha para organizarse. Em: Chaney, Elsa M. e Castro, Mary Garcia (org). Muchacha, Cachifa, Criada, Empleada, Empregadinha, Sirvienta y ...Más nada . (pp.313-330). México: Nueva Sociedad.
- Melo, Hildete Pereira. (1998). O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. Em: Estudos que faz parte da pesquisa “Diagnóstico do

- Setor Serviços no Brasil”. Financiada pelo MICT e executada pela DIPES/IPEA. Rio de Janeiro
- Melo, Hildete Pereira de (2002). Trabalhadoras Domésticas. Em: UNIFEM. Revista do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. 4 (4), 2.
 - Mello, Silvia Laser. (1988). Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo, São Paulo. Editora: Ática.
 - Ministério do Trabalho (2003). Direitos da Empregadas Domésticas. Em: www.vitorias.es.gov.br/secretarias/cidadanias/cartilhas.htm.
 - Ministério do Trabalho e Emprego.(2003). Classificação Brasileira de Ocupações. Em: www.mtecbo.gov.br.
 - Navarro, Federico. (1996). Somatopsicologia. São Paulo.Editora: Summus.
 - Nogueira, Maria Alice; Romanelli, Geraldo & Zago, Nadir (organizadores). (2000). Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2 ed. Petrópolis. Editora: Vozes.
 - Oliveira, Edir Figueiredo de.(1995) Elas vieram para ficar: Um estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em sociologia. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro.
 - Passetti, Edson. (2002). Crianças Carentes e Políticas Públicas. Em: Del Priore (org). História das Crianças no Brasil. 3 ed. (pp.347 – 375).São Paulo. Editora: Contexto.
 - Pedro, Joana Maria. (2003). As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas. Abortivas e Infanticídio – Século XX.Em: O corpo feminino em debate. (pp.157 –176). São Paulo. Editora UNESP.
 - Peres, Andréia.(2002). Meninas Domésticas. Em: UNIFEM. Revista do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Ano 4, (40, 2.
 - Perrot, Michelle. (2003). Os silêncios do da mulher. Em: O corpo feminino em debate. (pp.13 –27). São Paulo. Editora UNESP.
 - Portella, Ana Paula; Mello e Souza, Cecília; e Diniz, Simone. (agosto,2003). Sexualidade e Reprodução: Perspectivas de Homens e Mulheres. Em: Texto

apresentado no Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO.

- Preuss, Mirian Raja Gabaglia.(1997, julho) Patroas e Empregadas: Relações de Proximidade e Oposição. Em: Coletâneas da ANPEPP: Mulher: cultura e subjetividade.1(7), 53-65.
- Reich, Wilhelm.(1995). Análise do Caráter. São Paulo. Editora: Martins Fontes.
- Rizzini, Irma. (2002). Pequenos Trabalhadores do Brasil. Em: Del Priore (org.). 3 ed. História das Crianças no Brasil. (pp.376-406). São Paulo. Editora: Contexto.
- Saffioti, Heleith I. B. (1992). Rearticulando gênero e classe social. Em: Costa, Alberto de Oliveira e Bruschini, Maria Cristina. Uma questão de Gênero.(pp.183-213) Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Samara, Eni de M. (2002) O que mudou na Família Brasileira? (Da Colônia à Atualidade). Revista Psicologia USP, 13 (2), 27-48.
- Sanches, Maria A.(1998). Prazeres: fogões ,pratos , panelas : práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador 1900-1950. Dissertação de Mestrado, UFB. Salvador-Bahia.
- Santana, Vilma; Amorin, Andréa M. da, Oliveira, Roberval. (2003).Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais. Em: Revista Saúde Pública. 37 (1), 65-74.
- Santos-Stubbe, Chirly dos.(1995). Suicídio como fator de alto risco entre as empregadas domésticas no Rio de Janeiro. Em: Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 44 (10), 519-527.
- Scott, Jean. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade, v. 15, nº 2, jul/dez 1990.
- Serrano, Xavier Hortellano. (1994). Contacto – vínculo – separación. 1ª.ed, Espanha, Publicação Orgon.
- Scavone, Lucila.(2001) A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Em: Cadernos Pagu. Campinas. São Paulo. n.16.
- Scielo. (2003). www.scielo.org. Periódicos.

- Silva, Márcia Regina de Lima.(2001). Serviço de "branco", serviço de "preto". Um estudo sobre cor e trabalho no Brasil Urbano. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia. UFRJ, Rio de Janeiro.
- Soifer, Raquel.(1980). Psicologia da Gravidez, Parto e Puerpério. 6ª.ed, Porto Alegre, Artes Médicas.
- Souza, Cecília de Mello.(2002). Trabalho, Reprodução e Cidadania: Concepções e práticas entre trabalhadoras domésticas.Em: Revista Antropológicas. Série Família e Gênero. Ano 4. 9.
- Szejer, Myriam.(1997). Noves meses na vida da mulher: uma aproximação psicanalítica da gravidez e do nascimento. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tamanini, Marlene.(1997) Saúde - doença na Interação entre gênero e trabalho: Um estudo das representações das Empregadas Domésticas. Dissertação de Mestrado. UFSC, Florianópolis - Santa Catarina.
- Vargas, Eliane Portes. (1999). A figueira do inferno: os reveses da identidade feminina. Em: Revistas de Estudos Feministas. (89 – 108). Florianópolis-Santa Catarina. Ano 7, 89-108.
- Venâncio, Renato Pinto. (2001). Maternidade Negada. Em: Del Priore (org). História das Mulheres no Brasil. 5ed. (pp.189 - 222). São Paulo. Editora: Contexto.
- Viana, Maria José Braga. Longevidade escolar em famílias de camadas populares – Algumas condições de possibilidade. Em: Nogueira, Maria Alice; Romanelli, Geraldo & Zago, Nadir (organizadores). (2000). Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2 ed. Petrópolis. Editora: Vozes.
- Zago, Nadir. (2000). Processos de escolarização nos meios populares – As contradições da obrigatoriedade escolar. Em: Nogueira, Maria Alice; Romanelli, Geraldo & Zago, Nadir (organizadores).Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2 ed. Petrópolis. Editora: Vozes.

ANEXO A

ROTEIRO PARA ENTREVISTA:

(com itens norteadores)

BLOCOS TEMÁTICOS:

I - BLOCO: IDENTIFICAÇÃO:

- Iniciais do nome:
- Naturalidade:
- Estado civil:
- Data de Nascimento:
- Número de filhos e idade destes:
- Etnia:
- Classe social:
- Tradição religiosa:
- Renda familiar:
- Do companheiro (contrato formal ou informal - tempo de exercício na ocupação atual):
- Da empregada/gestante (contrato formal ou informal - tempo de exercício na ocupação atual):
- Escolaridade do companheiro: - Da empregada/gestante:
- Composição Familiar
- Com quem mora:
- Mora em casa própria ou alugada:
- Quantos cômodos têm a casa:
- Tem aparelhos eletrodomésticos:
- Tem carro:

II - BLOCO: FAMÍLIA DE ORIGEM:

* CONTE-ME SOBRE SUA FAMÍLIA DE ORIGEM?

Itens Norteadores deste Bloco:

- Com quem morava e onde:
- Localização na constelação familiar:
- Condições de saúde no decorrer da infância, adolescência e juventude:
- Profissão do Pai:
- Profissão da Mãe:
- Religião do Pai:
- Religião da Mãe:
- Escolaridade da Mãe:
- Escolaridade do Pai:
- Condições Sociais da família:
- Relações familiares:
- Quem era a pessoa que cuidava das crianças:
- Quem era a pessoa que cuidava dos afazeres domésticos:
- Quem era a pessoa que disciplinava:

III - BLOCO: SITUAÇÃO TRABALHISTA.

- QUAL A SUA SITUAÇÃO TRABALHISTA NO SEU ATUAL TRABALHO?

Itens Norteadores deste Bloco:

- Situação trabalhista:
- Jornada de trabalho:
- Folgas e feriados:
- Décimo terceiro e férias:
- Direito a licença maternidade:

IV - BLOCO: EMPREGADA DOMÉSTICA

***COMO É O SEU TRABALHO? FALE SOBRE O SEU DIA A DIA COMO EMPREGADA DOMÉSTICA.**

Itens Norteadores deste Bloco:

- Definição de empregada doméstica:
- Idade que começou a trabalhar, onde, como e por que:
- Por que é empregada doméstica hoje:
- O que pensa sobre o seu trabalho:
- Como é realizar as atividades domésticas da casa de outra pessoa:
- Como é trabalhar para uma outra mulher:
- O que é ser patroa e ser empregada:
- Por que acha que as mulheres fazem este trabalho:
- Como se sente quando vai para o trabalho, quando está nele e quando vai embora:
- Se tiver filhos na casa que trabalha e se precisa cuidar deles:

V - MATERNIDADE:

- O QUE SIGNIFICA PARA VOCÊ A MATERNIDADE?

Itens Norteadores deste Bloco:

- Definição de mãe:
- O papel da mãe: O que uma mãe deve fazer.
- Definição de uma mãe ideal:
- Quem deve cuidar do filho:
- Como define a sua mãe:
- Que mãe quer ser para o filho:
- Os homens podem cuidar dos filhos:
- Se companheiro irá participar do cuidado do bebê:
- Como decidem evitar filhos ou não:

VI - GRAVIDEZ:

- FALE-ME SOBRE A SUA GRAVIDEZ

Itens Norteadores deste Bloco:

- Se a gravidez foi planejada:
- A reação ao saber que estava grávida:
- A reação do companheiro :
- A reação das pessoas que convivem :
- Se esta fazendo pré-natal:
- Como está sendo o acompanhamento pré-natal:
- Que tipo de orientações recebe no acompanhamento pré-natal:
- Como está se preparando para o nascimento do bebê:
- As preocupações e dúvidas vividas na gravidez:

VII - BLOCO: MATERNIDADE E EMPREGO DOMÉSTICO:

- COMO FOI NO SEU TRABALHO QUANDO VOCÊ COMUNICOU QUE ESTAVA GRÁVIDA?

Itens Norteadores deste Bloco:

- A reação da patroa quando comunicou a gravidez:
- Se houve mudanças no trabalho a partir do momento que ficou grávida:
- Como se sente neste momento para trabalhar:
- Como faz para realizar as consultas de pré-natal:
- Como a sua patroa age quando não está disposta e quando precisa sair para cuidados médicos:
- Quando irá parar de trabalhar:
- Após o nascimento do filho irá voltar trabalhar: Motivos:

VIII - BLOCO: FECHAMENTO.

- * QUAIS SEUS SONHOS PARA O FUTURO?